Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Dados do Processo

Número do Processo
10401/2023

Assunto
CONTRATOS

Data de Criação
21/06/2023 13:18:03

Status
TRAMITANDO - ENCAMINHAR

Fase
ENCAMINHAR

Objeto
ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO A AQUISIÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED.

Sigiloso
Não

Prazo
Não

Data do Prazo

Mat. Cadastrador
1071575

Cadastrador
DANIELA NASCIMENTO MONTELO

Setor Responsável
Diretoria Geral

Observação

Tipo de Documento de Origem

Número do documento

Forma de Recebimento

Localizador

Dados do Requerente Principal

Matrícula
1071575

CPF
96458020325

Nome
DANIELA NASCIMENTO MONTELO

Telefone
(098) 9884-77608

Email
daniela.montelo@mpma.mp.br

Orgão
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Setor
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Estado
MARANHÃO

Município

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
DANIELA NASCIMENTO MONTELO	(098) 9884-77608	daniela.montelo@mpma.mp.br	REQUERENTE PRINCIPAL	1071575

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
1	3145521	29/01/2024 13:27:25	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO ARP - PNCP	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PUBLICAÇÃO ARP - PNCP					
2	3134899	19/01/2024 13:22:59	ANEXO - PROCESSO	PORTARIA DE FISCAL E GESTOR	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PORTARIA DE FISCAL E GESTOR					
3	3134898	19/01/2024 13:22:59	ANEXO - PROCESSO	ARP Nº 03-2024 - NETWORK	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : ARP Nº 03-2024 - NETWORK					
4	3134897	19/01/2024 13:22:59	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
5	3134896	19/01/2024 13:22:59	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE JULGAMENTO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : TERMO DE JULGAMENTO					
6	3133179	18/01/2024 11:56:05	ANEXO - PROCESSO	CERTIDÃO LEI 8213-91	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : CERTIDÃO LEI 8213-91					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
7	3133178	18/01/2024 11:56:05	ANEXO - PROCESSO	CEIS E CNEP - NETWORK	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : CEIS E CNEP - NETWORK					
8	3133177	18/01/2024 11:56:05	ANEXO - PROCESSO	SICAF ATUALIZADO - NETWORK	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : SICAF ATUALIZADO - NETWORK					
9	7727182	16/01/2024 09:12:28	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS PARA O PREGEOIRO JOÃO CARLOS PARA DAR CONTINUIDADE.					
10	7727007	16/01/2024 08:45:48	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
11	7727007	16/01/2024 08:45:48	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-CMTI - 22024	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-CMTI - 22024					
12	7725878	15/01/2024 14:19:46	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
13	7725878	15/01/2024 14:19:46	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 582024	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 582024					
14	7725878	15/01/2024 14:19:46	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta e Habilitacao-NETWORK.pdf (Descrição: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NETWORK)	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta e Habilitacao-NETWORK.pdf (Descrição: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NETWORK)					
15	7725878	15/01/2024 14:19:46	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Certificados dos Profissionais-NETWORK.pdf (Descrição: CERTIFICADOS DOS PROFISSIONAIS - NETWORK)	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Certificados dos Profissionais-NETWORK.pdf (Descrição: CERTIFICADOS DOS PROFISSIONAIS - NETWORK)					
16	7725878	15/01/2024 14:19:46	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Atestados, Rev e Datasheets-NETWORK.pdf (Descrição: ATESTADOS, REVENDA E DATASHEETS - NETWORK)	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Atestados, Rev e Datasheets-NETWORK.pdf (Descrição: ATESTADOS, REVENDA E DATASHEETS - NETWORK)					
17	7725875	15/01/2024 14:19:45	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
18	7725872	15/01/2024 14:19:43	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
19	7725869	15/01/2024 14:19:42	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
20	7717343	12/01/2024 09:28:16	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOÇAO CARLOS COM RESPOSTA DA UNIDADE DEMANDANTE					
21	7716779	12/01/2024 09:01:55	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
22	7716779	12/01/2024 09:01:55	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-CMTI - 12024	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-CMTI - 12024					
23	7716017	11/01/2024 15:20:43	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
24	7716017	11/01/2024 15:20:43	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 532024	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 532024					
25	7716017	11/01/2024 15:20:43	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta e Habilitacao-NILSON.pdf (Descrição: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NILSON)	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta e Habilitacao-NILSON.pdf (Descrição: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NILSON)					
26	7716014	11/01/2024 15:20:42	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
27	3114057	26/12/2023 12:06:46	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO SINC TCE	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PUBLICAÇÃO SINC TCE					
28	3114056	26/12/2023 12:06:46	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO PGJ	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PUBLICAÇÃO PGJ					
29	3114055	26/12/2023 12:06:46	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO JORNAL	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PUBLICAÇÃO JORNAL					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
30	3114054	26/12/2023 12:06:46	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO DIÁRIO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PUBLICAÇÃO DIÁRIO					
31	3112942	22/12/2023 10:36:54	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO COMPRASGOV	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : PUBLICAÇÃO COMPRASGOV					
32	3112941	22/12/2023 10:36:54	ANEXO - PROCESSO	EDITAL PUBLICADO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo : EDITAL PUBLICADO					
33	7671667	19/12/2023 10:10:54	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO PREGOEIRO SÉRGIO CARVALHO PARA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E AGENDAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA.					
34	7669803	18/12/2023 16:27:31	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
35	7669803	18/12/2023 16:27:31	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 80252023	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 80252023					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
36	7667124	18/12/2023 11:35:57	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
37	7667124	18/12/2023 11:35:57	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 53542023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 53542023					
38	7660271	15/12/2023 11:20:21	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
39	7660271	15/12/2023 11:20:21	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 8732023	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 8732023					
40	7660271	15/12/2023 11:20:21	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS)	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS)					
41	7660268	15/12/2023 11:20:19	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
42	7656585	14/12/2023 13:20:25	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação:					
43	7656334	14/12/2023 12:45:48	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
44	7656334	14/12/2023 12:45:48	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CMTI - 6252023	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CMTI - 6252023					
45	7655290	14/12/2023 10:15:34	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: PARA PROVIDÊNCIAS					
46	7652405	13/12/2023 13:14:17	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
47	7652405	13/12/2023 13:14:17	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 52712023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 52712023					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
48	7645590	12/12/2023 15:03:04	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: PARECER.					
49	7645585	12/12/2023 15:02:14	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
50	7645585	12/12/2023 15:02:14	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 5292023	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 5292023					
51	7588072	27/11/2023 13:58:44	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR Observação de Movimentação:					
52	7587891	27/11/2023 13:44:12	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
53	7587891	27/11/2023 13:44:12	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 49352023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 49352023					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
54	7587192	27/11/2023 12:11:09	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
55	7587192	27/11/2023 12:11:09	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 8082023	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 8082023					
56	7587192	27/11/2023 12:11:09	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS)	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS)					
57	7587189	27/11/2023 12:11:08	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
58	7578575	23/11/2023 14:29:24	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA Observação de Movimentação: PARA ALTERAÇÃO NA MINUTA DO EDITAL PREGÃO 50/2023, CONFORME DESPACHO SEAF 4874/2023, ATINENTE AO PARECER DGAJA 493/2023, ITENS II E III.					
59	7578034	23/11/2023 13:45:22	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	THIAGO NUNES DE SOUSA
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: THIAGO NUNES DE SOUSA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
60	7578034	23/11/2023 13:45:22	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CMTI - 5932023	THIAGO NUNES DE SOUSA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CMTI - 5932023					
61	3073857	23/11/2023 13:28:46	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - EDITÁVEL	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - EDITÁVEL					
62	3073856	23/11/2023 13:28:46	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO					
63	7577608	23/11/2023 13:04:36	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: PARA PROVIDÊNCIAS					
64	7577607	23/11/2023 13:04:35	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: PARA PROVIDÊNCIAS					
65	7575125	23/11/2023 08:45:39	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
66	7575125	23/11/2023 08:45:39	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 48742023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 48742023					
67	7574063	22/11/2023 14:53:39	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: PARECER.					
68	7574060	22/11/2023 14:52:52	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
69	7574060	22/11/2023 14:52:52	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 4932023	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 4932023					
70	7498768	01/11/2023 10:20:34	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação:					
71	7493469	31/10/2023 09:13:42	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
72	7493469	31/10/2023 09:13:42	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 45182023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 45182023					
73	7493210	31/10/2023 08:48:04	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
74	7493210	31/10/2023 08:48:04	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CMTI - 5652023	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CMTI - 5652023					
75	7490733	30/10/2023 13:11:55	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA Observação de Movimentação:					
76	7488768	30/10/2023 09:42:53	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL Observação de Movimentação:					
77	7486355	27/10/2023 11:40:24	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
78	7486355	27/10/2023 11:40:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 44702023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 44702023					
79	7485877	27/10/2023 11:13:13	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
80	7485877	27/10/2023 11:13:13	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 6942023	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 6942023					
81	7485877	27/10/2023 11:13:13	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Portaria de Agente de Contratacao - 42023 - GPGJ.pdf (Descrição: PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIROS)	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Portaria de Agente de Contratacao - 42023 - GPGJ.pdf (Descrição: PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIROS)					
82	7485877	27/10/2023 11:13:13	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS)	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS)					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
83	7485874	27/10/2023 11:13:08	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
84	7485871	27/10/2023 11:13:00	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
85	7485829	27/10/2023 11:05:58	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
86	7485826	27/10/2023 11:05:51	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
87	7485823	27/10/2023 11:05:43	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
88	7483094	26/10/2023 14:18:05	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA CONTINUAR O PROCESSO.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
89	7481107	26/10/2023 10:14:34	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: TERMO DE REFERÊNCIA AJUSTADO - ANTIVÍRUS KAS					
90	7481107	26/10/2023 10:14:34	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS					
91	7481107	26/10/2023 10:14:34	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS EDITÁVEL	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS EDITÁVEL					
92	7463884	20/10/2023 10:03:50	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: PARA AJUSTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, RETIRANDO ITENS DESNECESSÁRIOS, CONFORME ALINHADO COM AS SUSGETÕES DA CPL.					
93	7462834	20/10/2023 07:48:06	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: A PEDIDO.					
94	7451421	18/10/2023 09:33:04	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
95	7451420	18/10/2023 09:33:02	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOÃO CARLOS PARA DAR CONTINUIDADE NA CONFECÇÃO DO EDITAL					
96	7451173	18/10/2023 09:01:32	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO, CONFORME PEDIDO NA TRAMITAÇÃO.					
97	7451173	18/10/2023 09:01:32	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TR ATUALIZADO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TR ATUALIZADO					
98	7451173	18/10/2023 09:01:32	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TR EDITÁVEL	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TR EDITÁVEL					
99	7446275	17/10/2023 10:41:48	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: PARA AJUSTES NO TERMO DE REFERÊNCIA					
100	7446077	17/10/2023 10:17:45	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO Observação de Movimentação: SEGUE PARA A INCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇO NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONFORME DETERMINA O §7º DO ART. 25, DA LEI Nº 14133/2021. QUALQUER DÚVIDA, FAVOR ENTRAR EM CONTATO NO RAMAL 1645. ATT. JOÃO CARLOS					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
101	7443143	16/10/2023 13:40:39	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA CONCLUIR A MINUTA DO EDITAL. PREGÃO N. 50/2023.					
102	7442849	16/10/2023 12:58:40	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	NAIANE KELLE RIBEIRO MELÔNIO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NAIANE KELLE RIBEIRO MELÔNIO Observação de Movimentação: A PEDIDO					
103	7222150	08/08/2023 10:29:26	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	NAIANE KELLE RIBEIRO MELÔNIO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NAIANE KELLE RIBEIRO MELÔNIO Observação de Movimentação:					
104	7219256	07/08/2023 13:48:36	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA ELABORAR O EDITAL.					
105	7205900	02/08/2023 10:10:57	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO Observação de Movimentação: DEVOLVIDO A PEDIDO.					
106	7203452	01/08/2023 12:41:25	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA ELABORAR O EDITAL.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
107	7198338	31/07/2023 09:25:59	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOSÉ LIDSTRON PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL.					
108	7196741	27/07/2023 16:27:51	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
109	7196741	27/07/2023 16:27:51	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 43802023	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 43802023					
110	7191123	26/07/2023 14:01:01	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
111	7191123	26/07/2023 14:01:01	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 30442023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 30442023					
112	7188829	26/07/2023 09:54:09	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: AJUSTES REALIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONFORME SUGESTÃO CONTIDA NO PTC-ACI ¿ 9832023.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
113	7188829	26/07/2023 09:54:09	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KAS					
114	7188829	26/07/2023 09:54:09	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS					
115	7179612	21/07/2023 12:04:17	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: DANIELA NASCIMENTO MONTELO Observação de Movimentação: AJUSTE NO TERMO DE REFERÊNCIA					
116	7177393	20/07/2023 15:20:23	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
117	7177393	20/07/2023 15:20:23	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 29422023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 29422023					
118	7176809	20/07/2023 13:27:52	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JADIEL FERNANDES FRANÇA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JADIEL FERNANDES FRANÇA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
119	7176809	20/07/2023 13:27:52	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-ACI - 9832023	JADIEL FERNANDES FRANÇA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-ACI - 9832023					
120	7155054	14/07/2023 10:57:16	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JADIEL FERNANDES FRANÇA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JADIEL FERNANDES FRANÇA Observação de Movimentação:					
121	7112987	03/07/2023 14:18:19	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
122	7112987	03/07/2023 14:18:19	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 26822023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 26822023					
123	7112738	03/07/2023 13:44:32	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA Observação de Movimentação: CONFORME DESPACHO-DG - 36572023, ENCAMINHO À SEAF PARA A DEVIDA INSTRUÇÃO PROCESSUAL JUNTO AOS SETORES ADMINISTRATIVOS COMPETENTES.					
124	7112353	03/07/2023 12:38:03	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
125	7112353	03/07/2023 12:38:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DECISÃO-GPGJ - 16772023	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Anexo da Movimentação com documento : DECISÃO-GPGJ - 16772023					
126	7109291	30/06/2023 15:09:41	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU Observação de Movimentação:					
127	7088742	23/06/2023 14:50:26	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça Responsável pela Movimentação: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
128	7088742	23/06/2023 14:50:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 36572023	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 36572023					
129	7082047	21/06/2023 16:07:19	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARTA SILENE SANTOS SABOIA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: MARTA SILENE SANTOS SABOIA Observação de Movimentação: AUTUE-SE					
130	7082044	21/06/2023 16:07:11	MOVIMENTAÇÃO	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARTA SILENE SANTOS SABOIA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: MARTA SILENE SANTOS SABOIA Observação de Movimentação: AUTUE-SE					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
131	2873280	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	TABELA DE PREÇOS - PROPOSTAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TABELA DE PREÇOS - PROPOSTAS					
132	2873279	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	USO DA MEDIANA PARA OS CUSTOS - PAINEL DE PREÇOS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : USO DA MEDIANA PARA OS CUSTOS - PAINEL DE PREÇOS					
133	2873278	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	PESQUISA PAINEL DE PREÇOS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : PESQUISA PAINEL DE PREÇOS					
134	2873277	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KA	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KA					
135	2873276	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS					
136	2873275	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - ATUALIZAÇÃO KAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - ATUALIZAÇÃO KAS					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
137	2873274	21/06/2023 13:18:03	ANEXO - PROCESSO	ETP ATUALIZAÇÃO KAS	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : ETP ATUALIZAÇÃO KAS					
138	2176016	21/06/2023 13:18:03	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO	MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
Anexo : MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)					
139	0	21/06/2023 13:18:03	PROCESSO	ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO	DANIELA NASCIMENTO MONTELO
ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO					

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
16/01/2024 09:12:28	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	16/01/2024 10:06:15	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/01/2024 08:45:48	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	16/01/2024 09:11:51	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PTC-CMTI - 22024

15/01/2024 14:19:46	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA	16/01/2024 08:24:46	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 582024							
Anexo de movimentação: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NETWORK							
Anexo de movimentação: CERTIFICADOS DOS PROFISSIONAIS - NETWORK							
Anexo de movimentação: ATESTADOS, REVENDA E DATASHEETS - NETWORK							
15/01/2024 14:19:45	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
15/01/2024 14:19:43	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
15/01/2024 14:19:42	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
12/01/2024 09:28:16	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	12/01/2024 09:33:33	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
12/01/2024 09:01:55	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	12/01/2024 09:27:04	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: PTC-CMTI - 12024							
11/01/2024 15:20:43	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA	12/01/2024 08:20:29	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 532024							

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Anexo de movimentação: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NILSON							
11/01/2024 15:20:42	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
19/12/2023 10:10:54	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	20/12/2023 08:57:28	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
18/12/2023 16:27:31	Diretoria Geral	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	19/12/2023 10:08:59	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 80252023							
18/12/2023 11:35:57	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	18/12/2023 13:24:16	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 53542023							
15/12/2023 11:20:21	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	15/12/2023 11:22:11	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 8732023							
Anexo de movimentação: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS							
15/12/2023 11:20:19	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
14/12/2023 13:20:25	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	14/12/2023 19:50:03	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
14/12/2023 12:45:48	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	14/12/2023 13:20:15	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 6252023

14/12/2023 10:15:34	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	14/12/2023 10:16:15	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
13/12/2023 13:14:17	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	14/12/2023 10:15:15	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 52712023

12/12/2023 15:03:04	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	12/12/2023 15:19:53	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
12/12/2023 15:02:14	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	12/12/2023 15:02:48	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 5292023

27/11/2023 13:58:44	Assessoria Jurídica da Administração	CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR	Assessoria Jurídica da Administração	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO	28/11/2023 08:05:08	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/11/2023 13:44:12	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Jurídica da Administração	CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR	27/11/2023 13:56:28	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 49352023

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
27/11/2023 12:11:09	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	27/11/2023 12:13:08	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 8082023

Anexo de movimentação: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS

27/11/2023 12:11:08	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
23/11/2023 14:29:24	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	23/11/2023 14:42:18	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
23/11/2023 13:45:22	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	THIAGO NUNES DE SOUSA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA	23/11/2023 14:26:55	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 5932023

23/11/2023 13:04:36	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	23/11/2023 13:08:36	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
23/11/2023 13:04:35	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação			DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
23/11/2023 08:45:39	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	23/11/2023 13:04:10	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 48742023

22/11/2023 14:53:39	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	22/11/2023 15:22:22	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
22/11/2023 14:52:52	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	22/11/2023 14:53:23	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 4932023

01/11/2023 10:20:34	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO	01/11/2023 14:40:33	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
31/10/2023 09:13:42	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	01/11/2023 10:20:25	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 45182023

31/10/2023 08:48:04	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	31/10/2023 08:58:04	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 5652023

30/10/2023 13:11:55	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	30/10/2023 13:18:52	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
30/10/2023 09:42:53	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA	30/10/2023 13:11:24	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/10/2023 11:40:24	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL	30/10/2023 09:42:35	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 44702023

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
27/10/2023 11:13:13	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	27/10/2023 11:18:59	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 6942023

Anexo de movimentação: PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIROS

Anexo de movimentação: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS

27/10/2023 11:13:08	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
27/10/2023 11:13:00	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
27/10/2023 11:05:58	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	27/10/2023 11:08:21	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
27/10/2023 11:05:51	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
27/10/2023 11:05:43	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
26/10/2023 14:18:05	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	27/10/2023 10:23:03	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
26/10/2023 10:14:34	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	26/10/2023 14:17:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS

TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS EDITÁVEL

20/10/2023 10:03:50	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	20/10/2023 13:38:53	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
20/10/2023 07:48:06	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	20/10/2023 09:45:52	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
18/10/2023 09:33:04	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	18/10/2023 09:34:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
18/10/2023 09:33:02	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação			DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
18/10/2023 09:01:32	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	18/10/2023 09:32:28	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TR ATUALIZADO

TR EDITÁVEL

17/10/2023 10:41:48	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	17/10/2023 10:46:15	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
17/10/2023 10:17:45	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	17/10/2023 10:41:22	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
16/10/2023 13:40:39	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	16/10/2023 14:38:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/10/2023 12:58:40	Comissão Permanente de Licitação	NAIANE KELLE RIBEIRO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	16/10/2023 13:38:39	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
08/08/2023 10:29:26	Comissão Permanente de Licitação	NAIANE KELLE RIBEIRO	Comissão Permanente de Licitação	NAIANE KELLE RIBEIRO MELÔNIO	08/08/2023 10:32:19	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/08/2023 13:48:36	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	NAIANE KELLE RIBEIRO MELÔNIO	08/08/2023 10:28:33	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
02/08/2023 10:10:	Comissão Permanente de Licitação	SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	07/08/2023 13:48:08	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
57							
01/08/2023 12:41:25	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO	01/08/2023 13:04:26	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
31/07/2023 09:25:59	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	01/08/2023 12:41:10	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/07/2023 16:27:51	Diretoria Geral	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	31/07/2023 09:17:37	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 43802023

26/07/2023 14:01:01	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	26/07/2023 14:56:53	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 30442023

26/07/2023 09:54:09	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	26/07/2023 09:59:50	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KAS

TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS

21/07/2023 12:04:17	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	21/07/2023 15:02:18	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
20/07/2023 15:20:23	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	21/07/2023 12:03:50	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 29422023							
20/07/2023 13:27:52	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	20/07/2023 13:31:19	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: PTC-ACI - 9832023							
14/07/2023 10:57:16	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	Assessoria Técnica da Administração	ALBERT WEYDER MOUSINHO DA SILVA	20/07/2023 10:53:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
03/07/2023 14:18:19	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	03/07/2023 14:27:57	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 26822023							
03/07/2023 13:44:32	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	03/07/2023 13:52:23	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
03/07/2023 12:38:03	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	03/07/2023 13:43:30	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DECISÃO-GPGJ - 16772023							
30/06/2023 15:09:41	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	GUILHERME PADUA LAUANDE	03/07/2023 12:02:42	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
23/06/2023 14:50:26	Diretoria Geral	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	LUIZ COÊLHO BATISTA	27/06/2023 14:55:31	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 36572023

21/06/2023 16:07:19	Diretoria Geral	MARTA SILENE SANTOS SABOIA	Diretoria Geral	MARTA SILENE SANTOS SABOIA	21/06/2023 16:07:19	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
21/06/2023 16:07:11	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	MARTA SILENE SANTOS SABOIA	Diretoria Geral	MARTA SILENE SANTOS SABOIA	21/06/2023 16:07:11	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	TRAMITANDO

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao KAS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao-26102023.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS EDITÁVEL	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao-26102023.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KAS	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao KAS.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TR ATUALIZADO	TERMO_DE_REFERENCIA - KASPERSKY_17102023.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TR EDITÁVEL	TERMO_DE_REFERENCIA - KASPERSKY_17102023.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ARP Nº 03-2024 - NETWORK	ARP_03_2024_PE_90001_2024-NETWORK_L Kapersky_PA_10401_2023.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CEIS E CNEP - NETWORK	CEIS e CNEP.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CERTIDÃO LEI 8213-91	Certidao Lei 8213-91.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
DOCUMENTO ADMINISTRATIVO : MEMO-CMTI-922023	online.html	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO
EDITAL PUBLICADO	PE_90.001_2024_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ETP ATUALIZAÇÃO KAS	Estudo-tecnico-preliminar - Atualizacao KAS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PESQUISA PAINEL DE PREÇOS	painel de precos detalhes.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - ATUALIZAÇÃO KAS	Ato161-DOD - Atualizacao KAS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PORTARIA DE FISCAL E GESTOR	PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG72024_ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
PUBLICAÇÃO ARP - PNCP	PNCP_ARP_03_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO COMPRASGOV	Publicacao COMPRAS.GOV.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO DIÁRIO	Publicacao Diario.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO JORNAL	Publicacao Jornal.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO PGJ	Publicacao PGJ.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO SINC TCE	Publicacao SINC TCE.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
SICAF ATUALIZADO - NETWORK	Sicaf.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TABELA DE PREÇOS - PROPOSTAS	Tabela_Preco_Propostas - Atualizacao KAS - Propostas.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	Termo de Homologacao.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE JULGAMENTO	Termo de Julgamento.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao KAS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao-23112023.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - EDITÁVEL	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao-23112023.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL - ATUALIZAÇÃO KA	TERMO DE REFERENCIA - Atualizacao KAS.docx	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
USO DA MEDIANA PARA OS CUSTOS - PAINEL DE PREÇOS	painel de precos mediana .pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	16/01/2024 08:28:38	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/01/2024 14:11:59	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/01/2024 14:11:59	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/01/2024 14:11:59	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/01/2024 14:11:59	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	12/01/2024 08:23:22	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	11/01/2024 15:19:09	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Comissão Permanente de Licitação	11/01/2024 15:19:09	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	18/12/2023 13:24:49	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	18/12/2023 09:14:00	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/12/2023 11:17:49	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/12/2023 11:17:49	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	14/12/2023 10:19:45	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	13/12/2023 09:01:47	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	12/12/2023 14:30:37	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	27/11/2023 13:27:15	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	27/11/2023 12:09:32	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	27/11/2023 12:09:32	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	23/11/2023 13:34:15	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	23/11/2023 08:38:14	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	22/11/2023 14:42:38	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	31/10/2023 09:05:19	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	30/10/2023 13:21:10	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	27/10/2023 11:19:57	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	27/10/2023 10:57:03	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	27/10/2023 10:57:03	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	27/10/2023 10:57:03	JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Diretoria Geral	26/07/2023 14:59:02	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	26/07/2023 10:20:19	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	20/07/2023 13:38:25	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Técnica da Administração	20/07/2023 11:00:52	ALBERT WEYDER MOUSINHO DA SILVA	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	03/07/2023 14:08:50	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Gabinete do Procurador Geral de Justiça	03/07/2023 12:03:56	GUILHERME PADUA LAUANDE	DECISÃO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	22/06/2023 11:07:19	MARTA SILENE SANTOS SABOIA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	19/06/2023 12:11:05	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	MEMORANDO	RECEBIDO	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO

Processos Anexados e Apensados

Data de Vínculo	Status	Tipo de Relação

Anexos Físicos

Descrição do Anexo	Anexo de

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PUBLICAÇÃO ARP - PNCP

Ata nº 00003/2024

Última atualização 29/01/2024

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 29/01/2024 **Data de assinatura:** 18/01/2024 **Vigência:** de 30/01/2024 a 28/01/2025

Id ata PNCP: 06354468000160-1-000001/2024-000001 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** 06354468000160-1-000001/2024

Objeto:

Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Arquivos | Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
Ata de Registro de Preços nº 00003	29/01/2024	Ata de Registro de Preço	

Exibir: 1-1 de 1 itens Página

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PORTARIA DE FISCAL E GESTOR

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **18 de Janeiro de 2024 às 15:05 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-72024, **Código de Validação**: 4F805B9E63.

PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 72024
Código de validação: 4F805B9E63

O DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº. 4807/2014 – GPGJ, tendo em vista o que determina o art. 117 da Lei 14.133/2021.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores, constantes da **tabela 1**, fiscais da **Ata de Registro de Preços nº 03/2024**, constante da **tabela 2**, firmada com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, objetivando o **registro de preços para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses,** conforme especificações detalhadas no anexo do Termo de Referência, em face da classificação constante do **Processo Administrativo nº 10401/2023**, que integra a Ata, e de acordo com a proposta vencedora do **Pregão Eletrônico nº 90001/2024.**

Tabela 1

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Nayana Santos Martins Neiva Sobral	1071386	GESTORA
Diego Walisson Pereira Camara Santo	107278	FISCAL
Leonardo Dorneles Figueiredo Silva	1071397	FISCAL TÉCNICO
Daniela Nascimento Montelo	1071575	FISCAL SUPLENTE

Tabela 2

Nº ARP	EMPRESA	CNPJ
03/2024	NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.	05.250.796/0001-54

Art. 2º. São atribuições do gestor do contrato, **conforme dispõe os artigos 8º, 9º e 10º do Ato Regulamentar nº 10/2023 – GPGJ:**

Seção V
Do Gestor de Contrato
Art. 8º O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por quem ele delegar, com atribuições administrativas, incluída a função de administrar o

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **18 de Janeiro de 2024 às 15:05 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-72024, **Código de Validação**: 4F805B9E63.

contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações
Públicas (PNCP);
VIII - exercer outras atividades compatíveis com a função.

Seção VI

Do Fiscal de Contrato

Art. 9º O fiscal de contrato é o servidor designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por quem ele delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
§ 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Ato Regulamentar.
§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.
Art. 10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
VI - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para perfeita execução do objeto;
VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de
eventuais subcontratadas, ou das próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
XII - verificar a correta aplicação dos materiais;
XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XIV - realizar, na forma do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
XV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:
a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **18 de Janeiro de 2024 às 15:05 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-72024, **Código de Validação**: 4F805B9E63.

XVII - outras atividades compatíveis com a função.
§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
VI - a satisfação do público usuário.
§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.
§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais das contratações continuadas em regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:
a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e para os seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
e) pagamento do 13º salário;
f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de
trabalho; e
k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
II - No caso de cooperativas:
a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias; e
g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
§ 8º Além do cumprimento do §7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva de mão de obra, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

São Luís, data da assinatura digital.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico.

assinado eletronicamente em 18/01/2024 às 15:05 h (*)

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **18 de Janeiro de 2024 às 15:05 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-72024, **Código de Validação**: 4F805B9E63.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

ARP Nº 03-2024 - NETWORK

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024 – SRP – CPL/PGJ
ID CONTRATAÇÃO NO PNCP: 06354468000160-1-000001/2024

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 90001/2024, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 10401/2023**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90001/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social: NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA. / **CNPJ**: 05.250.796/0001-54

Endereço: Av. Pontes Vieira, 2340, Dionisio Torres, UNO - Medical & Office - Sala 510 à 514 - 5º andar, Fortaleza-CE. CEP: 60135-238

JULIO CESAR GUIMARAES:10754462 Assinado de forma digital por JULIO CESAR GUIMARAES:10754462 Dados: 2024.01.18 15:00:45 -03'00'

Telefone: (85) 3195-2200 / **E-mail**: licitacoes@networksecure.com.br

Nome do Representante: Yure Leopoldo Sabino De Freitas **CPF**: 525.285.023-20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	Marca/Modelo/ Fabricante	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e 4seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	Kaspersky Lab / Kaspersky Endpoint Security for Business – Advanced Part Number: KL4867KA*TJ	UND	3000	R$ 136,00	R$ 408.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	Kaspersky Lab / Kaspersky Endpoint Security for Business – Advanced Part Number: KL4867KA*TC	UND	1000	R$ 138,00	R$ 138.000,00
TOTAL GERAL						**R$ 546.000,00**

Valor total da ARP: R$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais).

2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2.Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3.Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2.A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

JULIO CESAR GUIMARAES:10754622 Assinado de forma digital por JULIO CESAR GUIMARAES:10754622 Dados: 2024.01.18 15:01:47 -03'00'

4.3.Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6.Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail:** diretoriageral@mpma.mp.br.

4.7.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1.O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art.

JULIO CESAR GUIMARAES:10754462 Assinado de forma digital por JULIO CESAR GUIMARAES:10754462 Dados: 2024.01.18 11:02:01 -03'00'

124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2.Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições

JULIO CESAR GUIMARAES:10754622

estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1.Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3.Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de

JULIO CESAR GUIMARAES:1075462 Assinado de forma digital por JULIO CESAR GUIMARAES:1075462 Dados: 2024.01.18 15:02:28 -03'00'

mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1.Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5.Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6.A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1.O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

JULIO CESAR GUIMARAES:10754625

8.1.4.Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1.Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1.Por razão de interesse público;

8.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.DAS PENALIDADES

9.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.CONDIÇÕES GERAIS

10.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2.A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta

JULIO CESAR GUIMARAES:10715462

Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VIº da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), data da assinatura digital.

JULIO CESAR GUIMARAES:1075462

Assinado de forma digital por JULIO CESAR GUIMARAES:1075462
Dados: 2024.01.18 15:03:06 -03'00'

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

ASSINADO DIGITALMENTE
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Fornecedor: NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.
Representante: Yure Leopoldo Sabino De Freitas
CPF: 525.285.023-20

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PREGÃO 90001/2024

Às 15:52 horas do dia 16 de January do ano de 2024, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, JULIO CESAR GUIMARAES, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 10401/2023, Pregão nº 90001/2024.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Fechado/Aberto
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.		
Entrega de propostas:	De 26/12/2023 às 08:00 até 11/01/2024 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 11/01/2024 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/01/2024 às 10:00:03	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/01/2024 às 10:10:03	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/01/2024 às 10:15:04	Sr. Licitante, dê o seu melhor lance agora, não espere o tempo aleatório.
Sistema	11/01/2024 às 10:18:07	Sr. Licitante, dê o seu melhor lance agora.
Sistema	11/01/2024 às 10:32:12	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/01/2024 às 10:37:32	Bom dia, Srs. Licitantes!
Sistema	11/01/2024 às 10:37:39	Pregoeiro João Carlos operando este pregão.
Sistema	11/01/2024 às 10:37:47	Avisamos a todos, que não paramos para o almoço.
Sistema	11/01/2024 às 10:38:10	Informamos a todos que abriremos esta sessão todos os dias úteis, às 10h (horário de Brasília-DF), para atualizar as informações e/ou dar continuidade a este pregão.
Sistema	11/01/2024 às 10:38:21	- Esclarecemos a todos os licitantes que a análise deste pregão ocorre da seguinte forma:
Sistema	11/01/2024 às 10:38:39	- O pregoeiro faz a negociação, solicita a proposta readequada ao último lance ou ao valor negociado e, após o recebimento, a proposta e a documentação de habilitação são encaminhadas à Unidade Gestora para a análise da conformidade técnica da proposta.
Sistema	11/01/2024 às 10:38:55	- Após a emissão de parecer técnico da Unidade Gestora, o pregoeiro faz a sua análise e informa se a proposta e a documentação de habilitação foram aprovadas ou não.
Sistema	11/01/2024 às 10:39:08	Invocando os princípios da celeridade e eficiência, informamos a todos que fica estabelecido que, ao convocarmos um licitante para responder a uma solicitação do pregoeiro, o prazo máximo para

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/01/2024 às 10:39:08	resposta será de cinco minutos. Caso não haja resposta no prazo informado, daremos continuidade ao pregão e/ou convocaremos o licitante seguinte.
Sistema	11/01/2024 às 12:44:47	Em instantes, daremos o próximo passo neste pregão.
Sistema	11/01/2024 às 13:04:09	Mais dois minutos, por favor
Sistema	11/01/2024 às 13:19:02	Informamos a todos que, neste momento, encaminharemos a documentação de habilitação e a proposta enviada pelo licitante 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, referente ao grupo 1 deste pregão, para a análise da conformidade técnica pela Unidade Gestora.
Sistema	11/01/2024 às 13:19:57	Informamos a todos que, amanhã, às 10h (horário de Brasília-DF), daremos continuidade a este pregão.
Sistema	12/01/2024 às 10:02:48	Bom dia, Srs. Licitantes!
Sistema	12/01/2024 às 10:20:14	Informamos a todos os licitantes que o parecer técnico completo da proposta enviada pelo licitante NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, está disponível no seguinte endereço: https://apps.mpma.mp.br/cpl/transparencia . Basta procurar pelo Pregão Eletrônico nª
Sistema	12/01/2024 às 15:00:38	Devido ao término da semana, informamos a todos que daremos continuidade a este pregão somente na próxima segunda-feira, às 10h (horário de Brasília-DF).
Sistema	12/01/2024 às 15:01:19	Tenham todos um ótimo final de semana e até segunda, às 10h.
Sistema	12/01/2024 às 15:25:17	Iniciaremos com o desempate. Favor permanecerem atentos na segunda-feira, às 10h.
Sistema	15/01/2024 às 10:04:41	Bom dia, Srs. Licitantes!
Sistema	15/01/2024 às 10:06:39	Conforme informado anteriormente, vamos dar início ao desempate para o grupo único deste pregão.
Sistema	15/01/2024 às 11:55:27	Informamos a todos que, neste momento, encaminharemos a documentação de habilitação e a proposta enviada pelo licitante NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54., referente ao grupo 1 deste pregão, para a análise da conformidade técnica pela Unidade Gestora.
Sistema	15/01/2024 às 11:56:12	Portanto, amanhã, às 10h, daremos continuidade a este pregão.
Sistema	15/01/2024 às 11:56:27	Tenham todos uma ótima tarde e até amanhã. às 10h.
Sistema	16/01/2024 às 10:01:14	Bom dia, Srs Licitantes!
Sistema	16/01/2024 às 10:06:06	Em instantes, daremos o próximo passo neste pregão.
Sistema	16/01/2024 às 10:09:29	Favor permanecerem atentos!
Sistema	16/01/2024 às 10:16:13	Informo a todos que, neste momento, este pregoeiro iniciará a análise da documentação de habilitação e da útlima proposta enviada.
Sistema	16/01/2024 às 10:17:37	Informamos a todos os licitantes que o parecer técnico completo da proposta enviada pelo licitante NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA,, está disponível no seguinte endereço: https://apps.mpma.mp.br/cpl/transparencia . Basta procurar pelo Pregão Eletrônico nª 90001/2024.
Sistema	16/01/2024 às 11:01:00	Tendo em vista este último aceite de proposta deste pregão. Abriremos agora a fase de intenção de recurso e agradecemos o empenho e a atenção de todos os licitantes participantes.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/01/2024 às 10:00:03	Abertura da sessão pública
11/01/2024 às 10:10:03	Etapa de análise de propostas encerrada.
11/01/2024 às 10:32:11	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Grupo 1

Valor estimado: R$ 572.000,0000

Situação: Adjudicado e Homologado

Adjucado e Homologado por CPF ***.573.***-*1 - JULIO CESAR GUIMARAES para NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, melhor lance: R$ 546.000,0000

Propostas do Grupo G1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
41.622.110/0001-72 - 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 490.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 568.000,0000 Valor negociado: Não informado		
19.224.595/0001-97 - C & R COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 548.000,0000	-
Valor proposta: R$ 560.000,0000 Valor negociado: Não informado		
04.784.293/0001-04 - C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 572.000,0000	-
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 572.000,0000	-
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
41.345.975/0001-39 - EXCELLENCE42 C&T LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 571.000,0000	-
Valor proposta: R$ 571.000,0000 Valor negociado: Não informado		
28.956.477/0001-64 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 560.000,0000	-
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
05.250.796/0001-54 - NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R$ 546.000,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 2.400.000.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.400.000.000,0000 Valor negociado: Não informado		
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 2.000.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.000.000,0000 Valor negociado: Não informado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
35.711.699/0001-82 - R R G DOS SANTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 498.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 560.000,0000 Valor negociado: Não informado		
36.583.702/0001-92 - ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 569.000,0000	-
Valor proposta: R$ 569.000,0000 Valor negociado: Não informado		

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/01/2024 10:10:04	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/01/2024 10:10:04	Algumas propostas do item G1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/01/2024 10:32:07	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 10:43:30	Sr. Licitante, solicito um menor preço em sua proposta para o grupo 1 deste pregão.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 10:49:52	Sr. Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:50:00 do dia 11/01/2024. Justificativa: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 10:50:05	Estamos no nosso melhor preço
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 11:53:51	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:53:50 de 11/01/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72.
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 11:58:47	Segue nosso proposta. Conforme informado anteriormente, devido um erro na digitação do lance, nosso preço inexequível referente ao antivirus kaspersky endpoint select, mas para que não haja alguma sanção a nossa empresa ao não envio de anexos, enviamos proposta de um produto similar para análise.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:06:55	Sr. Licitante, ao informar que o seu preço é "inexequível", você está desistindo de fornecer o produto no valor apresentado?
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:12:03	O valor ofertado é referente a nossa proposta do software Kaspersky Plus Internet Securit.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:17:45	Ok e obrigado pelo retorno.
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:21:47	Mas caso a vossa equipe de TI analise que a nossa proposta não atenda aos requisitos constante no instrumento convocatório, e para que não haja um atraso do processo licitatório, passamos a oportunidade para a próxima empresa.
Sistema para o participante 35.711.699/0001-82	12/01/2024 10:29:45	Sr. Licitante, solicito um menor preço em sua proposta para o grupo 1 deste pregão.
Sistema para o	12/01/2024 10:36:49	Sr. Fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82, você foi convocado para enviar

Responsável	Data/Hora	Mensagem
participante 35.711.699/0001-82	12/01/2024 10:36:49	anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:37:00 do dia 12/01/2024. Justificativa: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão...
Sistema para o participante 35.711.699/0001-82	12/01/2024 12:37:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:37:00 de 12/01/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82.
Sistema	15/01/2024 10:06:59	O item G1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	15/01/2024 10:06:59	Sr. Fornecedor C & R COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ 19.224.595/0001-97, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:11:59 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:12:16	O item G1 teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 10:11:59 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor C & R COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ 19.224.595/0001-97.
Sistema	15/01/2024 10:12:16	Sr. Fornecedor GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ 28.956.477/0001-64, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:17:16 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:17:34	O item G1 teve o 2ª desempate Me/Epp encerrado às 10:17:16 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ 28.956.477/0001-64.
Sistema	15/01/2024 10:17:34	Sr. Fornecedor ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS, CPF/CNPJ 36.583.702/0001-92, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:22:34 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:22:51	O item G1 teve o 3ª desempate Me/Epp encerrado às 10:22:34 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS, CPF/CNPJ 36.583.702/0001-92.
Sistema	15/01/2024 10:22:51	Sr. Fornecedor EXCELLENCE42 C&T LTDA, CPF/CNPJ 41.345.975/0001-39, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:27:51 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:28:08	O item G1 teve o 4ª desempate Me/Epp encerrado às 10:27:51 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor EXCELLENCE42 C&T LTDA, CPF/CNPJ 41.345.975/0001-39.
Sistema	15/01/2024 10:28:08	Sr. Fornecedor CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA, CPF/CNPJ 13.645.308/0001-36, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:33:08 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:33:28	O item G1 teve o 5ª desempate Me/Epp encerrado às 10:33:08 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA, CPF/CNPJ 13.645.308/0001-36.
Sistema	15/01/2024 10:33:28	Sr. Fornecedor C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA, CPF/CNPJ 04.784.293/0001-04, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:38:28 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:38:46	O item G1 teve o 6ª desempate Me/Epp encerrado às 10:38:28 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA, CPF/CNPJ 04.784.293/0001-04.
Sistema	15/01/2024 10:38:46	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:53:52	Sr. Licitante, solicito um menor preço em sua proposta para o grupo 1 deste pregão.
pelo participante	15/01/2024 10:55:28	Sr. Pregoeiro, bom dia! Tivemos uma disputa muito acirrada e para o produto ofertado esse é o

Responsável	Data/Hora	Mensagem
05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:55:28	nosso menor valor.
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:57:50	Ok e obrigado pelo retorno!
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:59:35	Sr. Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:00:00 do dia 15/01/2024. Justificativa: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
pelo participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 11:34:16	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:34:15 de 15/01/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54.
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	16/01/2024 11:00:17	Após a análise da documentação de habilitação e parecer técnico da Unidade Gestora, consideramos a sua proposta e documentos de habilitação aprovados para o grupo 1 deste pregão.
Sistema	16/01/2024 11:02:00	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/01/2024 11:12:00.
Sistema	16/01/2024 11:16:49	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/01/2024 11:26:49.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
11/01/2024 10:49:52	Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 11/01/2024 12:50:00. Motivo: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
11/01/2024 11:53:50	Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72 finalizou o envio de anexo.
12/01/2024 10:36:49	Fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 12/01/2024 12:37:00. Motivo: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão...
15/01/2024 10:59:35	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 15/01/2024 13:00:00. Motivo: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
15/01/2024 11:34:15	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 finalizou o envio de anexo.
16/01/2024 15:51:50	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 546.000,0000.
16/01/2024 15:52:04	Item homologado.

Item 1 do Grupo G1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Estação de Trabalho

Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.

Valor estimado:	R$ 143,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	3000	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Situação:	Adjudicado e Homologado		

Adjucado e Homologado por CPF ***.573.***-*1 - JULIO CESAR GUIMARAES para NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, melhor lance: R$ 136,0000

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
05.250.796/0001-54 - NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R$ 136,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
41.622.110/0001-72 - 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 122,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 142,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
19.224.595/0001-97 - C & R COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 137,0000	-
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
35.711.699/0001-82 - R R G DOS SANTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 124,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
28.956.477/0001-64 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 140,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
04.784.293/0001-04 - C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
41.345.975/0001-39 - EXCELLENCE42 C&T LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 600.000,0000	Proposta desclassificada

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 600.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 600.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3000
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 500,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3000
36.583.702/0001-92 - ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 142,2500	-
Valor proposta: R$ 142,2500	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3000

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
11/01/2024 10:13:10	05.250.796/0001-54	R$ 138,0000
11/01/2024 10:15:03	35.711.699/0001-82	R$ 136,0000
11/01/2024 10:19:08	41.622.110/0001-72	R$ 134,0000
11/01/2024 10:20:04	28.956.477/0001-64	R$ 140,0000
11/01/2024 10:20:06	35.711.699/0001-82	R$ 132,0000
11/01/2024 10:20:13	41.622.110/0001-72	R$ 130,0000
11/01/2024 10:22:05	35.711.699/0001-82	R$ 128,0000
11/01/2024 10:22:11	41.622.110/0001-72	R$ 126,0000
11/01/2024 10:23:36	19.224.595/0001-97	R$ 138,4475
11/01/2024 10:25:22	35.711.699/0001-82	R$ 124,0000
11/01/2024 10:25:33	41.622.110/0001-72	R$ 122,0000
11/01/2024 10:27:23	19.224.595/0001-97	R$ 137,0000
11/01/2024 10:29:18	05.250.796/0001-54	R$ 136,0000

Item 2 do Grupo G1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Estação de Trabalho

Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.

Valor estimado:	R$ 143,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1000	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Situação:	Adjudicado e Homologado		

Adjucado e Homologado por CPF ***.573.***-*1 - JULIO CESAR GUIMARAES para NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, melhor lance: R$ 138,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
05.250.796/0001-54 - NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R$ 138,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
28.956.477/0001-64 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 140,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
19.224.595/0001-97 - C & R COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 137,0000	-
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
41.622.110/0001-72 - 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 124,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 142,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
35.711.699/0001-82 - R R G DOS SANTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 126,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 600.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 600.000,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 500,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
41.345.975/0001-39 - EXCELLENCE42 C&T LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 142,0000	-
Valor proposta: R$ 142,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
36.583.702/0001-92 - ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 142,2500	-
Valor proposta: R$ 142,2500 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
04.784.293/0001-04 - C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
11/01/2024 10:12:01	35.711.699/0001-82	R$ 138,0000
11/01/2024 10:19:14	41.622.110/0001-72	R$ 136,0000
11/01/2024 10:19:57	35.711.699/0001-82	R$ 134,0000
11/01/2024 10:20:08	28.956.477/0001-64	R$ 140,0000
11/01/2024 10:20:18	41.622.110/0001-72	R$ 132,0000
11/01/2024 10:20:45	35.711.699/0001-82	R$ 130,0000
11/01/2024 10:20:54	41.622.110/0001-72	R$ 129,0000
11/01/2024 10:23:38	19.224.595/0001-97	R$ 138,4475
11/01/2024 10:27:13	35.711.699/0001-82	R$ 126,0000
11/01/2024 10:27:18	41.622.110/0001-72	R$ 124,0000
11/01/2024 10:27:28	19.224.595/0001-97	R$ 137,0000
11/01/2024 10:30:03	05.250.796/0001-54	R$ 138,0000

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	16/01/2024 11:12:00
Intenção de recurso na habilitação:	16/01/2024 11:26:49

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

TERMO DE JULGAMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PREGÃO 90001/2024

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Fechado/Aberto
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.		
Entrega de propostas:	De 26/12/2023 às 08:00 até 11/01/2024 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 11/01/2024 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/01/2024 às 10:00:03	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/01/2024 às 10:10:03	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	11/01/2024 às 10:15:04	Sr. Licitante, dê o seu melhor lance agora, não espere o tempo aleatório.
Sistema	11/01/2024 às 10:18:07	Sr. Licitante, dê o seu melhor lance agora.
Sistema	11/01/2024 às 10:32:12	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	11/01/2024 às 10:37:32	Bom dia, Srs. Licitantes!
Sistema	11/01/2024 às 10:37:39	Pregoeiro João Carlos operando este pregão.
Sistema	11/01/2024 às 10:37:47	Avisamos a todos, que não paramos para o almoço.
Sistema	11/01/2024 às 10:38:10	Informamos a todos que abriremos esta sessão todos os dias úteis, às 10h (horário de Brasília-DF), para atualizar as informações e/ou dar continuidade a este pregão.
Sistema	11/01/2024 às 10:38:21	- Esclarecemos a todos os licitantes que a análise deste pregão ocorre da seguinte forma:
Sistema	11/01/2024 às 10:38:39	- O pregoeiro faz a negociação, solicita a proposta readequada ao último lance ou ao valor negociado e, após o recebimento, a proposta e a documentação de habilitação são encaminhadas à Unidade Gestora para a análise da conformidade técnica da proposta.
Sistema	11/01/2024 às 10:38:55	- Após a emissão de parecer técnico da Unidade Gestora, o pregoeiro faz a sua análise e informa se a proposta e a documentação de habilitação foram aprovadas ou não.
Sistema	11/01/2024 às 10:39:08	Invocando os princípios da celeridade e eficiência, informamos a todos que fica estabelecido que, ao convocarmos um licitante para responder a uma solicitação do pregoeiro, o prazo máximo para resposta será de cinco minutos. Caso não haja resposta no prazo informado, daremos continuidade ao pregão e/ou convocaremos o licitante seguinte.
Sistema	11/01/2024 às 12:44:47	Em instantes, daremos o próximo passo neste pregão.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/01/2024 às 13:04:09	Mais dois minutos, por favor
Sistema	11/01/2024 às 13:19:02	Informamos a todos que, neste momento, encaminharemos a documentação de habilitação e a proposta enviada pelo licitante 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, referente ao grupo 1 deste pregão, para a análise da conformidade técnica pela Unidade Gestora.
Sistema	11/01/2024 às 13:19:57	Informamos a todos que, amanhã, às 10h (horário de Brasília-DF), daremos continuidade a este pregão.
Sistema	12/01/2024 às 10:02:48	Bom dia, Srs. Licitantes!
Sistema	12/01/2024 às 10:20:14	Informamos a todos os licitantes que o parecer técnico completo da proposta enviada pelo licitante NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, está disponível no seguinte endereço: https://apps.mpma.mp.br/cpl/transparencia . Basta procurar pelo Pregão Eletrônico nª
Sistema	12/01/2024 às 15:00:38	Devido ao término da semana, informamos a todos que daremos continuidade a este pregão somente na próxima segunda-feira, às 10h (horário de Brasília-DF).
Sistema	12/01/2024 às 15:01:19	Tenham todos um ótimo final de semana e até segunda, às 10h.
Sistema	12/01/2024 às 15:25:17	Iniciaremos com o desempate. Favor permanecerem atentos na segunda-feira, às 10h.
Sistema	15/01/2024 às 10:04:41	Bom dia, Srs. Licitantes!
Sistema	15/01/2024 às 10:06:39	Conforme informado anteriormente, vamos dar início ao desempate para o grupo único deste pregão.
Sistema	15/01/2024 às 11:55:27	Informamos a todos que, neste momento, encaminharemos a documentação de habilitação e a proposta enviada pelo licitante NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54., referente ao grupo 1 deste pregão, para a análise da conformidade técnica pela Unidade Gestora.
Sistema	15/01/2024 às 11:56:12	Portanto, amanhã, às 10h, daremos continuidade a este pregão.
Sistema	15/01/2024 às 11:56:27	Tenham todos uma ótima tarde e até amanhã. às 10h.
Sistema	16/01/2024 às 10:01:14	Bom dia, Srs Licitantes!
Sistema	16/01/2024 às 10:06:06	Em instantes, daremos o próximo passo neste pregão.
Sistema	16/01/2024 às 10:09:29	Favor permanecerem atentos!
Sistema	16/01/2024 às 10:16:13	Informo a todos que, neste momento, este pregoeiro iniciará a análise da documentação de habilitação e da útlima proposta enviada.
Sistema	16/01/2024 às 10:17:37	Informamos a todos os licitantes que o parecer técnico completo da proposta enviada pelo licitante NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA„ está disponível no seguinte endereço: https://apps.mpma.mp.br/cpl/transparencia . Basta procurar pelo Pregão Eletrônico nª 90001/2024.
Sistema	16/01/2024 às 11:01:00	Tendo em vista este último aceite de proposta deste pregão. Abriremos agora a fase de intenção de recurso e agradecemos o empenho e a atenção de todos os licitantes participantes.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
11/01/2024 às 10:00:03	Abertura da sessão pública
11/01/2024 às 10:10:03	Etapa de análise de propostas encerrada.
11/01/2024 às 10:32:11	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Valor estimado: R$ 572.000,0000

Situação: Aguardando adjudicação

Aceito e Habilitado por CPF ***.938.***-*4 - JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO para NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, melhor lance: R$ 546.000,0000

Propostas do Grupo G1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
41.622.110/0001-72 - 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 490.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 568.000,0000 Valor negociado: Não informado		
35.711.699/0001-82 - R R G DOS SANTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 498.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 560.000,0000 Valor negociado: Não informado		
05.250.796/0001-54 - NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R$ 546.000,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 2.400.000.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.400.000.000,0000 Valor negociado: Não informado		
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 2.000.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.000.000,0000 Valor negociado: Não informado		
19.224.595/0001-97 - C & R COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 548.000,0000	-
Valor proposta: R$ 560.000,0000 Valor negociado: Não informado		
28.956.477/0001-64 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 560.000,0000	-
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
36.583.702/0001-92 - ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 569.000,0000	-
Valor proposta: R$ 569.000,0000 Valor negociado: Não informado		
41.345.975/0001-39 - EXCELLENCE42 C&T LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 571.000,0000	-
Valor proposta: R$ 571.000,0000 Valor negociado: Não informado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 572.000,0000	-
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		
04.784.293/0001-04 - C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 572.000,0000	-
Valor proposta: R$ 572.000,0000 Valor negociado: Não informado		

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/01/2024 10:10:04	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/01/2024 10:10:04	Algumas propostas do item G1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	11/01/2024 10:32:07	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 10:43:30	Sr. Licitante, solicito um menor preço em sua proposta para o grupo 1 deste pregão.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 10:49:52	Sr. Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:50:00 do dia 11/01/2024. Justificativa: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 10:50:05	Estamos no nosso melhor preço
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 11:53:51	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:53:50 de 11/01/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72.
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 11:58:47	Segue nosso proposta. Conforme informado anteriormente, devido um erro na digitação do lance, nosso preço inexequível referente ao antivirus kaspersky endpoint select, mas para que não haja alguma sanção a nossa empresa ao não envio de anexos, enviamos proposta de um produto similar para análise.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:06:55	Sr. Licitante, ao informar que o seu preço é "inexequível", você está desistindo de fornecer o produto no valor apresentado?
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:12:03	O valor ofertado é referente a nossa proposta do software Kaspersky Plus Internet Securit.
Sistema para o participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:17:45	Ok e obrigado pelo retorno.
pelo participante 41.622.110/0001-72	11/01/2024 13:21:47	Mas caso a vossa equipe de TI analise que a nossa proposta não atenda aos requisitos constante no instrumento convocatório, e para que não haja um atraso do processo licitatório, passamos a oportunidade para a próxima empresa.
Sistema para o participante 35.711.699/0001-82	12/01/2024 10:29:45	Sr. Licitante, solicito um menor preço em sua proposta para o grupo 1 deste pregão.
Sistema para o	12/01/2024 10:36:49	Sr. Fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82, você foi convocado para enviar

Responsável	Data/Hora	Mensagem
participante 35.711.699/0001-82	12/01/2024 10:36:49	anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:37:00 do dia 12/01/2024. Justificativa: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão...
Sistema para o participante 35.711.699/0001-82	12/01/2024 12:37:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:37:00 de 12/01/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82.
Sistema	15/01/2024 10:06:59	O item G1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	15/01/2024 10:06:59	Sr. Fornecedor C & R COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ 19.224.595/0001-97, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:11:59 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:12:16	O item G1 teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 10:11:59 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor C & R COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ 19.224.595/0001-97.
Sistema	15/01/2024 10:12:16	Sr. Fornecedor GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ 28.956.477/0001-64, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:17:16 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:17:34	O item G1 teve o 2ª desempate Me/Epp encerrado às 10:17:16 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ 28.956.477/0001-64.
Sistema	15/01/2024 10:17:34	Sr. Fornecedor ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS, CPF/CNPJ 36.583.702/0001-92, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:22:34 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:22:51	O item G1 teve o 3ª desempate Me/Epp encerrado às 10:22:34 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS, CPF/CNPJ 36.583.702/0001-92.
Sistema	15/01/2024 10:22:51	Sr. Fornecedor EXCELLENCE42 C&T LTDA, CPF/CNPJ 41.345.975/0001-39, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:27:51 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:28:08	O item G1 teve o 4ª desempate Me/Epp encerrado às 10:27:51 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor EXCELLENCE42 C&T LTDA, CPF/CNPJ 41.345.975/0001-39.
Sistema	15/01/2024 10:28:08	Sr. Fornecedor CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA, CPF/CNPJ 13.645.308/0001-36, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:33:08 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:33:28	O item G1 teve o 5ª desempate Me/Epp encerrado às 10:33:08 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA, CPF/CNPJ 13.645.308/0001-36.
Sistema	15/01/2024 10:33:28	Sr. Fornecedor C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA, CPF/CNPJ 04.784.293/0001-04, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 10:38:28 do dia 15/01/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	15/01/2024 10:38:46	O item G1 teve o 6ª desempate Me/Epp encerrado às 10:38:28 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA, CPF/CNPJ 04.784.293/0001-04.
Sistema	15/01/2024 10:38:46	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:53:52	Sr. Licitante, solicito um menor preço em sua proposta para o grupo 1 deste pregão.
pelo participante	15/01/2024 10:55:28	Sr. Pregoeiro, bom dia! Tivemos uma disputa muito acirrada e para o produto ofertado esse é o

Responsável	Data/Hora	Mensagem
05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:55:28	nosso menor valor.
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:57:50	Ok e obrigado pelo retorno!
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 10:59:35	Sr. Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:00:00 do dia 15/01/2024. Justificativa: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
pelo participante 05.250.796/0001-54	15/01/2024 11:34:16	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:34:15 de 15/01/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54.
Sistema para o participante 05.250.796/0001-54	16/01/2024 11:00:17	Após a análise da documentação de habilitação e parecer técnico da Unidade Gestora, consideramos a sua proposta e documentos de habilitação aprovados para o grupo 1 deste pregão.
Sistema	16/01/2024 11:02:00	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/01/2024 11:12:00.
Sistema	16/01/2024 11:16:49	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/01/2024 11:26:49.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
11/01/2024 10:01:45	Item com análise de propostas finalizada.
11/01/2024 10:10:04	Item aberto para lances.
11/01/2024 10:10:04	Proposta do fornecedor NEXT NEGOCIOS LTDA, CPF/CNPJ: 47.185.966/0001-04, desclassificada por não atender aos critérios de classificação do modo de disputa fechado/aberto.
11/01/2024 10:10:04	Proposta do fornecedor PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CPF/CNPJ: 12.007.998/0001-35, desclassificada por não atender aos critérios de classificação do modo de disputa fechado/aberto.
11/01/2024 10:10:04	Convocados os fornecedores para a disputa aberta que apresentaram lance entre R$ 560.000,0000 e R$ 572.000,0000.
11/01/2024 10:32:04	Item com etapa aberta encerrada.
11/01/2024 10:32:07	Item encerrado para lances.
11/01/2024 10:49:52	Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 11/01/2024 12:50:00. Motivo: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
11/01/2024 11:53:50	Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72 finalizou o envio de anexo.
12/01/2024 10:27:52	Fornecedor 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 41.622.110/0001-72 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 490.000,0000. Motivo: Conforme parecer técnico da unidade gestora, o produto ofertado diverge do definido no Termo de Referência, não atendendo às especificações exigidas. Passível de sanções, conforme o item 14.1.2.5 do Edital. .
12/01/2024 10:36:49	Fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 12/01/2024 12:37:00. Motivo: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão...
12/01/2024 15:07:06	Fornecedor R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 498.000,0000. Motivo: Após convocação, não enviou a proposta adequada ao último lance. Passível de sanção, conforme o item 14.1.2.1 do Edital..

Data/Hora	Descrição
15/01/2024 10:06:59	Retorno de item do julgamento para a etapa de desempate Me/Epp.
15/01/2024 10:06:59	Item está em 1ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
15/01/2024 10:12:16	O Item teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 10:11:59 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor C & R COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ: 19.224.595/0001-97.
15/01/2024 10:12:16	Item está em 2ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
15/01/2024 10:17:34	O Item teve o 2ª desempate Me/Epp encerrado às 10:17:16 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA, CPF/CNPJ: 28.956.477/0001-64.
15/01/2024 10:17:34	Item está em 3ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
15/01/2024 10:22:51	O Item teve o 3ª desempate Me/Epp encerrado às 10:22:34 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS, CPF/CNPJ: 36.583.702/0001-92.
15/01/2024 10:22:51	Item está em 4ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
15/01/2024 10:28:08	O Item teve o 4ª desempate Me/Epp encerrado às 10:27:51 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor EXCELLENCE42 C&T LTDA, CPF/CNPJ: 41.345.975/0001-39.
15/01/2024 10:28:08	Item está em 5ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
15/01/2024 10:33:28	O Item teve o 5ª desempate Me/Epp encerrado às 10:33:08 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA, CPF/CNPJ: 13.645.308/0001-36.
15/01/2024 10:33:28	Item está em 6ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
15/01/2024 10:38:46	O Item teve o 6ª desempate Me/Epp encerrado às 10:38:28 de 15/01/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA, CPF/CNPJ: 04.784.293/0001-04.
15/01/2024 10:38:46	Item encerrado para lances.
15/01/2024 10:59:35	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 15/01/2024 13:00:00. Motivo: Favor encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance conforme os itens 6.22 e 8.16.1 do edital e a vossa documentação de habilitação (de preferência em arquivo único), no prazo de duas horas a contar da convocação do anexo pelo compras.gov.br para o grupo único deste pregão..
15/01/2024 11:34:15	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 finalizou o envio de anexo.
16/01/2024 11:02:00	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 546.000,0000. Motivo: Após a análise da documentação e parecer técnico da Unidade Gestora, consideramos a proposta e documentos de habilitação aprovados para o grupo 1 deste pregão..
16/01/2024 11:16:49	Fornecedor NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54 foi habilitado.
16/01/2024 11:46:07	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Item 1 do Grupo G1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Estação de Trabalho

Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.

Valor estimado:	R$ 143,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	3000	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF ***.938.***-*4 - JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO para NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, melhor lance: R$ 136,0000

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
41.622.110/0001-72 - 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 122,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 142,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
19.224.595/0001-97 - C & R COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 137,0000	-
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
35.711.699/0001-82 - R R G DOS SANTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 124,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
05.250.796/0001-54 - NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R$ 136,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
28.956.477/0001-64 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 140,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
04.784.293/0001-04 - C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
41.345.975/0001-39 - EXCELLENCE42 C&T LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 600.000,0000	Proposta desclassificada

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 600.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 600.000,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 500,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		
36.583.702/0001-92 - ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 142,2500	-
Valor proposta: R$ 142,2500 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 3000		

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
11/01/2024 10:13:10	05.250.796/0001-54	R$ 138,0000
11/01/2024 10:15:03	35.711.699/0001-82	R$ 136,0000
11/01/2024 10:19:08	41.622.110/0001-72	R$ 134,0000
11/01/2024 10:20:04	28.956.477/0001-64	R$ 140,0000
11/01/2024 10:20:06	35.711.699/0001-82	R$ 132,0000
11/01/2024 10:20:13	41.622.110/0001-72	R$ 130,0000
11/01/2024 10:22:05	35.711.699/0001-82	R$ 128,0000
11/01/2024 10:22:11	41.622.110/0001-72	R$ 126,0000
11/01/2024 10:23:36	19.224.595/0001-97	R$ 138,4475
11/01/2024 10:25:22	35.711.699/0001-82	R$ 124,0000
11/01/2024 10:25:33	41.622.110/0001-72	R$ 122,0000
11/01/2024 10:27:23	19.224.595/0001-97	R$ 137,0000
11/01/2024 10:29:18	05.250.796/0001-54	R$ 136,0000

Item 2 do Grupo G1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Estação de Trabalho

Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.

Valor estimado:	R$ 143,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1000	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF ***.938.***-*4 - JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO para NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05.250.796/0001-54, melhor lance: R$ 138,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
28.956.477/0001-64 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 140,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
19.224.595/0001-97 - C & R COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 137,0000	-
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
41.622.110/0001-72 - 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 124,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 142,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
35.711.699/0001-82 - R R G DOS SANTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 126,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 140,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
05.250.796/0001-54 - NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R$ 138,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
47.185.966/0001-04 - NEXT NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 600.000,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 600.000,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 500,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
41.345.975/0001-39 - EXCELLENCE42 C&T LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 142,0000	-
Valor proposta: R$ 142,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
36.583.702/0001-92 - ROGER A DE FRANCA COMERCIO E SERVICOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 142,2500	-
Valor proposta: R$ 142,2500 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
04.784.293/0001-04 - C. QUEIROZ RODRIGUES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim **(D)**	R$ 143,0000	-
Valor proposta: R$ 143,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
11/01/2024 10:12:01	35.711.699/0001-82	R$ 138,0000
11/01/2024 10:19:14	41.622.110/0001-72	R$ 136,0000
11/01/2024 10:19:57	35.711.699/0001-82	R$ 134,0000
11/01/2024 10:20:08	28.956.477/0001-64	R$ 140,0000
11/01/2024 10:20:18	41.622.110/0001-72	R$ 132,0000
11/01/2024 10:20:45	35.711.699/0001-82	R$ 130,0000
11/01/2024 10:20:54	41.622.110/0001-72	R$ 129,0000
11/01/2024 10:23:38	19.224.595/0001-97	R$ 138,4475
11/01/2024 10:27:13	35.711.699/0001-82	R$ 126,0000
11/01/2024 10:27:18	41.622.110/0001-72	R$ 124,0000
11/01/2024 10:27:28	19.224.595/0001-97	R$ 137,0000
11/01/2024 10:30:03	05.250.796/0001-54	R$ 138,0000

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

CERTIDÃO LEI 8213-91

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
CERTIDÃO EMITIDA em 16/01/2024, às 10:56:26

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado está, na data de processamento dos dados, desobrigado a reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, tendo em vista o não enquadramento na hipótese legal prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991.
Data do processamento dos dados: 15/01/2024

1. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
2. A periodicidade de atualização das certidões é semanal. Nenhuma informação enviada ao eSocial a partir do dia anterior ao da data de processamento dos dados foi considerada para emissão deste documento. As informações enviadas ao eSocial posteriormente serão refletidas nas certidões a partir da próxima data de processamento.
3. Esta certidão não abrange autos de infração e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
4. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
5. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar com o código de verificação **NvtdbPzxuRwFsQm**.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

CEIS E CNEP - NETWORK

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 05250796000154

LIMPAR

Data da consulta: 16/01/2024 10:36:14
Data da última atualização: 01/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

SICAF ATUALIZADO - NETWORK

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.250.796/0001-54**	DUNS®:	**914627245**
Razão Social:	**NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**NETWORK SECURE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**26/11/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**02/07/2024**	**Automática**
FGTS		Validade:	**30/01/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/07/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/02/2024**
Receita Municipal	Validade:	**21/02/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

CPF: 828.XXX.XXX-34 Nome: JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO

Ass: _____

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: PTC-CMTI - 22024

(*) Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA** em **16 de Janeiro de 2024 às 08:45 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-CMTI-22024, **Código de Validação**: D43E49C4BA.

PTC-CMTI - 22024
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: D43E49C4BA

À CPL,

Após análise técnica da proposta e documentação enviada pelo licitante NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ 05.250.796/0001-54, verificamos a **conformidade** da proposta:

1) O objeto da licitação é definido no item 1 do Termo de Referência: ' 1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.' Na proposta da Licitante, o produto ofertado, Kaspersky Endpoint Security for Business – Advanced, atende ao definido no Termo de Referência.

2) Os atestados de capacidade técnica fornecidos estão em conformidade com o definido no item 17 - HABILITAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 16/01/2024 às 08:45 h (*)
LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
ANALISTA MINISTERIAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: ATESTADOS, REVENDA E DATASHEETS - NETWORK

COPEL Companhia Paranaense de Energia	Emitente: DGE/CTI/CIOP	
	MEM Nº 049/2018	Emissão: 30/10/2018

Destinatário:	Assunto:
Network Secure	Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos para quem possa interessar que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ: 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, 3373 – Joaquim Távora, CEP: 60.120-220, Fortaleza – CE, vendeu/Forneceu, a solução **KASPERSKY ENDPOINT SECURITY ADVANCED**, com características técnicas que englobam: Solução Antivírus integrada para proteção contra antivírus de computador a ser utilizada em todas as estações de trabalho, servidores de redes e demais equipamentos conectados à rede COPEL, devendo incluir: Módulos de gerenciamento de solução Antivírus com de detecção ou prevenção contra Intrusões (Firewall com IDS ou IPS), antispyware, uso de criptografia de disco rígido, suporte a dispositivos móveis, com remoção da solução atualmente instalada, Instalação, Configuração, Ativação, Administração, Garantia, Treinamento da solução adquirida e assistência no ambiente, Atualização tecnológica do produto e da lista de vírus durante a vigência do contrato.

A solução integrada para 10.000 (dez mil) dispositivos sendo composta por: Antivírus Corporativo para uso de 8.000 (oito mil) equipamentos com Sistema Operacional Windows: estações de trabalho (com Operacional Windows com versões XP Vista e superiores) e servidores (com Operacional Windows com versões 2.000 e superiores) e Criptografia de dispositivos removíveis para estações com Operacional Windows com versões XP Vista e superiores. E destas 8.000 (oito mil) licenças, 2.500 (duas mil e quinhentas) licenças de Criptografia de disco e pastas para estações com Sistema Operacional Windows Vista e superiores; Licenças para gerenciamento de 2.000 (dois mil) dispositivos móveis com iOS 8.X e superior (iPad, iPhone etc) e android 4.x e superior; Serviços de Consultoria, Serviços de Configuração, Instalação, Administração e Treinamento visando suportar o processo de implantação e substituição da atual solução com pelo menos 8 horas de treinamento por componente adquirido, ou seja, todas as opções do menus do console da solução devem ser incluídas no treinamento; Serviço de Suporte Técnico por um período de 36 (trinta e seis) meses para sanar problemas, obter esclarecimentos de utilização da solução, prestar manutenção e receber atualização de versões dos programas que integram a solução; Atualização de listas de vírus identificáveis, bem como assistência corretiva para o ambiente de proteção contra vírus de computador no ambiente corporativo; Visita bimestral presencial para análise preventiva e ajustes nos módulos da solução contratada com 16 horas no ambiente corporativo da Copel durante a vigência do contrato; Monitoramento de Segurança, por meio do fornecimento e instalação de antivírus em redes com, no mínimo, 10.000 (Dez mil) ativos de TI, com vigência por 36 (Trinta e seis) meses, sendo adquirido pela empresa para a **COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL (HOLDING)**, inscrita no CNPJ nº 76.483.817/0001-20, e suas

COPEL Companhia Paranaense de Energia	Emitente: DGE/CTI/CIOP	
	MEM Nº 049/2018	Emissão: 30/10/2018

Destinatário:	Assunto:
Network Secure	Atestado de Capacidade Técnica

subsidiárias, COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ nº 19.125.927/0001-86, COPEL RENOVÁVEIS S.A., inscrita no CNPJ nº 19.126.003/0001-02, COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., inscrita no CNPJ nº 04.370.282/0001-70 e COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ nº 04.368.865/0001-66, sociedades por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sendo estas três últimas à Rua José Izidoro Biazetto, nº 158 e aquelas três primeiras com sede à Rua Coronel Dulcídio, nº 800.

Sendo:

- 10.000 (dez mil) unidades: Licenças de uso de software antivírus **KASPERSKY ENDPOINT SECURITY ADVANCED,** 36 (trinta e seis) meses.

Atestamos que a mesma tem suprido todas as expectativas quanto ao grau de integridade e regularidade nos serviços prestados, cumprindo corretamente com todas as condições contratuais, não havendo portanto, nada que venha a desabonar sua conduta, comercial ou tecnicamente. Tendo os compromissos assumidos pela empresa cumpridos satisfatoriamente.

Curitiba, 30 de Outubro de 2018.

Marcos Tulio
CTI/CIOP/NPIP
Gestor do Contrato - 4600011766

Jefferson Augusto Soletti
Gerente CTI/CIOP/NPIP – NC PLAN IMPL INFRA PLATAFORMAS

ARMIN FURBRINGER
Gerente Departamento CTI/CIOP
COORDEN INFRAESTRUT E OPERACAO

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - Ce.
16 JUL. 2019

AUTENTICAÇÃO Nº IA 44329

Grupo EdsonQueiroz



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa Network Secure Segurança Da Informação Ltda., estabelecida na Av. Pontes Vieira, 2340 - Dionísio Torres, Ed. UNO Medical & Office - Sala 510 - 514 - 5º andar - Fortaleza/CE, CEP: 60135-238, inscrita no CNPJ 05.250.796/0001-54, prestou a esta empresa, serviços técnicos na área de informática.

1. DADO DO CONTRATO

Contratante: QUEIROZ PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ: 23.651.139/0001-09

Endereço: PRAÇA DA IMPRENSA, SN - DIONISIO TORRES, CEP: 60.135-690 – FORTALEZA/CE.

2. ENTREGAS REALIZADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	KASPERSKY ENDPOINT DETECTION AND RESPONSE OPTIMUM	5.000
2	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO	1
3	SUPORTE E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, COM ATENDIMENTO 8X5 (OITO HORAS POR DIA POR CINCO DIAS NA SEMANA) COM ATÉ 4 (QUATRO) HORAS DE ATENDIMENTO MENSAL, POR ANALISTAS CERTIFICADOS PELO FABRICANTE KASPERSKY NO PERÍODO DE 21 (VINTE E UM) MESES CORRIDOS.	1

3. DESEMPENHO DAS ENTREGAS REALIZADAS

Os itens acima relacionados foram entregues de forma satisfatória, não constando em nossos registros, até a presente data, nada que desabone a conduta e a responsabilidade da Network Secure Segurança Da Informação Ltda, com suas obrigações assumidas.

Fortaleza/CE , 06 de abril de 2022.

Elizardo José Vieira Medeiros e Silva
Gerente de Operações e Infraestrutura de TI
Elizardo.medeiros@geq.com.br
(85) 98868-9058

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Aracaju, 06 de JUNHO de 2018.

Declaramos para quem possa interessar que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ: 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, 3373 – Joaquim Távora, CEP: 60.120-220, Fortaleza – CE, vendeu/forneceu, a solução **KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT**, licenças de uso de software antivírus para servidores e estações de trabalho, estações móveis e smartphones, e demais características, com atualização continuada, incluindo Serviços de Planejamento, Instalação, Configuração, Transferência de Conhecimento, bem como atualização continua das versões e Suporte Técnico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses para o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS.**, inscrita sob o CNPJ nº 10.728.444/0001-00, com sede na Avenida Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia, Bairro Jardins – Aracaju/SE, CEP: 49.025-330.

Sendo:

- 2.000 (Duas mil) licenças KASPERSKY ENDPOINT SECURITY SELECT, por 36 (Trinta e seis) meses.

Atestamos que a mesma tem suprido todas as expectativas quanto ao grau de integridade e regularidade nos serviços prestados, cumprindo corretamente com todas as condições contratuais, não havendo portanto, nada que venha a desabonar sua conduta.

Demair de Sá Ramos
Coord. de Segurança da Informação
Matrícula: 1953293

Demair de Sá Ramos - 1953293
Técnico em Tecnologia da Informação
demair.ramos@ifs.edu.br / 79 3711-3225
Instituto Federal de Sergipe

Certifico que a presente cópia fotográfica é reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE,
18 OUT. 2018

Digitalizado com CamScanner

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **Network Secure Segurança Da Informação Ltda**., estabelecida na Av. Pontes Vieira, 2340 - Dionísio Torres, Ed. UNO Medical & Office - Sala 510 - 514 - 5º andar - Fortaleza/CE, CEP: 60135-238, inscrita no CNPJ 05.250.796/0001-54, vendeu, forneceu e prestou a esta empresa, serviços técnicos na área de informática.

1. DADO DO CLIENTE

Contratante: M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
CNPJ: 07.206.816/0001-15
Endereço: RODOVIA BR 116, KM 18, S/N, JABUTI, CEP N° 61.760-000 – EUSÉBIO/CE
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses

2. OBJETIVO DO SERVIÇO

Serviços especializados de gerenciamento e suporte para a solução de proteção avançada de endpoints da Kaspersky *EDR Expert* e *Endpoint Detection and Response Optimum*), fornecidos pela Network Secure e atualmente em produção no ambiente computacional da M Dias Branco.

3. ENTREGAS REALIZADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Kaspersky Endpoint Detection And Response Optimum	5.600
2	Outsourcing de Segurança da Informação: Serviços Gerenciados de Proteção Avançada de Endpoints Kaspersky EDR Expert e Kaspersky Endpoint Detection And Response Optimum), no regime 24x7	1.100
3	Serviço de Implantação, Configuração, Suporte, Serviços Gerenciados de Monitoramento, Manutenção e Gestão Da Solução	1

4. DESEMPENHO DAS ENTREGAS REALIZADAS

Os itens acima relacionados foram entregues de forma satisfatória, não constando em nossos registros, até a presente data, nada que desabone a conduta e a responsabilidade da Network Secure Segurança Da Informação Ltda, com suas obrigações assumidas.

Eusébio/CE , 16 de dezembro de 2022.

_____

Márcio Maciel
Coordenador de Segurança da informação
Márcio.Andrade@mdiasbranco.com.br
TELEFONE: (21) 98382-7777

Clicksign eb668887-e79d-415d-a83a-1015f32c7425

MDias Branco - Kaspersky EDR.pdf

Documento número #eb668887-e79d-415d-a83a-1015f32c7425

Hash do documento original (SHA256): 2d8d1b523e8e20867f6aa64e6bb055a5a7f000ee5546ece08db60c4d5c852ffd

Assinaturas

Márcio Maciel
CPF: 111.014.567-52
Assinou em 19 dez 2022 às 11:41:26

Log

16 dez 2022, 14:30:47	Operador com email thiago.teles@networksecure.com.br na Conta 3f65b887-ad53-46cb-b0d6-e806684df2bc criou este documento número eb668887-e79d-415d-a83a-1015f32c7425. Data limite para assinatura do documento: 15 de janeiro de 2023 (14:29). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
16 dez 2022, 14:30:48	Operador com email thiago.teles@networksecure.com.br na Conta 3f65b887-ad53-46cb-b0d6-e806684df2bc adicionou à Lista de Assinatura: marcio.andrade@mdiasbranco.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Márcio Maciel.
19 dez 2022, 11:41:26	Márcio Maciel assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcio.andrade@mdiasbranco.com.br. CPF informado: 111.014.567-52. IP: 201.17.103.209. Componente de assinatura versão 1.422.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2022, 11:41:27	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número eb668887-e79d-415d-a83a-1015f32c7425.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº eb668887-e79d-415d-a83a-1015f32c7425, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

PagueMenos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fortaleza, 14 de outubro de 2019.

Declaramos para devidos fins que o funcionário **CAIO VICTOR NUNES MOURA**, RG nº **2002009035718**, funcionário da empresa: **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**, sob o nº 000074, inscrita sob o CNPJ nº 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, 3373 – Joaquim Távora, CEP: 60.120-220, Fortaleza - CE, prestou serviços remotos e presenciais, dos produtos: (10.000 Licenças Kaspersky Endpoint Security for Business, a nossa empresa: **EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS SA.,** inscrita no CNPJ de nº 06.626.253/0001-51, situada na RUA SENADOR POMPEU, 1520 – Bairro: CENTRO - CEP: 60.025-002, FORTALEZA/CE:

- Serviço de Suporte Técnico Mensal as soluções Kaspersky;
- Serviço de Instalação e Configuração as soluções Kaspersky.

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Afro José Campos de Vasconcelos

NOME: Afro José Campos de Vasconcelos
CARGO: Diretor de Tecnologia
E-MAIL: Afro@pmenos.com.br
TELEFONE: (85) 3198-3421

PagueMenos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fortaleza, 14 de Outubro de 2019.

Declaramos para devidos fins que o funcionário **CAIO VICTOR NUNES MOURA**, RG nº **2002009035718**, funcionário da empresa: **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**, sob o nº 000074, inscrita sob o CNPJ nº 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, 3373 – Joaquim Távora, CEP: 60.120-220, Fortaleza - CE, prestou serviços remotos e presenciais, dos produtos: (2200 Licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Total e 70 Licenças Kaspersky Security Virtual Server (antigo Kaspersky for Virtualization), a nossa empresa:**CSP COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM.,** inscrita no CNPJ de nº 09.509.535/0001-67, situada na Rodovia CE 155 - km 11,5 – SN – Bairro: Pecém - cep: 62.674-000 São Gonçalo do Amarante/CE.

Onde englobou:

- Serviço de Suporte Mensal Remoto e Presencial Kaspersky (Com visitas bimestrais);
- Serviço de Instalação e Configuração Presencial

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

CSP - Companhia Siderúrgica do Pecem
Eriko Bezerra
IT Infrastructure Coordinator

NOME: ERIKO SOUSA MACHADO BEZERRA
CARGO: COORDENADOR DE TI
E-MAIL: ERIKO.BEZERRA@CSPECEM.COM
TELEFONE: 85-31048492

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - Ce.
13 DEZ. 2019
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
RAFAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
MARIA MARY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA
THIAGO FERNANDES ARAUJO - SUBSTITUTO
PLMT 03
AUTENTICAÇÃO
N. ID 834463

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fortaleza, 13 de setembro de 2019.

Declaramos para quem possa interessar que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ: 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, 3373 – Joaquim Távora, CEP: 60.120-220, Fortaleza – CE, vendeu/forneceu, soluções do fabricante **KASPERSKY LAB**, para prover proteção de uso de software por 12 (doze) meses, atualizações contínuas, para a **SER EDUCACIONAL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.986.320/0001-13, situada AV DA SAUDADE, 254, Bairro: SANTO AMARO – CEP: 50.100-200 – Recife/Pernambuco. Telefone (81)99978-4367. **Sendo:**

QTDE	DESCRIÇÃO	PRAZO
20	KHC CLOUD SECURITY VIRTUAL SERVER	1 ANO
6.500	KES – KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT	1 ANO

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Bruno Amorim
Gerente de Infraestrutu
Mat. 010110597
SER EDUCACIONA

BRUNO AMORIM
GERENTE DE INFRAESTRUTURA E TI
bruno.amorim@sereducacional.com / (81) 99978-4367

Certifico que a presente cópia fotostática é reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE,
29 OUT. 2019
AUTENTICAÇÃO
N. ID 072468

Digitalizado com CamScanner

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 05.250.796/0001-54, estabelecida na Rua Capitão Melo, 3373 Dionísio Torres, CEP: 60.115-222, Fortaleza – CE, forneceu os serviços listados abaixo, objetos dos contratos 11/2013 e 13/2014, para o **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, CNPJ 09.444.530/0001-01, em conformidade como especificado no quadro a seguir:

	FABRICANTE: KASPERSKY LAB		
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade	Unidade
1	Renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business – SELECT (36 meses)	5500	Und
2	Renovação de licenças Kaspersky Security for Mail (36 meses)	5500	Und
3	Fornecimento de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business – SELECT (36 meses)	2500	Und
4	Fornecimento de licenças Kaspersky Security for Mail (36 meses)	2500	Und
5	Banco de horas para consultoria técnica com nível de atendimento 24x7	250	Hora

Registramos, ainda, que durante o período contratual foi realizada a prestação de serviço de suporte técnico remoto (por telefone e/ou por meios eletrônicos) para os produtos listados na tabela acima(itens de 1 a 4), e foram prestados de forma satisfatória, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Fortaleza, 01 de setembro de 2016.

8º Tab. AGUIAR

Andrea Antunes de Carvalho

Andrea Antunes de Carvalho
Diretora da Divisão de Suporte Técnico

Cristiano Henrique Lima de Carvalho
Diretor do Departamento de Infraestrutura de TI

Luciano Comin Nunes
Secretário de Tecnologia da Informação

AGUIAR 8º Tabelionato
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
[GDUE77RO] - ANDREA ANTUNES DE CARVALHO
Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R$3,65.
Fortaleza, 01 de setembro de 2016 às 09:46:06 - Código do Ato: 002001
Escrevente Autorizado: ELANE DAYANE LIMA DA SILVA

ESTADO DO CEARÁ
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto
Tabelião: Antônio Cláudio Mota de Aguiar
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce – CEP: 60170-00
Fone 85 3466-7777 – Site: www.cartorioaguiar.com.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para quem possa interessar que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ: 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, 3373 – Joaquim Távora, CEP: 60.120-220, Fortaleza – CE, vendeu/Forneceu, a solução KASPERSKY TOTAL SECURITY FOR BUSINESS, com características técnicas que englobam: antimalware, firewall, proteção assistida em nuvem via *Kaspersky Security Network*, gerenciamento centralizado via *Kaspersky Security Center*, controle de aplicativos, listas brancas de aplicativos, controle da web, controles de dispositivos, proteção de servidores de arquivos, gerenciamento de dispositivos móveis, segurança de *endpoints* móveis (para *tablets* e *smartphones*), criptografia, configuração e implementação de sistemas, verificação avançada de vulnerabilidades, gerenciamento de correções, segurança de servidores de e-mail, proteção de gateways da web/internet e segurança de servidores de colaboração, bem como **SUPORTE TÉCNICO** efetuado mediante atendimento telefônico, correio eletrônico, atendimento remoto ou pela internet, com o objetivo de solucionar problemas de funcionamento e disponibilidade do software, bem como de esclarecer dúvidas relacionadas à instalação, configuração e uso do produto, com vigência por 36 (trinta e seis) meses, em sendo adquirido pela empresa **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.**, inscrita no CNPJ de nº 05.288.790.0001-76, situada na PRAÇA D. PEDRO II S/N, 949 – Bairro: Centro – CEP: 65.010.905– São Luiz/Maranhão.

Sendo:

- 4.100 unidades: Licenças de uso de software antivírus *Kaspersky Total Security for Business*, 36 (trinta e seis) meses, com Suporte Técnico por 36 (trinta e seis) meses.

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Conforme edital.

São Luís, (MA), 25 de novembro de 2016

Alberto Tadao Arimori
CPF: 120.123.328-38
Coordenador de Infraestrutura e Telecomunicações
tarimori@tjma.jus.br
Telefone: (98) 3194-5870

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - Ce.
13 DEZ. 2019
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
WKPZ 03
AUTENTICACAO
N. ID 834454

Digitalizado com CamScanner

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fortaleza, 29 de Outubro de 2018.

Declaramos para quem possa interessar que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ: 05.250.796/0001-54, situada na Rua Capitão Melo, n° 3373, Joaquim Távora, CEP:60.120-220, Fortaleza-CE, vendeu/Forneceu, a solução **KASPERSKY END-POINT SECURITY ADVANCED**, com características técnicas que englobam: antivírus corporativo para equipamentos do sistema operacional Windows: Estações de Trabalhos e Servidores. Criptografia abrangente; suporte para dispositivos removíveis; compartilhamento seguro de dados; transparência para os usuários finais; controles de Endpoints; controle de aplicativos; controle de dispositivos; controle da web; listas brancas dinâmicas; Recursos de proteção de endpoints; avançado antimalware de endpoints; proteção assistida em nuvem; para estações com Operacional Windows com versões XP, Vista e superiores; Serviço de Configuração e gerenciamento de correções do sistema; Gerenciamento de correções; Criptografia; Implementação remota de software; Controle de admissão na rede (NAC); Implementação de imagens do sistema operacional e de aplicativo, Gerenciamento de hardware, software e licenças; Recursos de segurança para dispositivos móveis; Tecnologias antimalware inovadoras; Implementação com provisionamento por conexão sem fio; Ferramentas antirroubo remotas; Controle de aplicativos para dispositivos móveis e suporte para dispositivos de funcionários, com IoS 8.X e superior (iPad, iPhone etc) ou android 4.X e superior, entre outros, Serviço de Administração e Monitoramento de Segurança, por meio do fornecimento, Instalação e Configuração de antivírus em redes com 1.800 (mil e oitocentos) ativos de TI, com vigência por 12 (doze) meses, sendo adquirido pela empresa para a **TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A-CAFÉ SANTA CLARA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 63.310.411/0001-01, situada na Rua Santa Clara, n°100, Parque Santa Clara - CEP: 61.760-000, Eusebio/Ceará. Telefone: (85) 4006 5544.

Sendo:

- 1.800 (mil e oitocentas) unidades: Licenças de uso de software antivírus **KASPERSKY ENDPOINT SECURITY ADVANCED,** 12 (doze) meses.

Declaramos ainda que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** sob o CNPJ nº 05.250.796/0001-54, disponibilizou o Analista Sr. Jackson Bantim Bandeira, portador da Identidade sob o nº 2005009131819 e CPF nº 028.659.103-00, pelo período de 02 de Julho à 31 de Julho de 2016, para a implantação da solução KASPERSKY, Versão: **KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS ADVANCED**, no qual executou o serviço de forma satisfatória e conforme nossas expectativas.

Informamos que a mesma presta Suporte Mensal em regime 8x5 (Oito horas por dia, por 5 dias na semana), com banco de horas de 16 (dezesseis) horas, com vigência até 02 de Maio de 2019.

Atestamos que a mesma tem suprido todas as expectativas quanto ao grau de integridade e regularidade nos serviços prestados, cumprindo corretamente com todas as condições contratuais, não havendo portanto, nada que venha a desabonar sua conduta.

Rafael Formoso Perelli
Coordenador TI
rafaelperelli@3coracoes.com.br
(85) 99237-0560

Kaspersky United

Partner Program

kaspersky
Platinum Partner

Kaspersky hereby certifies that

Network Secure

Fortaleza / Brazil

Platinum Partner

is authorised to resell Kaspersky products and services.
The Kaspersky Partner agreement recognises
the commitment of both companies to offer superior
solutions and customer service

Certificate is valid till **31/01/2024**
Partner PIN **NE15BR00**

Andrey Efremov,
Chief Business Development
Officer



Av. Queiroz Filho, 1.700
Torre A, Conjunto 802
São Paulo - SP
05319-000

www.kaspersky.com

São Paulo, de 27 Dezembro de 2023

Prezados(as) Senhores(as)

A Kaspersky Lab Soluções Seguras Brasil Ltda., com sede em São Paulo-SP, declara que a empresa **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 05.250.796/0001-54, é uma revenda certificada e credenciada para fornecimento de produto desde 2002, membro Platinum do Programa de Parceria da Kaspersky, é autorizada a operacionalizar e/ou vender contratos para órgãos públicos, tendo profissionais certificados para a prestação de serviços de implantação, instalação, configuração e prestação de suporte técnico das soluções e para ministrar treinamentos referentes às soluções.

Por motivos internos referente às políticas de treinamento e atualização do programa de canais da Kaspersky Lab, esta declaração tem validade até 31 de Dezembro de 2024.

Com a intenção de gerar confiança e estabelecer um relacionamento duradouro e de sucesso com sua respeitada instituição, coloco-me à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos ou comentários.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Roberto Rebouças
0EE14D2AACA8443...

Roberto Rebouças
Diretor Geral Brasil
Roberto.reboucas@kaspersky.com
Fone: +55 (11)4280-1768

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelope Id: 4AE04F65CE7F4C64AA1469E3FE2606AA
Status: Completed
Subject: Here is your signed document: DECLARAÇÃO KASPERSKY NS2024..doc
Source Envelope:
Document Pages: 1
Signatures: 1
Certificate Pages: 1
Initials: 0
AutoNav: Disabled
EnvelopeId Stamping: Disabled
Time Zone: (UTC+03:00) Moscow, St. Petersburg

Envelope Originator:
Roberto Reboucas
Bahnhofstrasse 100
.
Zurich, . 8001
Roberto.Reboucas@kaspersky.com
IP Address: 200.194.199.174

Record Tracking

Status: Original
12/27/2023 10:02:49 PM
Holder: Roberto Reboucas
Roberto.Reboucas@kaspersky.com
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Roberto Reboucas Roberto.Reboucas@kaspersky.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	DocuSigned by: Roberto Reboucas 0EF14D2AACA8443... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 200.194.199.174	Sent: 12/27/2023 10:02:59 PM Viewed: 12/27/2023 10:03:09 PM Signed: 12/27/2023 10:03:32 PM Freeform Signing

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Elisandra Silva Elisandra.Silva@kaspersky.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 12/27/2023 10:03:33 PM Viewed: 12/27/2023 10:22:05 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	12/27/2023 10:02:59 PM
Certified Delivered	Security Checked	12/27/2023 10:03:09 PM
Signing Complete	Security Checked	12/27/2023 10:03:32 PM
Completed	Security Checked	12/27/2023 10:03:33 PM

Payment Events	Status	Timestamps

kaspersky BRING ON THE FUTURE

Pronto para LGPD

Kaspersky Endpoint Security for Business

Proteja o que a sua empresa mais valoriza

Agora que as ferramentas de crimes cibernéticos são tão acessíveis, as organizações estão observando um crescimento drástico de eventos de segurança e um aumento da probabilidade de ataques direcionados. Podemos acrescentar trabalho remoto e proliferação de métodos de troca de informações à equação, além do fato de que a maioria de nós cresceu no universo online e se tornou complacente sobre práticas de cibersegurança seguras. Nesse ambiente desafiador, como você pode ter certeza de que tem o produto de segurança correto para a sua empresa – que protegerá cada elemento da sua infraestrutura de TI contra ciberameaças avançadas, e garantirá a continuidade dos negócios em um mundo em transformação, sem estourar o orçamento?

O Kaspersky Endpoint Security for Business oferece o conjunto completo de alicerces para defesa automatizada contra ameaças e fortalecimento de sistemas que pode ser dimensionado com a sua empresa, protegendo a sua continuidade e os seus ativos. Os resultados falam por si.

A mundialmente reconhecida inteligência contra ameaças está integrada ao nosso DNA e influencia tudo o que fazemos. Como uma empresa independente, somos mais ágeis, pensamos de forma diferente e agimos mais rapidamente para confrontar e neutralizar ameaças cibernéticas, independente de suas origens ou finalidades. É assim que o nosso produto consegue fornecer proteção adaptativa que nenhum outro fornecedor consegue oferecer.

Critérios comuns

FORRESTER WAVE LEADER 2019 Endpoint Security Suites

SE Labs INTELLIGENCE-LED TESTING BEST Enterprise Endpoint WINNER 2020

SE Labs AAA ENTERPRISE ENDPOINT PROTECTION OCT-DEC 2020

AV-TEST AWARD BEST PERFORMANCE Kaspersky Endpoint Security

AV-TEST AWARD Best Usability Kaspersky Endpoint Security

AV comparatives APPROVED Business Security DEC 2020

1 "The Forrester Wave™: Endpoint Security Suites, terceiro trimestre de 2019. The 15 Providers That Matter Most And How They Stack Up" por Chris Sherman com Stephanie Balaouras, Merritt Maxim, Matthew Flug e Peggy Dostie.

2 Existem algumas restrições à série de recursos e funcionalidade que podem ser gerenciados através do console na nuvem. Para obter informações detalhadas, consulte a ajuda online.

3 "The Total Economic Impact™ Of Kaspersky Security Solutions", Forrester Research, Inc., janeiro de 2020.

Um equilíbrio perfeito de desempenho e eficiência

Nossas tecnologias adaptativas com uma abordagem multicamada para atingir o equilíbrio perfeito entre desempenho e eficácia de proteção[1].

Proteja endpoints, servidores e gateways

As tecnologias de segurança mais testadas e premiadas do mundo melhoram a detecção com um número de falso-positivos mínimo ao proteger endpoints, servidores e gateways.

Simplifique o gerenciamento e a delegação de segurança

O console unificado com[2] um modelo de implantação local ou em nuvem oferece suporte à integração do Active Directory, bem como Controle de Acesso Baseado em Função (RBAC) e painéis personalizáveis, de forma que o acesso possa ser simplificado em linha com responsabilidades de membros de equipes individuais.

Corte o custo total de propriedade e complexidade

O relatório TEI da Forrester, baseado em entrevistas de clientes, confirma que os clientes da Kaspersky conseguiram um retorno sobre investimento de 441% com a nossa solução[3]. Com a nossa oferta de SaaS, também cuidamos de atualizações de console e muito mais, sem custo extra, com a possibilidade de fornecer um retorno sobre investimento mais alto. Nosso console[3] de nível corporativo em nuvem permite que você foque em eventos de segurança, não em tarefas de manutenção.

Reforce sistemas e aumente a produtividade

Host Intrusion Prevention e os controles de aplicativos, web e dispositivos habilitados para nuvem, com "deny all" padrão reduzem sua superfície de ataque e ajudam a manter recursos corporativos sob controle, mesmo fora do seu perímetro de TI.

Identifique mais ataques e invasões

A segurança adaptativa protege os dispositivos dos usuários contra ataques direcionados que exploram vulnerabilidades não corrigidas em sistemas operacionais e outros aplicativos comuns. Ela também identifica comportamento anormal, detectando e corrigindo automaticamente ransomware direcionado e ameaças sem arquivo.

Poupa tempo ao automatizar tarefas do sistema operacional e de software

Configurar novas estações de trabalho em filiais e home offices pode ser feito de forma remota e automática. Você também pode distribuir e agendar novos aplicativos para a instalação automática após o expediente.

Simplifique iniciativas de migração

A migração direta da proteção de endpoints de terceiros ajuda a garantir uma transição tranquila e livre de erros, enquanto um serviço de auditoria de garantia de qualidade pós-implementação pode confirmar se a configuração está correta.

Transformação digital direta

A implantação de software automatizada e atualizações tranquilas entre versões de produtos minimizam o número de eventos de status de implantação, economizando tempo, e despesas, com profissionais de segurança, que são liberados para focar em tarefas mais importantes.

Nosso conhecimento é a sua capacidade

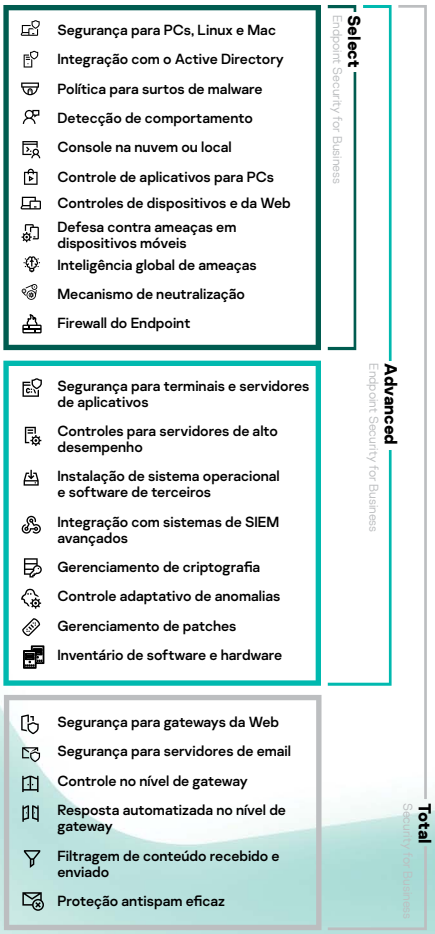
Taxas de detecção superiores e segurança adaptativa integrada possibilitam que você responda mais rapidamente a números significativos de ataques, diminuindo o seu TCO e minimizando o número de eventos que necessitam de triagem humana.

Evite erros dispendiosos

Configurações de segurança padrão são otimizadas, e o nosso consultor de segurança integrado monitora modificações, alertando os administradores sobre erros possivelmente dispendiosos.

Três pacotes de recursos progressivos

As ferramentas e tecnologias no Kaspersky Endpoint Security for Business são equilibradas de forma inteligente em níveis progressivos para atender à sua segurança envolvente e necessidades de TI em cada ponto da nossa jornada de negócios. Consulte a nossa folha de dados separada – para obter mais detalhes.



Suporte e serviços

Operando em mais de 200 países e 35 escritórios ao redor do mundo, o nosso suporte técnico apoia os seus especialistas de TI, oferecendo conselhos quando você mais precisa, 24/7/365. O nosso serviço de auditoria pós-implantação verifica se a configuração está correta e fornece garantia de qualidade para implementações de parceiros e lideradas por clientes. Saiba mais aqui.

Além da proteção de endpoints – agora e no futuro

Com base em fontes sem paralelo de inteligência de ameaças em tempo real, as nossas tecnologias evoluem continuamente, permitindo proteger o que a sua empresa mais valoriza contra as últimas ameaças cibernéticas mais complexas.

Reconhecido por responsáveis por decisões e líderes do setor

Esqueça a propaganda de marketing, escute às recomendações de quem já atualizou para o Kaspersky Endpoint Security for Business, e está aproveitando os benefícios:

- Proteção extraordinária consistente – atualizações fáceis de uma etapa garantem que você sempre atualize e esteja pronto para combater as últimas ameaças
- Maximiza o número de incidentes processados sem aumentar os custos da equipe
- Integração mais profunda de componentes – criada localmente com décadas de melhores classificações e verificação independente
- Tudo o que você precisa em uma única compra – custo transparente e licenciamento.

Gartner peerinsights customers' choice 2019 ™

Information Security Manager

Setor Finanças
Tamanho da firma US$ 500M – 1B
Última atualização 2020
https://kas.pr/epp-ref5

> "Tecnologias eficazes para o cenário de ameaças moderno."

Experimente você mesmo

O nosso forte foco em P&D permite que implantemos recursos para o que mais importa, oferecer tecnologias de proteção econômicas e incorporar diversas inovações tecnológicas em nossos produtos. Por que não experimentar proteção adaptativa contra ameaças avançadas direcionadas à sua empresa para você mesmo? Visite esta página para obter uma avaliação gratuita de 30 dias do Kaspersky Endpoint Security for Business.

O panorama geral – Produtos de segurança de TI da Kaspersky IT para empresas

A proteção de endpoints, embora seja crítica, está apenas no começo. Independente de você operar ou não a melhor estratégia de segurança de origem única, a Kaspersky oferece produtos para infraestruturas de nuvem híbrida e sistemas Windows XP antigos que interagem ou funcionam de forma independente, de forma que você possa escolher sem sacrificar a eficiência do desempenho ou a liberdade de escolha. Saiba mais em nosso site.

Notícias sobre ameaças cibernéticas: www.securelist.com
Notícias sobre segurança de TI: business.kaspersky.com
Proteção de endpoints para organizações com departamento de TI: kaspersky.com/epp
Proteção de endpoints para empresas: kaspersky.com/enterprise-security/endpoint

www.kaspersky.com.br

© 2021 AO Kaspersky Lab.
As marcas registradas e marcas de serviço pertencem aos seus respectivos proprietários.

Somos comprovados. Somos independentes. Somos transparentes. Estamos empenhados em construir um mundo mais seguro, onde a tecnologia melhore as nossas vidas. É por isso que o protegemos, para que todos, em qualquer lugar, usufruam das oportunidades infinitas que ele traz. Traga o melhor da cibersegurança para um futuro mais seguro.

Saiba mais em kaspersky.com/transparency

Proven. Transparent. Independent.

O Gartner Peer Insights Customer Choice contém opiniões subjetivas de avaliações, classificações e dados de usuários finais individuais aplicados a uma metodologia documentada; eles não representam as opiniões, nem constituem um aval por parte da Gartner ou de suas afiliadas. https://www.gartner.com/reviews/customers-choice/endpoint-protection-platforms

Kaspersky®
Security Center

Manage and protect all your devices – physical, virtual and mobile – from a powerful, single, unified console

Kaspersky Security Center takes the complexity out of security administration and IT systems management. Fully scalable, the console supports businesses with changing security needs and facilitates comprehensive systems and security management, with easy separation of administrator responsibilities – all from a single, unified management console.

Benefits

- Helps protect all your physical and virtual endpoints and servers, mobile devices and embedded systems
- Reduces exposure to attacks
- Streamlines patching
- Expedites routine tasks
- Facilitates inventory and applications deployment
- Empowers Managed Service Providers
- Shows the whole picture
- Simplifies deployment
- Plugs proven protection into cloud environments

System requirements

For the most complete, up-to-date requirements, please refer to the Kaspersky Lab Knowledge Base at https://support.kaspersky.com/#s_tab4.

Version requirements for subscription

Please check with your local partner about subscription availability in your country – and see the relevant system requirements at https://support.kaspersky.com/subscription.aspx

Centralized Management

Because the vast majority of our security technologies can be managed via a single management console – Kaspersky Security Center – it's faster and easier for your security team to apply security policies across all endpoints. Centralized management is complemented by role-based access and integrated dashboards so that each administrator can only access the tools and data relevant to their responsibilities.

New web console

Welcome to the new full-function web console for protection management. Simple to use and developed as a result of usability tests and customer feedback, it employs a user-centric management approach and has a fresh new design.

Easy scalability

Scale your security without changing your initial setup. Up to 100,000 physical, virtual and cloud-based endpoints can be managed through a single server installation of Kaspersky Security Center, and a single update agent can handle up to 10,000 hosts. Master-slave hierarchies can also be created for multiple servers, where roles and rights applied to the master server are inherited by every slave server, and the master server is fully aware of every host managed by each slave.

Key Features

Web management console

Manage core security features remotely and straightforwardly through our new full-function web console, with its user-centric approach and fresh new design. Security for Windows and Linux workstations with Kaspersky Endpoint Security for Business Select can now be managed directly through the web console. Monitoring and reporting for all Select and Advanced tier components can also be accessed in the new console[1].

The web console is available via a web browser so:

- No need to install or update remote console software
- No need to configure network ports for communication
- Platform agnostic
- Also accessible on mobile devices (e.g. tablets)

360° management

Kaspersky Security Center helps simplify complexity challenges through one console, improving efficiency and reducing your TCO:

Security management: Manage physical, virtual and cloud-based, Windows, Linux and Mac OS, Workstations, Servers, Mobile devices and Embedded Systems

Vulnerability and patch management: Detect vulnerabilities in your applications or operating system, prioritize vulnerabilities and automatically distribute patches and updates

Data protection management: Manage Kaspersky Encryption, Microsoft BitLocker and FileVault encryption to protect data on lost or stolen devices

IT asset management: Remotely install apps and updates and troubleshooting, Hardware and Software inventory, System provisioning

Out-of-the-box installation, ready-to-use configuration

Follow best practice out-of-the-box using Kaspersky Lab's preconfigured policies, or create your own. This is particularly useful for smaller organizations with limited IT admin resources available to handle additional configuration tasks.

1 Advanced tier features continue to be managed through your existing software console

Unified policies and tasks

Deploy the same policies to your Kaspersky Lab security solution, regardless of which version you're running. Once you've installed version 11 of Kaspersky Endpoint Security for Business, there'll be no further need to maintain different sets of tasks and policies for different versions as you upgrade.

Role-based model

Assign different endpoint groups or management tasks to different administrators via Role-Based Access Control, customizing the management console so that each administrator can only access the tools and data relevant to their responsibilities.

Flexible Integration with 3rd party systems

Integrate your IT systems with Kaspersky Security Center using a standardized application programming interface – OpenAPI.

Enhanced reporting

Review a wide range of built-in and customizable reports, apply dynamic filtering and sort reports by any field. Logs are automatically exported to 3rd party SIEM systems.

Built-in audit best practices

Compare versions and roll back settings. Kaspersky Security Center logs and stores all changes to settings, policies, tasks and managed applications for easy roll-back if required, while audit capabilities allow administrators to compare policies and obtain reports showing changes.

Optimized updates and traffic

A new signature update mechanism reduces the volume of update traffic travelling between your Kaspersky Security Center server and agents by up to 20 times.

Further volume optimization can be achieved by using a remote endpoint as an update agent; every update agent can now also serve as a Kaspersky Security Network proxy in remote environments.

How to buy

Kaspersky Security Center is included in:

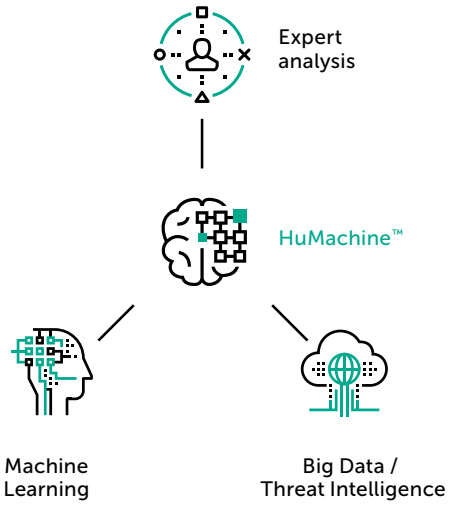
- Kaspersky Total Security for Business
- Kaspersky Endpoint Security for Business Advanced
- Kaspersky Endpoint Security for Business Select
- Kaspersky Vulnerability & Patch Management
- Kaspersky Hybrid Cloud Security
- Kaspersky Security for Storage
- Kaspersky Security for Mail Server

Find a partner near you: www.kaspersky.com/buyoffline

#truecybersecurity
#HuMachine

www.kaspersky.com

© 2019 AO Kaspersky Lab. All rights reserved. Registered trademarks and service marks are the property of their respective owners.



kaspersky BRING ON THE FUTURE

Kaspersky Endpoint Security for Business
Advanced

Kaspersky Endpoint Security for Business Advanced combines multi-layered security with extended control tools to deliver an agile security solution that rapidly adapts to protect against new threats. The security and systems management console saves valuable time and resources, while extra defensive layers help eliminate vulnerabilities and further safeguard sensitive data.

The protection and management capabilities you need
Kaspersky has built powerful enterprise-class features into the progressive tiers of our products. We've made sure that the technology is uncomplicated and flexible enough for any growing business to use..

Multiple protection layers for
- Windows, Linux and Mac
- Windows and Linux servers
- Windows Server containers
- Android and other mobile devices
- Removable storage

Unparalleled defense against
- Software exploits
- Ransomware
- Mobile malware
- Advanced threats
- Fileless threats
- PowerShell & script-based attacks
- Web threats

Features included
- Anti-Malware
- Vulnerability Management
- Security Policy Adviser
- Exploit Prevention and Rollback
- Firewall and OS firewall management
- Cloud-assisted protection
- Full integration with Kaspersky EDR Optimum NEW
- Full integration with Kaspersky Sandbox NEW
- Adaptive Anomaly Control
- Application, Web and Device
- Controls
- Server and containers protection
- Remote Data Wipe NEW
- Mobile Threat Defense
- OS encryption management
- System configuration & deployment
- Patch Management
- Reporting
- Web and MMC based consoles

See our webpages for details here.

Advanced protection, control and security systems management

Intelligent security for endpoints and servers

Kaspersky Endpoint Security for Business Advanced is designed to secure any IT environment. A full stack of proven and innovative technologies, including Adaptive Anomaly Control, encryption and automated patch management, addresses even advanced and unknown threats, reducing your risk and keeping your organization, your data and your users safe.

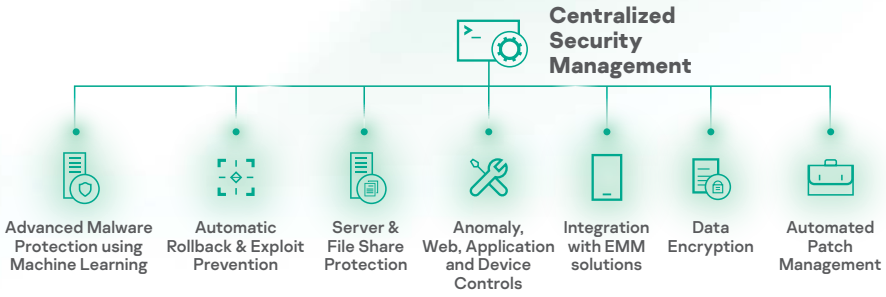
Systems management tools save time and money, while seamless integration with new Kaspersky EDR Optimum and Kaspersky Sandbox makes it easy to add powerful automated detection and response capabilities to this security armory.

One management console

From the 'single pane of glass' management console, administrators can view and manage the entire security landscape and apply your chosen security policies to every endpoint in your business. This helps deploy security rapidly and with minimum interruption or fuss, using the wide range of preconfigured scenarios.

Most tested, most awarded

Year after year our products top the charts in independent tests and reports. We're proud of this remarkable track-record and all the industry recognition that goes with it. And we're even more proud that our customers feel the same way, consistently expressing outstanding levels of satisfaction with our products and our performance.



About Adaptive Anomaly Control
This technology automatically helps apply the highest acceptable level of security for each role in the organization. After first monitoring specific actions and collecting information about the behavior of users and applications, it identifies and learns distinctive patterns of behavior, right down to individual user level. If an application then displays abnormal behavior against this pattern, the application is blocked. All without end-users being interrupted.

About Kaspersky EDR Optimum NEW
(sold separately)

The EDR capabilities already built into Kaspersky Endpoint Security for Business can be further boosted with new Kaspersky EDR Optimum. The result is full visibility and the ability to apply root-cause analysis for a complete understanding of the status of your corporate defenses against advanced threats. Your IT security specialist is provided with the information and insights needed for effective investigation and a fast, accurate response to incidents before any damage can occur – as well as basic threat hunting capabilities (IoC scanning).

About Kaspersky Sandbox NEW
(sold separately)

Kaspersky Sandbox automatically protects against advanced threats designed to bypass endpoint protection. Based on dynamic threat emulation technology, Kaspersky Sandbox uses our best practices in combating complex threats and APT-level attacks, ensuring an automated response across all endpoints.

Key features

Multi-layered intelligent protection

File, Web and Mail Threat Protection, Firewall, Network Threat Protection, BadUSB Attack Prevention and AMSI Protection Provider deliver essential protection, while advanced protection components, including HIPS, Kaspersky Security Network, ML-powered Behavior Detection (with Automatic Roll-Back), Anti-Ransomware Protection and Exploit Prevention, can detect and repel even new and unknown threats. Host Intrusion Prevention and centralized web, device, application and anomaly controls reduce your attack surface and help keep users safe and productive.

Windows, Mac, Linux – all covered

Protection for Windows and Linux endpoints and servers, and for Mac for workstations, are all administered from the same console – ideal for mixed environments.

Mobile management and protection

Powerful anti-malware combined with cloud-assisted threat intelligence, web control and anti-phishing, mobile device management capabilities and integration with EMM systems.

Encryption and data protection

FIPS 140.2 and Common Criteria-certified encryption can be centrally enforced at file, disk or device-level, with native encryption tools such as Microsoft BitLocker and macOS FileVault.

System, vulnerability and patch management

Streamlining and centralizing admin tasks to save time and money, as well as further heightening your security, with:

- Advanced in-depth scanning for vulnerabilities, and automated patch distribution
- Time and resource-saving OS and software deployment
- Centralized system image creation, storage and deployment - ideal for upgrade to Microsoft Windows 10
- Hardware and software inventory reports - helping control software license obligations.

Flexible 360° management

Kaspersky Security Center, our central management console, makes it easier for administrators to configure, deploy, update and manage their security. It simplifies the application of group tasks, policies and policy profiles and the generation of reports.

Integration for advanced prevention, detection and response

Kaspersky Endpoint Security for Windows is designed to integrate with **Kaspersky Sandbox** and **Kaspersky EDR Optimum** for advanced automated detection and response.

Experience it for yourself

Why not experience adaptive protection against advanced threats targeting your business for yourself? Visit this page for a free 30-day trial of Kaspersky Endpoint Security for Business.

Cyber Threats News: www.securelist.com
IT Security News: business.kaspersky.com
IT Security for SMB: kaspersky.com/business
IT Security for Enterprise: kaspersky.com/enterprise

www.kaspersky.com

2020 AO Kaspersky Lab. All rights reserved.
Registered trademarks and service marks are the property of their respective owners.

We are proven. We are independent. We are transparent. We are committed to building a safer world, where technology improves our lives. Which is why we secure it, so everyone everywhere has the endless opportunities it brings. Bring on cybersecurity for a safer tomorrow.

Know more at kaspersky.com/transparency

Proven.
Transparent.
Independent.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: CERTIFICADOS DOS PROFISSIONAIS - NETWORK

Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Anderson Cleyton Benicio Furtado

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security and Management (002.11.6)

Issued on: **26 January 2022**
Certificate number: **002.11.6-AAS-0422141**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified
System Engineer

Kaspersky hereby confirms that

Anderson Cleyton Benicio Furtado

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

System Engineer: Kaspersky Security Center. Systems Management (009.12)

Issued on: **28 January 2022**
Certificate number: **009.12-AAS-0437519**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: HybridCloud Security.Virtualization-Light Agent (031.51)

Issued on: **25 January 2021**
Certificate number: **031.51-AAS-0097892**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security Cloud (040.80)

Issued on: **18 January 2021**
Certificate number: **040.80-AAS-0099359**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified
System Engineer

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

System Engineer: Kaspersky Security Center. Scaling (302.11)

Issued on: **29 January 2021**
Certificate number: **302.11-AAS-0097894**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky EDR Optimum (024.2)

Issued on: **01 March 2022**
Certificate number: **024.2-AAS-0443736**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky EDR Optimum (P24.10)

Issued on: **15 January 2021**
Certificate number: **P24.10-AAS-0098656**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: KATA Platform & EDR Expert Presales (P25.37)

Issued on: **31 March 2022**
Certificate number: **P25.37-AAS-0449703**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Managed Detection and Response (P26.2.1)

Issued on: **31 March 2022**
Certificate number: **P26.2.1-AAS-0449714**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Sales
Specialist

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Sales Specialist: Kaspersky Endpoint Security for Business (S02.11.1)

Issued on: **08 July 2022**
Certificate number: **S02.11.1-AAS-0460970**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Sales
Specialist

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Sales Specialist: Kaspersky Optimum Security (S54.10)

Issued on: **08 July 2022**
Certificate number: **S54.10-AAS-0460976**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Sales Specialist

Kaspersky hereby confirms that

anderson FRANÇA

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Sales Specialist: Kaspersky Security Awareness for Enterprises (S56.10)

Issued on: **10 March 2022**
Certificate number: **S56.10-AAS-0445522**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security and Management (002.11.6)

Issued on: **11 January 2023**
Certificate number: **002.11.6-AAS-0472968**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security Cloud (040.16)

Issued on: **11 January 2023**
Certificate number: **040.16-AAS-0479160**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Accomplishment
Sales

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Accomplishment: Kaspersky Threat Attribution Engine (AS50.10)

Issued on: **21 November 2022**
Certificate number: **AS50.10-AAS-0474299**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Accomplishment
Sales

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Accomplishment: Kaspersky Sandbox (ASS23.10)

Issued on: **21 November 2022**
Certificate number: **ASS23.10-AAS-0474295**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Accomplishment
Sales

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Accomplishment: Kaspersky Managed Detection and Response (AS26.10)

Issued on: **21 November 2022**
Certificate number: **AS26.10-AAS-0474294**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Security Awareness for Enterprises (056.10)

Issued on: **19.04.2023**
Certificate #: **056.10-12318**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



kaspersky

Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Secure Mail Gateway (036.2)

Issued on: **24.04.2023**
Certificate #: **036.2-12876**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



kaspersky

Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Embedded Systems Security. What's new (037.30)

Issued on: **16 November 2022**
Certificate number: **037.30-AAS-0473313**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Fraud Prevention (090.10)

Issued on: **22 November 2022**
Certificate number: **090.10-AAS-0473312**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Industrial CyberSecurity (038.3.1)

Issued on: **18.04.2023**
Certificate #: **038.3.1-12133**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



kaspersky

Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Automated Security Awareness Platform (080.02)

Issued on: **24.04.2023**
Certificate #: **080.02-12894**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



kaspersky

Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: KATA Platform & EDR Expert (025.37)

Issued on: **29 November 2022**
Certificate number: **025.37-AAS-0474522**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified
System Engineer

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

System Engineer: Kaspersky Security Center. Systems Management (009.12)

Issued on: **06 February 2023**
Certificate number: **009.12-AAS-0474030**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified
System Engineer

Kaspersky hereby confirms that

gabriel holanda

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

System Engineer: Kaspersky Security Center. Systems Management (009.12)

Issued on: **06 February 2023**
Certificate number: **009.12-AAS-0474030**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: KATA Platform & EDR Expert (025.37)

Issued on: **30 April 2021**
Certificate number: **025.37-AAS-0128980**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security and Management (002.11.6)

Issued on: **01 November 2021**
Certificate number: **002.11.6-AAS-0421221**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Security for Windows Server (005.11)

Issued on: **20 September 2021**
Certificate number: **005.11-AAS-0198739**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: HybridCloud Security. Virtualization-Agentless (014.50)

Issued on: **01 November 2021**
Certificate number: **014.50-AAS-0090441**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Hybrid Cloud Security. Public Cloud Protection (020.11)

Issued on: **28 April 2021**
Certificate number: **020.11-AAS-0128981**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Industrial CyberSecurity (038.25)

Issued on: **21 July 2021**
Certificate number: **038.25-AAS-0129017**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security Cloud (040.80)

Issued on: **01 December 2021**
Certificate number: **040.80-AAS-0428763**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Fraud Prevention (090.10)

Issued on: **27 December 2021**
Certificate number: **090.10-AAS-0433067**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Endpoint Security and Management. What's New (202.11.1)

Issued on: **21 December 2020**
Certificate number: **202.11.1-AAS-0095787**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified
Professional

Kaspersky hereby confirms that

Weldon Araujo

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Threat Intelligence (P39.03)

Issued on: **01 November 2021**
Certificate number: **P39.03-AAS-0421264**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Yuri Guimarães

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky EDR and Anti Targeted Attack Platform (025.37)

Issued on: **30 April 2021**
Certificate number: **025.37-AAS-0129276**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Accomplishment
Sales

Kaspersky hereby confirms that

Yuri Guimarães

has successfully completed all the requirements
to acquire the certificate:

Accomplishment: Kaspersky Endpoint Security Cloud. What's new? (AS40.80.1)

Issued on: **14 May 2020**
Certificate number: **AS40.80.1-AAS-0069741**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Kaspersky Certification

kaspersky

Certified Professional

Kaspersky hereby confirms that

Yuri Guimarães

has successfully completed all the requirements to acquire the certificate:

Certified Professional: Kaspersky Endpoint Security and Management (002.11.1)

Issued on: **13 May 2020**
Certificate number: **002.11.1-AAS-0069527**

Eugene Kaspersky,
Chief Executive Officer



Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NETWORK

AO
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2024
PROCESSO Nº: 10401/2023

PROPOSTA DE PREÇO

Apresentamos nossa proposta de preçoo em atendimento ao edital do pregão eletrônico, em epígrafe.

Item	Descrição	Marca/Modelo/ Fabricante	Qtd	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	Kaspersky Lab / Kaspersky Endpoint Security for Business – Advanced Part Number: KL4867KA*TJ	3000	R$136,00	R$408.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	Kaspersky Lab / Kaspersky Endpoint Security for Business – Advanced Part Number: KL4867KA*TC	1000	R$138,00	R$138.000,00
VALOR TOTAL					R$ 546.000,00

O valor total R$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais)

O prazo de validade da proposta é de **120 (cento e vinte) dias,** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

DADOS DA EMPRESA PARA FATURAMENTO

Razão Social: NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
Endereço: Av. Pontes Vieira, 2340 - Dionisio Torres, UNO - Medical & Office - Sala 510 à 514 - 5º andar, CEP: 60135-238, Fortaleza/CE

Dados Bancários:
Banco do Brasil, 001**, Agência:** 3515-7 **– Conta Corrente:** 7028-9
Telefone: (85) 3195-2200
E-mail: licitacoes@networksecure.com.br

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP/ CONTRATO

Nome: Yure Leopoldo Sabino De Freitas
Função: Diretor Comercial
CPF: 525.285.023-20
Tel.: (85) 3195-2200 / 2231 / 2212
Endereço Eletrônico (e-mail): yure.sabino@networksecure.com.br

Fortaleza/CE, 11 de Janeiro de 2024

YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS

Assinado de forma digital por YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS
Dados: 2024.01.15 10:23:10 -03'00'

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ Nº 05.250.796/0001-54
Yure Leopoldo Sabino De Freitas
Diretor Comercial
CPF Nº 525.285.023-20

AO
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2024
PROCESSO Nº: 10401/2023

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 OBJETO

1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

ITEM	OBJETO	QTD	VLR UN (R$)	VLR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

21 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

21.1 Constitui objeto desta LICITAÇÃO a aquisição e atualização de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configurações e suporte técnico remoto e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

networksecure.com.br
0800 073 2222

21.1.1 Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits
21.1.2 Compatibilidade:
21.1.2.1 Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;
21.1.3 Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits
21.1.3.1 Compatibilidade:
21.1.3.1.1 Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;
21.1.4 Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits
21.1.4.1 Compatibilidade:
21.1.4.1.1 Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;
21.1.4.1.2 Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard /Foundation / Datacenter;
21.1.4.1.3 Windows Server 2016
Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;
21.1.5 Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits
21.1.5.1 Compatibilidade:
21.1.5.1.1 Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;
21.1.5.1.2 CentOS-7 e/ou superiores;
21.1.5.1.3 Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;
21.1.5.1.4 Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;
21.1.5.1.5 Deve prover as seguintes proteções:
21.1.5.2 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;
21.1.5.3 Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);
21.1.5.4 Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mail srecebidos e enviados, assim como seus anexos);
21.1.5.5 O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;
21.1.5.6 Firewall com IDS;
21.1.5.7 Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);
21.1.5.8 Controle de dispositivos externos;
21.1.5.9 Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;
21.1.5.10 Controle de execução de aplicativos;
21.1.5.11 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;
21.1.5.12 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;
21.1.5.13 As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora
independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);
21.1.5.14 Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;
21.1.5.15 Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus,
(ex: “Win32.Trojan.banker”) para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;

networksecure.com.br
0800 073 2222

21.1.5.16 Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;
21.1.5.17 Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;
21.1.5.18 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;
21.1.5.19 Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

21.1.6 Servidor de Administração e Console Administrativa

21.1.6.1 Compatibilidade
21.1.6.1.1 Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;
21.1.6.1.2 Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;
21.1.6.2 Características
21.1.6.2.1 A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;
21.1.6.2.2 Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;
21.1.6.2.3 Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;
21.1.6.2.4 Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;
21.1.6.2.5 Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração
21.1.6.2.6 Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;
21.1.6.2.7 As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;
21.1.6.2.8 Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;
21.1.6.2.9 Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;
21.1.6.2.10 Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;
21.1.6.2.11 Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;
21.1.6.2.12 Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;
21.1.6.2.13 Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;
21.1.6.2.14 A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;
21.1.6.2.15 Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;
21.1.6.2.16 Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;
21.1.6.2.17 Capacidade de instalar remotamente qualquer “app” em smartphones e tablets de sistema iOS;
21.1.6.2.18 A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;

21.1.6.2.19 Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;
21.1.6.2.20 Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;
21.1.6.2.21 Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;
21.1.6.2.22 Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;
21.1.6.2.23 Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;
21.1.6.2.24 Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;
21.1.6.2.25 Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;
21.1.6.2.26 A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;
21.1.6.2.27 Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;
21.1.6.2.28 Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual;

Fortaleza/CE, 11 de Janeiro de 2024

YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS

Assinado de forma digital por YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS
Dados: 2024.01.15 10:23:35 -03'00'

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ Nº 05.250.796/0001-54
Yure Leopoldo Sabino De Freitas
Diretor Comercial
CPF Nº 525.285.023-20

3º OFÍCIO DE NOTAS -TABELIONATO PERGENTINO MAIA
Av. Padre Antonio Tomás, 920 - Aldeota - Fortaleza-CE
Tel: (85) 3304-9444 - CEP: 60140-160 - CNPJ:06.572.994/0001-05

Roberto Fiuza Maia
Notário
Rodrigo de Paula Pessoa Maia
Bernardo de Paula Pessoa Maia
Andréa Pamplona Maia
Janaina Carvalho Gois Sales
Elyana França Marques Rodrigues
Substitutos

Livro: **0539**
Folha: **104**

1º Traslado

Prot.:**092505**

PROCURAÇÃO bastante que faz e assina, **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, na forma abaixo:

Saibam quantos este público instrumento virem que, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2020 (dois mil e vinte), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, na Rua Capitão Melo, nº 3373, bairro Joaquim Távora, onde eu, Gisele Maria Tavares Pordeus de Vasconcelos, escrevente autorizada, vim em diligência, estava o sócio administrador, adiante qualificado, da ora outorgante, **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, que tem o nome de fantasia NETWORK SECURE, com sede nesta Capital, na Rua Capitão Melo, nº 3373, bairro Joaquim Távora, inscrita no CNPJ sob o nº 05.250.796/0001-54, neste ato representada por seu sócio administrador JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, nascido no dia 09/07/1981, filho de Jose Murilo Cirino Nogueira e Eluzia Peixoto da Silva, com endereço eletrônico: murilo@networksecure.com.br, residente e domiciliado nesta Capital, na Av. Coronel Miguel Dias, nº 1010, aptº 1301, T-A, bairro Guararapes, portador da CNH nº 1226678851-DETRAN-CE, registro nº 00809571455, emitida no dia 17/12/2015, onde consta a cédula de identidade nº 99010123694-SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 648.711.503-72, o presente reconhecido por mim, pela verificação dos documentos supraexibidos em seus originais, de cuja(s) identidade(s) e capacidade jurídica dou fé. Então pela outorgante NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA., me foi dito, representada como está, que nomeava e constituía seu bastante procurador, **YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS,** brasileiro, casado, diretor comercial, nascido no dia 06/10/1978, filho de Jose Maria de Freitas e Claudete Sabino Ferreira, com endereço eletrônico: yure.sabino@networksecure.com.br, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Bárbara de Sousa Costa, nº 100, casa 08, bairro Lagoa Redonda, portador da CNH nº 1406940509-DETRAN-CE, registro nº 02054920750, emitida no dia 08/12/2016, onde consta a cédula de identidade nº 559056187-SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 525.285.023-20, a quem confere poderes amplos e ilimitados para praticar todos os atos relativos à contrato em geral, responder a repartições públicas e privadas, licitação, podendo formular ofertas escritas e verbais, negociar preços, assinar documentos de habilitação, atas e instrumentos de compromisso, interpor recursos e renunciar o direito de propô-los, retirar login e senha, preenchendo e assinando todas as formalidades legais para viabilidade do mesmo, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa outorgante, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, assinar propostas, atas, documentos necessários, fazer novas propostas, rebaixos, descontos, receber em devolução documentos pertencentes a outorgante, assinar contratos, acordar, discordar, desistir de recursos, juntar e retirar documentos, prestar esclarecimentos, informações, assinar requerimentos e petições, podendo tudo requerer e assinar para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, o que será dado por bom, firme e valioso e preencher todas as formalidades

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza, CE
16 OUT. 2020
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBST.
MARTHA MARY COSTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADO

3º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIONATO PERGENTINO MAIA - Av. Pe. Antonio Tomás, 920 - Aldeota - Fortaleza-CE - Tel: (85) 3304-9444 - CNPJ: 06.572.994/0001-05 - SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICAÇÃO N. IH 593185 OCRS

cc2b-e771-1c95-112a 9fbb-0d91-96ec-81e1 www.cartorioma.com.br

legais, **sendo vedado o substabelecimento. O PRESENTE INSTRUMENTO TEM VALIDADE DE 5 (CINCO) ANOS A CONTAR DESTA DATA. (FEITO SOB MINUTA). OS PODERES AQUI ELENCADOS ESTÃO SUJEITOS À OBSERVÂNCIA DAS RESTRIÇÕES CONTIDAS NO CONTRATO SOCIAL E ADITIVOS DA REFERIDA EMPRESA. O(s) nome(s) e dados do(s) procurador(es) e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pelo(s) outorgante(s), que por eles se responsabiliza(m)**. E como assim o disse, do que dou fé, lavrei este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina. Eu, (a.) Gisele Maria Tavares Pordeus de Vasconcelos, escrevente autorizada, a lavrei. Eu, Rodrigo de Paula Pessoa Maia, escrevente substituto, a subscrevo. (a.a.) Rodrigo de Paula Pessoa Maia. **JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR**. Está conforme o original. Dou fé. Selo nº AAE245133-K2L9, AAE669928-D8I9. Trasladada em seguida. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Subscrevo e assino

Em testemunho da verdade.

CARTÓRIO PERSENTINO MAIA
Gisele Maria Tavares Pordeus de Vasconcelos
Escrevente Autorizada
FORTALEZA - CE

PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará
Selo Tipo 1
REGISTRAL DISTRIBUIÇÃO
Nº AAE669928-D8I9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE
Consulte a validade do Selo Digital em selodigital.tjce.jus.br/portal

PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará
Selo Tipo 6
SELO-6
Nº AAE245133-K2L9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE
Consulte a validade do Selo Digital em selodigital.tjce.jus.br/portal

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº do Atendimento:	100326
Total Emolumentos:	R$ 37,99
Total FERMOJU:	R$ 4,44
Total Selos:	R$ 6,23
Valor Total:	R$ 48,66

Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado

Bem/Negócio 1. R$ 0,00

Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos evolvidos

Códigos: 2003 / 5023

3º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO MAIA
Av. Pe. Antônio Tomás, 920
Tel (085) 3304-9444
Aldeota - Fortaleza - CE
USO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

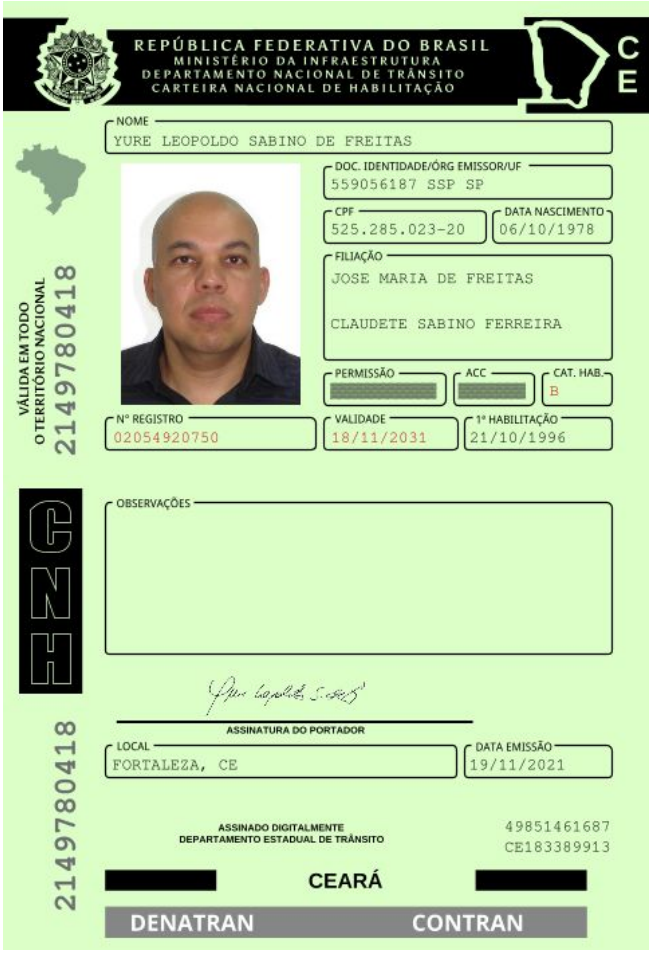
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.
16 OUT. 2020

ROBERTO FRIZA MAIA - TABELIÃO
FABRICIO GOMART DE ALENCAR - ESC. AUTORIZ.
CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZ.
CONCEIÇÃO DE MARIA CORRÊA MAIA - ESC. SUBST.
MARIA MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZ.

JHYK 03 AUTENTICAÇÃO N. IH 593192

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nª 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **05.250.796/0001-54**

Razão Social: **NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Endereço:

AVENIDA PONTES VIEIRA, 2340 - SALAS 510 A 514 - DIONISIO TORRES - 60.135-238 - Fortaleza / Ceará

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nª 8.666, de 1993.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.250.796/0001-54**	DUNS®:	**91*****45**
Razão Social:	**NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**NETWORK SECURE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**26/11/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**02/07/2024**	**Automática**
FGTS		Validade:	**30/01/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/07/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/02/2024**
Receita Municipal	Validade:	**21/02/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 648.XXX.XXX-72 Nome: JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR

Ass: _____

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
23201712520	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

CEN2378002358

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

FORTALEZA
Local

27 Junho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/100.959-3	CEN2378002358	27/06/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Ceará

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ(MF) nº 05.250.796/0001-54
Nire/Jucec nº 23.2.0171252-0

Quinta Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito os abaixo qualificados:
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 99010123694 SSP/CE e do CPF/MF sob nº 648.711.503-72, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Vicente Linhares, 985 - Apt. 2102 – Bairro: Aldeota - CEP: 60135-270;
TATIANA RIBEIRO LEITE, brasileira, solteira, nascida em 29/06/1977, empresaria, portadora da Carteira de Identidade n° 93002319934 SSPDC/CE e do CPF(MF) n° 691.833.093-49, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará na Rua Franklin Bezerra, 212 – Bairro: Mondubim – CEP: 60.762-260;
ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 23/04/1980, empresário, portador da Carteira de Identidade n° 96002206506 SSPDS/CE e do CPF(MF) n° 620.143.313-91, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará na Av. Paisagística, 06 - Apto 407 - Bairro: Itaperi - CEP: 60.743-065; e
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 559056187 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 525.285.023-20, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Barbara de Souza Costa, 100 – CS 08 - Bairro: Lagoa Redonda - CEP: 60831-083.

Únicos sócios da sociedade limitada denominada "**NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**.", estabelecida na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Av. Pontes Vieira, 2340 – Salas 510 a 514 – Bairro: Dionísio Torres – CEP: 60135-238, inscrita no CNPJ(MF) 05.250.796/0001-54, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob nire n° 23.2.0171252-0, decidem, de comum acordo, alterar e consolidar seu Contrato Social, e o fazem mediante as cláusulas a seguir, em conformidade com o Código Civil Brasileiro:

Cláusula Primeira – A sociedade resolve constituir uma filial a ser estabelecida na cidade de Vitoria, estado do Espirito Santo na Rua Alexandre Buaiz, 300 – Ed. Work Center – Sala 2001 – Bairro: Enseada do Suá – CEP: 29050-545, tendo por objetivo as mesmas atividades da matriz.

Cláusula Segunda – O sócio **JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR**, acima qualificado, transfere parte de sua participação na sociedade no valor de R$14.737,00 (quatorze mil e setecentos e trinta e sete reais), representado por 14.737 (quatorze mil e setecentas e trinta e sete) quotas de capital de valor unitário R$1,00 (um real) para o sócio YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS, acima qualificado.

Cláusula Terceira – A sociedade decide ainda elevar o capital social atualmente no valor de R$421.052,00 (quatrocentos e vinte e um mil e cinquenta e dois reais), para R$800.000,00 (oitocentos mil reais), através da da incorporação de R$378.948,00 (trezentos e setenta e oito mil e novecentos e quarenta e oito reais), da conta contabil RESERVA DE LUCROS, proporcionalmente as respectivas participações no capital da seguinte forma:

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

1. R$337.265,00 (trezentos e trinta e sete mil e duzentos e sessenta e cinco reais) pelo sócio **JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR**, acima qualificado;
2. R$22.737,00 (vinte e dois mil e setecentos e trinta e sete reais) pelo sócio **YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS**, acima qualificado;
3. R$9.473,00 (nove mil e quatrocentos e setenta e três reais) pelo sócio **ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES**, acima qualificado; e
4. R$9.473,00 (nove mil e quatrocentos e setenta e três reais) pela sócia **TATIANA RIBEIRO LEITE**, acima qualificada.

Cláusula Quarta – Após as alterações acima o capital Social da sociedade no valor de R$800.000,00 (oitocentos mil reais), dividido em 800.000 (oitocentas mil) quotas de capital de valor unitário R$1,00 (um real), já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuídos da seguinte forma:

Sócios	Nº quotas	Valor(R$)	Part(%)
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	712.002	712.002,00	89,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS	48.000	48.000,00	6,00
ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES	19.999	19.999,00	2,50
TATIANA RIBEIRO LEITE	19.999	19.999,00	2,50
Total do Capital	800.000	800.000,00	100,00

§ 1º - Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

§ 2º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 3º - Na forma do art. 997, inciso VIII, da Lei 10.406/02, os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula Quinta – As demais cláusulas e condições do Contrato Social e Aditivos posteriores, não alteradas ou retificadas no todo ou em parte pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

Cláusula Sexta – Os sócios resolvem consolidar o texto do contrato social que passa a vigorar com a seguinte redação:

Contrato Social Consolidado

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ(MF) nº 05.250.796/0001-54
Nire/Jucec nº 23.2.0171252-0

JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 99010123694 SSP/CE e do CPF/MF sob nº 648.711.503-72, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Vicente Linhares, 985 - Apt. 2102 – Bairro: Aldeota - CEP: 60135-270;

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 559056187 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 525.285.023-20, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Barbara de Souza Costa, 100 – CS 08 - Bairro: Lagoa Redonda - CEP: 60831-083;
ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 23/04/1980, empresário, portador da Carteira de Identidade n° 96002206506 SSPDS/CE e do CPF(MF) n° 620.143.313-91, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará na Av. Paisagística, 06 - Apto 407 - Bairro: Itaperi - CEP: 60.743-065; e
TATIANA RIBEIRO LEITE, brasileira, solteira, nascida em 29/06/1977, empresaria, portadora da Carteira de Identidade n° 93002319934 SSPDC/CE e do CPF(MF) n° 691.833.093-49, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará na Rua Franklin Bezerra, 212 – Bairro: Mondubim – CEP: 60.762-260.

Tem entre si, justos e contratados, uma sociedade empresária Limitada, a qual é regida em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

Cláusula Primeira – Denominação Social

A sociedade gira sob o nome empresarial de **" NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA"**., adotando por nome de fantasia a expressão "**NETWORK SECURE**".

Cláusula Segunda - Sede e Filiais

A sede e domicílio fiscal da sociedade é na Cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Av. Pontes Vieira, 2340 – Salas 510 a 514 – Bairro: Dionísio Torres – CEP: 60135-238.

§ 1º - A sociedade possui uma filial estabelecida na cidade de Vitoria, estado do Espirito Santo na Rua Alexandre Buaiz, 300 – Ed. Work Center – Sala 2001 – Bairro: Enseada do Suá – CEP: 29050-545, tendo por objetivo as mesmas atividades da matriz

§ 2º - A sociedade poderá quando servir aos seus interesses, abrir escritórios, representações, sucursais ou outras filiais neste estado ou em qualquer parte do território nacional e no Exterior, destacando para estas uma parte do capital social da matriz.

Clausula Terceira – Objetivo Social

A sociedade tem por objetivo as seguintes atividades:

a) Comercio atacadista de equipamentos de informatica – CNAE 4651-6/01;
b) Locação de equipamentos de computadores e perifericos – CNAE 7733-1/00;
c) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis – CNAE 6202-3/00;
d) Suporte tecnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação – CNAE 6209-1/00;
e) Reparação e Manutenção de computadores e de equipamentos perifericos – CNAE 9511-8/00;
f) Consultoria em Tecnologia da informação – CNAE 6204-0/00;
g) Consultoria em gestão empresarial – CNAE 7020-4/00;
h) Treinamento em informatica – CNAE 8599-6/03;

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

i) Representação comercial e agente do comercio de maquinas, equipamentos, eletrodomésticos, e artigos de uso pessoal e domestico – CNAE 4615-0/00 e 4618-4/99.

Cláusula Quarta – Duração e Inicio das Atividades

A sociedade iniciou suas atividades em 20/08/2002 e sua duração será por tempo indeterminado.

Clausula Quinta – Capital Social

O capital Social da sociedade é de R$800.000,00 (oitocentos mil reais), dividido em 800.000 (oitocentas mil) quotas de capital de valor unitário R$1,00 (um real), já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuídos da seguinte forma:

Sócios	Nº quotas	Valor(R$)	Part(%)
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	712.002	712.002,00	89,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS	48.000	48.000,00	6,00
ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES	19.999	19.999,00	2,50
TATIANA RIBEIRO LEITE	19.999	19.999,00	2,50
Total do Capital	800.000	800.000,00	100,00

§ 1º **-** Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

§ 2º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 3º - Na forma do art. 997, inciso VIII, da Lei 10.406/02, os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Clausula Sexta – Administração

A Administração e o uso da denominação social da sociedade são exercidos pelo sócio **JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR**, já qualificado anteriormente, com os poderes e atribuições de Administrador, que assinará e representará a sociedade, ativa e passivamente, seja como autor ou réu, em juízo ou fora dele e perante terceiros e qualquer repartição pública, ou quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como, autarquias, sociedade de economia mista e para-estatais.

§ 1º - Os sócios poderão receber "pro-labore" em valores e periodicidade fixada de comum acordo entre eles no início de cada exercício social.

§ 2º - É vedado ao administrador fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 3º - A sociedade poderá nomear procuradores para, especificando no instrumento de procuração os poderes e o prazo de vigência do mandato.

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

§ 4º – A administração da sociedade poderá ser exercida por pessoa física não sócio.

Clausula Sétima – Deliberações Sociais

Nos termos do disposto no artigo 1076 – Incisos I e II da Lei 10.406/02, o presente contrato poderá ser alterado, inclusive, para transformação do tipo societário, assim como, da ocorrência dos eventos de cisão, fusão ou incorporação com outras sociedades ou em outras sociedades pela vontade de sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das quotas de capital da sociedade.

§ Único - No caso de exclusão de sócio que esteja colocando em risco os interesses da sociedade, a alteração do Contrato Social poderá ser realizada por sócios que representem mais de 50% (cinqüenta por cento) do Capital Social.

Clausula Oitava – Prestação de Contas

Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas do exercício e designarão ou substituirão administrador(es) quando for o caso.

Clausula Nona – Transferências de quotas

Nenhum quotista poderá ceder, transferir, alienar ou onerar, a qualquer titulo, suas quotas antes de ofertá-las aos demais quotistas, que terão preferência para aquisição das mesmas por seu respectivo valor, determinado de acordo com o último balanço patrimonial, na proporção do capital que cada um possua. A avaliação das cotas poderá ser feita por critérios baseados em valor de mercado, obtido pela avaliação de especialista indicado pelos demais quotistas, ficando o ônus da contratação às custas do quotistas que deseje ceder, transferir, alienar ou onerar, a qualquer título, suas cotas.

§ 1° - Qualquer quotista que pretender ceder, transferir, alienar ou onerar, a qualquer titulo, suas quotas deverá comunicar sua intenção aos demais sócios, por escrito, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, contendo todas as condições da oferta.

§ 2° – Decorrido os 30 (trinta) dias, se algum quotista não exercer a opção a ele assegurada de acordo com o presente, as quotas que ele poderia ter comprado serão oferecidas aos quotistas remanescentes, que terão 5 (cinco) dias, a partir da data da respectiva comunicação, para exercer a opção ou renunciar a mesma.

§ 3° – Cumpridos os prazos e condições fixadas acima, as quotas remanescentes poderão ser alienadas a terceiros interessados, nas mesmas condições de oferta citada no parágrafo primeiro. Na eventualidade da alienação não se concluir e se o ofertante desejar dispor das quotas em condições diferentes daquelas originariamente informadas, o procedimento indicado nos parágrafos anteriores deverá ser novamente observado, e assim sucessivamente até que todas as quotas sejam vendidas, cedidas ou transferidas, em conformidade com a intenção do titular.

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

§ 4° – Toda e qualquer venda, cessão, oneração ou transferência de quotas que for realizada sem a observância ao disposto nesta clausula será considerada nula de pleno direito e sem qualquer efeito.

Clausula Décima – Dissolução da sociedade

Ocorrendo qualquer situação que implique na dissolução da sociedade, será permitido ao sócio remanescente admitir novo(s) sócio(s) para dar continuidade à mesma.

§ 1° – Os haveres do sócio retirante, morto, invalido, excluído serão apurados com base no ultimo balanço patrimonial levantado pela sociedade, anterior a data da retirada, morte, invalidez ou exclusão e será pago a quem de direito, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas atualizadas pelo índice oficial que reflita a variação da inflação.

§ 2º - No caso de falecimento até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade. Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

§ 3º - A retirada, morte, invalidez ou exclusão do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

Clausula Décima Primeira – Exercício Social

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial correspondente, bem como, preparadas as demais demonstrações contábeis/financeiras exigidas por lei. Os lucros e/ou prejuízos apurados poderão ser distribuídos proporcionalmente ou desproporcionalmente a participação dos sócios no capital social, não se excluindo da distribuição nenhum dos sócios.

§ 1º - No caso de distribuição desproporcional a participação dos sócios no capital social, será necessária a deliberação unanime dos sócios, lavrando-se ata de reunião dos sócios, realizada especialmente para esta finalidade, devendo haver a unanimidade dos sócios.
§ 2º - A sociedade no interesse dos sócios poderá levantar balanços mensalmente ou noutro período, em qualquer data e em razão dos resultados apurados efetuar a distribuição de lucros ou dividendos e/ou de juros sobre o Capital Social.

Clausula Décima Segunda – Declaração de Desimpedimento

O administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Clausula Décima Terceira – Normas Contratuais Omissas

Os casos omissos do presente contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02) e, supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76) e sem prejuízo de legislações supervenientes e que venham a tratar da matéria.

Clausula Décima Quarta - Foro

As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento de Alteração e Consolidação do Contrato Social.

Fortaleza/CE, 20 de abril de 2023.

Sócios:

JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR

ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES
SÓCIO

TATIANA RIBEIRO LEITE
SÓCIO

YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS
SÓCIO

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/100.959-3	CEN2378002358	27/06/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
620.143.313-91	ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
691.833.093-49	TATIANA RIBEIRO LEITE	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
525.285.023-20	YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Ceará

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, de CNPJ 05.250.796/0001-54 e protocolado sob o número 23/100.959-3 em 28/06/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6182501, em 28/06/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Haroldo Fernandes Moreira.

Certifica o registro, a Presidente, CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
620.143.313-91	ALARICO ISAIAS DE SOUSA GUIMARAES	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
525.285.023-20	YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
691.833.093-49	TATIANA RIBEIRO LEITE	28/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 28/06/2023

SRM

Documento assinado eletronicamente por Haroldo Fernandes Moreira, Servidor(a) Público(a), em 28/06/2023, às 17:07.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucec informando o número do protocolo 23/100.959-3.

Junta Comercial do Estado do Ceará

Junta Comercial do Estado do Ceará

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
906.224.643-53	CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO

Fortaleza. quarta-feira, 28 de junho de 2023

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6182501 em 28/06/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 231009593 - 28/06/2023. Autenticação: 5F2988242BFDDE17A44DCC8BC3F44B1DA3E0CAB4. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/100.959-3 e o código de segurança xvLk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 23/100.959-3 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 6182501 em 28/06/2023 da empresa 2320171252-0 NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	**ENDEREÇO**
3290077532-3	RUA JOSE ALEXANDRE BUAIZ 300 SALA 2001 EDIF WORK CENTER - BAIRRO ENSEADA DO SUA CEP 29050-545 - VITORIA/ES

28 de jun de 2023

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

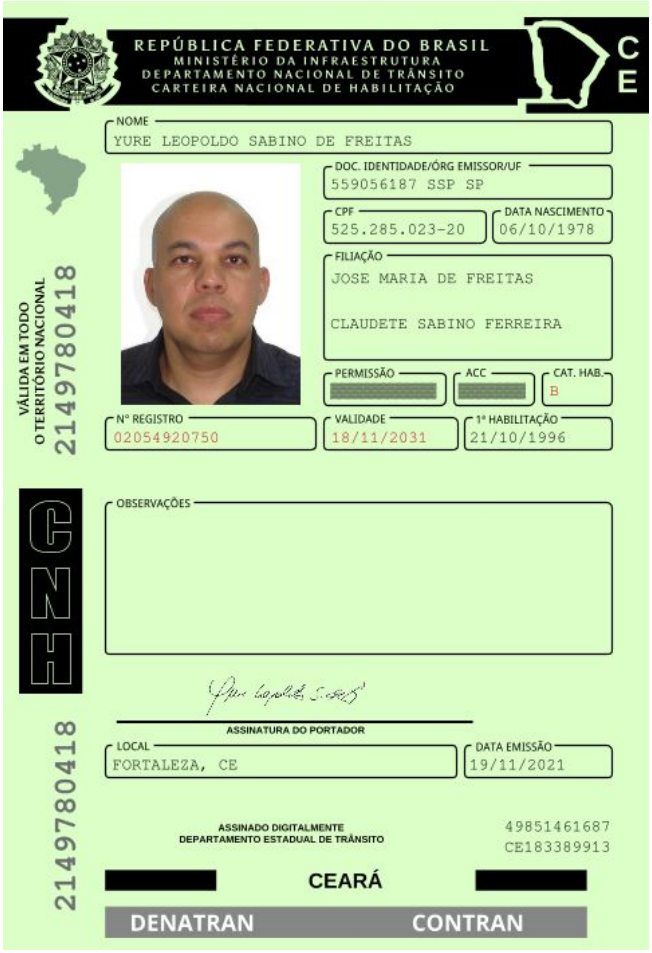
Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



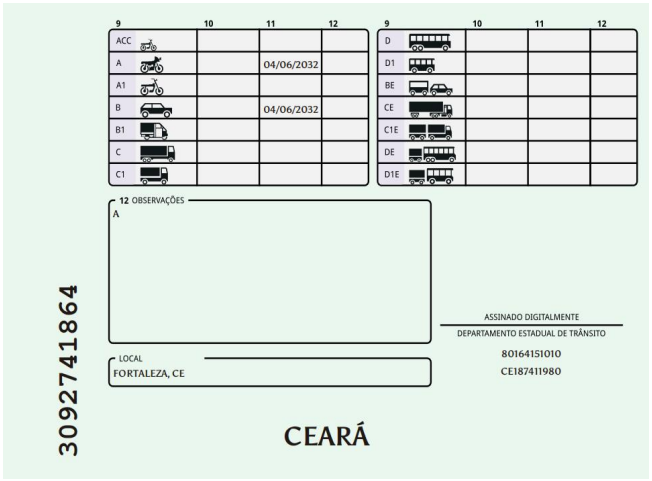
QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN





2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA030351381<905<<<<<<<<<<<<
8004233M3206043BRA<<<<<<<<<<<0
ALARICO<<IS<DE<SOUSA<GUIMARAES

QR-CODE

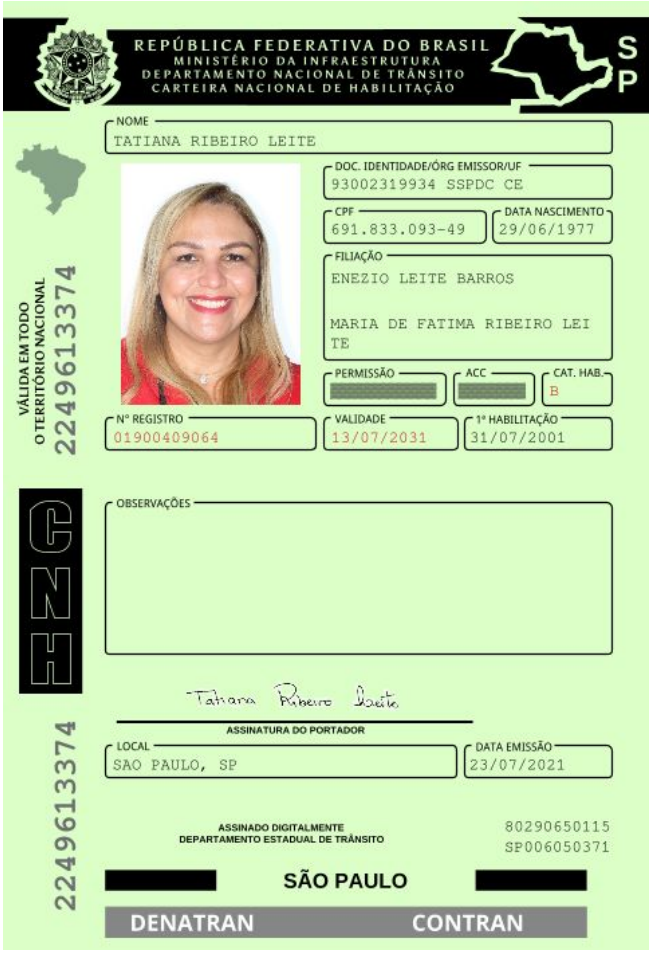
Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

AO
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2024
PROCESSO Nº: 10401/2023

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO, CONFORME MODELO DO ANEXO II DO EDITAL

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa Network Secure Segurança da Informação Ltda, CNPJ nº 05.250.796/0001-54, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Fortaleza/CE, 11 de Janeiro de 2024

YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS

Assinado de forma digital por YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS
Dados: 2024.01.10 09:04:01 -03'00'

_____

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ Nº 05.250.796/0001-54
Yure Leopoldo Sabino De Freitas
Diretor Comercial
CPF Nº 525.285.023-20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.250.796/0001-54 **MATRIZ**		**02/08/2002**

NOME EMPRESARIAL
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NETWORK SECURE	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.15-0-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico (Dispensada *)
46.18-4-99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente (Dispensada *)
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (Dispensada *)
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *)
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (Dispensada *)
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *)
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios (Dispensada *)
85.99-6-03 - Treinamento em informática (Dispensada *)
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV PONTES VIEIRA	**2340**	**SALAS 510 A 514**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
60.135-238	**DIONISIO TORRES**	**FORTALEZA**	**CE**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ANDREA@NETWORKSECURE.COM.BR	**(85) 3195-2200**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/12/2023** às **09:03:07** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:36:32 do dia 22/09/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/03/2024.
Código de controle da certidão: **E9CB.C207.4D14.2667**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.250.796/0001-54

Razão Social: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO L

Endereço: R CAPITAO MELO 3373 / JOAQUIM TAVORA / FORTALEZA / CE / 60120-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/01/2024 a 30/01/2024

Certificação Número: 2024010100384321013332

Informação obtida em 03/01/2024 14:41:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.250.796/0001-54
Certidão nº: 71863127/2023
Expedição: 14/12/2023, às 13:55:00
Validade: 11/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.250.796/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

FIC

C.G.F
06.180540-8

RAZÃO SOCIAL
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
PONTES VIEIRA , 02340
Compl.:SALAS 510 A 514 Bairro:DIONISIO TORRES CEP:60135238
Cidade:FORTALEZA UF:CE Distrito: FORTALEZA

C.N.P.J.	CÓD. ÓRGÃO LOCAL
05.250.796/0001-54	201.1000-1
C.N.A.E. PRINCIPAL	**DESCRIÇÃO UNIDADE AUXILIAR**
4651601 - Comércio atacadista de equipamentos de informática	###########
C.N.A.E. PRINCIPAL(ARRECADAÇÃO/FISCALIZAÇÃO)	**C.G.F. ESTABELECIMENTO VINCULADO**
4651601 - Comércio atacadista de equipamentos de informática	############
C.N.A.E. SECUNDÁRIO	**REGIME DE RECOLHIMENTO**
6209100	NORMAL
C.N.A.E. SECUNDÁRIO 2	**NATUREZA JURÍDICA**
9511800	3 - SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA

EMITIDA VIA INTERNET EM 24/11/2023 ÀS 09:47:44

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço http://www.sefaz.ce.gov.br

Fortaleza PREFEITURA Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS - CPBS

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
176407-1

DATA INÍCIO ATIVIDADE NO MUNICÍPIO
20/08/2002

NOME / RAZÃO SOCIAL
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

CPF/CNPJ
05.250.796/0001-54

NOME DE FANTASIA
NETWORK SECURE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL / OCUPAÇÃO
465160101 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS / OCUPAÇÕES
951180001 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS
859960301 - TREINAMENTO EM INFORMÁTICA
461500001 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS E ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO
461849901 - OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
620230001 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS
620400001 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
620910001 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
702040001 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA
773310001 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

TIPO DE ESTABELECIMENTO
MATRIZ

LOGRADOURO
AV PONTES VIEIRA, 2340

COMPLEMENTO
SALA 510

BAIRRO
DIONÍSIO TORRES

CEP
60135-238

MUNICÍPIO
FORTALEZA

UF
CE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

REGIME DE TRIBUTAÇÃO
NORMAL

SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO
NÃO

OPTANTE DO SIMEI
NÃO

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL
NÃO

DATA DA OPÇÃO NO SIMPLES / SIMEI

DATA DE CADASTRO NA SEFIN
02/08/2002

EMITIDO VIA INTERNET EM 27/12/2023 ÀS 09:18:52
http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais

202331704478

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 061805408
CNPJ / CPF: 05250796000154
RAZÃO SOCIAL: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 27/12/2023 ÀS 09:20:30
VÁLIDA ATÉ 25/02/2024

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br

Fortaleza
PREFEITURA
Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão Nº 2023/342288

CPF/CNPJ: 05.250.796/0001-54

Nome ou Razão Social: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Endereço: AV PONTES VIEIRA 2340 SALA 510 DIONÍSIO TORRES CEP 60135-238

Certificamos, para fins de comprovação perante terceiros, que a pessoa acima identificada, até a presente data, não possui débitos de natureza tributária para com o Município de Fortaleza, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal das Finanças, o direito de cobrar e inscrever, a qualquer tempo, quaisquer dividas em seu nome na forma da legislação vigente.

Fortaleza, 23 de Novembro de 2023 (08:51:15)

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.

Válida até 21/02/2024

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO CEARÁ

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE FORTALEZA

CERTIDÃO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 14.133/2021)

(PESSOA JURÍDICA / 1º GRAU / CÍVEL)

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao(s) Polo(s) PASSIVO OU ATIVO, dos processos de Natureza Cível, EM TRÂMITE, verificou NADA CONSTAR, em nome de NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - DEMAIS, CNPJ n° 05.250.796/0001-54.

CERTIFICA que, esta certidão só é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão

O referido é verdade e dou fé.

FORTALEZA

Quarta-feira, 3 de Janeiro de 2024 às 14:16:44

Observações:

a) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

b) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada conforme informações no rodapé;

c) a consulta inclui as seguintes classes: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;

d) esta certidão é expedida nos termos da Resolução 13/2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Código de autenticação: **1411927705**.
Para consultar a autenticidade do documento, acesse: **https://autdoc.tjce.jus.br/?code_document=1411927705/**

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
GABINETE DA DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins de direito que, conforme dispõe o art. 40,§1º, inciso III, alínea c, da Lei nº 16.208, de 06 de abril de 2017 (Lei de Organização Administrativa do Poder Judiciário), a comarca de Fortaleza possui 01 (uma) Coordenadoria de Distribuição, órgão integrante da estrutura organizacional deste Fórum, que detém competência exclusiva para distribuir os feitos judiciais entre os diversos Juízos desta Capital e de expedir certidão única negativa ou positiva, de processos judiciais em andamento, inclusive ações civis de recuperação de empresas e falências.

DECLARO, outrossim, que, de acordo com o art. 124 e 125 da Lei nº 16.397, de 16 de novembro de 2017 (Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará) , funcionam nesta Comarca 05 (cinco) Cartórios de Protestos de Títulos e 2 (dois) Ofícios de Distribuição de Protestos, cujos titulares e substitutos são os seguintes:

1º TABELIONATO: Bel. CARLOS ROBERTO TEIXEIRA GUIMARÃES
SUBSTITUTO: WERBSTER BEZERRA FROTA
ENDEREÇO: Av. Santos Dumont, 2677 – Aldeota

2º TABELIONATO: Bel. CLÁUDIO MARTINS
SUBSTITUTOS: JOSÉ MACEDO DA SILVA e RUBENS AUAD QUEIROZ
ENDEREÇO: Av. Engenheiro Antônio Ferreira Antero, 470 – Água Fria

5º TABELIONATO: Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE
SUBSTITUTOS: PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE e ÍTALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE
ENDEREÇO: Rua Major Facundo, 673 - Centro

7º TABELIONATO: Bel. CÍCERO MOZART MACHADO
SUBSTITUTO: ALEXANDRE ONOFRE MACHADO
ENDEREÇO: Rua Leonardo Mota, 2117 - Aldeota

8º TABELIONATO: Bel. ANTÔNIO CLÁUDIO MOTA AGUIAR
SUBSTITUTO: LUÍS CARLOS AGUIAR FILHO
ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, 1000/A – Aldeota

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROTESTOS
TITULAR: Bel. MARCOS ANTÔNIO PENHA BARROS LEAL
SUBSTITUTA: ELIZABET SANTOS FREITAS JARDIM
ENDEREÇO: Avenida Santos Dumont, 1789, salas 310/311- Aldeota

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROTESTOS
TITULAR: Belª SILVIA HELENA ROCHA CAMPOS DE OLIVEIRA
SUBSTITUTO: FRANCISCO ALBERTO BRAGA ARAÚJO
ENDEREÇO: Rua Dr. José Lourenço, 870, salas 610/612 – Aldeota

DECLARO, ainda, que o 3º Ofício de Distribuição de Protestos foi extinto, conforme Portaria nº 1052/2010, da Presidência do Tribunal de Justiça, publicada no Diário da Justiça de 29 de julho de 2010.

GABINETE DA DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, Fortaleza, 03 de Janeiro de 2024.

MARIA CRISTINA GIRÃO IVO
AUXILIAR TÉCNICO DA DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

Observação: O reconhecimento desta firma poderá ser feito no CARTÓRIO V. MORAES, localizado na Rua Castro e Silva, 121, LOJA 97 - Centro, Fortaleza–CE, CEP 60.030-010, no 1º OFÍCIO DE NOTAS, localizado na Av. Santos Dumont, 2677 – Aldeota, Fortaleza-CE, CEP 60.150-165 e no CARTÓRIO JOÃO MACHADO, localizado na Rua Leonardo Mota, nº 1000/A - Aldeota, Fortaleza-CE, CEP 60.170-176.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
23201712520	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

CEE2300117991

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

FORTALEZA
Local

22 Maio 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/080.164-1	CEE2300117991	22/05/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	24/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Ceará

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO
Presidente.

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31/12/2022

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

CNPJ: 05.250.796/0001-54
RUA CAPITAO MELO, 3373 - JOAQUIM TAVORA, 60120-220
Fortaleza - CE

NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2022

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.
CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO
PRESIDENTE

Balanço Patrimonial

Empresa: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2022

Fortes Contábil

Conta	31/12/2022		31/12/2021	
ATIVO	10.269.732,84	D	6.733.147,76	D
ATIVO CIRCULANTE	4.528.108,80	D	4.396.338,52	D
DISPONIVEL	1.953.733,82	D	2.241.638,81	D
CAIXA GERAL	3.107,73	D	842,47	D
BANCO CONTA MOVIMENTO	1,00	D	1,00	D
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.950.625,09	D	2.240.795,34	D
CLIENTES	1.320.399,96	D	411.234,42	D
CLIENTES	1.320.399,96	D	411.234,42	D
OUTROS DEBITOS	1.166.112,22	D	424.923,13	D
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	947.298,77	D	319.832,49	D
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS	64.311,45	D	0,00	
IMPOSTOS A RECUPERAR	154.502,00	D	105.090,64	D
ESTOQUES	87.862,80	D	1.318.542,16	D
ESTOQUES DE LICENÇAS	87.862,80	D	1.318.542,16	D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.741.624,04	D	2.336.809,24	D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	97.618,23	D	0,00	
DEVEDORES DIVERSOS	97.618,23	D	0,00	
IMOBILIZADO	5.644.005,81	D	2.336.809,24	D
BENS EM OPERAÇÃO	6.053.106,79	D	2.745.910,22	D
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	409.100,98	C	409.100,98	C

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Continua...

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Balanço Patrimonial

Empresa: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2022

Fortes Contábil

Conta	31/12/2022		31/12/2021	
PASSIVO	10.269.732,84	C	6.733.147,76	C
PASSIVO CIRCULANTE	3.034.156,55	C	2.975.049,50	C
FORNECEDORES	2.067.904,99	C	2.256.970,65	C
FORNECEDORES NACIONAIS	2.067.904,99	C	2.256.970,65	C
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00		52.304,17	C
FINANCIAMENTOS BANCARIOS	0,00		40.995,46	C
ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00		11.308,71	C
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	654.857,52	C	564.472,98	C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	556.033,92	C	504.039,79	C
OBRIGACOES TRABALHISTAS	98.823,60	C	60.433,19	C
CREDORES DIVERSOS	4.655,85	C	1.296,54	C
CREDITOS DIVERSOS	4.655,85	C	1.296,54	C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.550,76	C	0,00	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.550,76	C	0,00	
PROVISÕES	218.629,52	C	81.665,69	C
PROVISÕES	101.769,18	C	54.314,33	C
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA	116.860,34	C	27.351,36	C
CREDITOS DIVERSOS	80.557,91	C	18.339,47	C
ADIANTAMENTO DE CLIENTE	80.557,91	C	18.339,47	C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.101.601,44	C	633.159,01	C
PARCELAMENTOS	2.011,73	C	2.921,05	C
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	2.011,73	C	2.921,05	C
FORNECEDORES DIVERSOS	911.819,60	C	611.973,39	C
FORNECEDORES NACIONAIS	911.819,60	C	611.973,39	C
RECEITAS A TRIBUTAR	187.770,11	C	18.264,57	C
RECEITAS A TRIBUTAR	187.770,11	C	18.264,57	C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	6.133.974,85	C	3.124.939,25	C
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	421.052,00	C	421.052,00	C
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS	421.052,00	C	421.052,00	C

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Continua...

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Conta	31/12/2022	31/12/2021
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS	5.712.922,85 C	2.703.887,25 C
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS	5.712.922,85 C	2.703.887,25 C

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Fim

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54 Fortes Contábil
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002
(1) Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos

Conta	Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
(+) 001	RECEITA LIQ. DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS	17.233.065,59	7.493.217,32
001.01	RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS	18.839.172,96	8.158.261,68
001.02	DEDUÇÕES DA RECEITA	1.606.107,37	665.044,36
(-) 002	CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	4.730.858,16	1.028.056,54
002.01	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	11.368,49	1.955,74
002.03	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	4.719.489,67	1.026.100,80
(=) 003	RESULTADO BRUTO	12.502.207,43	6.465.160,78
(-) 004	DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(4.988.934,85)	(3.415.810,88)
004.02	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.801.891,64	3.734.170,59
004.03	DESPESAS TRIBUTARIAS	92.651,62	35.449,05
004.04	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	181.551,70	123.177,08
004.05	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.087.160,11	476.985,84
(=) 005	RESULTADO ANT. DO RESULT FINAN. E TRIB.	7.513.272,58	3.049.349,90
(-) 006	RESULTADO FINANCEIRO	(207.104,78)	14.443,05
006.01	DESPESA FINANCEIRA	267.269,11	28.647,95
006.02	RECEITAS FINANCEIRAS	60.164,33	43.091,00
(=) 007	RESULTADO ANTES DA CSLL	7.306.167,80	3.063.792,95
(-) 008	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	563.093,98	256.175,82
008.01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	563.093,98	256.175,82
008.01.01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	563.093,98	256.175,82
(=) 009	RESULTADO ANTES DO IRPJ	6.743.073,82	2.807.617,13
(-) 010	IMPOSTO DE RENDA	1.521.678,26	666.249,33
010.01	IMPOSTO DE RENDA	1.521.678,26	666.249,33
010.01.01	IMPOSTO DE RENDA	1.521.678,26	666.249,33
(=) 011	RESULTADO LIQUIDO DE OPER. CONTINUADAS	5.221.395,56	2.141.367,80
(-) 012	RESULTADO LIQUIDO DE OPE. DESCONTINUADAS	72.515,55	(402.698,16)
012.01	OUTRAS DESPESAS	140,70	439.508,16
012.02	OUTRAS RECEITAS	72.656,25	36.810,00
(=) 200	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	5.293.911,11	1.738.669,64

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Fim

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Empresa: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 31/12/2022

Fortes Contábil

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	5.293.911,11	1.738.669,64
Aumento em CLIENTES	(909.165,54)	-
Diminuição em CLIENTES	-	224.551,58
Diminuição em ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	-	3.251,44
Aumento em ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	(627.466,28)	(137.861,88)
Aumento em ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS	(64.311,45)	-
Aumento em IMPOSTOS A RECUPERAR	(49.411,36)	(56.310,59)
Diminuição em ESTOQUES DE LICENÇAS	1.230.679,36	-
Aumento em ESTOQUES DE LICENÇAS	-	(1.280.164,30)
Aumento em DEVEDORES DIVERSOS	(97.618,23)	-
Diminuição em FORNECEDORES NACIONAIS	(189.065,66)	-
Aumento em FORNECEDORES NACIONAIS	-	1.519.427,98
Aumento em IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	51.994,13	247.113,09
Aumento em OBRIGACOES TRABALHISTAS	38.390,41	30.975,85
Aumento em CREDITOS DIVERSOS	3.359,31	1.296,54
Aumento em OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.550,76	-
Aumento em PROVISÕES	47.454,85	22.970,94
Aumento em IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA	89.508,98	-
Diminuição em IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA	-	(14.442,13)
Aumento em ADIANTAMENTO DE CLIENTE	62.218,44	18.339,47
Diminuição em PARCELAMENTOS FEDERAIS	-	(1.418,63)
Diminuição em PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	(909,32)	-
Aumento em PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	-	909,32
Aumento em FORNECEDORES NACIONAIS	299.846,21	611.973,39
Aumento em RECEITAS A TRIBUTAR	169.505,54	12.622,03
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**5.356.471,26**	**2.941.903,74**
Atividades Investimento		
Aumento em BENS EM OPERAÇÃO	(3.307.196,57)	(876.843,91)
Caixa Líquido das Atividades Investimento	**(3.307.196,57)**	**(876.843,91)**
Atividades Financiamento		
Diminuição em FINANCIAMENTOS BANCARIOS	(40.995,46)	(114.855,24)
Diminuição em ARRENDAMENTO MERCANTIL	(11.308,71)	(69.016,47)
Diminuição em PATRIMÔNIO LIQUIDO	(2.284.875,51)	(1.069.673,56)
Caixa Líquido das Atividades Financiamento	**(2.337.179,68)**	**(1.253.545,27)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**(287.904,99)**	**811.514,56**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	**2.241.638,81**	**1.430.124,25**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**1.953.733,82**	**2.241.638,81**

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Fim

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2022

DESCRIÇÃO - HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS				LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO	RESERVAS ESTATUTÁRIA	Reserva de Subvencões		
Saldo Final – 31/12/2020	**421.052,00**		**-**	**-**	**-**	**2.034.891,17**	**2.455.943,17**
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	-	-	-	(89.251,46)	(89.251,46)
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Subvenções	-	-	-	-	-	-	-
Lucro / Prejuizo do Exercício	-	-	-	-	-	1.738.669,64	1.738.669,64
Lucros Distribuidos	-	-	-	-	-	(980.422,10)	(980.422,10)
Saldo Final – 31/12/2021	**421.052,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.703.887,25**	**3.124.939,25**
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	-	-	-	(47.846,79)	(47.846,79)
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Subvenções	-	-	-	-	-	-	-
Lucro / Prejuizo do Exercício	-	-	-	-	-	5.293.911,11	5.293.911,11
Lucros Distribuidos	-	-	-	-	-	(2.237.028,72)	(2.237.028,72)
Saldo Final – 31/12/2022	**421.052,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.712.922,85**	**6.133.974,85**

FORTALEZA-CE, 31 de Dezembro de 2022

ANANIAS REBOUÇAS BRITO
CPF(MF): 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O-6
CONTADOR

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF(MF): 648.711.503-72
SÓCIO ADMINISTRADOR

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 15.252432/0001-67
NIRE:23201712520 - DATA:02/08/2002
ANÁLISE PATRIMONIAL
Exercício Findo em 31/12/2022

	2022		2021		
01 - LIQUIDEZ CORRENTE					Indica quanto a Empresa tem de Ativo Circulante para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante **Quanto maior melhor.**
ATIVO CIRCULANTE	4.528.108,80	**1,49**	4.396.338,52	**1,48**	
PASSIVO CIRCULANTE	3.034.156,55		2.975.049,50		
02 - LIQUIDEZ SECA					Indica quanto a Empresa tem de Ativo Circulante para cada R$1,00 de Passivo Circulante **Quanto maior melhor.**
ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE	4.440.246,00	**1,46**	3.077.796,36	**1,03**	
PASSIVO CIRCULANTE	3.034.156,55		2.975.049,50		
03 - LIQUIDEZ GERAL					Indica quanto a Empresa tem de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R$ 1,00 de dívida total **Quanto maior melhor.**
ATIVO CIRC + REALIZ. A LONGO PRAZO	4.625.727,03	**1,12**	4.396.338,52	**1,22**	
PASSIVO CIRC + EXIG. A LONGO PRAZO	4.135.757,99		3.608.208,51		
04 - LIQUIDEZ IMEDIATA					Indica quanto a Empresa possui de recursos disponíveis em relação ao passivo de curto prazo. **Quanto maior melhor.**
DISPONÍVEL	1.953.733,82	**0,64**	2.241.638,81	**0,75**	
PASSIVO CIRCULANTE	3.034.156,55		2.975.049,50		
05 - SOLVÊNCIA GERAL					Indica quanto a Empresa tem de Ativo total em relação às suas **Quanto maior melhor.**
ATIVO TOTAL	10.269.732,84	**2,48**	6.733.147,76	**1,87**	
PASSIVO CIRC. + EXIG. A LONGO PRAZO	4.135.757,99		3.608.208,51		
06 - PARTICIPAÇÕES DE CAPITAIS DE TERCEIROS					Indica quanto a Empresa utiliza de Capitais de Terceiros para **Quanto menor melhor.**
PASSIVO CIRC + EXIG. A LONGO PRAZO	4.135.757,99	**0,67**	3.608.208,51	**1,15**	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.133.974,85		3.124.939,25		
07 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO					Indica a relação das obrigações de curto prazo em relação às **Quanto menor melhor.**
PASSIVO CIRCULANTE	3.034.156,55	**0,73**	2.975.049,50	**0,82**	
PASSIVO CIRC + EXIG.A LONGO PRAZO	4.135.757,99		3.608.208,51		
08 - ENDIVIDAMENTO GERAL					Indica o endividamento total da empresa. Ou seja, quanto do **Quanto menor melhor.**
PASSIVO CIRC + EXIG.A LONGO PRAZO	4.135.757,99	**0,40**	3.608.208,51	**0,54**	
ATIVO TOTAL	10.269.732,84		6.733.147,76		
09 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO					Indica quanto a Empresa aplicou no Ativo Permanente para **Quanto menor melhor.**
ATIVO PERMANENTE	5.644.005,81	**0,92**	2.336.809,34	**0,75**	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.133.974,85		3.124.939,25		
10 - RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO TOTAL					Indica quanto a Empresa obteve de lucro para cada R$ 1,00 investido no ativo **Quanto maior melhor.**
LUCRO LÍQUIDO	5.293.911,11	**0,52**	1.738.669,64	**0,26**	
ATIVO TOTAL	10.269.732,84		6.733.147,76		
11 - RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO					Indica quanto a Empresa obteve de lucro para cada R$ 1,00 real **Quanto maior melhor.**
LUCRO LÍQUIDO	5.293.911,11	**0,86**	1.738.669,64	**0,56**	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.133.974,85		3.124.939,25		
12 - IMOBILIZAÇÃO DO RECURSOS NÃO CORRENTES					Indica quanto de recursos não correntes foi destinado ao Ativo Permanente **Quanto menor melhor.**
ATIVO PERMANENTE	5.644.005,81	**0,78**	2.336.809,34	**0,62**	
PAT.LIQUÍDO + EXIG. A LONGO PRAZO	7.235.576,29		3.758.098,26		
13 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO					
(+) ATIVO CIRCULANTE	4.528.108,80		4.396.338,52		
(+) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	97.618,23		-		
(-) PASSIVO CIRCULANTE	(3.034.156,55)		(2.975.049,50)		
(-) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	(1.101.601,44)		(633.159,01)		
(=) CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO	**489.969,04**		**788.130,01**		

Fortaleza(CE), 31 de Dezembro 2022.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022		2021	
1. Receitas	**R$**	**17.233.065,59**	**R$**	**7.493.217,32**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**R$**	**18.839.172,96**	**R$**	**8.158.261,68**
Outras receitas				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-		-
(-) Deduções da receita (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS,COFINS e ISS)	-R$	1.606.107,37	-R$	665.044,36
(-) Devoluções de venda e outras deduções				-
2. Insumos adquiridos de terceiros	**R$**	**8.767.409,14**	**R$**	**3.798.524,99**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	R$	4.730.858,16	R$	1.028.056,54
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	R$	4.036.550,98	R$	2.770.468,45
3. Valor adicionado bruto = 1-2	**R$**	**8.465.656,45**	**R$**	**3.694.692,33**
4. Depreciação e amortização	**R$**	**-**	**R$**	**-**
5. Valor adicionado líquido produzido pela companhia = 3-4	**R$**	**8.465.656,45**	**R$**	**3.694.692,33**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**R$**	**1.146.561,67**	**R$**	**556.886,84**
Resultado de equivalência patrimonial				
Receitas financeiras	R$	60.164,33	R$	43.091,00
Outras	R$	1.086.397,34	**R$**	**513.795,84**
7. Valor adicionado total a distribuir = 5+6	**R$**	**9.612.218,12**	**R$**	**4.251.579,17**
8. Distribuição do valor adicionado = 7	**R$**	**9.592.985,52**	**R$**	**4.251.579,17**
8.1. Pessoal	**R$**	**1.550.255,07**	**R$**	**732.914,03**
8.2. Impostos, taxas e contribuições	**R$**	**2.084.772,24**	**R$**	**957.874,20**
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	**R$**	**664.047,10**	**R$**	**822.121,30**
Despesas Financeiras	R$	267.269,11	R$	28.647,95
Aluguéis	R$	396.637,29	R$	353.965,19
Outras	R$	140,70	R$	439.508,16
8.4 Remuneração de capitais próprios	**R$**	**5.293.911,11**	**R$**	**1.738.669,64**
Dividendos e juros sobre o capital próprio				
Lucros ou Prejuizos retidos		5.293.911,11	R$	1.738.669,64
Participação dos não controladores nos lucros retidos				

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022.

Ananias Rebouças Brito
CPF(MF):003.142-373-64
CRC(CE):020-032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.
CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO PRESIDENTE

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022	2021
Sobra / Lucro Líquido do Exercício	5.293.911,11	1.738.669,64
(+/-) Ganhos ou Perdas de Conversões das Demonstrações Contábeis		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		
Diferenças cambiais de conversão de equivalência patrimonial de investidas		
Reclassificação de diferenças de variação cambial quando da perda de influência significativa		
Variação líquida de *hedge* de investimento líquido em operações no exterior		
Ajuste da variação do valor justo de imóveis transferidos do ativo imobilizado para propriedades para investimento		
Parcela efetiva das mudanças no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa		
Variação líquida no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa transferido para resultado		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação líquida no valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda transferidos resultado		
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido		
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	5.293.911,11	1.738.669,64
Participação no Resultado Abrangente	-	
Controladores		
Não controladores		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	5.293.911,11	1.738.669,64

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2022.

Ananias Rebouças Brito
CPF(MF):003.142-373-64
CRC(CE):020-032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.

CNPJ: 05.250.796/0001-54

NIRE: 23.2.0171252-0 - Data: 02/08/2002.

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins econômicos, com sede em Fortaleza, estado do Ceará, na Av. Pontes Vieira - Bairro: Dionísio Torres, nº 2340 – Salas 510 a 514 – CEP: 60135-238, Estado do Ceará, cuja principal atividade é a de Comercio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01). Sua com respaldo legal no Código Civil Brasileiro (Lei Federal).

REGIME TRIBUTÁRIO

A empresa é enquadrada no regime "Lucro Presumido." A prática contábil adotada é pelo regime de caixa.

CADASTRO

A empresa **"**Network Secure Segurança da Informação LTDA**"** possui os seguintes registros e inscrições:

a) Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 232071252-0 sob despacho em 02/08/2002
b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 05.250.796/0001-54.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Sempre em consonância com as normas internacionais, com atendimentos da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e os pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Os ativos circulantes e não circulantes

a) O caixa e os equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerários.
b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não estão destinados à negociação ou disponíveis para venda;
c) O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição;
d) A depreciação do ativo imobilizado foi feita pelo método linear, aplicando-se as taxas usualmente admitidas para os bens em operação durante um turno de 8(oito) horas diárias;
e) Recuperabilidade de ativos: A Empresa analisou o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.
f) Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais circulantes, compreendidos até um ano e não circulantes, compreendidos acima de um ano, estão demonstrados pelos valores de custo, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos **rendimentos ou provisão para perdas;**

Os passivos circulantes e não circulantes

g) Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis ao mesmo;
h) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da sociedade, representando, portanto, uma posição estática. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da sociedade.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social realizado é de R$ 421.052,00 (quatrocentos e vinte e um mil e cinquenta e dois reais) quotas, cada uma com valor nominal de R$1,00 (um real).

DECLARAÇÃO

Essas Notas Explicativas são partes integrantes e indissociáveis das Demonstrações Contábeis elaboradas em 31.12.2022

Fortaleza (Ce), 31 de dezembro de 2022.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.
CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO PRESIDENTE

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/080.164-1	CEE2300117991	22/05/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
003.142.373-64	ANANIAS REBOUÇAS BRITO	24/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Itaú - Internet Banking		
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	24/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Ceará

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, de CNPJ 05.250.796/0001-54 e protocolado sob o número 23/080.164-1 em 24/05/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6146899, em 25/05/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Maria José Cysne Linhares.

Certifica o registro, a Presidente, CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	24/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	24/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
003.142.373-64	ANANIAS REBOUÇAS BRITO	24/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Itaú - Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 25/05/2023

Documento assinado eletronicamente por Maria José Cysne Linhares, Servidor(a) Público(a), em 25/05/2023, às 11:20.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucec informando o número do protocolo 23/080.164-1.

Junta Comercial do Estado do Ceará

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
906.224.643-53	CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO

Fortaleza. quinta-feira, 25 de maio de 2023

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 6146899 em 25/05/2023 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 230801641 - 24/05/2023. Autenticação: A3DF6C21DFA76E3B4018E87E23483540F9C95ACF. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/080.164-1 e o código de segurança GeIJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Termo de Abertura

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA					
NIRE:	2320171252-0	CNPJ:	05.250.796/0001-54	NIRE Anterior:	2310227680-2
Nome Anterior:					
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR EPP					
Município:	FORTALEZA			UF:	CEARA
Inscrição		Inscrição Municipal:			
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:		02/08/2002			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	14	Quantidade de páginas:	634
Data	22/05/2023		

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
003.142.373-64	ANANIAS REBOUÇAS BRITO	Contador	020032/O-6
648.711.503-72	José Murilo Cirino Nogueira Junior	Administrador	

Junta Comercial do Estado do Ceará
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/080.149-8 no dia 22/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Termo de Encerramento

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA					
NIRE:	2320171252-0	CNPJ:	05.250.796/0001-54	NIRE Anterior:	2310227680-2
Nome Anterior:					
Município:	FORTALEZA			UF:	CEARA
Inscrição		Inscrição Municipal:			
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:		02/08/2002			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	14	Data assinatura:	22/05/2023
Quantidade de páginas:	634		
Período de escrituração			
Início:	02/01/2022	Fim:	31/12/2022
Período de retificação:			
Início:		Fim:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
003.142.373-64	ANANIAS REBOUÇAS BRITO	Contador	020032/O-6
648.711.503-72	José Murilo Cirino Nogueira Junior	Administrador	

Junta Comercial do Estado do Ceará
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/080.149-8 no dia 22/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 6.733.147,76	R$ 8.054.767,66
ATIVO CIRCULANTE		R$ 4.396.338,52	R$ 4.377.164,04
DISPONIVEL		R$ 2.241.638,81	R$ 3.011.232,45
CAIXA GERAL		R$ 842,47	R$ 1.647,98
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 2.240.795,34	R$ 3.009.583,47
CLIENTES		R$ 411.234,42	R$ 794.323,56
CLIENTES		R$ 411.234,42	R$ 794.323,56
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 424.923,13	R$ 571.608,03
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 319.832,49	R$ 449.031,84
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 0,00	R$ 11.084,52
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 105.090,64	R$ 111.491,67
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 1.318.542,16	R$ 0,00
ESTOQUES DE LICENÇAS		R$ 1.318.542,16	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 2.336.809,24	R$ 3.677.603,62
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 0,00	R$ 609.950,26
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 609.950,26
IMOBILIZADO		R$ 2.336.809,24	R$ 3.067.653,36
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 2.745.910,22	R$ 3.476.754,34
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
PASSIVO		R$ 6.733.147,76	R$ 8.054.767,66
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 2.975.049,50	R$ 2.704.941,88
FORNECEDORES		R$ 2.256.970,65	R$ 1.779.371,38
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 2.256.970,65	R$ 1.779.371,38
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 52.304,17	R$ 9.571,07
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ 40.995,46	R$ 9.571,07
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 11.308,71	R$ (0,00)
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 564.472,98	R$ 737.347,17
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 504.039,79	R$ 670.624,35
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 60.433,19	R$ 66.722,82
CREDORES DIVERSOS		R$ 1.296,54	R$ 6.665,76
CREDITOS DIVERSOS		R$ 1.296,54	R$ 6.665,76
(-) OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ (0,00)	R$ 5.302,51
(-) OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ (0,00)	R$ 5.302,51
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 81.665,69	R$ 149.690,88
PROVISÕES		R$ 54.314,33	R$ 91.475,96
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 27.351,36	R$ 58.214,92
CREDITOS DIVERSOS		R$ 18.339,47	R$ 16.993,11
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 18.339,47	R$ 16.993,11
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 633.159,01	R$ 58.023,57
PARCELAMENTOS		R$ 2.921,05	R$ 2.921,05
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.921,05	R$ 2.921,05
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 611.973,39	R$ 197,70
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 611.973,39	R$ 197,70
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 18.264,57	R$ 54.904,82
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 18.264,57	R$ 54.904,82
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 3.124.939,25	R$ 5.291.802,21
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.703.887,25	R$ 4.870.750,21
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.703.887,25	R$ 4.870.750,21
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		
Período Selecionado:	01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 8.054.767,66	R$ 9.703.107,29
ATIVO CIRCULANTE		R$ 4.377.164,04	R$ 4.752.092,64
DISPONIVEL		R$ 3.011.232,45	R$ 3.251.352,76
CAIXA GERAL		R$ 1.647,98	R$ 13.132,74
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 248.233,34
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 3.009.583,47	R$ 2.989.986,68
CLIENTES		R$ 794.323,56	R$ 679.490,21
CLIENTES		R$ 794.323,56	R$ 679.490,21
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 571.608,03	R$ 821.249,67
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 449.031,84	R$ 601.000,30
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 11.084,52	R$ 54.790,85
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 111.491,67	R$ 165.458,52
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES DE LICENÇAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 3.677.603,62	R$ 4.951.014,65
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 609.950,26	R$ 1.018.919,57
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 609.950,26	R$ 1.018.919,57
IMOBILIZADO		R$ 3.067.653,36	R$ 3.932.095,08
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 3.476.754,34	R$ 4.341.196,06
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
PASSIVO		R$ 8.054.767,66	R$ 9.703.107,29
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 2.704.941,88	R$ 3.019.687,97
FORNECEDORES		R$ 1.779.371,38	R$ 2.151.584,72
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 1.779.371,38	R$ 2.151.584,72
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 9.571,07	R$ (0,00)
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ 9.571,07	R$ (0,00)
(-) ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 737.347,17	R$ 647.279,76
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 670.624,35	R$ 553.031,93
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 66.722,82	R$ 94.247,83
CREDORES DIVERSOS		R$ 6.665,76	R$ 19.637,62
CREDITOS DIVERSOS		R$ 6.665,76	R$ 19.637,62
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 5.302,51	R$ 1.078,68
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 5.302,51	R$ 1.078,68
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 149.690,88	R$ 152.517,08
PROVISÕES		R$ 91.475,96	R$ 112.973,19
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 58.214,92	R$ 39.543,89
CREDITOS DIVERSOS		R$ 16.993,11	R$ 47.590,11
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 16.993,11	R$ 47.590,11
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 58.023,57	R$ 116.338,22
PARCELAMENTOS		R$ 2.921,05	R$ 2.011,73
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.921,05	R$ 2.011,73
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 197,70	R$ 197,70
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 197,70	R$ 197,70
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 54.904,82	R$ 114.128,79
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 54.904,82	R$ 114.128,79
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 5.291.802,21	R$ 6.567.081,10
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 4.870.750,21	R$ 6.146.029,10
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 4.870.750,21	R$ 6.146.029,10
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		
Período Selecionado:	01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 9.703.107,29	R$ 10.249.265,14
ATIVO CIRCULANTE		R$ 4.752.092,64	R$ 3.359.854,91
DISPONIVEL		R$ 3.251.352,76	R$ 1.308.279,47
CAIXA GERAL		R$ 13.132,74	R$ 3.917,40
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 248.233,34	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 2.989.986,68	R$ 1.304.361,07
CLIENTES		R$ 679.490,21	R$ 1.157.027,46
CLIENTES		R$ 679.490,21	R$ 1.157.027,46
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 821.249,67	R$ 894.547,98
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 0,00	R$ 2.305,22
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 601.000,30	R$ 701.615,05
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 54.790,85	R$ 56.431,39
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 165.458,52	R$ 134.196,32
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES DE LICENÇAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 4.951.014,65	R$ 6.889.410,23
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 1.018.919,57	R$ 2.036.956,31
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 1.018.919,57	R$ 2.036.956,31
IMOBILIZADO		R$ 3.932.095,08	R$ 4.852.453,92
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 4.341.196,06	R$ 5.261.554,90
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
PASSIVO		R$ 9.703.107,29	R$ 10.249.265,14
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 3.019.687,97	R$ 3.760.432,90
FORNECEDORES		R$ 2.151.584,72	R$ 2.991.939,24
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 2.151.584,72	R$ 2.991.939,24
(-) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 647.279,76	R$ 468.845,20
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 553.031,93	R$ 385.462,72
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 94.247,83	R$ 83.382,48
CREDORES DIVERSOS		R$ 19.637,62	R$ 19.637,62
CREDITOS DIVERSOS		R$ 19.637,62	R$ 19.637,62
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.078,68	R$ 4.314,72
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.078,68	R$ 4.314,72
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 152.517,08	R$ 226.586,02
PROVISÕES		R$ 112.973,19	R$ 134.143,67
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 39.543,89	R$ 92.442,35
CREDITOS DIVERSOS		R$ 47.590,11	R$ 49.110,10
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 47.590,11	R$ 49.110,10
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 116.338,22	R$ 162.570,72
PARCELAMENTOS		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 197,70	R$ 197,70
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 197,70	R$ 197,70
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 114.128,79	R$ 160.361,29
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 114.128,79	R$ 160.361,29
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 6.567.081,10	R$ 6.326.261,52
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 6.146.029,10	R$ 5.905.209,52
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 6.146.029,10	R$ 5.905.209,52
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 10.249.265,14	R$ 10.269.732,84
ATIVO CIRCULANTE		R$ 3.359.854,91	R$ 4.528.108,80
DISPONIVEL		R$ 1.308.279,47	R$ 1.953.733,82
CAIXA GERAL		R$ 3.917,40	R$ 3.107,73
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 1.304.361,07	R$ 1.950.625,09
CLIENTES		R$ 1.157.027,46	R$ 1.320.399,96
CLIENTES		R$ 1.157.027,46	R$ 1.320.399,96
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 894.547,98	R$ 1.166.112,22
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 2.305,22	R$ 0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 701.615,05	R$ 947.298,77
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 56.431,39	R$ 64.311,45
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 134.196,32	R$ 154.502,00
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 87.862,80
ESTOQUES DE LICENÇAS		R$ 0,00	R$ 87.862,80
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 6.889.410,23	R$ 5.741.624,04
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 2.036.956,31	R$ 97.618,23
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 2.036.956,31	R$ 97.618,23
IMOBILIZADO		R$ 4.852.453,92	R$ 5.644.005,81
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 5.261.554,90	R$ 6.053.106,79
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
PASSIVO		R$ 10.249.265,14	R$ 10.269.732,84
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 3.760.432,90	R$ 3.034.156,55
FORNECEDORES		R$ 2.991.939,24	R$ 2.067.904,99
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 2.991.939,24	R$ 2.067.904,99
(-) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 468.845,20	R$ 654.857,52
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 385.462,72	R$ 556.033,92
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 83.382,48	R$ 98.823,60
CREDORES DIVERSOS		R$ 19.637,62	R$ 4.655,85
CREDITOS DIVERSOS		R$ 19.637,62	R$ 4.655,85
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 4.314,72	R$ 7.550,76
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 4.314,72	R$ 7.550,76
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 226.586,02	R$ 218.629,52
PROVISÕES		R$ 134.143,67	R$ 101.769,18
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 92.442,35	R$ 116.860,34
CREDITOS DIVERSOS		R$ 49.110,10	R$ 80.557,91
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 49.110,10	R$ 80.557,91
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 162.570,72	R$ 1.101.601,44
PARCELAMENTOS		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 197,70	R$ 911.819,60
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 197,70	R$ 911.819,60
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 160.361,29	R$ 187.770,11
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 160.361,29	R$ 187.770,11
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 6.326.261,52	R$ 6.133.974,85
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 5.905.209,52	R$ 5.712.922,85
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 5.905.209,52	R$ 5.712.922,85
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA LIQ. DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 2.944.734,25	R$ 5.034.589,40
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 2.944.734,25	R$ 5.496.171,36
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		R$ (258.858,42)	R$ (461.581,96)
(-) CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS		R$ 370.701,01	R$ (1.450.055,48)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 372.656,75	R$ (1.450.055,48)
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		R$ (1.713.748,60)	R$ (697.225,34)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.808.544,19)	R$ (1.159.634,33)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (916,69)	R$ (20.561,55)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (65.039,09)	R$ (37.419,98)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 160.751,37	R$ 520.390,52
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R$ 13.614,78	R$ (78.946,79)
(-) DESPESA FINANCEIRA		R$ (5.861,41)	R$ (88.115,20)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 19.476,19	R$ 9.168,41
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		R$ (95.221,04)	R$ (166.114,25)
(-) CSLL		R$ (95.221,04)	R$ (166.114,25)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R$ (258.502,91)	R$ (426.628,47)
(-) IRPJ		R$ (258.502,91)	R$ (426.628,47)
RESULTADO LIQUIDO DE OPE. DESCONTINUADAS		R$ (76.041,69)	R$ 0,00
(-) OUTRAS DESPESAS		R$ (88.491,69)	R$ (0,00)
OUTRAS RECEITAS		R$ 12.450,00	R$ 0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 1.185.535,80	R$ 2.215.619,07

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		
Período Selecionado:	01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA LIQ. DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 5.034.589,40	R$ 3.738.188,37
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 5.496.171,36	R$ 4.080.162,80
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		R$ (461.581,96)	R$ (341.974,43)
(-) CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS		R$ (1.450.055,48)	R$ (744.160,07)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (1.450.055,48)	R$ (744.160,07)
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		R$ (697.225,34)	R$ (1.201.800,28)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.159.634,33)	R$ (1.411.671,54)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (20.561,55)	R$ (14.314,20)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (37.419,98)	R$ (39.102,45)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 520.390,52	R$ 263.287,91
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R$ (78.946,79)	R$ (46.959,64)
(-) DESPESA FINANCEIRA		R$ (88.115,20)	R$ (57.832,48)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 9.168,41	R$ 10.872,84
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		R$ (166.114,25)	R$ (124.947,20)
(-) CSLL		R$ (166.114,25)	R$ (124.947,20)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R$ (426.628,47)	R$ (350.507,86)
(-) IRPJ		R$ (426.628,47)	R$ (350.507,86)
RESULTADO LIQUIDO DE OPE. DESCONTINUADAS		R$ 0,00	R$ 4.556,25
OUTRAS RECEITAS		R$ 0,00	R$ 4.556,25
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 2.215.619,07	R$ 1.274.369,57

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		
Período Selecionado:	01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA LIQ. DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 3.738.188,37	R$ 3.360.057,83
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 4.080.162,80	R$ 3.655.985,84
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		R$ (341.974,43)	R$ (295.928,01)
(-) CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS		R$ (744.160,07)	R$ (1.725.227,45)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (744.160,07)	R$ (1.725.227,45)
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		R$ (1.201.800,28)	R$ (1.481.018,71)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.411.671,54)	R$ (1.561.014,46)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (14.314,20)	R$ (19.807,44)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (39.102,45)	R$ (56.852,08)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 263.287,91	R$ 156.655,27
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R$ (46.959,64)	R$ (49.847,68)
(-) DESPESA FINANCEIRA		R$ (57.832,48)	R$ (70.088,24)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 10.872,84	R$ 20.240,56
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		R$ (124.947,20)	R$ (110.592,23)
(-) CSLL		R$ (124.947,20)	R$ (110.592,23)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R$ (350.507,86)	R$ (301.200,64)
(-) IRPJ		R$ (350.507,86)	R$ (301.200,64)
RESULTADO LIQUIDO DE OPE. DESCONTINUADAS		R$ 4.556,25	R$ 67.009,30
(-) OUTRAS DESPESAS		R$ (0,00)	R$ (140,70)
OUTRAS RECEITAS		R$ 4.556,25	R$ 67.150,00
(-) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 1.274.369,57	R$ (240.819,58)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA LIQ. DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 3.360.057,83	R$ 5.100.229,99
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS		R$ 3.655.985,84	R$ 5.606.852,96
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		R$ (295.928,01)	R$ (506.622,97)
(-) CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS		R$ (1.725.227,45)	R$ (811.415,16)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (1.725.227,45)	R$ (811.415,16)
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		R$ (1.481.018,71)	R$ (1.608.890,52)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (1.561.014,46)	R$ (1.669.571,31)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (19.807,44)	R$ (37.968,43)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (56.852,08)	R$ (48.177,19)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 156.655,27	R$ 146.826,41
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R$ (49.847,68)	R$ (31.350,67)
(-) DESPESA FINANCEIRA		R$ (70.088,24)	R$ (51.233,19)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 20.240,56	R$ 19.882,52
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		R$ (110.592,23)	R$ (161.440,30)
(-) CSLL		R$ (110.592,23)	R$ (161.440,30)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R$ (301.200,64)	R$ (443.341,29)
(-) IRPJ		R$ (301.200,64)	R$ (443.341,29)
RESULTADO LIQUIDO DE OPE. DESCONTINUADAS		R$ 67.009,30	R$ 950,00
(-) OUTRAS DESPESAS		R$ (140,70)	R$ (0,00)
OUTRAS RECEITAS		R$ 67.150,00	R$ 950,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ (240.819,58)	R$ 2.044.742,05

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
23201712520	05.250.796/0001-54	

NOME EMPRESARIAL
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário	17

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	00314237364	ANANIAS REBOUCAS BRITO:00314237364	262197790014764180 0	28/02/2023 a 28/02/2024	Não
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	05250796000154	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA:05250796000154	262197789563746338 4	17/01/2023 a 17/01/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.
61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/06/2023 às 23:31:36

5F.3A.AD.C5.BA.FC.23.FA
87.B1.3A.C7.17.69.8F.2F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	05.250.796/0001-54
Número de Ordem do Livro:	17		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
NIRE	23201712520
CNPJ	05.250.796/0001-54
Número de Ordem	17
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Fortaleza
Data do arquivamento dos atos constitutivos	02/08/2002
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	64992

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	17
Quantidade total de linhas do arquivo digital	64992
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.B0.35.A5.75.9A.91.52.C7.1A.23.D0.61.00.45.A1.5F.FF.09.6F-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

CRCCE
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ANANIAS REBOUÇAS BRITO
REGISTRO..... : CE-020032/O-6
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.142.373-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: CEARÁ, 10/01/2024 as 14:38:54.
Válido até: 09/04/2024.
Código de Controle: 651632.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCCE.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
23201712520	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

CEE2200323366

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

FORTALEZA
Local

3 Maio 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/060.897-1	CEE2200323366	02/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	03/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Ceará

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31 de dezembro de 2021

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

CNPJ: 05.250.796/0001-54
RUA CAPITAO MELO, 3373 - JOAQUIM TAVORA, 60120-220
Fortaleza - CE

NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Balanço Patrimonial

Empresa: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

Fortes Contábil

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1	ATIVO	6.733.147,76 D	3.798.255,54 D
11	ATIVO CIRCULANTE	4.396.338,52 D	2.338.290,21 D
1101	DISPONIVEL	2.241.638,81 D	1.430.124,25 D
1103	CLIENTES	411.234,42 D	635.786,00 D
1104	OUTROS DEBITOS	424.923,13 D	234.002,10 D
1106	ESTOQUES	1.318.542,16 D	38.377,86 D
16	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.336.809,24 D	1.459.965,33 D
1603	IMOBILIZADO	2.336.809,24 D	1.459.965,33 D
2	PASSIVO	6.733.147,76 C	3.798.255,54 C
21	PASSIVO CIRCULANTE	2.975.049,50 C	1.333.239,47 C
2101	FORNECEDORES	2.256.970,65 C	737.542,67 C
2102	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	52.304,17 C	236.175,88 C
2103	OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	564.472,98 C	286.384,04 C
2105	CREDORES DIVERSOS	1.296,54 C	0,00
2108	PROVISÕES	81.665,69 C	73.136,88 C
2109	CREDITOS DIVERSOS	18.339,47 C	0,00
26	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	633.159,01 C	9.072,90 C
2603	PARCELAMENTOS	2.921,05 C	3.430,36 C
2605	FORNECEDORES DIVERSOS	611.973,39 C	0,00
2608	RECEITAS A TRIBUTAR	18.264,57 C	5.642,54 C
27	PATRIMÔNIO LIQUIDO	3.124.939,25 C	2.455.943,17 C
2701	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	421.052,00 C	421.052,00 C
2705	LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS	2.703.887,25 C	2.034.891,17 C

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2021

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Fim

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54 Fortes Contábil

(1) Estabelecimentos: 0001 - NETWORK SECURE SEGURANCA; Centros de Resultado: 001 - Geral

Conta	Descrição	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
(+) 001	RECEITA LIQ. DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS	7.493.217,32	9.273.926,67
001.01	RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS/SERVIÇOS	8.158.261,68	10.066.409,54
001.02	DEDUÇÕES DA RECEITA	665.044,36	792.482,87
(-) 002	CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	1.028.056,54	3.881.098,32
002.01	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.955,74	257.237,40
002.03	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	1.026.100,80	3.623.860,92
(=) 003	RESULTADO BRUTO	6.465.160,78	5.392.828,35
(-) 004	DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(3.415.810,88)	(2.058.156,16)
004.02	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.734.170,59	2.467.622,92
004.03	DESPESAS TRIBUTARIAS	35.449,05	23.015,29
004.04	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	123.177,08	81.787,32
004.05	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	476.985,84	514.269,37
(=) 005	RESULTADO ANT. DO RESULT FINAN. E TRIB.	3.049.349,90	3.334.672,19
(-) 006	RESULTADO FINANCEIRO	14.443,05	(66.191,09)
006.01	DESPESA FINANCEIRA	28.647,95	86.501,79
006.02	RECEITAS FINANCEIRAS	43.091,00	20.310,70
(=) 007	RESULTADO ANTES DA CSLL	3.063.792,95	3.268.481,10
(-) 008	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	256.175,82	261.101,63
008.01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	256.175,82	261.101,63
008.01.01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	256.175,82	261.101,63
(=) 009	RESULTADO ANTES DO IRPJ	2.807.617,13	3.007.379,47
(-) 010	IMPOSTO DE RENDA	666.249,33	684.478,15
010.01	IMPOSTO DE RENDA	666.249,33	684.478,15
010.01.01	IMPOSTO DE RENDA	666.249,33	684.478,15
(=) 011	RESULTADO LIQUIDO DE OPER. CONTINUADAS	2.141.367,80	2.322.901,32
(-) 012	RESULTADO LIQUIDO DE OPE. DESCONTINUADAS	(402.698,16)	(344.233,97)
012.01	OUTRAS DESPESAS	439.508,16	361.199,91
012.02	OUTRAS RECEITAS	36.810,00	16.965,94
(=) 200	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	1.738.669,64	1.978.667,35

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2021

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Fim

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

CNPJ: 05.250.796/0001-54

NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021

DESCRIÇÃO - HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS RESERVAS DE LUCRO	RESERVAS ESTATUTÁRIA	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo Final – 30.06.2020	**10.000,00**		**-**	**-**	**(29.557,46)**	**(19.557,46)**
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Reserva de Subvenções	-	-	-	-	-	-
Lucro / Prejuizo do Exercício	-	-	-	-	1.194.532,36	1.194.532,36
Lucros Distribuidos	-	-	-	-	(160.000,00)	(160.000,00)
Saldo Inicial – 01/01/2020	**421.052,00**	**-**	**-**	**-**	**2.034.891,17**	**2.455.943,17**
Ajustes de execicios anteriores	-	-	-	-	(89.251,46)	(89.251,46)
Aumento de Capital Social	-	-	-	-		-
Reserva de Capital	-	-	-	-		-
Reserva de Lucro	-	-	-	-		-
Reserva Estatutária	-	-	-	-		-
Reserva de Subvenções	-	-	-	-		-
Lucro / Prejuizo do Exercício	-	-	-	-	1.738.669,64	1.738.669,64
Lucros Distribuidos	-	-	-	-	(980.422,10)	(980.422,10)
Saldo Final – 31/12/2021	**421.052,00**	**-**	**-**	**-**	**2.703.887,25**	**3.124.939,25**

FORTALEZA-CE, 31 de Dezembro de 2021

ANANIAS REBOUÇAS BRITO
CPF(MF): 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O-6
CONTADOR

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF(MF): 648.711.503-72
SÓCIO ADMINISTRADOR

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 15.252432/0001-67
NIRE:23201712520 - DATA:02/08/2002
ANÁLISE PATRIMONIAL
Exercício Findo em 31/12/2021

01 - LIQUIDEZ CORRENTE	**2021**		**2020**		Indica quanto a Empresa tem de Ativo Circulante para cada
ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	4.396.338,52 / 2.975.049,50	**1,48**	2.338.290,21 / 1.333.239,47	**1,75**	**Quanto maior melhor.**
02 - LIQUIDEZ SECA					Indica quanto a Empresa tem de Ativo Circulante para cada
ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE / PASSIVO CIRCULANTE	3.077.796,36 / 2.975.049,50	**1,03**	2.299.912,35 / 1.333.239,47	**1,73**	**Quanto maior melhor.**
03 - LIQUIDEZ GERAL					Indica quanto a Empresa tem de Ativo Circulante + Realizável a
ATIVO CIRC + REALIZ. A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRC + EXIG. A LONGO PRAZO	4.396.338,52 / 3.608.208,51	**1,22**	2.338.290,21 / 1.342.312,37	**1,74**	**Quanto maior melhor.**
04 - LIQUIDEZ IMEDIATA					Indica quanto a Empresa possui de recursos disponíveis em relação ao passivo de curto prazo.
DISPONÍVEL / PASSIVO CIRCULANTE	2.241.638,81 / 2.975.049,50	**0,75**	1.430.124,25 / 1.333.239,47	**1,07**	**Quanto maior melhor.**
05 - SOLVÊNCIA GERAL					Indica quanto a Empresa tem de Ativo total em relação às suas
ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRC. + EXIG. A LONGO PRAZO	6.733.147,76 / 3.608.208,51	**1,87**	3.798.255,54 / 1.342.312,37	**2,83**	**Quanto maior melhor.**
06 - PARTICIPAÇÕES DE CAPITAIS DE TERCEIROS					Indica quanto a Empresa utiliza de Capitais de Terceiros para
PASSIVO CIRC + EXIG. A LONGO PRAZO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.608.208,51 / 3.124.939,25	**1,15**	1.342.312,37 / 2.455.943,17	**0,55**	**Quanto menor melhor.**
07 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO					Indica a relação das obrigações de curto prazo em relação às
PASSIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRC + EXIG.A LONGO PRAZO	2.975.049,50 / 3.608.208,51	**0,82**	1.333.239,47 / 1.342.312,37	**0,99**	**Quanto menor melhor.**
08 - ENDIVIDAMENTO GERAL	**2021**		**2020**		Indica o endividamento total da empresa. Ou seja, quanto do
PASSIVO CIRC + EXIG.A LONGO PRAZO / ATIVO TOTAL	3.608.208,51 / 6.733.147,76	**0,54**	1.342.312,37 / 3.798.255,54	**0,35**	**Quanto menor melhor.**
09 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO					Indica quanto a Empresa aplicou no Ativo Permanente para cada
ATIVO PERMANENTE / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.336.809,34 / 3.124.939,25	**0,75**	1.459.965,33 / 2.455.943,17	**0,59**	**Quanto menor melhor.**
10 - RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO TOTAL					Indica quanto a Empresa obteve de lucro para cada R$ 1,00 investido no ativo **Quanto maior melhor.**
LUCRO LÍQUIDO / ATIVO TOTAL	1.738.669,64 / 6.733.147,76	**0,26**	1.978.667,35 / 3.798.255,54	**0,52**	
11 - RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO					Indica quanto a Empresa obteve de lucro para cada R$ 1,00 real
LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.738.669,64 / 3.124.939,25	**0,56**	1.978.667,35 / 2.455.943,17	**0,81**	**Quanto maior melhor.**
12 - IMOBILIZAÇÃO DO RECURSOS NÃO CORRENTES					Indica quanto de recursos não correntes foi destinado ao Ativo Permanente **Quanto menor melhor.**
ATIVO PERMANENTE / PAT.LIQUÍDO + EXIG. A LONGO PRAZO	2.336.809,34 / 3.758.098,26	**0,62**	1.459.965,33 / 2.465.016,07	**0,59**	
13 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO					
(+) ATIVO CIRCULANTE	4.396.338,52		2.338.290,21		
(+) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-		-		
(-) PASSIVO CIRCULANTE	(2.975.049,50)		(1.333.239,47)		
(-) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	(633.159,01)		(9.072,90)		
(=) CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO	**788.130,01**		**995.977,84**		

Fortaleza(CE), 31 de Dezembro 2021.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Empresa:NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 05.250.796/0001-54 Fortes Contábil
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	1.738.669,64	1.978.667,35
Diminuição em CLIENTES	224.551,58	23.873,35
Diminuição em ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	3.251,44	-
Aumento em ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	-	(3.251,44)
Aumento em ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	(137.861,88)	-
Diminuição em ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	-	308.029,39
Aumento em IMPOSTOS A RECUPERAR	(56.310,59)	(16.531,18)
Aumento em ESTOQUES DE MERCADORIAS	(1.280.164,30)	-
Aumento em FORNECEDORES NACIONAIS	1.519.427,98	-
Diminuição em FORNECEDORES NACIONAIS	-	(49.988,35)
Aumento em IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	247.113,09	83.989,74
Aumento em OBRIGACOES TRABALHISTAS	30.975,85	-
Diminuição em OBRIGACOES TRABALHISTAS	-	(8.354,30)
Aumento em CREDITOS DIVERSOS	1.296,54	-
Diminuição em CREDITOS DIVERSOS	-	(196.001,30)
Diminuição em OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	(3.872,49)
Aumento em PROVISÕES	22.970,94	-
Diminuição em PROVISÕES	-	(17.086,08)
Diminuição em IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA	(14.442,13)	(55.539,09)
Aumento em ADIANTAMENTO DE CLIENTE	18.339,47	-
Diminuição em PARCELAMENTOS FEDERAIS	(1.418,63)	(68.343,84)
Diminuição em PARCELAMENTO ESTADUAL	-	(4.244,16)
Aumento em PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	909,32	2.011,73
Aumento em FORNECEDORES NACIONAIS	611.973,39	-
Aumento em RECEITAS A TRIBUTAR	12.622,03	5.579,88
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.941.903,74**	**1.978.939,21**
Atividades Investimento		
Aumento em BENS EM OPERAÇÃO	(876.843,91)	(301.590,37)
Caixa Líquido das Atividades Investimento	**(876.843,91)**	**(301.590,37)**
Atividades Financiamento		
Diminuição em FINANCIAMENTOS BANCARIOS	(114.855,24)	-
Aumento em FINANCIAMENTOS BANCARIOS	-	83.780,41
Diminuição em ARRENDAMENTO MERCANTIL	(69.016,47)	(215.624,49)
Diminuição em PATRIMÔNIO LIQUIDO	(1.069.673,56)	(890.068,65)
Caixa Líquido das Atividades Financiamento	**(1.253.545,27)**	**(1.021.912,73)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**811.514,56**	**655.436,11**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	**1.430.124,25**	**774.688,14**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**2.241.638,81**	**1.430.124,25**

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2021

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC (CE): 020.032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio- Administrador

Fim

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020
Sobra / Lucro Líquido do Exercício	1.738.669,64	1.978.667,35
(+/-) Ganhos ou Perdas de Conversões das Demonstrações Contábeis		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		
Diferenças cambiais de conversão de equivalência patrimonial de investidas		
Reclassificação de diferenças de variação cambial quando da perda de influência significativa		
Variação líquida de *hedge* de investimento líquido em operações no exterior		
Ajuste da variação do valor justo de imóveis transferidos do ativo imobilizado para propriedades para investimento		
Parcela efetiva das mudanças no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa		
Variação líquida no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa transferido para resultado		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação líquida no valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda transferidos resultado		
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido		
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.738.669,64	1.978.667,35
Participação no Resultado Abrangente	-	
Controladores		
Não controladores		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.738.669,64	1.978.667,35

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2021.

Ananias Rebouças Brito
CPF(MF):003.142-373-64
CRC(CE):020-032/O-6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
José Murilo Cirino Nogueira Junior
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 05.250.796/0001-54
NIRE: 23201712520 - Data: 02/08/2002

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020
1. Receitas	**R$ 7.493.217,32**	**R$ 9.273.926,67**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**R$ 8.158.261,68**	**R$ 10.066.409,54**
Outras receitas		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
(-) Deduções da receita (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS,COFINS e ISS)	-R$ 665.044,36	-R$ 792.482,87
(-) Devoluções de venda e outras deduções	-	-
2. Insumos adquiridos de terceiros	**R$ 3.798.524,99**	**R$ 5.706.412,22**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	R$ 1.028.056,54	R$ 3.881.098,32
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	R$ 2.770.468,45	R$ 1.825.313,90
3. Valor adicionado bruto	**R$ 3.694.692,33**	**R$ 3.567.514,45**
4. Depreciação e amortização	**R$ -**	**R$ -**
5. Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**R$ 3.694.692,33**	**R$ 3.567.514,45**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**R$ 556.886,84**	**R$ 551.546,01**
Resultado de equivalência patrimonial		
Receitas financeiras	R$ 43.091,00	R$ 20.310,70
Outras	R$ 513.795,84	R$ 531.235,31
7. Valor adicionado total a distribuir	**R$ 4.251.579,17**	**R$ 4.119.060,46**
8. Distribuição do valor adicionado	**R$ 4.251.579,17**	**R$ 4.119.060,46**
8.1. Pessoal	**R$ 732.914,03**	**R$ 628.618,93**
8.2. Impostos, taxas e contribuições	**R$ 957.874,20**	**R$ 968.595,07**
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	**R$ 822.121,30**	**R$ 543.179,11**
Despesas Financeiras	R$ 28.647,95	R$ 86.501,79
Aluguéis	R$ 353.965,19	R$ 95.477,41
Outras	R$ 439.508,16	R$ 361.199,91
8.4 Remuneração de capitais próprios	**R$ 1.738.669,64**	**R$ 1.978.667,35**
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Lucros ou Prejuizos retidos	R$ 1.738.669,64	R$ 1.978.667,35
Participação dos não controladores nos lucros retidos		

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2021.

ANANIAS REBOUÇAS BRITO
CPF(MF): 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O-6
CONTADOR

NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF(MF): 648.711.503-72
SÓCIO ADMINISTRADOR

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.

CNPJ: 05.250.796/0001-54

NIRE: 23.2.0171252-0 - Data: 02/08/2002.

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021

CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins econômicos, com sede em Fortaleza, estado do Ceará, na Av. Pontes Vieira - Bairro: Dionísio Torres, nº 2340 – Salas 510 a 514 – CEP: 60135-238, Estado do Ceará, cuja principal atividade é a de Comercio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01). Sua com respaldo legal no Código Civil Brasileiro (Lei Federal).

REGIME TRIBUTÁRIO

A empresa é enquadrada no regime "Lucro Presumido." A prática contábil adotada é pelo regime de caixa.

CADASTRO

A empresa **"**Network Secure Segurança da Informação LTDA**"** possui os seguintes registros e inscrições:

a) Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 232071252-0 sob despacho em 02/08/2002
b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 05.250.796/0001-54.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Sempre em consonância com as normas internacionais, com atendimentos da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e os pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Os ativos circulantes e não circulantes

a) O caixa e os equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerários.
b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não estão destinados à negociação ou disponíveis para venda;
c) O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição;
d) A depreciação do ativo imobilizado foi feita pelo método linear, aplicando-se as taxas usualmente admitidas para os bens em operação durante um turno de 8(oito) horas diárias;
e) Recuperabilidade de ativos: A Empresa analisou o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.
f) Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais circulantes, compreendidos até um ano e não circulantes, compreendidos acima de um ano, estão demonstrados pelos valores de custo, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos **rendimentos ou provisão para perdas;**

Os passivos circulantes e não circulantes

g) Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis ao mesmo;
h) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da sociedade, representando, portanto, uma posição estática. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da sociedade.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social realizado é de R$ 421.052,00 (quatrocentos e vinte e um mil e cinquenta e dois reais) quotas, cada uma com valor nominal de R$1,00 (um real).

DECLARAÇÃO

Essas Notas Explicativas são partes integrantes e indissociáveis das Demonstrações Contábeis elaboradas em 31.12.2021

Fortaleza (Ce), 31 de dezembro de 2021.

Ananias Rebouças Brito
CPF/MF: 003.142.373-64
CRC/CE: 020.032/O6
Contador

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
JOSÉ MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR
CPF/MF: 648.711.503-72
Sócio Administrador

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/060.897-1	CEE2200323366	02/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
003.142.373-64	Ananias Rebouças Brito	03/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	03/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Ceará

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5793956 em 04/05/2022 da Empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 05250796000154 e protocolo 220608971 - 03/05/2022. Autenticação: D3BB9440F51B55FAD3C4209FC87B5670B72E3A12. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 22/060.897-1 e o código de segurança yxnP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETARIA GERAL

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA, de CNPJ 05.250.796/0001-54 e protocolado sob o número 22/060.897-1 em 03/05/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5793956, em 04/05/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Jairo Bezerra Lira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	03/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
648.711.503-72	JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR	03/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
003.142.373-64	Ananias Rebouças Brito	03/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 04/05/2022

Documento assinado eletronicamente por Jairo Bezerra Lira, Servidor(a) Público(a), em 04/05/2022, às 12:19.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucec informando o número do protocolo 22/060.897-1.

Junta Comercial do Estado do Ceará

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Fortaleza. quarta-feira, 04 de maio de 2022

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
NIRE	23201712520
CNPJ	05.250.796/0001-54
Número de Ordem	16
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Fortaleza
Data do arquivamento dos atos constitutivos	02/08/2002
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	41211

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	16
Quantidade total de linhas do arquivo digital	41211
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	31/12/2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.798.255,54	R$ 3.241.771,21
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.338.290,21	R$ 1.647.324,03
DISPONIVEL		R$ 1.430.124,25	R$ 1.100.267,64
CAIXA GERAL		R$ 936,47	R$ 3.252,53
CAIXA		R$ 936,47	R$ 3.252,53
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-8		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 1.429.186,78	R$ 1.097.014,11
BANCO DO BRASIL-POUPANCA AUTOMATICA		R$ 2.850,00	R$ 2.850,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934 INVEST FACIL		R$ 100,00	R$ 0,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-FAC FUNDO		R$ 1.066.335,83	R$ 842.742,68
BRADESCO FIC DE FI RENDA FIXA DI HIPE		R$ 542,86	R$ 542,86
BANCO DO BRASIL RF CP EMPRESA AGIL		R$ 359.358,09	R$ 194.788,96
BANCO DO BRASIL - AUTOMATICO EMPRESA		R$ 0,00	R$ 56.089,61
CLIENTES		R$ 635.786,00	R$ 236.314,69
CLIENTES		R$ 635.786,00	R$ 236.314,69
VALENCA SOCIEDADE DE ADVOGADOS		R$ 1.440,00	R$ 0,00
A PREDIAL ADMINISTRADORA CEARENSE DE BEN		R$ 2.400,00	R$ 0,00
RM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA		R$ 960,00	R$ 0,00
UNICRED FORTALEZA COOP DE ECON E CRED M		R$ 7.800,00	R$ 0,00
MUCURIPE VEICULOS COMERCIO E SERVIÃçOS L		R$ 760,00	R$ 0,00
EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A		R$ 9.500,00	R$ 2.950,00
CORDEIRO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS		R$ 360,00	R$ 0,00
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 1.986,52	R$ 0,00
CORDEIRO REMOÇÕES GUINDASTES E TRANSPORTES		R$ 450,00	R$ 0,00
CENTRO CATOLICO DE EVANGELIZACAO SHALOM		R$ 900,00	R$ 0,00
CASA MAGALHAES AUTOMACAO LTDA		R$ 3.000,00	R$ 0,00
HAPVIDA - ASSITENCIA MEDICA LTDA		R$ 600,00	R$ 600,00
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA -		R$ 7.195,50	R$ 0,00
COMPANHIA VALENCA INDUSTRIAL		R$ 8.260,00	R$ 8.260,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ADVANCE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS S.A.		R$ 2.360,00	R$ 2.360,00
SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.		R$ 97.786,78	R$ 48.893,39
JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SE		R$ 888,50	R$ 888,50
INST. FED. DE EDUC. CIENC. E TEC. DE SER		R$ 855,50	R$ 0,00
WOW NUTRITION INDUSTRIA E COMERCIA SA		R$ 6.000,00	R$ 3.000,00
COPEL TELECOMUNICACOES S.A.		R$ 202,33	R$ 0,00
COPEL DISTRIBUIDORA S.A.		R$ 1.891,79	R$ 0,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA		R$ 23,29	R$ 0,00
COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A.		R$ 564,07	R$ 0,00
CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM		R$ 2.533,95	R$ 0,00
DELP ENGENHARIA MECANICA S/A		R$ 0,00	R$ 1.454,68
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARA		R$ 132.770,00	R$ 0,00
SUPERMERCADO XIMENES LTDA - EPP		R$ 420,00	R$ 0,00
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 0,00	R$ 18.700,00
MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ 30.407,40	R$ 2.533,95
MANE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R$ 0,00	R$ 7.038,75
YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A		R$ 0,00	R$ 3.376,30
TD SOLUCOES AVANCADAS DE TECNOLOGIA BRASIL		R$ 31.723,22	R$ 723,46
CALILA ADMINISTRACAO E COMERCIO S/A		R$ 15.969,90	R$ 0,00
CANDENGO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA		R$ 0,00	R$ 357,10
SECURISOFT DO BRASIL - EIRELI		R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
HOTEL CROCOBEACH EIRELI		R$ 465,00	R$ 572,60
VENTOS DE SAO BENTO ENERGIAS RENOVAVEIS		R$ 2.220,00	R$ 2.220,00
ASSOCIACAO PROGRAMA UM MILHAO DE CISTERN		R$ 0,00	R$ 1.126,20
NETWORK SECURE REPRESENTAÃçÃâO LTDA		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA		R$ 0,00	R$ 11.472,31
QUEIROZ PARTICIPAÃçOES LTDA		R$ 965,55	R$ 0,00
TRANSNORDESTINA LOGISTICA SA		R$ 888,50	R$ 888,50
CCL INDUSTRIES DO BRASIL S/A		R$ 2.346,25	R$ 2.889,16
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA		R$ 55.352,73	R$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
BARJUD INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA		R$ 1.046,15	R$ 0,00
ARROW BRASIL S/A		R$ 20.787,50	R$ 0,00
B F M SISTEMAS PARA INTERNET LTDA		R$ 11.982,77	R$ 0,00
TRUST SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS LTDA		R$ 9.900,00	R$ 6.930,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMARAGIBE		R$ 4.561,11	R$ 4.561,11
SHOPPING CENTERS IGUATEMI SA		R$ 16.476,30	R$ 0,00
CONDOMINIO SHOPPING CENTER BOSQUE DOS IP		R$ 7.453,57	R$ 0,00
ZANTHUS S/A COMERCIO		R$ 10.323,50	R$ 0,00
CONDOMINIO DO SHOPPING BOSQUE GRAO PARA		R$ 7.453,57	R$ 0,00
FUNDACAO CHESF DE ASSISTENCIA E SEGURIDA		R$ 5.943,53	R$ 0,00
FERBASA - CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA		R$ 88.120,46	R$ 0,00
CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI		R$ 7.056,47	R$ 0,00
INSTITUTO QUEIROZ JEREISSATI		R$ 8.434,29	R$ 0,00
APAVEL APARECIDA VEICULOS LTDA		R$ 0,00	R$ 476,75
TRACBEL SA		R$ 0,00	R$ 953,50
CORE SP CONS REG DOS REPRES COMERCIAIS D		R$ 0,00	R$ 3.591,90
J ALVES E OLIVEIRA LTDA		R$ 0,00	R$ 1.501,60
SOMA MEIOS ELETRONICOS DE PAGAMENTOS S A		R$ 0,00	R$ 426,48
APSEN FARMACEUTICA S.A.		R$ 0,00	R$ 71.795,25
SABION DIGITAL BRAND E DESIGN		R$ 0,00	R$ 21.022,40
ASA BRANCA LOCADORA E TURISMO LTDA - EPP		R$ 0,00	R$ 750,80
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 234.002,10	R$ 310.741,70
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 3.251,44	R$ 3.251,44
ADIANTAMENTO DE FERIAS		R$ 3.251,44	R$ 3.251,44
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 181.970,61	R$ 270.042,04
WESTCON BRASIL		R$ 0,00	R$ 38.875,55
CIL COM. DE INFORM. LTDA FOR		R$ 0,00	R$ 1.252,25
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNO		R$ 0,00	R$ 19.346,52
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 178.820,61	R$ 178.820,61
PONTOMAIS TECNOLOGIA LTDA		R$ 0,00	R$ 182,88

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 0,00	R$ 392,29
ALELO S.A.		R$ 0,00	R$ 2.528,04
HOME CASATTO		R$ 3.150,00	R$ 0,00
INTEXFY DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE		R$ 0,00	R$ 511,90
R C CONFECCAO DE ROUPAS LTDA		R$ 0,00	R$ 432,00
Hissa & Galamba Advogados		R$ 0,00	R$ 10.000,00
PAULO HENRIQUE BRITO		R$ 0,00	R$ 15.000,00
ANA KARYNE FREIRE BARBOSA SABINO		R$ 0,00	R$ 2.700,00
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 0,00	R$ 0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 48.780,05	R$ 37.448,22
IRRF A COMPENSAR		R$ 529,25	R$ 553,99
IRPJ A COMPENSAR		R$ 48,01	R$ 48,01
CSLL A COMPENSAR		R$ 17,27	R$ 17,27
CSLL FONTE		R$ 10.245,08	R$ 8.751,59
PIS FONTE		R$ 4.365,71	R$ 3.394,95
COFINS FONTE		R$ 20.149,51	R$ 15.669,07
PIS A COMPENSAR		R$ 3,90	R$ 3,90
COFINS A COMPENSAR		R$ 18,00	R$ 18,00
IRPJ FONTE		R$ 13.403,32	R$ 8.991,44
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 38.377,86	R$ 0,00
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 38.377,86	R$ 0,00
MERCADORIAS		R$ 38.377,86	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 1.459.965,33	R$ 1.594.447,18
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 0,00	R$ 39.345,39
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 39.345,39
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 0,00	R$ 3.686,16
ALARICO ISAIAS SOUSA GUIMARAES		R$ 0,00	R$ 1.000,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 0,00	R$ 34.659,23
IMOBILIZADO		R$ 1.459.965,33	R$ 1.555.101,79

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 1.869.066,31	R$ 1.964.202,77
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ 124.041,40	R$ 186.904,57
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 145.328,71	R$ 145.328,71
PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 1.599.696,20	R$ 1.631.969,49
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
(-) MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ (16.228,36)	R$ (16.228,36)
(-) PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ (380.898,79)	R$ (380.898,79)
(-) MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (11.973,83)	R$ (11.973,83)
PASSIVO		R$ 3.798.255,54	R$ 3.241.771,21
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 1.333.239,47	R$ 825.998,15
FORNECEDORES		R$ 737.542,67	R$ 375.441,91
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 737.542,67	R$ 375.441,91
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADOR		R$ 1.695,66	R$ (0,00)
MAVI CONSTRUCOES-MATEUS GUERRA DE FARIAS ME		R$ 230,39	R$ (0,00)
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 90.879,78	R$ 50.472,72
MARELLI MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA		R$ 3.466,01	R$ (0,00)
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 462.740,10	R$ 160.130,20
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA		R$ 26.069,15	R$ 66.142,44
N G TAVARES TREINAMENTO EM DESENVOLVIMEN		R$ 90,00	R$ (0,00)
MARIA GENI DISTRIB. DE ART. DE PAP. LTDA		R$ 1.230,22	R$ (0,00)
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNO		R$ 79.132,17	R$ 38.149,19
JULIANA VIANA DOS SANTOS APOIO ADMINISTR		R$ 6.800,00	R$ 6.800,00
CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA		R$ 2.174,28	R$ 2.128,63
DUANA COM DE MAT PARA ESCRITORIO LTDA		R$ 9.660,00	R$ 5.100,00
ORIGINAL GRAFICA EXPRESS LTDA ME		R$ 100,00	R$ (0,00)
JOSE DALECIO DAVI PEREIRA FREIRE 0216483		R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
ELITE DEDETIZACOES INDUSTRIA E COMERCIO		R$ 212,50	R$ (0,00)
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 3.006,00	R$ 1.500,00
(-) GRAFICA E EDITORA LCR LTDA		R$ (0,00)	R$ 475,00
THIAGO NOGUEIRA BARBOSA 03044759390		R$ 5.325,51	R$ 5.325,51

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) COMERCIAL BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI		R$ (0,00)	R$ 632,70
(-) WEB BRINDES EIRELI		R$ (0,00)	R$ 2.842,50
ALELO S.A.		R$ 3.797,38	R$ 3.804,24
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 3.500,00	R$ 411,84
DISBRAZ DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS		R$ 240,00	R$ 240,00
CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA		R$ 2.647,15	R$ 5.697,50
ALLSEC SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA		R$ 7.800,00	R$ (0,00)
MARCOS DE SOUSA MONTENEGRO ME		R$ 1.040,00	R$ (0,00)
CLINICA DRA.MARIA HELENA MAGALHAES ALBUQ		R$ 540,00	R$ 530,00
JOAO VICTOR CLAUDINO FELIPE 06737562388		R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
CASA BONITA MAGAZINE LTDA - EPP		R$ 3.066,00	R$ 3.066,00
SP CE GELATERIA LTDA		R$ 1.700,00	R$ (0,00)
JCM NITEROI REFRIGERACAO LTDA		R$ 1.353,42	R$ (0,00)
M.L.R.RUOCCO-ME		R$ 97,43	R$ (0,00)
TEREZA MAGDA IPIRANGA CACAU		R$ 1.904,52	R$ (0,00)
D E J SERVICOS LTDA		R$ 45,00	R$ 45,00
(-) AL CURSOS TREINAMENTOS E CONFERENCIAS LT		R$ (0,00)	R$ 1.083,00
(-) ACAO COMUNITARIA DO BRASIL - SAO PAULO		R$ (0,00)	R$ 3.865,44
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 236.175,88	R$ 184.456,66
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ 155.850,70	R$ 127.136,89
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -0231601988		R$ 153.140,12	R$ 124.426,31
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -06211324143		R$ 2.710,58	R$ 2.710,58
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 80.325,18	R$ 57.319,77
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 5440941743129358BRA2		R$ 11.308,71	R$ 11.308,71
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 06806/06806SR01V6		R$ 69.016,47	R$ 46.011,06
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 286.384,04	R$ 204.729,57
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 256.926,70	R$ 173.355,39
ICMS A RECOLHER		R$ 496,08	R$ 2.139,50
ISS A RECOLHER		R$ 13.896,07	R$ 21.623,52
IRPJ A RECOLHER		R$ 150.642,39	R$ 102.387,27
CSLL A RECOLHER		R$ 57.853,89	R$ 37.699,68

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
COFINS A RECOLHER		R$ 23.605,75	R$ 4.306,80
PIS A RECOLHER		R$ 5.114,57	R$ 933,12
IRRF A RECOLHER		R$ 3.232,78	R$ 1.406,72
PIS/COF/CSL A RECOLHER		R$ 341,06	R$ 314,83
IRRF RETIDO S/NF		R$ 202,39	R$ (0,00)
ISS RETIDO S/NF		R$ 1.541,72	R$ 2.543,95
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 29.457,34	R$ 31.374,18
SALARIOS A PAGAR		R$ 16.714,86	R$ 17.834,88
INSS A RECOLHER		R$ 10.137,52	R$ 11.455,34
FGTS A RECOLHER		R$ 2.604,96	R$ 2.083,96
(-) CREDORES DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) CREDITOS DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ (0,00)	R$ 1.141,32
(-) OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ (0,00)	R$ 1.141,32
(-) TELEFONE A PAGAR		R$ (0,00)	R$ 1.141,32
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 73.136,88	R$ 58.402,14
PROVISÕES		R$ 31.343,39	R$ 37.162,95
(-) 13 SALARIO		R$ (0,00)	R$ 3.573,79
FERIAS		R$ 23.338,35	R$ 24.097,80
(-) INSS S/13 SALARIO		R$ (0,00)	R$ 939,90
(-) FGTS S/13 SALARIO		R$ (0,00)	R$ 285,91
INSS S/FERIAS		R$ 6.138,00	R$ 6.337,75
FGTS S/FERIAS		R$ 1.867,04	R$ 1.927,80
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 41.793,49	R$ 21.239,19
PIS S/ RECEITA		R$ 1.605,78	R$ 2.015,30
COFINS S/ RECEITA		R$ 7.411,47	R$ 9.301,35
IRPJ S/ RECEITA		R$ 25.562,29	R$ 1.716,20
CSLL S/ RECEITA		R$ 7.213,95	R$ 8.206,34
(-) CREDITOS DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ 1.826,55
(-) ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ (0,00)	R$ 1.826,55
(-) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMARAGIBE		R$ (0,00)	R$ 132,84
(-) MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ (0,00)	R$ 1.693,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 9.072,90	R$ 7.292,26

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Março de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PARCELAMENTOS		R$ 3.430,36	R$ 2.011,73
PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ 1.418,63	R$ (0,00)
IRPJ PARCELAMENTO		R$ 1.032,20	R$ (0,00)
CSLL PARCELAMENTO		R$ 386,43	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
FGTS PARCELAMENTO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 5.642,54	R$ 5.280,53
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 5.642,54	R$ 5.280,53
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 5.642,54	R$ 5.280,53
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 2.455.943,17	R$ 2.408.480,80
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 389.474,00	R$ 389.474,00
ALARICO ISAAIS DE SOUSA GUIMARAES		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
TATIANA RIBEIRO LEITE		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.034.891,17	R$ 1.987.428,80
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.034.891,17	R$ 1.987.428,80
LUCROS ACUMULADOS		R$ 2.034.891,17	R$ 1.987.428,80
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.241.771,21	R$ 4.386.336,86
ATIVO CIRCULANTE		R$ 1.647.324,03	R$ 2.233.047,98
DISPONIVEL		R$ 1.100.267,64	R$ 1.608.072,91
CAIXA GERAL		R$ 3.252,53	R$ 3.897,24
CAIXA		R$ 3.252,53	R$ 3.897,24
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-8		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 1.097.014,11	R$ 1.604.174,67
BANCO DO BRASIL-POUPANCA AUTOMATICA		R$ 2.850,00	R$ 2.850,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934 INVEST FACIL		R$ 0,00	R$ 30.707,49
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-FAC FUNDO		R$ 842.742,68	R$ 1.330.488,32
BRADESCO FIC DE FI RENDA FIXA DI HIPE		R$ 542,86	R$ 542,86
BANCO DO BRASIL RF CP EMPRESA AGIL		R$ 194.788,96	R$ 195.723,53
BANCO DO BRASIL - AUTOMATICO EMPRESA		R$ 56.089,61	R$ 43.862,47
CLIENTES		R$ 236.314,69	R$ 289.075,67
CLIENTES		R$ 236.314,69	R$ 289.075,67
EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A		R$ 2.950,00	R$ 2.950,00
HAPVIDA - ASSITENCIA MEDICA LTDA		R$ 600,00	R$ 600,00
COMPANHIA VALENCA INDUSTRIAL		R$ 8.260,00	R$ 8.260,00
ADVANCE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS S.A.		R$ 2.360,00	R$ 2.360,00
SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.		R$ 48.893,39	R$ 51.320,39
JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SE		R$ 888,50	R$ 888,50
WOW NUTRITION INDUSTRIA E COMERCIA SA		R$ 3.000,00	R$ 9.000,00
CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM		R$ 0,00	R$ 5.443,30
COMPANHIA BRASILEIRA DE GESTAO DE SERVIC		R$ 0,00	R$ 628,68
DELP ENGENHARIA MECANICA S/A		R$ 1.454,68	R$ 0,00
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 18.700,00	R$ 51.735,09
MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ 2.533,95	R$ 2.533,95
CASA DOS VENTOS ENERGIAS RENOVAVEIS S/A		R$ 0,00	R$ 5.405,90
MANE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R$ 7.038,75	R$ 0,00
YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A		R$ 3.376,30	R$ 3.731,70

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TD SOLUCOES AVANCADAS DE TECNOLOGIA BRASIL		R$ 723,46	R$ 723,46
CALILA ADMINISTRACAO E COMERCIO S/A		R$ 0,00	R$ 19.680,00
CANDENGO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA		R$ 357,10	R$ 357,10
SECURISOFT DO BRASIL - EIRELI		R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
HOTEL CROCOBEACH EIRELI		R$ 572,60	R$ 572,60
VENTOS DE SAO BENTO ENERGIAS RENOVAVEIS		R$ 2.220,00	R$ 2.220,00
ASSOCIACAO PROGRAMA UM MILHAO DE CISTERN		R$ 1.126,20	R$ 0,00
NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 0,00	R$ 15.993,00
NETWORK SECURE REPRESENTAÃçÃâO LTDA		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA		R$ 11.472,31	R$ 0,00
QUEIROZ PARTICIPAÃçOES LTDA		R$ 0,00	R$ 17.737,65
HC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		R$ 0,00	R$ 1.713,33
TRANSNORDESTINA LOGISTICA SA		R$ 888,50	R$ 1.214,66
CCL INDUSTRIES DO BRASIL S/A		R$ 2.889,16	R$ 2.346,25
FUNDACAO EDSON QUEIROZ		R$ 0,00	R$ 1.812,54
TRUST SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS LTDA		R$ 6.930,00	R$ 3.960,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMARAGIBE		R$ 4.561,11	R$ 4.561,11
APAVEL APARECIDA VEICULOS LTDA		R$ 476,75	R$ 476,75
TRACBEL SA		R$ 953,50	R$ 953,50
CORE SP CONS REG DOS REPRES COMERCIAIS D		R$ 3.591,90	R$ 3.591,90
J ALVES E OLIVEIRA LTDA		R$ 1.501,60	R$ 0,00
SOMA MEIOS ELETRONICOS DE PAGAMENTOS S A		R$ 426,48	R$ 0,00
APSEN FARMACEUTICA S.A.		R$ 71.795,25	R$ 13.608,25
SABION DIGITAL BRAND E DESIGN		R$ 21.022,40	R$ 0,00
ASA BRANCA LOCADORA E TURISMO LTDA - EPP		R$ 750,80	R$ 0,00
NEWLAND VEICULOS LTDA		R$ 0,00	R$ 890,28
MUNICIPIO DE NOVA VENECIA		R$ 0,00	R$ 11.890,00
ROLDO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA		R$ 0,00	R$ 3.018,10
FONNET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELEC		R$ 0,00	R$ 800,00
VAREJAO DA SUCATA		R$ 0,00	R$ 638,18

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituto Atlantico		R$ 0,00	R$ 3.128,33
REI DAS LINHAS COMERCIO VAREJISTA LTDA		R$ 0,00	R$ 1.332,75
ENERGIMP S.A.		R$ 0,00	R$ 3.535,92
INSTITUTO CNA		R$ 0,00	R$ 23.462,50
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 310.741,70	R$ 335.899,40
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 3.251,44	R$ 3.251,44
ADIANTAMENTO DE FERIAS		R$ 3.251,44	R$ 3.251,44
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 270.042,04	R$ 297.058,95
WESTCON BRASIL		R$ 38.875,55	R$ 54.811,97
CIL COM. DE INFORM. LTDA FOR		R$ 1.252,25	R$ 1.252,25
UNIGEX- SOLUCOES INTEGRADAS DE GESTAO LTDA		R$ 0,00	R$ 2.695,00
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNO		R$ 19.346,52	R$ 25.795,37
RCM COMERCIO		R$ 0,00	R$ 407,90
SVC CAMISETAS INDUSTRIA DE CONFECCOES E		R$ 0,00	R$ 1.060,20
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 0,00	R$ 696,77
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 178.820,61	R$ 178.820,61
ORIGINAL GRAFICA EXPRESS LTDA ME		R$ 0,00	R$ 18,02
PONTOMAIS TECNOLOGIA LTDA		R$ 182,88	R$ 742,88
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 392,29	R$ 392,29
ALELO S.A.		R$ 2.528,04	R$ 2.528,04
AR VIDA SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA ME		R$ 0,00	R$ 780,00
INTEXFY DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE		R$ 511,90	R$ 511,90
R C CONFECCAO DE ROUPAS LTDA		R$ 432,00	R$ 432,00
Hissa & Galamba Advogados		R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
PAULO HENRIQUE BRITO		R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
P & B DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 0,00	R$ 136,80
ANA KARYNE FREIRE BARBOSA SABINO		R$ 2.700,00	R$ 0,00
AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTD		R$ 0,00	R$ 836,25
CLINICA DRA HELENA		R$ 0,00	R$ 140,70
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E		R$ 0,00	R$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
DESPESAS			
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 37.448,22	R$ 35.589,01
IRRF A COMPENSAR		R$ 553,99	R$ 566,36
IRPJ A COMPENSAR		R$ 48,01	R$ 48,01
CSLL A COMPENSAR		R$ 17,27	R$ 17,27
CSLL FONTE		R$ 8.751,59	R$ 8.498,06
PIS FONTE		R$ 3.394,95	R$ 3.230,16
COFINS FONTE		R$ 15.669,07	R$ 14.908,48
PIS A COMPENSAR		R$ 3,90	R$ 3,90
COFINS A COMPENSAR		R$ 18,00	R$ 18,00
IRPJ FONTE		R$ 8.991,44	R$ 8.298,77
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 1.594.447,18	R$ 2.153.288,88
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 39.345,39	R$ 172.810,64
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 39.345,39	R$ 172.810,64
ALLSEC SERVICOS EM TECNOL DA INFOR LTDA ME		R$ 0,00	R$ 3.587,66
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 3.686,16	R$ 72.806,16
ALARICO ISAIAS SOUSA GUIMARAES		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 34.659,23	R$ 95.416,82
IMOBILIZADO		R$ 1.555.101,79	R$ 1.980.478,24
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 1.964.202,77	R$ 2.389.579,22
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ 186.904,57	R$ 196.792,73
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 145.328,71	R$ 146.343,77
PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 1.631.969,49	R$ 2.046.442,72
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
(-) MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ (16.228,36)	R$ (16.228,36)
(-) PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ (380.898,79)	R$ (380.898,79)
(-) MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (11.973,83)	R$ (11.973,83)
PASSIVO		R$ 3.241.771,21	R$ 4.386.336,86

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 825.998,15	R$ 1.629.014,47
FORNECEDORES		R$ 375.441,91	R$ 1.106.427,84
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 375.441,91	R$ 1.106.427,84
(-) SO MARCAS COMERCIAL LTDA		R$ (0,00)	R$ 1.645,63
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 50.472,72	R$ 737.338,73
(-) MARELLI MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA		R$ (0,00)	R$ 507,53
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 160.130,20	R$ 185.922,40
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA		R$ 66.142,44	R$ 103.553,20
(-) MARIA GENI DISTRIB. DE ART. DE PAP. LTDA		R$ (0,00)	R$ 2.034,44
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNO		R$ 38.149,19	R$ (0,00)
JULIANA VIANA DOS SANTOS APOIO ADMINISTR		R$ 6.800,00	R$ 6.800,00
CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA		R$ 2.128,63	R$ (0,00)
DUANA COM DE MAT PARA ESCRITORIO LTDA		R$ 5.100,00	R$ 5.100,00
JOSE DALECIO DAVI PEREIRA FREIRE 0216483		R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 1.500,00	R$ 2.500,00
GRAFICA E EDITORA LCR LTDA		R$ 475,00	R$ 1.000,00
THIAGO NOGUEIRA BARBOSA 03044759390		R$ 5.325,51	R$ 5.325,51
COMERCIAL BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI		R$ 632,70	R$ (0,00)
WEB BRINDES EIRELI		R$ 2.842,50	R$ (0,00)
ALELO S.A.		R$ 3.804,24	R$ 3.797,76
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 411,84	R$ 411,84
DISBRAZ DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS		R$ 240,00	R$ 240,00
CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA		R$ 5.697,50	R$ (0,00)
CLINICA DRA.MARIA HELENA MAGALHAES ALBUQ		R$ 530,00	R$ 2.106,68
JOAO VICTOR CLAUDINO FELIPE 06737562388		R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
CASA BONITA MAGAZINE LTDA - EPP		R$ 3.066,00	R$ 3.066,00
D E J SERVICOS LTDA		R$ 45,00	R$ 45,00
AL CURSOS TREINAMENTOS E CONFERENCIAS LT		R$ 1.083,00	R$ (0,00)
ACAO COMUNITARIA DO BRASIL - SAO PAULO		R$ 3.865,44	R$ (0,00)
(-) MSG SOLUCOES EM TECNOLOGIA		R$ (0,00)	R$ 7.500,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
LTDA			
(-) CLARO S.A		R$ (0,00)	R$ 6.808,00
(-) CLUBE FIEL SERVICOS LTDA ME		R$ (0,00)	R$ 2.000,00
(-) UNIXTRON TELECOMUNICACOES LTDA		R$ (0,00)	R$ 1.280,00
(-) TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA		R$ (0,00)	R$ 2.325,12
(-) EXPEDITA SOUZA DAMASCENO EPP		R$ (0,00)	R$ 20,00
(-) JOSENIR MUNIZ DE LIMA 38329778304		R$ (0,00)	R$ 450,00
(-) PEDRO HENRIQUE BARROSO GONCALVES 0278915		R$ (0,00)	R$ 7.650,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 184.456,66	R$ 132.737,44
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ 127.136,89	R$ 98.423,08
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -0231601988		R$ 124.426,31	R$ 95.712,50
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -06211324143		R$ 2.710,58	R$ 2.710,58
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 57.319,77	R$ 34.314,36
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 5440941743129358BRA2		R$ 11.308,71	R$ 11.308,71
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 06806/06806SR01V6		R$ 46.011,06	R$ 23.005,65
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 204.729,57	R$ 266.554,49
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 173.355,39	R$ 222.243,31
ICMS A RECOLHER		R$ 2.139,50	R$ 362,03
ISS A RECOLHER		R$ 21.623,52	R$ 22.496,23
IRPJ A RECOLHER		R$ 102.387,27	R$ 137.266,66
CSLL A RECOLHER		R$ 37.699,68	R$ 48.297,60
COFINS A RECOLHER		R$ 4.306,80	R$ 4.543,03
PIS A RECOLHER		R$ 933,12	R$ 984,32
IRRF A RECOLHER		R$ 1.406,72	R$ 2.038,29
PIS/COF/CSL A RECOLHER		R$ 314,83	R$ 407,66
(-) IRRF RETIDO S/NF		R$ (0,00)	R$ 29,94
ISS RETIDO S/NF		R$ 2.543,95	R$ 5.817,55
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 31.374,18	R$ 44.311,18
SALARIOS A PAGAR		R$ 17.834,88	R$ 24.249,53
INSS A RECOLHER		R$ 11.455,34	R$ 13.072,18
FGTS A RECOLHER		R$ 2.083,96	R$ 6.989,47
(-) CREDORES DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) CREDITOS DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.141,32	R$ 1.141,32
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.141,32	R$ 1.141,32
TELEFONE A PAGAR		R$ 1.141,32	R$ 1.141,32
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 58.402,14	R$ 68.591,74
PROVISÕES		R$ 37.162,95	R$ 48.264,02
13 SALARIO		R$ 3.573,79	R$ 9.529,55
FERIAS		R$ 24.097,80	R$ 25.572,25
INSS S/13 SALARIO		R$ 939,90	R$ 2.506,27
FGTS S/13 SALARIO		R$ 285,91	R$ 762,37
INSS S/FERIAS		R$ 6.337,75	R$ 7.586,90
FGTS S/FERIAS		R$ 1.927,80	R$ 2.306,68
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 21.239,19	R$ 20.327,72
PIS S/ RECEITA		R$ 2.015,30	R$ 1.992,00
COFINS S/ RECEITA		R$ 9.301,35	R$ 9.229,91
IRPJ S/ RECEITA		R$ 1.716,20	R$ 1.124,23
CSLL S/ RECEITA		R$ 8.206,34	R$ 7.981,58
CREDITOS DIVERSOS		R$ 1.826,55	R$ 53.561,64
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 1.826,55	R$ 53.561,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMARAGIBE		R$ 132,84	R$ 132,84
(-) WESTCON BRASIL LTDA		R$ (0,00)	R$ 51.735,09
MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ 1.693,71	R$ 1.693,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 7.292,26	R$ 11.685,50
PARCELAMENTOS		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
FGTS PARCELAMENTO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 5.280,53	R$ 9.673,77
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 5.280,53	R$ 9.673,77
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 5.280,53	R$ 9.673,77
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 2.408.480,80	R$ 2.745.636,89

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Abril de 2021 a 30 de Junho de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 389.474,00	R$ 389.474,00
ALARICO ISAAIS DE SOUSA GUIMARAES		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
TATIANA RIBEIRO LEITE		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 1.987.428,80	R$ 2.324.584,89
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 1.987.428,80	R$ 2.324.584,89
LUCROS ACUMULADOS		R$ 1.987.428,80	R$ 2.324.584,89
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 4.386.336,86	R$ 4.816.448,32
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.233.047,98	R$ 2.052.964,52
DISPONIVEL		R$ 1.608.072,91	R$ 1.306.142,33
CAIXA GERAL		R$ 3.897,24	R$ 2.292,24
CAIXA		R$ 3.897,24	R$ 2.292,24
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-8		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 1.604.174,67	R$ 1.303.849,09
BANCO DO BRASIL-POUPANCA AUTOMATICA		R$ 2.850,00	R$ 2.850,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934 INVEST FACIL		R$ 30.707,49	R$ 0,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-FAC FUNDO		R$ 1.330.488,32	R$ 912.665,08
BRADESCO FIC DE FI RENDA FIXA DI HIPE		R$ 542,86	R$ 550,59
BANCO DO BRASIL RF CP EMPRESA AGIL		R$ 195.723,53	R$ 197.802,52
BANCO DO BRASIL - AUTOMATICO EMPRESA		R$ 43.862,47	R$ 189.980,90
CLIENTES		R$ 289.075,67	R$ 309.321,07
CLIENTES		R$ 289.075,67	R$ 309.321,07
EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A		R$ 2.950,00	R$ 2.950,00
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 0,00	R$ 28.492,99
HAPVIDA - ASSITENCIA MEDICA LTDA		R$ 600,00	R$ 6.320,00
COMPANHIA VALENCA INDUSTRIAL		R$ 8.260,00	R$ 8.260,00
UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA M		R$ 0,00	R$ 20.807,69
ADVANCE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS S.A.		R$ 2.360,00	R$ 2.360,00
SCANSOURCE DO BRASIL		R$ 0,00	R$ 1.854,07
SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.		R$ 51.320,39	R$ 51.320,59
JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SE		R$ 888,50	R$ 888,50
WOW NUTRITION INDUSTRIA E COMERCIA SA		R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM		R$ 5.443,30	R$ 5.443,30
COMPANHIA BRASILEIRA DE GESTAO DE SERVIC		R$ 628,68	R$ 628,68
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 51.735,09	R$ 21.829,29
MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ 2.533,95	R$ 0,00
CASA DOS VENTOS ENERGIAS		R$ 5.405,90	R$ 10.042,02

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RENOVAVEIS S/A			
CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARE		R$ 0,00	R$ 14.781,37
YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A		R$ 3.731,70	R$ 2.487,80
TD SOLUCOES AVANCADAS DE TECNOLOGIA BRASIL		R$ 723,46	R$ 726,32
CALILA ADMINISTRACAO E COMERCIO S/A		R$ 19.680,00	R$ 0,00
CANDENGO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA		R$ 357,10	R$ 357,10
SECURISOFT DO BRASIL - EIRELI		R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
HOTEL CROCOBEACH EIRELI		R$ 572,60	R$ 572,60
VENTOS DE SAO BENTO ENERGIAS RENOVAVEIS		R$ 2.220,00	R$ 2.220,00
NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 15.993,00	R$ 15.993,00
NETWORK SECURE REPRESENTAÃçÃâO LTDA		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
BRASELCO SERVICOS		R$ 0,00	R$ 2.590,26
QUEIROZ PARTICIPAÃçOES LTDA		R$ 17.737,65	R$ 0,00
HC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		R$ 1.713,33	R$ 0,00
VECTO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO		R$ 0,00	R$ 10.281,32
TRANSNORDESTINA LOGISTICA SA		R$ 1.214,66	R$ 2.103,16
CCL INDUSTRIES DO BRASIL S/A		R$ 2.346,25	R$ 2.346,25
FUNDACAO EDSON QUEIROZ		R$ 1.812,54	R$ 500,00
TRUST SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS LTDA		R$ 3.960,00	R$ 990,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMARAGIBE		R$ 4.561,11	R$ 0,00
APAVEL APARECIDA VEICULOS LTDA		R$ 476,75	R$ 476,75
Club Athletico Paulistano		R$ 0,00	R$ 13.139,00
TRACBEL SA		R$ 953,50	R$ 953,50
CORE SP CONS REG DOS REPRES COMERCIAIS D		R$ 3.591,90	R$ 3.591,90
APSEN FARMACEUTICA S.A.		R$ 13.608,25	R$ 6.100,25
IBITU ENERGIA SA		R$ 0,00	R$ 7.513,16
NEWLAND VEICULOS LTDA		R$ 890,28	R$ 890,28
MUNICIPIO DE NOVA VENECIA		R$ 11.890,00	R$ 0,00
ROLDO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA		R$ 3.018,10	R$ 0,00
FONNET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELEC		R$ 800,00	R$ 800,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
VAREJAO DA SUCATA		R$ 638,18	R$ 0,00
Instituto Atlantico		R$ 3.128,33	R$ 0,00
CEDAE COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGO		R$ 0,00	R$ 16.254,82
REI DAS LINHAS COMERCIO VAREJISTA LTDA		R$ 1.332,75	R$ 0,00
ENERGIMP S.A.		R$ 3.535,92	R$ 3.535,92
INSTITUTO CNA		R$ 23.462,50	R$ 0,00
SERVCON - SERVICOS DE CONTABILIDADE		R$ 0,00	R$ 225,24
ADESTE INDUSTRIA DE PRODUTOS ANIMAIS LTD		R$ 0,00	R$ 1.271,84
AMERICA VEICULOS S.A		R$ 0,00	R$ 2.881,28
TOYOLEX VEICULOS S.A		R$ 0,00	R$ 1.040,17
TOYOLEX CARUARU VEICULOS S.A		R$ 0,00	R$ 197,92
CAR PLUS VEICULOS LTDA		R$ 0,00	R$ 47,50
BREMEN VEICULOS S.A		R$ 0,00	R$ 1.279,27
PARVI ASSESSORIA E PARTICIPACOES LTDA		R$ 0,00	R$ 123,50
MARDISA AUTOMOVEIS LTDA		R$ 0,00	R$ 150,42
PLUS IMOVEIS S.A		R$ 0,00	R$ 186,83
PARVI LOCADORA LTDA		R$ 0,00	R$ 190,00
DOC SERVICOS		R$ 0,00	R$ 205,83
PARVI CORRETORA DE SEGUROS LTDA		R$ 0,00	R$ 243,83
ATMOS SERVICOS DE INTERMEDIACAO COMERCIA		R$ 0,00	R$ 277,08
BOX COMERCIO DE VEICULOS LTDA		R$ 0,00	R$ 307,17
RCR LOCACAO LTDA - R C R		R$ 0,00	R$ 803,90
FIORI VEICOLO S.A - JEEP		R$ 0,00	R$ 2.588,84
PATEO COMERCIO DE VEICULOS S.A		R$ 0,00	R$ 1.313,59
TOYOLEX AUTOS S.A		R$ 0,00	R$ 1.213,71
UNIAO VEICULOS		R$ 0,00	R$ 1.702,91
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CE		R$ 0,00	R$ 1.029,60
SER EDUCACIONAL S.A.		R$ 0,00	R$ 7.038,75
Argonauta Comercio e Servicos Oceanograf		R$ 0,00	R$ 1.600,00
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 335.899,40	R$ 437.501,12
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 3.251,44	R$ 2.145,59

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ADIANTAMENTO DE FERIAS		R$ 3.251,44	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE 13 SALARIO		R$ 0,00	R$ 2.145,59
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 297.058,95	R$ 328.047,23
WESTCON BRASIL		R$ 54.811,97	R$ 54.811,97
CIL COM. DE INFORM. LTDA FOR		R$ 1.252,25	R$ 1.252,25
JULIANA VIANA DOS SANTOS APOIO ADMINISTR		R$ 0,00	R$ 1.483,31
UNIGEX- SOLUCOES INTEGRADAS DE GESTAO LTDA		R$ 2.695,00	R$ 5.390,00
UNIVERSO LICITAÇÕES EIRELLI -EPP		R$ 0,00	R$ 804,00
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNO		R$ 25.795,37	R$ 25.795,37
DESK MANAGER SOFTWARE LTDA		R$ 0,00	R$ 2.171,10
RCM COMERCIO		R$ 407,90	R$ 700,20
SVC CAMISETAS INDUSTRIA DE CONFECCOES E		R$ 1.060,20	R$ 1.060,20
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 696,77	R$ 696,77
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 178.820,61	R$ 178.820,61
ORIGINAL GRAFICA EXPRESS LTDA ME		R$ 18,02	R$ 18,02
PONTOMAIS TECNOLOGIA LTDA		R$ 742,88	R$ 1.022,88
RD GESTAO E SISTEMAS SA		R$ 0,00	R$ 787,01
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 392,29	R$ 392,29
ALELO S.A.		R$ 2.528,04	R$ 2.528,04
BERNARDO RODRIGUES DA COSTA GADE		R$ 0,00	R$ 1.500,00
AR VIDA SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA ME		R$ 780,00	R$ 780,00
WINNER MIX COMERCIO E SERVICOS LTDA		R$ 0,00	R$ 102,00
INTEXFY DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE		R$ 511,90	R$ 511,90
R C CONFECCAO DE ROUPAS LTDA		R$ 432,00	R$ 432,00
Hissa & Galamba Advogados		R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
PAULO HENRIQUE BRITO		R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
P & B DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 136,80	R$ 136,80
A. R. N. OLIVEIRA SERVICOS DE TECNOLOGIA		R$ 0,00	R$ 19.000,00
SAD CONSULTORIA LTDA		R$ 0,00	R$ 1.873,56
AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTD		R$ 836,25	R$ 836,25
CLINICA DRA HELENA		R$ 140,70	R$ 140,70

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 0,00	R$ 6.597,79
THIAGO NOGUEIRA BARBOSA		R$ 0,00	R$ 6.597,79
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 35.589,01	R$ 100.710,51
IRRF A COMPENSAR		R$ 566,36	R$ 566,36
IRPJ A COMPENSAR		R$ 48,01	R$ 46.457,86
CSLL A COMPENSAR		R$ 17,27	R$ 16.346,68
CSLL FONTE		R$ 8.498,06	R$ 8.836,59
PIS FONTE		R$ 3.230,16	R$ 3.449,70
COFINS FONTE		R$ 14.908,48	R$ 15.904,03
PIS A COMPENSAR		R$ 3,90	R$ 3,90
COFINS A COMPENSAR		R$ 18,00	R$ 18,00
IRPJ FONTE		R$ 8.298,77	R$ 9.127,39
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 2.153.288,88	R$ 2.763.483,80
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 172.810,64	R$ 580.844,34
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 172.810,64	R$ 580.844,34
ALLSEC SERVICOS EM TECNOL DA INFOR LTDA ME		R$ 3.587,66	R$ 0,00
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 72.806,16	R$ 357.972,49
TATIANA RIBEIRO LEITE		R$ 0,00	R$ 34.387,90
ALARICO ISAIAS SOUSA GUIMARAES		R$ 1.000,00	R$ 26.151,95
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 95.416,82	R$ 162.332,00
IMOBILIZADO		R$ 1.980.478,24	R$ 2.182.639,46
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 2.389.579,22	R$ 2.591.740,44
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ 196.792,73	R$ 196.792,73
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 146.343,77	R$ 160.514,01
PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 2.046.442,72	R$ 2.234.433,70
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
(-) MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ (16.228,36)	R$ (16.228,36)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ (380.898,79)	R$ (380.898,79)
(-) MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (11.973,83)	R$ (11.973,83)
PASSIVO		R$ 4.386.336,86	R$ 4.816.448,32
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 1.629.014,47	R$ 1.873.963,78
FORNECEDORES		R$ 1.106.427,84	R$ 1.390.932,55
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 1.106.427,84	R$ 1.390.932,55
SO MARCAS COMERCIAL LTDA		R$ 1.645,63	R$ (0,00)
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 737.338,73	R$ 921.181,82
MARELLI MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA		R$ 507,53	R$ (0,00)
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 185.922,40	R$ 245.100,25
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA		R$ 103.553,20	R$ 93.461,27
(-) N G TAVARES TREINAMENTO EM DESENVOLVIMEN		R$ (0,00)	R$ 74,99
MARIA GENI DISTRIB. DE ART. DE PAP. LTDA		R$ 2.034,44	R$ (0,00)
(-) TICKET-EMPRESA BRA DE TEC E ADM CONVENIO-		R$ (0,00)	R$ 781,50
JULIANA VIANA DOS SANTOS APOIO ADMINISTR		R$ 6.800,00	R$ 7.200,00
DUANA COM DE MAT PARA ESCRITORIO LTDA		R$ 5.100,00	R$ 5.100,00
(-) ORIGINAL GRAFICA EXPRESS LTDA ME		R$ (0,00)	R$ 227,43
JOSE DALECIO DAVI PEREIRA FREIRE 0216483		R$ 8.000,00	R$ (0,00)
(-) SVC CAMISETAS INDUSTRIA DE CONFECCOES E		R$ (0,00)	R$ 820,20
(-) CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE		R$ (0,00)	R$ 180,00
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
(-) TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADOR		R$ (0,00)	R$ 946,66
GRAFICA E EDITORA LCR LTDA		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
THIAGO NOGUEIRA BARBOSA 03044759390		R$ 5.325,51	R$ 5.700,00
(-) RD GESTAO E SISTEMAS SA		R$ (0,00)	R$ 787,01
ALELO S.A.		R$ 3.797,76	R$ 1.340,75
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 411,84	R$ 411,84
DISBRAZ DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS		R$ 240,00	R$ 240,00
(-) CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA		R$ (0,00)	R$ 2.390,27
(-) LEMOS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		R$ (0,00)	R$ 617,28

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CLINICA DRA.MARIA HELENA MAGALHAES ALBUQ		R$ 2.106,68	R$ (0,00)
JOAO VICTOR CLAUDINO FELIPE 06737562388		R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
CASA BONITA MAGAZINE LTDA - EPP		R$ 3.066,00	R$ 3.066,00
D E J SERVICOS LTDA		R$ 45,00	R$ 75,00
(-) 4 - R7 INFORMATICA		R$ (0,00)	R$ 609,77
(-) ACAO COMUNITARIA DO BRASIL - SAO PAULO		R$ (0,00)	R$ 1.458,00
MSG SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA		R$ 7.500,00	R$ 7.500,00
CLARO S.A		R$ 6.808,00	R$ 6.808,00
(-) SGGR RAMOS PARCERIAS EIRELI		R$ (0,00)	R$ 1.005,92
CLUBE FIEL SERVICOS LTDA ME		R$ 2.000,00	R$ (0,00)
UNIXTRON TELECOMUNICACOES LTDA		R$ 1.280,00	R$ (0,00)
TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA		R$ 2.325,12	R$ (0,00)
EXPEDITA SOUZA DAMASCENO EPP		R$ 20,00	R$ 20,00
JOSENIR MUNIZ DE LIMA 38329778304		R$ 450,00	R$ 450,00
PEDRO HENRIQUE BARROSO GONCALVES 0278915		R$ 7.650,00	R$ 13.500,00
(-) LOHMANN ESPORTES LTDA ME		R$ (0,00)	R$ 440,00
(-) ITALO ROMANO DE SOUZA ALVES 04515262440		R$ (0,00)	R$ 6.000,00
(-) PAULO HENRIQUE BRITO DA SILVA 0483785032		R$ (0,00)	R$ 20.000,00
(-) CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALE		R$ (0,00)	R$ 85,90
(-) BINDS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		R$ (0,00)	R$ 208,99
(-) F G CONSTANTINO DE SOUZA CONSULTORIA		R$ (0,00)	R$ 7.500,00
(-) DANIELLE SANTANA DE SOUZA ALVES 05815603		R$ (0,00)	R$ 6.000,00
(-) EL PESCADOR SOFTWARES LTDA		R$ (0,00)	R$ 9.560,80
(-) MARIA LUIZA SIMAS DE SANTANA		R$ (0,00)	R$ 2.800,00
(-) INGRAM MICRO BRASIL LTDA		R$ (0,00)	R$ 3.472,90
(-) EVOLUX COMERCIO DE PRODUTOS PARA TELECOM		R$ (0,00)	R$ 1.310,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 132.737,44	R$ 81.017,98
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ 98.423,08	R$ 69.709,27
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -0231601988		R$ 95.712,50	R$ 66.998,69
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -06211324143		R$ 2.710,58	R$ 2.710,58

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 34.314,36	R$ 11.308,71
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 5440941743129358BRA2		R$ 11.308,71	R$ 11.308,71
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 06806/06806SR01V6		R$ 23.005,65	R$ (0,00)
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 266.554,49	R$ 292.104,66
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 222.243,31	R$ 260.588,71
ICMS A RECOLHER		R$ 362,03	R$ 249,11
ISS A RECOLHER		R$ 22.496,23	R$ 14.108,32
IRPJ A RECOLHER		R$ 137.266,66	R$ 164.973,98
CSLL A RECOLHER		R$ 48.297,60	R$ 60.303,69
COFINS A RECOLHER		R$ 4.543,03	R$ 10.640,65
PIS A RECOLHER		R$ 984,32	R$ 2.309,29
IRRF A RECOLHER		R$ 2.038,29	R$ 2.154,66
PIS/COF/CSL A RECOLHER		R$ 407,66	R$ 314,83
IRRF RETIDO S/NF		R$ 29,94	R$ (0,00)
ISS RETIDO S/NF		R$ 5.817,55	R$ 5.534,18
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 44.311,18	R$ 31.515,95
SALARIOS A PAGAR		R$ 24.249,53	R$ 18.883,47
INSS A RECOLHER		R$ 13.072,18	R$ 10.488,28
FGTS A RECOLHER		R$ 6.989,47	R$ 2.144,20
(-) CREDORES DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ 1.296,54
(-) CREDITOS DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ 1.296,54
(-) ALLSEC SERVICOS EM TECNOL DA INFOR LTDA ME		R$ (0,00)	R$ 1.296,54
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.141,32	R$ (0,00)
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.141,32	R$ (0,00)
TELEFONE A PAGAR		R$ 1.141,32	R$ (0,00)
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 68.591,74	R$ 60.127,74
PROVISÕES		R$ 48.264,02	R$ 35.300,16
13 SALARIO		R$ 9.529,55	R$ 9.338,37
FERIAS		R$ 25.572,25	R$ 16.946,21
INSS S/13 SALARIO		R$ 2.506,27	R$ 2.455,99
FGTS S/13 SALARIO		R$ 762,37	R$ 747,07
INSS S/FERIAS		R$ 7.586,90	R$ 4.456,86

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
FGTS S/FERIAS		R$ 2.306,68	R$ 1.355,66
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 20.327,72	R$ 24.827,58
PIS S/ RECEITA		R$ 1.992,00	R$ 2.261,65
COFINS S/ RECEITA		R$ 9.229,91	R$ 10.474,51
IRPJ S/ RECEITA		R$ 1.124,23	R$ 4.916,26
CSLL S/ RECEITA		R$ 7.981,58	R$ 7.175,16
CREDITOS DIVERSOS		R$ 53.561,64	R$ 48.484,31
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 53.561,64	R$ 48.484,31
(-) ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ (0,00)	R$ 21.518,98
(-) SCANSOURCE DO BRASIL		R$ (0,00)	R$ 1.850,67
(-) UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERARIVA		R$ (0,00)	R$ 5.969,74
(-) CV DISTRIBIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		R$ (0,00)	R$ 740,00
(-) COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA - CA		R$ (0,00)	R$ 16.254,82
(-) COMERCIAL BRASIL		R$ (0,00)	R$ 157,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMARAGIBE		R$ 132,84	R$ 298,89
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 51.735,09	R$ (0,00)
MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ 1.693,71	R$ 1.693,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 11.685,50	R$ 22.658,99
PARCELAMENTOS		R$ 2.011,73	R$ 6.764,23
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 2.011,73	R$ 6.764,23
FGTS PARCELAMENTO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
(-) FGTS PARCELAMENTO MP10/46		R$ (0,00)	R$ 4.752,50
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 9.673,77	R$ 15.894,76
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 9.673,77	R$ 15.894,76
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 9.673,77	R$ 15.894,76
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 2.745.636,89	R$ 2.919.825,55
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 389.474,00	R$ 389.474,00
ALARICO ISAAIS DE SOUSA GUIMARAES		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Julho de 2021 a 30 de Setembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TATIANA RIBEIRO LEITE		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.324.584,89	R$ 2.498.773,55
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.324.584,89	R$ 2.498.773,55
LUCROS ACUMULADOS		R$ 2.324.584,89	R$ 2.498.773,55
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 4.816.448,32	R$ 6.733.147,76
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.052.964,52	R$ 4.396.338,52
DISPONIVEL		R$ 1.306.142,33	R$ 2.241.638,81
CAIXA GERAL		R$ 2.292,24	R$ 842,47
CAIXA		R$ 2.292,24	R$ 842,47
BANCO CONTA MOVIMENTO		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-8		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 1.303.849,09	R$ 2.240.795,34
BANCO DO BRASIL-POUPANCA AUTOMATICA		R$ 2.850,00	R$ 2.850,00
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934 INVEST FACIL		R$ 0,00	R$ 90,29
BANCO BRADESCO AG 564 CC 78934-FAC FUNDO		R$ 912.665,08	R$ 1.956.397,13
BRADESCO FIC DE FI RENDA FIXA DI HIPE		R$ 550,59	R$ 557,20
BANCO DO BRASIL RF CP EMPRESA AGIL		R$ 197.802,52	R$ 187.948,83
BANCO DO BRASIL - AUTOMATICO EMPRESA		R$ 189.980,90	R$ 92.951,89
CLIENTES		R$ 309.321,07	R$ 411.234,42
CLIENTES		R$ 309.321,07	R$ 411.234,42
EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A		R$ 2.950,00	R$ 2.950,00
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 28.492,99	R$ 10.654,70
HAPVIDA - ASSITENCIA MEDICA LTDA		R$ 6.320,00	R$ 6.320,00
COMPANHIA VALENCA INDUSTRIAL		R$ 8.260,00	R$ 8.260,00
UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA M		R$ 20.807,69	R$ 5.969,74
ADVANCE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS S.A.		R$ 2.360,00	R$ 2.360,00
SCANSOURCE DO BRASIL		R$ 1.854,07	R$ 0,00
SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.		R$ 51.320,59	R$ 62.988,59
JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SE		R$ 888,50	R$ 888,50
WOW NUTRITION INDUSTRIA E COMERCIA SA		R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
COPEL RENOVAVEIS S.A.		R$ 0,00	R$ 2.325,76
CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM		R$ 5.443,30	R$ 5.443,30
COMPANHIA BRASILEIRA DE GESTAO DE SERVIC		R$ 628,68	R$ 0,00
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 21.829,29	R$ 37.330,17
CASA DOS VENTOS ENERGIAS		R$ 10.042,02	R$ 10.042,02

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RENOVAVEIS S/A			
CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARE		R$ 14.781,37	R$ 0,00
YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A		R$ 2.487,80	R$ 2.487,80
TD SOLUCOES AVANCADAS DE TECNOLOGIA BRASIL		R$ 726,32	R$ 728,54
CANDENGO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA		R$ 357,10	R$ 357,10
SECURISOFT DO BRASIL - EIRELI		R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
HOTEL CROCOBEACH EIRELI		R$ 572,60	R$ 572,60
ARAUJO CABRAL & ALVES LTDA - MT		R$ 0,00	R$ 1.501,60
VENTOS DE SAO BENTO ENERGIAS RENOVAVEIS		R$ 2.220,00	R$ 2.220,00
NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 15.993,00	R$ 0,00
ESMALTEC S/A		R$ 0,00	R$ 11.262,00
NETWORK SECURE REPRESENTAÃçÃâO LTDA		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBU		R$ 0,00	R$ 812,51
BRASELCO SERVICOS		R$ 2.590,26	R$ 0,00
VECTO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO		R$ 10.281,32	R$ 11.769,42
TRANSNORDESTINA LOGISTICA SA		R$ 2.103,16	R$ 2.103,16
CCL INDUSTRIES DO BRASIL S/A		R$ 2.346,25	R$ 2.346,25
PAULO NEIME TREINAMENTOS		R$ 0,00	R$ 8.446,50
FUNDACAO EDSON QUEIROZ		R$ 500,00	R$ 0,00
TRUST SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS LTDA		R$ 990,00	R$ 0,00
M. DIAS BRANCO S.A. INDÃºSTRIA E COM DE		R$ 0,00	R$ 15.391,40
ZANTHUS S/A COMERCIO		R$ 0,00	R$ 6.757,20
APAVEL APARECIDA VEICULOS LTDA		R$ 476,75	R$ 476,75
Club Athletico Paulistano		R$ 13.139,00	R$ 0,00
TRACBEL SA		R$ 953,50	R$ 476,75
TRACBEL VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA		R$ 0,00	R$ 476,75
CORE SP CONS REG DOS REPRES COMERCIAIS D		R$ 3.591,90	R$ 3.591,90
SOMA MEIOS ELETRONICOS DE PAGAMENTOS S A		R$ 0,00	R$ 1.172,82
APSEN FARMACEUTICA S.A.		R$ 6.100,25	R$ 6.100,25
IBITU ENERGIA SA		R$ 7.513,16	R$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
NEWLAND VEICULOS LTDA		R$ 890,28	R$ 890,28
FONNET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELEC		R$ 800,00	R$ 800,00
CEDAE COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGO		R$ 16.254,82	R$ 0,00
ENERGIMP S.A.		R$ 3.535,92	R$ 3.535,92
GAIA, SILVA, GAEDE ASSOCIADOS - SOCIEDA		R$ 0,00	R$ 62.177,50
SERVCON - SERVICOS DE CONTABILIDADE		R$ 225,24	R$ 0,00
ADESTE INDUSTRIA DE PRODUTOS ANIMAIS LTD		R$ 1.271,84	R$ 0,00
AMERICA VEICULOS S.A		R$ 2.881,28	R$ 1.152,53
TOYOLEX VEICULOS S.A		R$ 1.040,17	R$ 416,08
TOYOLEX CARUARU VEICULOS S.A		R$ 197,92	R$ 79,18
CAR PLUS VEICULOS LTDA		R$ 47,50	R$ 19,00
BREMEN VEICULOS S.A		R$ 1.279,27	R$ 496,54
PARVI ASSESSORIA E PARTICIPACOES LTDA		R$ 123,50	R$ 49,40
MARDISA AUTOMOVEIS LTDA		R$ 150,42	R$ 60,18
PLUS IMOVEIS S.A		R$ 186,83	R$ 74,72
PARVI LOCADORA LTDA		R$ 190,00	R$ 76,00
DOC SERVICOS		R$ 205,83	R$ 82,32
PARVI CORRETORA DE SEGUROS LTDA		R$ 243,83	R$ 97,52
ATMOS SERVICOS DE INTERMEDIACAO COMERCIA		R$ 277,08	R$ 110,82
BOX COMERCIO DE VEICULOS LTDA		R$ 307,17	R$ 122,88
RCR LOCACAO LTDA - R C R		R$ 803,90	R$ 321,56
FIORI VEICOLO S.A - JEEP		R$ 2.588,84	R$ 1.029,26
PATEO COMERCIO DE VEICULOS S.A		R$ 1.313,59	R$ 525,46
TOYOLEX AUTOS S.A		R$ 1.213,71	R$ 592,81
UNIAO VEICULOS		R$ 1.702,91	R$ 681,14
LUME INVESTIMENTOS LTDA		R$ 0,00	R$ 780,00
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CE		R$ 1.029,60	R$ 1.029,60
COMERCIAL VAREJISTA DE ALIMENTOS LIDERAN		R$ 0,00	R$ 440,00
SER EDUCACIONAL S.A.		R$ 7.038,75	R$ 0,00
Argonauta Comercio e Servicos Oceanograf		R$ 1.600,00	R$ 0,00
53510 - N S TECNOLOGIA LTDA		R$ 0,00	R$ 10.326,62

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
INGRAM MICRO BRASIL LTDA		R$ 0,00	R$ 30.185,84
IMPAR TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA		R$ 0,00	R$ 6.569,50
COOPED CE COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PE		R$ 0,00	R$ 311,63
AUTO VIACAO SAO JOSE LTDA		R$ 0,00	R$ 615,00
LABORATORIO CLEMENTINO FRAGA LTDA		R$ 0,00	R$ 9.191,15
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S. A		R$ 0,00	R$ 13.139,00
DECOR 8 FELICITA COMERCIO DE MOVEIS EIRE		R$ 0,00	R$ 1.877,00
COPRAL COMERCIO E NATALVEGACAO LTDA		R$ 0,00	R$ 750,80
9808 - LABORATORIO EMILIO RIBAS		R$ 0,00	R$ 2.252,40
DF STAMATO CIA. LTDA.		R$ 0,00	R$ 4.692,50
PORTAL DE DOCUMENTOS S.A.		R$ 0,00	R$ 6.076,87
ALUBAR ENERGIA S/A		R$ 0,00	R$ 2.021,33
PROVISAO DE PCLD		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS DEBITOS		R$ 437.501,12	R$ 424.923,13
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 2.145,59	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE 13 SALARIO		R$ 2.145,59	R$ 0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 328.047,23	R$ 319.832,49
WESTCON BRASIL		R$ 54.811,97	R$ 54.811,97
CIL COM. DE INFORM. LTDA FOR		R$ 1.252,25	R$ 1.252,25
JULIANA VIANA DOS SANTOS APOIO ADMINISTR		R$ 1.483,31	R$ 1.483,31
UNIGEX- SOLUCOES INTEGRADAS DE GESTAO LTDA		R$ 5.390,00	R$ 5.390,00
UNIVERSO LICITAÇÕES EIRELLI -EPP		R$ 804,00	R$ 1.206,00
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNO		R$ 25.795,37	R$ 25.795,37
DESK MANAGER SOFTWARE LTDA		R$ 2.171,10	R$ 2.171,10
RCM COMERCIO		R$ 700,20	R$ 700,20
SVC CAMISETAS INDUSTRIA DE CONFECCOES E		R$ 1.060,20	R$ 0,00
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 696,77	R$ 696,77
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 178.820,61	R$ 178.820,61
ORIGINAL GRAFICA EXPRESS LTDA ME		R$ 18,02	R$ 18,02
PONTOMAIS TECNOLOGIA LTDA		R$ 1.022,88	R$ 1.582,88
RD GESTAO E SISTEMAS SA		R$ 787,01	R$ 1.942,14

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 392,29	R$ 392,29
ALELO S.A.		R$ 2.528,04	R$ 2.528,04
BERNARDO RODRIGUES DA COSTA GADE		R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
AR VIDA SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA ME		R$ 780,00	R$ 780,00
WINNER MIX COMERCIO E SERVICOS LTDA		R$ 102,00	R$ 102,00
INTEXFY DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE		R$ 511,90	R$ 511,90
R C CONFECCAO DE ROUPAS LTDA		R$ 432,00	R$ 432,00
Hissa & Galamba Advogados		R$ 10.000,00	R$ 0,00
PAULO HENRIQUE BRITO		R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
P & B DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 136,80	R$ 136,80
A. R. N. OLIVEIRA SERVICOS DE TECNOLOGIA		R$ 19.000,00	R$ 19.000,00
SAD CONSULTORIA LTDA		R$ 1.873,56	R$ 1.873,56
ALMEIDA & CACAU COMERCIO E SERVICOS LTDA		R$ 0,00	R$ 728,33
AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTD		R$ 836,25	R$ 836,25
CLINICA DRA HELENA		R$ 140,70	R$ 140,70
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE VIAGEM E DESPESAS		R$ 6.597,79	R$ 0,00
THIAGO NOGUEIRA BARBOSA		R$ 6.597,79	R$ 0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 100.710,51	R$ 105.090,64
ICMS A COMPENSAR		R$ 0,00	R$ 12,15
IRRF A COMPENSAR		R$ 566,36	R$ 569,16
IRPJ A COMPENSAR		R$ 46.457,86	R$ 46.457,86
CSLL A COMPENSAR		R$ 16.346,68	R$ 16.346,68
CSLL FONTE		R$ 8.836,59	R$ 9.430,42
PIS FONTE		R$ 3.449,70	R$ 3.836,20
COFINS FONTE		R$ 15.904,03	R$ 17.705,66
PIS A COMPENSAR		R$ 3,90	R$ 3,90
COFINS A COMPENSAR		R$ 18,00	R$ 18,00
IRPJ FONTE		R$ 9.127,39	R$ 10.710,61
ANTECIPACOES A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 1.318.542,16
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 0,00	R$ 1.318.542,16

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
MERCADORIAS		R$ 0,00	R$ 1.318.542,16
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 2.763.483,80	R$ 2.336.809,24
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 580.844,34	R$ 0,00
DEVEDORES DIVERSOS		R$ 580.844,34	R$ 0,00
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 357.972,49	R$ 0,00
TATIANA RIBEIRO LEITE		R$ 34.387,90	R$ 0,00
ALARICO ISAIAS SOUSA GUIMARAES		R$ 26.151,95	R$ 0,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 162.332,00	R$ 0,00
IMOBILIZADO		R$ 2.182.639,46	R$ 2.336.809,24
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 2.591.740,44	R$ 2.745.910,22
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ 196.792,73	R$ 196.792,73
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 160.514,01	R$ 162.502,42
PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 2.234.433,70	R$ 2.386.615,07
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (409.100,98)	R$ (409.100,98)
(-) MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ (16.228,36)	R$ (16.228,36)
(-) PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ (380.898,79)	R$ (380.898,79)
(-) MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (11.973,83)	R$ (11.973,83)
PASSIVO		R$ 4.816.448,32	R$ 6.733.147,76
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 1.873.963,78	R$ 2.975.049,50
FORNECEDORES		R$ 1.390.932,55	R$ 2.256.970,65
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 1.390.932,55	R$ 2.256.970,65
(-) MAVI CONSTRUCOES-MATEUS GUERRA DE FARIAS ME		R$ (0,00)	R$ 427,52
(-) SO MARCAS COMERCIAL LTDA		R$ (0,00)	R$ 1.327,45
WESTCON BRASIL LTDA		R$ 921.181,82	R$ 707.193,24
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 245.100,25	R$ 593.500,99
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA		R$ 93.461,27	R$ 155.156,06
N G TAVARES TREINAMENTO EM DESENVOLVIMEN		R$ 74,99	R$ (0,00)
TICKET-EMPRESA BRA DE TEC E ADM CONVENIO-		R$ 781,50	R$ 781,50
JULIANA VIANA DOS SANTOS APOIO ADMINISTR		R$ 7.200,00	R$ 7.200,00
DUANA COM DE MAT PARA		R$ 5.100,00	R$ 5.100,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ESCRITORIO LTDA			
ORIGINAL GRAFICA EXPRESS LTDA ME		R$ 227,43	R$ (0,00)
(-) UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA M		R$ (0,00)	R$ 288,70
SVC CAMISETAS INDUSTRIA DE CONFECCOES E		R$ 820,20	R$ (0,00)
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE		R$ 180,00	R$ 180,00
ANTONIO YURI RODRIGUES GUIMARAES 6041130		R$ 2.500,00	R$ 5.000,00
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADOR		R$ 946,66	R$ 487,90
(-) MAMINFO SOLUCOES E SERVICOS EM TECNOLOGI		R$ (0,00)	R$ 3.554,00
GRAFICA E EDITORA LCR LTDA		R$ 1.000,00	R$ 3.932,50
THIAGO NOGUEIRA BARBOSA 03044759390		R$ 5.700,00	R$ 5.700,00
RD GESTAO E SISTEMAS SA		R$ 787,01	R$ (0,00)
ALELO S.A.		R$ 1.340,75	R$ 3.797,76
EZEQUIEL BRITO SOUZA		R$ 411,84	R$ 411,84
DISBRAZ DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS		R$ 240,00	R$ 240,00
CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA		R$ 2.390,27	R$ 7.142,65
(-) BLOCKBIT TECNOLOGIA LTDA.		R$ (0,00)	R$ 8.459,29
LEMOS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		R$ 617,28	R$ (0,00)
JOAO VICTOR CLAUDINO FELIPE 06737562388		R$ 9.000,00	R$ (0,00)
CASA BONITA MAGAZINE LTDA - EPP		R$ 3.066,00	R$ 3.066,00
D E J SERVICOS LTDA		R$ 75,00	R$ 75,00
4 - R7 INFORMATICA		R$ 609,77	R$ (0,00)
ACAO COMUNITARIA DO BRASIL - SAO PAULO		R$ 1.458,00	R$ (0,00)
MSG SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA		R$ 7.500,00	R$ 7.500,00
CLARO S.A		R$ 6.808,00	R$ 6.848,00
SGGR RAMOS PARCERIAS EIRELI		R$ 1.005,92	R$ 987,31
EXPEDITA SOUZA DAMASCENO EPP		R$ 20,00	R$ (0,00)
JOSENIR MUNIZ DE LIMA 38329778304		R$ 450,00	R$ 450,00
PEDRO HENRIQUE BARROSO GONCALVES 0278915		R$ 13.500,00	R$ 13.500,00
LOHMANN ESPORTES LTDA ME		R$ 440,00	R$ (0,00)
ITALO ROMANO DE SOUZA ALVES 04515262440		R$ 6.000,00	R$ 6.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PAULO HENRIQUE BRITO DA SILVA 0483785032		R$ 20.000,00	R$ 15.000,00
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALE		R$ 85,90	R$ 85,90
BINDS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		R$ 208,99	R$ 208,99
F G CONSTANTINO DE SOUZA CONSULTORIA		R$ 7.500,00	R$ 5.000,00
DANIELLE SANTANA DE SOUZA ALVES 05815603		R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
(-) GRAPH PLUS EDITORA E COMERCIO DE BRINDES		R$ (0,00)	R$ 2.973,00
EL PESCADOR SOFTWARES LTDA		R$ 9.560,80	R$ (0,00)
MARIA LUIZA SIMAS DE SANTANA		R$ 2.800,00	R$ 2.800,00
INGRAM MICRO BRASIL LTDA		R$ 3.472,90	R$ 294.302,66
EVOLUX COMERCIO DE PRODUTOS PARA TELECOM		R$ 1.310,00	R$ (0,00)
(-) JAMILTON DE OLIVEIRA FELIX		R$ (0,00)	R$ 5.700,00
(-) SSL SOLUCOES LTDA		R$ (0,00)	R$ 6.000,00
(-) FERRO E TENORIO LTDA		R$ (0,00)	R$ 74,90
(-) THALYSON GABRIEL ALVES DE SOUSA 07282325		R$ (0,00)	R$ 6.500,00
(-) ADISTEC BRASIL INFORMATICA LTDA		R$ (0,00)	R$ 354.662,66
(-) FRANCISCO ISAAC DE ALENCAR MENEZES CONSU		R$ (0,00)	R$ 3.354,83
(-) WANESSA MOTA SOARES MENEZES 00039712362		R$ (0,00)	R$ 6.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 81.017,98	R$ 52.304,17
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R$ 69.709,27	R$ 40.995,46
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -0231601988		R$ 66.998,69	R$ 38.284,88
AYMORE CREDITO FINANC E INVEST S/A -06211324143		R$ 2.710,58	R$ 2.710,58
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R$ 11.308,71	R$ 11.308,71
BANCO HP FINANCIAL - CONTRATO 5440941743129358BRA2		R$ 11.308,71	R$ 11.308,71
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS		R$ 292.104,66	R$ 564.472,98
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 260.588,71	R$ 504.039,79
ICMS A RECOLHER		R$ 249,11	R$ 2.068,24
ISS A RECOLHER		R$ 14.108,32	R$ 80.598,37
IRPJ A RECOLHER		R$ 164.973,98	R$ 258.313,58
CSLL A RECOLHER		R$ 60.303,69	R$ 99.732,26
COFINS A RECOLHER		R$ 10.640,65	R$ 41.452,98
PIS A RECOLHER		R$ 2.309,29	R$ 8.981,47

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IRRF A RECOLHER		R$ 2.154,66	R$ 6.623,96
PIS/COF/CSL A RECOLHER		R$ 314,83	R$ 626,14
(-) IRRF RETIDO S/NF		R$ (0,00)	R$ 115,25
ISS RETIDO S/NF		R$ 5.534,18	R$ 5.527,54
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 31.515,95	R$ 60.433,19
SALARIOS A PAGAR		R$ 18.883,47	R$ 37.975,31
INSS A RECOLHER		R$ 10.488,28	R$ 17.698,45
FGTS A RECOLHER		R$ 2.144,20	R$ 4.759,43
CREDORES DIVERSOS		R$ 1.296,54	R$ 1.296,54
CREDITOS DIVERSOS		R$ 1.296,54	R$ 1.296,54
ALLSEC SERVICOS EM TECNOL DA INFOR LTDA ME		R$ 1.296,54	R$ 1.296,54
(-) OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) CARTÃO EMPRESARIAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PROVISÕES		R$ 60.127,74	R$ 81.665,69
PROVISÕES		R$ 35.300,16	R$ 54.314,33
13 SALARIO		R$ 9.338,37	R$ (0,00)
FERIAS		R$ 16.946,21	R$ 40.442,54
INSS S/13 SALARIO		R$ 2.455,99	R$ (0,00)
FGTS S/13 SALARIO		R$ 747,07	R$ (0,00)
INSS S/FERIAS		R$ 4.456,86	R$ 10.636,40
FGTS S/FERIAS		R$ 1.355,66	R$ 3.235,39
IMPOSTOS POR REGIME DE CAIXA		R$ 24.827,58	R$ 27.351,36
PIS S/ RECEITA		R$ 2.261,65	R$ 2.766,69
COFINS S/ RECEITA		R$ 10.474,51	R$ 12.805,47
IRPJ S/ RECEITA		R$ 4.916,26	R$ 4.686,69
CSLL S/ RECEITA		R$ 7.175,16	R$ 7.092,51
CREDITOS DIVERSOS		R$ 48.484,31	R$ 18.339,47
ADIANTAMENTO DE CLIENTE		R$ 48.484,31	R$ 18.339,47
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA		R$ 21.518,98	R$ 8.000,00
SCANSOURCE DO BRASIL		R$ 1.850,67	R$ (0,00)
UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERARIVA		R$ 5.969,74	R$ 5.969,74
CV DISTRIBIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA		R$ 740,00	R$ (0,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.250.796/0001-54

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA - CA		R$ 16.254,82	R$ (0,00)
COMERCIAL BRASIL		R$ 157,50	R$ 157,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMARAGIBE		R$ 298,89	R$ 298,89
(-) CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA		R$ (0,00)	R$ 1.414,62
(-) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBU		R$ (0,00)	R$ 805,01
MUNICIPIO DE CAMARAGIBE		R$ 1.693,71	R$ 1.693,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 22.658,99	R$ 633.159,01
PARCELAMENTOS		R$ 6.764,23	R$ 2.921,05
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
(-) PARCELAMENTO ESTADUAL		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO		R$ 6.764,23	R$ 2.921,05
FGTS PARCELAMENTO		R$ 2.011,73	R$ 2.011,73
FGTS PARCELAMENTO MP10/46		R$ 4.752,50	R$ 909,32
(-) FORNECEDORES DIVERSOS		R$ (0,00)	R$ 611.973,39
(-) FORNECEDORES NACIONAIS		R$ (0,00)	R$ 611.973,39
(-) INGRAN		R$ (0,00)	R$ 611.973,39
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 15.894,76	R$ 18.264,57
RECEITAS A TRIBUTAR		R$ 15.894,76	R$ 18.264,57
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 15.894,76	R$ 18.264,57
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 2.919.825,55	R$ 3.124.939,25
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
CAPITAL SUBSCRITO-RESIDENTES NO PAIS		R$ 421.052,00	R$ 421.052,00
JOSE MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR		R$ 389.474,00	R$ 389.474,00
ALARICO ISAAIS DE SOUSA GUIMARAES		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
TATIANA RIBEIRO LEITE		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS		R$ 10.526,00	R$ 10.526,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR-RESIDENTES NO PAIS		R$ (0,00)	R$ (0,00)
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.498.773,55	R$ 2.703.887,25
LUCROS OU (PREJUIZOS) ACUMULADOS		R$ 2.498.773,55	R$ 2.703.887,25
LUCROS ACUMULADOS		R$ 2.498.773,55	R$ 2.703.887,25
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS		R$ (0,00)	R$ (0,00)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.4

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	05.250.796/0001-54	

NOME EMPRESARIAL
NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário	16

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
64.79.25.14.F9.F1.22.B5.5B.D0.49.D2.2A.FB.D9.B6.A5.83.63.53

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	00314237364	ANANIAS REBOUCAS BRITO:00314237364	262197680437932729 6	03/03/2022 a 03/03/2023	Não
Procurador	06025175000130	SECRAN ASSESSORIA & CONSULTORIA CONTABIL S/S:06025175000130	262197680437911586 0	03/03/2022 a 03/03/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

64.79.25.14.F9.F1.22.B5.5B.D0.49.D2.2
A.FB.D9.B6.A5.83.63.53-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/06/2022 às 17:37:20

89.C8.57.CF.03.A8.71.DD
62.10.AF.A3.F7.18.93.3C

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

Av. Queiroz Filho, 1.700
Torre A, Conjunto 802
São Paulo - SP
05319-000

www.kaspersky.com

São Paulo, de 09 Janeiro de 2024

Ao
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2024
PROCESSO Nº: 10401/2023

Prezados(as) Senhores(as)

A Kaspersky Lab Soluções Seguras Brasil Ltda., com sede em São Paulo-SP, declara e se compromete a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Roberto Rebouças
0EF14D2AACA8443...

Roberto Rebouças
Diretor Geral Brasil
Roberto.reboucas@kaspersky.com
Fone: +55 (11)4280-1768

DocuSign

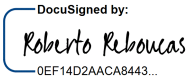
Certificate Of Completion

Envelope Id: D7F5637DA69F410BB02F33D07EB6BE78
Status: Completed
Subject: Here is your signed document: DECLARAÇÃO KASPERSKY NSJaneiro.doc
Source Envelope:
Document Pages: 1
Signatures: 1
Certificate Pages: 1
Initials: 0
AutoNav: Disabled
EnvelopeId Stamping: Disabled
Time Zone: (UTC+03:00) Moscow, St. Petersburg

Envelope Originator:
Roberto Reboucas
Bahnhofstrasse 100
.
Zurich, . 8001
Roberto.Reboucas@kaspersky.com
IP Address: 200.194.199.174

Record Tracking

Status: Original
1/9/2024 9:22:12 PM
Holder: Roberto Reboucas
Roberto.Reboucas@kaspersky.com
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Roberto Reboucas Roberto.Reboucas@kaspersky.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	DocuSigned by:  0EF14D2AACA8443... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 200.194.199.174	Sent: 1/9/2024 9:22:23 PM Viewed: 1/9/2024 9:22:33 PM Signed: 1/9/2024 9:23:06 PM Freeform Signing

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Elisandra Silva Elisandra.Silva@kaspersky.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 1/9/2024 9:23:07 PM Viewed: 1/9/2024 9:23:59 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	1/9/2024 9:22:24 PM
Certified Delivered	Security Checked	1/9/2024 9:22:33 PM
Signing Complete	Security Checked	1/9/2024 9:23:06 PM
Completed	Security Checked	1/9/2024 9:23:07 PM

Payment Events	Status	Timestamps

AO
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2024
PROCESSO Nº: 10401/2023

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ITEM 11.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA

A empresa Network Secure Segurança da Informação Ltda, inscrita no CNPJ nº 05.250.796/0001-54, atravez do seu represenante legal abaixo assinado, apresenta os links(URL) em aendimento ao item 11.6 do termo de referêcia.

https://www.kaspersky.com.br/small-to-medium-business-security/endpoint-advanced

https://support.kaspersky.com/kesb/14.2/quick-start-guide?_ga=2.77923668.1764928481.1704908128-114310613.1700686655

https://support.kaspersky.com.br/ksc/14.2

https://support.kaspersky.com.br/kes-for-windows/12.3

https://support.kaspersky.com/kes-for-linux/12.0?_ga=2.77923668.1764928481.1704908128-114310613.1700686655

https://support.kaspersky.com.br/kes-for-mac/12.0

https://www.kaspersky.com.br/small-to-medium-business-security/downloads/endpoint

https://www.kaspersky.com.br/small-to-medium-business-security/downloads

https://support.kaspersky.com/kuu4-for-windows/howto?_ga=2.215869015.1764928481.1704908128-114310613.1700686655

https://support.kaspersky.com.br/common/settings/9333

https://support.kaspersky.com/kuu4-for-windows

https://support.kaspersky.com/kuu4-for-linux

https://support.kaspersky.com/KESB/11/en-US/181954.htm

https://support.kaspersky.com/KESB/13/en-US/179590.htm

https://support.kaspersky.com/KESB/13/en-US/184664.htm

https://support.kaspersky.com/KESB/13/en-US/70331.htm

https://support.kaspersky.com/KESB/13/en-US/68417.htm

https://support.kaspersky.com/KESB/13/en-US/68247.htm

Fortaleza/CE, 11 de Janeiro de 2024

YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS

Assinado de forma digital por YURE LEOPOLDO SABINO DE FREITAS
Dados: 2024.01.10 15:05:59 -03'00'

NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ Nº 05.250.796/0001-54
Yure Leopoldo Sabino De Freitas
Diretor Comercial
CPF Nº 525.285.023-20

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 582024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO** em **15 de Janeiro de 2024 às 14:20 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-582024, **Código de Validação**: E10E60A359.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 582024
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: E10E60A359

Referente: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação
Assunto: Análise de Propostas - PE 90001/2024 (Aquisição e renovação de licenças Kaspersky)

À CMTI,

Encaminho o Processo epigrafado, para análise e manifestação dessa Coordenadoria, acerca da conformidade técnica da proposta e documentação enviada pelo licitante NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ 05.250.796/0001-54, em até 24h, referente ao grupo único do Pregão Eletrônico nº 90001/2024.

São Luís-MA, 15 de janeiro de 2024.

assinado eletronicamente em 15/01/2024 às 14:20 h (*)
JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
TÉCNICO MINISTERIAL
FUNÇÃO DE CONFIANÇA - PREGOEIRO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: PTC-CMTI - 12024

(*) Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA** em **12 de Janeiro de 2024 às 09:02 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-CMTI-12024, **Código de Validação**: 1B57EA98C8.

Ministério Público
do Estado do Maranhão

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

PTC-CMTI - 12024
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 1B57EA98C8

À CPL,

Após análise técnica da proposta e documentação enviada pelo licitante NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ: 41.622.110/0001-72, verificamos a **não conformidade** da proposta:

1) O objeto da licitação é definido no item 1 do Termo de Referência:

> ’ 1.1 Formação de Registro de Preços para **aquisição e renovação** de licenças **Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED**, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.’

Na proposta da Licitante, o produto ofertado, Kaspersky Plus Internet Security, **diverge** do definido no Termo de Referência.

2) Não identificamos os atestados de capacidade técnica, conforme definido no item 17 - HABILITAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 12/01/2024 às 09:02 h (*)

LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA
ANALISTA MINISTERIAL

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: (98) 3219-1773 e-mail: cmti@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: PROPOSTA E HABILITAÇÃO - NILSON

INFORMÁTICA E ASSESSORIA

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
REF. PREGÃO ELETRONICO N° 90001/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

A empresa NR CONSULTORIA TI, inscrita no CNPJ sob o nº 41.622.110/0001-72, neste ato representada por seu representante legal, o senhor Nilson Rafael Pereira da Silva, vem através deste apresentar , a nossa proposta de preços, referente ao certame em epígrafe.

PROPONENTE: NR CONSULTORIA TI, CNPJ nº 41.622.110/0001-72.
REPRESENTANTE LEGAL: Nilson Rafael Pereira da Silva.
CONTA BANCÁRIA: Agência 2645-0 ; Conta Corrente: 66687-4 – Banco do Brasil

VALOR DA PROPOSTA: R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Atualização de Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Estação de Trabalho - Antivirus	UND	3000	R$ 122,00	R$ 366.000,00
02	Aquisição de Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Estação de Trabalho - Antivirus	UND	1000	R$ 124,00	R$ 124.000,00
TOTAL:					**R$ 490.000,00**

São José de Ribamar/Ma, 11 de Janeiro de 2024.

NR CONSULTORIA TI
CNPJ: 41.622.110/0001-72
E-mail: consultoriatinr@gmail.com
Fone: (98) 97008-3918 / (98)98102-4886
São José de Ribamar MA – CEP: 65110-000

CONSULTORIA TI

INFORMÁTICA E ASSESSORIA

SOBRE O PRODUTO

Kaspersky Plus Internet Security

Kaspersky Plus inclui a última geração de cibersegurança contra novos vírus, ransomware e malware sem afetar o seu desempenho. Ele também inclui proteção de pagamentos, gerenciador de senhas e VPN ilimitada para manter sua vida digital privada e segura.

- Recursos avançados de segurança com anti-phishing e firewall inclusos
- Ferramentas de otimização de desempenho aprimoradas pelo monitoramento de integridade HDD
- Componente de privacidade com VPN ilimitada e gerenciador de senhas

Compatível com:

- Windows®
- macOS®
- Android™
- iOS®





CONSULTORIA TI

INFORMÁTICA E ASSESSORIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
41.622.110/0001-72 **MATRIZ**		**19/04/2021**

NOME EMPRESARIAL
41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NR CONSULTORIA TI	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
33.14-7-09 - Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
85.99-6-03 - Treinamento em informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
10AV GARRASTAZU MEDICI	**351**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.110-000	**CAMPINA**	**SAO JOSE DE RIBAMAR**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
NISONRAFAEL@HOTMAIL.COM	**(98) 8102-4886**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/04/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/09/2023** às **12:02:55** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (25/09/2023 às 11:53) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 41.622.110/0001-72.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6511.9ED2.D10D.B586 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 194597/23 **Data da** 28/07/2023 13:13:02

Inscrição Estadual: 126932930 **CPF/CNPJ:** 41622110000172

Razão Social: 41 622 110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

Endereço: GARRASTAZU MEDICI, 351 CEP: 65110000 - CAMPINA

Telefone: (98)32242430 **Município:** SAO JOSE DE RIBAMAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 25/11/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 25/09/2023 12:45:09

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 068807/23 **Data da** 21/09/2023 13:38:10

Inscrição Estadual: 126932930 **CPF/CNPJ:** 41622110000172

Razão Social: 41 622 110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

Endereço: GARRASTAZU MEDICI, 351 CEP: 65110000 - CAMPINA

Telefone: (98)32242430 **Município:** SAO JOSE DE RIBAMAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 19/01/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 25/09/2023 12:46:58

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 41.622.110/0001-72
Certidão nº: 51354717/2023
Expedição: 25/09/2023, às 12:36:29
Validade: 23/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **41.622.110/0001-72**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA
CNPJ: 41.622.110/0001-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 21:59:40 do dia 09/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/11/2023.
Código de controle da certidão: **F4ED.0056.7B52.54D3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA**

CPF/CNPJ: **41.622.110/0001-72**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:48:16 do dia 25/09/2023 , com validade até o dia 25/10/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: 2z3rYRvJD5bdbUPip8Hh

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 41.622.110/0001-72

Razão Social: NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

Endereço: AV GARRASTAZU MEDICE 351 / CAMPINA / SAO JOSE DE RIBAMAR / MA / 65110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:15/09/2023 a 14/10/2023

Certificação Número: 2023091504062532630729

Informação obtida em 25/09/2023 12:29:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Maranhão — SINTEGRA/ICMS — Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão — Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 41.622.110/0001-72 **Inscrição Estadual:** 12.693293-0

Razão Social: 41 622 110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

Regime Apuração: SIMEI

ENDEREÇO

Logradouro: GARRASTAZU MEDICI

Número: 351 **Complemento:**

Bairro: CAMPINA

Município: SAO JOSE DE RIBAMAR **UF:** MA

CEP: 65110000 **DDD:** **Telefone:** 32242430

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4751201 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
3314709	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO-ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO
6190699	OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4751202	RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
4789007	COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
9511800	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS
7733100	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
8219999	PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
8599603	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA
8599699	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 19/04/2021

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's):

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 25/09/2023

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

CPF
051.440.743-32

CNPJ
41.622.110/0001-72

Data de Abertura
19/04/2021

Nome Empresarial
41.622.110 NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA

Nome Fantasia
NR CONSULTORIA TI

Capital Social
5.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
19/04/2021

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
65110-000	10A AVENIDA GARRASTAZU MEDICI	351
Bairro	**Munícipio**	**UF**
CAMPINA	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	19/04/2021	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo, Internet, Em local fixo fora da loja

Ocupação Principal
Comerciante independente de equipamentos e suprimentos de informática

Atividade Principal (CNAE)
4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Instrutor(a) de informática, independente	8599-6/03 - Treinamento em informática
Locador(a) de máquinas e equipamentos para escritório, independente	7733-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
Professor(a) particular, independente	8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
Recarregador(a) de cartuchos para equipamentos de informática, independente	4751-2/02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
Instalador(a) de rede de computadores, independente	6190-6/99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente

Digitador(a) independente	8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
Comerciante independente de equipamentos para escritório	4789-0/07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
Comerciante independente de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
Reparador(a) de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, independente	3314-7/09 - Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório
Técnico(a) de manutenção de computador independente	9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.

Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 532024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO** em **11 de Janeiro de 2024 às 15:21 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-532024, **Código de Validação**: E03988A7A0.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 532024
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: E03988A7A0

Referente: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação
Assunto: Análise de Propostas - PE 90001/2024 (Aquisição e renovação de licenças Kaspersky)
À CMTI,

Encaminho o Processo epigrafado, para análise e manifestação dessa Coordenadoria, acerca da conformidade técnica da proposta e documentação enviada pelo licitante NILSON RAFAEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ: 41.622.110/0001-72, em até 24h, referente ao grupo único do Pregão Eletrônico nº 90001/2024.
São Luís-MA, 11 de janeiro de 2024.

assinado eletronicamente em 11/01/2024 às 15:21 h (*)
JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
TÉCNICO MINISTERIAL
FUNÇÃO DE CONFIANÇA - PREGOEIRO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PUBLICAÇÃO SINC TCE

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 26/12/2023 - 26/12/2023
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (PGJ) - 05483912000185
DATA DE CRIAÇÃO: 26/12/2023 10:17:27
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: aaa3ecee-5d20-4cc9-8270-4be4b8b9d6c1

Procedimento

cnpj ug	id contratacao	cod procedimento	numero procedimento	ano procedimento	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
05483912000185	PE900022024	PE	90002	2024	82893861334	26/12/2023	-	-	ENVIADO
05483912000185	PE900012024	PE	90001	2024	82893861334	26/12/2023	-	-	ENVIADO

Total Procedimento: 2

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PUBLICAÇÃO PGJ

Detalhes

Número do Edital: 90001/2024

Processo Administrativo: 10401/2023

Data de Publicação: 26/12/2023

Data de Abertura: 11/01/2024

Hora de Abertura: 10:00:00

CNPJ Unidade Gestora: 05.483.912/0001-85

Sistema pregão: COMPRASGOV

Número da Lei: 14133

Ano da Lei: 2021

CPF da Autoridade: 230.573.003-91

Finalidade: Registro de preços

Data de Adesão:

Regime de execução: Fornecimento e prestação de serviço associado

Valor Estimado: R$ 572.000,00

Local de Abertura: www.compras.gov.br

Objeto: Registro de preços para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Situacao: Abertura

Resultado:

Aguardando

Arquivos anexados

#	Nome	Tipo	Descriçao	Ações
1	TERMO DE REFERENCIA.pdf	Anexo de Edital	Termo de Referência	

#	Nome	Tipo	Descriçao	Ações
2	ETP.pdf	Anexo de Edital	Estudo Técnico Preliminar	

Cadastrado por JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO em 26/12/2023

Atualizado por JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO em 26/12/2023

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PUBLICAÇÃO JORNAL

ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90001/2024
Processo Administrativo nº 10401/2023

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Abertura: 11/01/2024, às 10h (dez horas)** - horário de Brasília - DF; **Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações:** Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. **CEP:** 65076-820; **E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones:** (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís-MA, 22 de dezembro de 2023.
João Carlos A. de Carvalho
Pregoeiro da CPL
PGJ-MA

ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90002/2024
Processo Administrativo nº 9411/2023

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de coletes balísticos para serem utilizados por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Abertura: 10/01/2024, às 10h (dez horas)** - horário de Brasília - DF; **Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações:** Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. **CEP:** 65076-820; **E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones:** (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís-MA, 22 de dezembro de 2023.
João Carlos A. de Carvalho
Pregoeiro da CPL
PGJ-MA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PUBLICAÇÃO DIÁRIO

DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

São Luís/MA. Disponibilização: 22/12/2023. Publicação: 26/12/2023. Nº 238/2023. ISSN 2764-8060

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO 3
Procuradoria Geral de Justiça 3
ATO 3
Comissão Permanente de Licitação 3
AVISOS DE LICITAÇÃO 3
Promotorias de Justiça da comarca da Capital 4
DEFESA DA SAÚDE 4

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

ATO

ATO-GAB/PGJ - 4242023
Código de validação: 99C2ADC5FE

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,
R E S O L V E:
Exonerar, a pedido, a servidora DENISE OLIVEIRA BELÉM, Matrícula n° 1067701, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE PROCURADOR DE JUSTIÇA /SÍMBOLO CC-08, lotada na 19ª Procuradoria de Justiça Cível, devendo ser assim considerado a partir de 21 de dezembro de 2023, tendo em vista o que consta o processo n.º 231042023.
Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público.

assinado eletronicamente em 21/12/2023 às 14:59 h (*)
DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURIDICOS
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO

Comissão Permanente de Licitação

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2024
Processo Administrativo n° 10401/2023
Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Abertura: 11/01/2024, às 10h (dez horas) - horário de Brasília - DF; Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de

Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.
São Luís-MA, 22 de dezembro de 2023.

João Carlos A. de Carvalho
Pregoeiro da CPL
PGJ-MA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90002/2024
Processo Administrativo n° 9411/2023
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de coletes balísticos para serem utilizados por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Abertura: 10/01/2024, às 10h (dez horas) - horário de Brasília - DF; Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.
São Luís-MA, 22 de dezembro de 2023.

João Carlos A. de Carvalho
Pregoeiro da CPL
PGJ-MA

Promotorias de Justiça da comarca da Capital

DEFESA DA SAÚDE

PORTARIA-19ªPJESPSLS1DS - 222023
Código de validação: 7C3AA1D4E4

O Dr. Herberth Costa Figueiredo, na qualidade de 1º Promotor de Justiça de Defesa da Saúde, titular da 19ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Saúde, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, II e III da Constituição da República e o art. 26, I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), considerando o disposto na Resolução CNMP nº 23/2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do Inquérito Civil, bem como o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, que consolida e regulamenta normas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão (CPMP), determinando a uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas submetidas diretamente ao Ministério Público Estadual, bem como em face da necessidade, ainda, de diligências nestes autos, a fim de que se possa concluir acerca de seu objeto, RESOLVE:
Converter a presente Notícia de Fato nº 027368-500/2023, autuada no âmbito deste Órgão Ministerial, para apurar déficit nutricional e atraso no fornecimento das refeições que são servidas aos pacientes internados no Hospital Municipal Clementino Moura “Socorrão II”, em Inquérito Civil.
Proceda o Sr. Secretário com a publicação desta Portaria de Conversão no Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão, bem como registre-se a alteração no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).
São Luís, 20 de dezembro de 2023.

assinado eletronicamente em 22/12/2023 às 08:14 h (*)
HERBERTH COSTA FIGUEIREDO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

ABIMAEL FREITAS LOPES:75084988368
Assinado de forma digital por ABIMAEL FREITAS LOPES:75084988368
Dados: 2023.12.22 12:31:49 -03'00'

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PUBLICAÇÃO COMPRASGOV

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

22/12/2023 09:48:33

Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 26/12/2023, Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 94120 - ESTADO DO MARANHAO

UASG Responsável: 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 90001/2024

Característica: Registro de Preço (SRI

Forma de Realização: Eletrônico

Modo de Disputa: Fechado/Aberto

Nº da IRP: 00041/2023

Lei: Lei nº 14.133/2021

Critério de Julgamento: Menor Preço/Maior Desconto

Tipo de Objeto: Serviços Comuns

Nº do Processo: 10401/2023

Compra Nacional: Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD: Não

Validade da Ata SRP: 12 mes(es)

Quantidade de Itens: 2

Objeto:

Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Data da Publicação/Divulgação: 26/12/2023

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 26/12/2023 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 11/01/2024 às 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora: 925129

Unidade Gestora: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Gestão: 00001

Empenho: 2023 NE 000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

EDITAL PUBLICADO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2024

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/01/2024, às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

fechado e aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1 DO OBJETO..... 3

2 DO REGISTRO DE PREÇOS..... 3

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO..... 4

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....5

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... 7

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....8

7 DA FASE DE JULGAMENTO..... 11

8 DA FASE HABILITAÇÃO..... 13

9 DOS RECURSOS..... 17

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO..... 18

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... 18

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA..... 19

13 DO CONTRATO..... 19

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... 20

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....22

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 23

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA..... 25

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO.....26

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....27

ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....34

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO..... 35

EDITAL

PREGÃO Nº. 90001/2024 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 4/2023 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 10401/2023, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia, tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Decreto Federal n. 11.462/2023, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: 11.01.2024, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 10h (dez horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925129

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de registro de preços para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total de cada item do grupo único;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,75%(setenta e cinco centésimos por cento) do valor do item**.

6.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa fechado e aberto.

6.12 Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.20.2.2 Empresas brasileiras;

6.20.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.3.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.11 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.12 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.4.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

8.6.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

8.6.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

8.6.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

8.7 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.8 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %(trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.15.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02(duas) horas,** contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

12.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

13 DO CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

13.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.2.3 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.2.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.4.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.6 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados na Coordenadoria de Modernização de Tecnologia para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.6.1 O fiscal do contrato deverá:

13.6.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

13.6.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5 Fraudar a licitação

14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1.1 Advertência;

14.2.1.2 Multa;

14.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail licitacoes@mpma.mp.br.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5.1 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

16.11 **A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

16.12 São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

16.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

16.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

16.12.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.12.4 ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.12.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

16.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

16.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., 22 de dezembro de 2023.

JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO:1065192

Assinado de forma digital por JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO:1065192
Dados: 2023.12.22 09:43:13 -03'00'

João Carlos A. de Carvalho
Agente de Contratação
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2024.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024– SRP – CPL/PGJ

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 90001/2024, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 10401/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90001/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ Fax:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____ CPF:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un

2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2.A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6.Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br**.

4.7.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1.O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2.Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1.Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3.Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1.Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5.Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6.A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1.O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4.Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1.Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1.Por razão de interesse público;

8.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.DAS PENALIDADES

9.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.CONDIÇÕES GERAIS

10.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2.A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VI da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ___ de _____ de 2024.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

_____

Fornecedor:
Representante:
RG:
CPF:

ANEXO IV

MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<< ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. << xx >> << sigla do órgão >>

<< Local e Data >>

À Sua Excelência o Senhor
EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: **Adesão à Ata de Registro de Preços n. << nº e ano >>**

Senhor(a) Procurador(a)-Geral,

1. O/A << Órgão ou Entidade da Administração Pública >>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << nº e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << nº do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

2. Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da <<identificação da ARP >>:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor total

3. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação, pela empresa beneficiária da <<identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

a. << Nome do Órgão ou da Entidade, CNPJ e endereço >>

b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2024, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____ PARA AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED, PARA FINS DE PROTEÇÃO DA REDE LÓGICA, EQUIPAMENTOS DE TI E INFORMAÇÕES, POR UM PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por ____, inscrito no RG nº _____ e no CPF nº _____, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 10401/2023,** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 90001/2024**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, Ato Regulamentar 08/2015, Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto aquisição e renovação de licenças kaspersky endpoint security for business select brazilian edition com upgrade para advanced, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de ti e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	OBJETO	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000		
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000		
	TOTAL			

1.4. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1.5. O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP;

1.6. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos do Termo de Referência.

2. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

2.1. Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

2.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

2.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,

não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

2.4. Ao Gestor do Contrato cabe:

2.5. Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

2.6. Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

2.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

2.8. Aos Fiscais do Contrato:

2.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

2.10. Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

2.11. Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

2.12. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

3. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

4.1. O valor total da contratação é de R$ .... (...)

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.1. O prazo de validade;

5.3.2. A data da emissão;

5.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.3.5. O valor a pagar; e

5.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.13.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.13.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.13.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

5.13.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

5.13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.13.10. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/07/2023;

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.2. Receber os produtos, objeto deste Contrato, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

7.3. Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

7.4. Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato;

7.5. Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

7.6. Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

7.7. Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

7.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

7.9. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações do Termo de Referência;

7.10. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

7.11. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

7.12. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

7.13. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.14. Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

8. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

8.2. Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.3. Emitir Nota Fiscal/Fatura no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

8.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

8.5. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

8.6. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

8.6.1. À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

8.6.2. Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

8.6.3. Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

8.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

8.8. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

8.9. Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

8.10. Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

8.11. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

8.12. Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

8.13. Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

8.13.1. Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões Windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

8.13.2. Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

8.13.3. Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

8.13.4. Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

8.13.5. Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

8.13.6. Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

8.13.7. Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

8.13.8. Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;

8.13.9. Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

8.13.10. Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

8.13.11. Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

8.13.12. Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

8.13.13. Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

8.13.14. Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

8.13.15. Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;

8.13.16. Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

8.13.17. O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

8.13.18. Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

8.13.19. Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

8.13.20. O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

8.13.21. O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

8.13.22. Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

8.13.23. Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

8.13.24. Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

8.13.25. A atualização de vacinas e engines do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

8.13.26. A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

8.13.27. Provê mecanismos de distribuição de vacinas e engines para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, real-time ou manual;

8.13.28. As atualizações das vacinas e engines do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

8.13.29. Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

8.13.30. Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

8.13.31. Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

8.14. Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

8.14.1. Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

8.14.2. Os vírus que mais infectaram a rede;

8.14.3. Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

8.14.4. Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

8.14.5. Relatório de erros;

8.14.6. Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

8.14.7. Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

8.14.8. Capacidade de customização de relatórios;

8.15. Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2. Advertência;

9.3. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

9.4. Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.6. As sanções previstas nos subitens 2, 4 e 5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

9.7. A sanção estabelecida no subitem 5 é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

9.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

9.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

9.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

9.11. Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa de:

9.12. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a rejeição do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.13. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.14. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.15. Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

9.16. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

11.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou “trade-secrets”;

11.2. A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos “releases” das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais patches de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

11.3. A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

11.3.1. A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

11.4. Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

11.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

11.5.1. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

11.5.2. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

11.5.3. Poderá ser solicitado o atendimento on-site, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

11.5.4. A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

11.5.5. A garantia “on-site” deverá observar os prazos estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

11.6. Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares, upgrade de BIOS, etc.

11.7. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

11.8. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

11.9. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

11.9.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

11.10. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INSTALAÇÃO

12.1. A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

12.2. As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

13.1. Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente, através de uma Central de Atendimento;

13.2. Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

13.3. O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta, das 08h às 18h;

13.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

13.5. Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios, mediante solicitação;

13.6. O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

13.7. Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

13.8. A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

13.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

13.10. A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos ou softwares para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

13.11. Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:

Natureza da despesa:

Nota de Empenho nº _____ de ___/_____/____.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

15.1. As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

15.2. O objeto deste Contrato, caso haja itens físicos, deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

15.3. A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

15.4. Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

16.1. DA ENTREGA

16.1.1. O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado no Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

16.1.2. Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

16.1.3. No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

16.1.3.1. Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

16.2. **DO RECEBIMENTO**

16.2.1. O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

16.2.2. O Recebimento Provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

16.2.3. O Recebimento Definitivo será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

16.2.4. Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E FIRMWARE**

17.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (patches) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de firmware, sem ônus para a CONTRATANTE;

17.2. No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

17.3. A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

17.4. A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

17.4.1. Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

17.4.2. Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

17.4.3. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

17.4.4. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

17.4.5. Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. **Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.**

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

21.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

21.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 2024.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES

Diretor-Geral

_____

Contratada

Representante legal

CPF nº

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 80252023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **18 de Dezembro de 2023 às 16:28 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-80252023, **Código de Validação**: E794E669DA.

Ministério Público
do Estado do Maranhão

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 80252023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: E794E669DA

Assunto: Registro de Preço – Aquisição e renovação de licenças.
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação.

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do MEMO-CMTI – 922023, no qual a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação solicita **autorização de abertura de processo licitatório,** com vistas à formação de Registro de Preços paraaquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas – PA_10401_2023.pdf,

Ante o exposto, considerando a manifestação da Secretaria Administrativo-Financeira no DESPACHO-SAF – 53542023:

1. **ACOLHO e ADOTO** o parecer da Assessoria Jurídica da Administração, anexo PARECER-DGAJA – 5292023;

2. **APROVO** o Novo Termo de Referência, anexo TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO, na forma da lei;

3. À **Comissão Permanente de Licitação**, para adoção das medidas cabíveis quanto ao prosseguimento do certame licitatório objetivando sua conclusão, tudo em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos.

assinado eletronicamente em 18/12/2023 às 16:28 h (*)

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **18 de Dezembro de 2023 às 16:28 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-80252023, **Código de Validação**: E794E669DA.

Diretoria Geral

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 53542023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **18 de Dezembro de 2023 às 11:36 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-53542023, **Código de Validação**: B9040BB0B6.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 53542023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: B9040BB0B6

Assunto: Registro de Preço – Aquisição e Renovação de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

AO DIRETOR GERAL,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, por meio do qual solicitou autorização para abertura de processo licitatório, objetivando a formação de Registro de Preços, para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

Considerando o PARECER-DGAJA - 5292023, no qual a Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade jurídica de prosseguimento da Licitação, bem como pela aprovação da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 50/2023-SRP, Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS);

Considerando as alterações realizadas no Termo de Referência e na Minuta do Edital, conforme DESPACHO-CMTI - 6252023 e DESPACHO-CPL - 8732023, solicitadas no parecer supra;

Com posicionamento favorável desta Secretaria Administrativo-Financeira, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria, para análise/autorização e aprovação do novo Termo de Referência, anexo TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO, visando o prosseguimento do competente certame licitatório.

assinado eletronicamente em 18/12/2023 às 11:36 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **18 de Dezembro de 2023 às 11:36 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-53542023, **Código de Validação**: B9040BB0B6.

Secretaria Administrativo-Financeira

DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS

PREGÃO ELETRÔNICO

50/2023

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

fechado e aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1 DO OBJETO..... 3

2 DO REGISTRO DE PREÇOS..... 3

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO..... 4

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....5

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... 7

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....8

7 DA FASE DE JULGAMENTO..... 11

8 DA FASE HABILITAÇÃO..... 13

9 DOS RECURSOS..... 17

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO..... 18

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... 18

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA..... 19

13 DO CONTRATO..... 19

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... 20

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....22

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 23

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA..... 25

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO.....26

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....27

ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....34

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO..... 35

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO Nº. 50/2023 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 4/2023 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 10401/2023, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia, tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Decreto Federal n. 11.462/2023, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: __.__.20__, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: __:__h (___ horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925129

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de registro de preços para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total de cada item do grupo único;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,75%(setenta e cinco centésimos por cento) do valor do item**.

6.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa fechado e aberto.

6.12 Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.20.2.2 Empresas brasileiras;

6.20.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.3.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.11 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.12 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.4.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

8.6.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

8.6.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

8.6.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

8.7 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.8 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %(trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.15.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02(duas) horas,** contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

12.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

13 DO CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

13.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.2.3 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.2.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.4.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.6 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados na Coordenadoria de Modernização de Tecnologia para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.6.1 O fiscal do contrato deverá:

13.6.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

13.6.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5 Fraudar a licitação

14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1.1 Advertência;

14.2.1.2 Multa;

14.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail licitacoes@mpma.mp.br.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5.1 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

16.11 **A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

16.12 São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

16.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

16.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

16.12.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.12.4 ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.12.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

16.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

16.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., ___ de _____ de 2023.

João Carlos A. de Carvalho
Agente de Contratação
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 50/2023 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2023.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2023– SRP – CPL/PGJ

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 50/2023, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 10401/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 50/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ Fax:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____ CPF:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un

2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2.A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6.Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br**.

4.7.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1.O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2.Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1.Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3.Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1.Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5.Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6.A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1.O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4.Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1.Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1.Por razão de interesse público;

8.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.DAS PENALIDADES

9.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.CONDIÇÕES GERAIS

10.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2.A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VI da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ___ de _____ de 2023.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

_____

Fornecedor:
Representante:
RG:
CPF:

ANEXO IV

MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<< ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. << xx >> << sigla do órgão >>

<< Local e Data >>

À Sua Excelência o Senhor
EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: **Adesão à Ata de Registro de Preços n. << nº e ano >>**

Senhor(a) Procurador(a)-Geral,

1. O/A << Órgão ou Entidade da Administração Pública >>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << nº e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << nº do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

2. Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da <<identificação da ARP >>:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor total

3. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação, pela empresa beneficiária da <<identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

a. << Nome do Órgão ou da Entidade, CNPJ e endereço >>

b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2023, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____ PARA AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED, PARA FINS DE PROTEÇÃO DA REDE LÓGICA, EQUIPAMENTOS DE TI E INFORMAÇÕES, POR UM PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por ____, inscrito no RG nº _____ e no CPF nº _____, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 10401/2023,** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 50/2023**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, Ato Regulamentar 08/2015, Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto aquisição e renovação de licenças kaspersky endpoint security for business select brazilian edition com upgrade para advanced, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de ti e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	OBJETO	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000		
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000		
	TOTAL			

2.1. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.2. O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP;

2.3. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos do Termo de Referência.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

3.1. Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

3.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

3.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,

não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

3.4. Ao Gestor do Contrato cabe:

3.5. Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

3.6. Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

3.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

3.8. Aos Fiscais do Contrato:

3.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.10. Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

3.11. Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

3.12. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de R$ .... (...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1. O prazo de validade;

6.3.2. A data da emissão;

6.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.3.5. O valor a pagar; e

6.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.13.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.13.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.13.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.13.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.13.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.13.10. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/07/2023;

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

8.2. Receber os produtos, objeto deste Contrato, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

8.3. Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

8.4. Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato;

8.5. Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

8.6. Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

8.7. Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

8.9. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações do Termo de Referência;

8.10. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

8.11. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

8.12. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

8.13. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.14. Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

9.2. Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3. Emitir Nota Fiscal/Fatura no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

9.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

9.5. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

9.6. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

9.6.1. À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

9.6.2. Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

9.6.3. Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

9.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

9.8. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

9.9. Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

9.10. Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

9.11. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

9.12. Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

9.13. Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

9.13.1. Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões Windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

9.13.2. Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

9.13.3. Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

9.13.4. Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

9.13.5. Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

9.13.6. Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

9.13.7. Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

9.13.8. Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;

9.13.9. Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

9.13.10. Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

9.13.11. Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

9.13.12. Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

9.13.13. Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

9.13.14. Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

9.13.15. Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;

9.13.16. Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

9.13.17. O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

9.13.18. Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

9.13.19. Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

9.13.20. O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

9.13.21. O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

9.13.22. Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

9.13.23. Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

9.13.24. Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

9.13.25. A atualização de vacinas e engines do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

9.13.26. A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

9.13.27. Provê mecanismos de distribuição de vacinas e engines para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, real-time ou manual;

9.13.28. As atualizações das vacinas e engines do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

9.13.29. Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

9.13.30. Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

9.13.31. Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

9.14. Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

9.14.1. Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

9.14.2. Os vírus que mais infectaram a rede;

9.14.3. Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

9.14.4. Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

9.14.5. Relatório de erros;

9.14.6. Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

9.14.7. Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

9.14.8. Capacidade de customização de relatórios;

9.15. Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2. Advertência;

10.3. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

10.4. Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

10.6. As sanções previstas nos subitens 2, 4 e 5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

10.7. A sanção estabelecida no subitem 5 é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

10.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

10.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

10.11. Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa de:

10.12. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a rejeição do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.13. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.14. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.15. Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

10.16. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

12.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou “trade-secrets”;

12.2. A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos “releases” das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais patches de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

12.3. A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

12.3.1. A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

12.4. Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

12.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

12.5.1. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

12.5.2. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

12.5.3. Poderá ser solicitado o atendimento on-site, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

12.5.4. A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

12.5.5. A garantia “on-site” deverá observar os prazos estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

12.6. Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares, upgrade de BIOS, etc.

12.7. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

12.8. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

12.9. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

12.9.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

12.10. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INSTALAÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

13.2. As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

14.1. Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente, através de uma Central de Atendimento;

14.2. Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

14.3. O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta, das 08h às 18h;

14.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

14.5. Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios, mediante solicitação;

14.6. O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

14.7. Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

14.8. A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

14.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

14.10. A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos ou softwares para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

14.11. Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:

Natureza da despesa:

Nota de Empenho nº _____ de ____/_____/_____.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

16.1. As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

16.2. O objeto deste Contrato, caso haja itens físicos, deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

16.3. A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

16.4. Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

17.1. DA ENTREGA

17.1.1. O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado no Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

17.1.2. Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

17.1.3. No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

17.1.3.1. Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

17.2. **DO RECEBIMENTO**

17.2.1. O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

17.2.2. O Recebimento Provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

17.2.3. O Recebimento Definitivo será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

17.2.4. Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E FIRMWARE**

18.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (patches) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de firmware, sem ônus para a CONTRATANTE;

18.2. No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

18.3. A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

18.4. A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

18.4.1. Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

18.4.2. Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.3. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.4. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.5. Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. **Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.**

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

22.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 2023.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES

Diretor-Geral

_____

Contratada

Representante legal

CPF nº

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 8732023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO** em **15 de Dezembro de 2023 às 11:20 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-8732023, **Código de Validação**: 2775E20575.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 8732023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 2775E20575

Interessada: **Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação**
Objeto: **Licitação – Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky**
Assunto: **Análise da Minuta do Edital do Pregão nº 50/2023.**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-financeira,

Encaminha-se o processo acima identificado, que trata da abertura de certame licitatório que tem como objeto o registro de preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky**,** acompanhado da **Minuta** do **Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº. 50/2023,** sem alterações, tendo em vista o que consta no DESPACHO-CMTI – 6252023 e no DESPACHO-SAF – 52712023.

São Luís (MA), 15 de dezembro de 2023.

assinado eletronicamente em 15/12/2023 às 11:20 h (*)
JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
TÉCNICO MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 6252023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **14 de Dezembro de 2023 às 12:46 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CMTI-6252023, **Código de Validação**: C9D7D2A23E.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

DESPACHO-CMTI - 6252023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: C9D7D2A23E

À SEAF,

Conforme DESPACHO-SAF - 52712023 e o PARECER-DGAJA - 5292023, segue análise em relação:

a. Subitem 10.1, em relação ao prazo de vigência do contrato, o prazo definido é suficiente para atender cada etapa de execução: 1. Prazo das licenças; 2. Prazo de entrega; 3. Prazos de recebimento provisório e definitivo e; 4. Prazo para pagamento.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 14/12/2023 às 12:46 h (*)
NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA

assinado eletronicamente em 14/12/2023 às 10:38 h (*)
DANIELA NASCIMENTO MONTELO
TÉCNICO MINISTERIAL
INFORMÁTICA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: (98) 3219-1773 e-mail: cmti@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 52712023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **13 de Dezembro de 2023 às 13:14 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-52712023, **Código de Validação**: C814272890.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 52712023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: C814272890

Assunto: Registro de Preço – Aquisição de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Encaminhem-se os autos à **Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação**, para as providências cabíveis, referente ao Termo de Referência, nos termos do parecer jurídico, anexo PARECER-DGAJA - 5292023;

Após, à **Comissão Permanente de Licitação**, referente à Minuta do Contrato, conforme parecer supra.

Por fim, retornem-se os autos a esta SEAF.

assinado eletronicamente em 13/12/2023 às 13:14 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 5292023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

PARECER-DGAJA - 5292023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: C53E480679

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 10401/2023
ASSUNTO: Contratos.
INTERESSADO: CMTI.
PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do **MEMO-CMTI - 922023**, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, por meio do qual solicitou autorização para abertura de processo licitatório com vistas à formação de Registro de Preços, para a Aquisição de renovação de licenças *Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition* com *upgrade* para ADVANCED, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

Para instrução dos autos, foram anexados os seguintes documentos:

1. Termo de Referência e *checklist***,** pesquisas de preços realizadas por meio do Sistema Painel de Preços e documentos da etapa de planejamento (Documento de Oficialização de Demanda, Análise do Dod, Análise de Viabilidade, Análise de Risco, Plano de Sustentação, Resumo de consulta ao mercado e Estratégia da contratação);

2. **DESPACHO-DG - 36572023**, encaminhando os autos ao Gabinete do Procurador-Geral para conhecimento e deliberação. Em caso de prosseguimento do feito, sugeriu o envio à Secretaria Administrativo-Financeira – SAF para instrução processual;

3. **DECISÃO-GPGJ – 16772023,** Procurador-Geral de Justiça, autorizando a abertura de procedimento licitatório, e determinou o envio dos autos à Diretoria Geral para providências

cabíveis;

4. **DESPACHO-SAF – 26822023,** SEAF determinando o envio do processo à Assessoria Técnica da Administração para análise e manifestação acerca da regularidade processual;

5. **PTC-ACI – 9832023,** Parecer da Assessoria Técnica da Administração em que se manifestou pela " *INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS*" ;

6. **DESPACHO-SAF – 29422023**, SAF encaminhando os autos à CMTI, para adotar a sugestão da Assessoria Técnica da Administração;

7. **ID 7188829**, a CMTI realizou as adequações necessárias no termo de referência conforme sugestão dada pela Assessoria Técnica da Administração;

8. **DESPACHO-DG – 43802023,** Diretor-Geral autorizando a abertura de procedimento licitatório e, por fim, encaminhando os autos à CPL para adoção das providências necessárias;

9. **ID 7481107** – a CMTI instruiu os autos com novo Termo de Referência;

10. **DESPACHO-CPL - 6942023**, foi elaborada pela CPL a minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 50/2023;

11. **DESPACHO-CMTI - 5652023**, onde a CMTI se manifestou favorável à Minuta do Pregão Eletrônico n. 50/2023;

12. **PARECER-DGAJA – 4932023,** desta Assessoria, sugerindo a realização de adequações no Termo de Referência e na minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 50/2023;

13. **DESPACHO-CMTI – 5932023,** a CMTI adotou as sugestões desta Assessoria para o Termo de Referência;

14. **DESPACHO-CPL – 8082023,** a CPL instruiu os autos com nova minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 50/2023;

15. **DESPACHO-SAF – 49352023,** Secretaria Administrativo-Financeira encaminhando os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação.

É o relatório. Passa-se à análise.

Inicialmente, cumpre salientar que a seguinte manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: 98 3219-1600 e-mail: ajad@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020[1], incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

Versam os presentes autos acerca de solicitação da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI, desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, de abertura de processo licitatório objetivando a formação de Registro de Preços, para a Aquisição de renovação de licenças *Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition* com *upgrade* para ADVANCED.

A presente matéria está prevista na Lei nº 14.133/2021[2] que dentre outras instituiu a modalidade de Licitação – Pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns e estabelece em seu art. 6º, inciso XLI, e art. 28, vejamos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
>
> Art. 28. São modalidades de licitação:
> **I - pregão;**
> II - concorrência;
> III - concurso;
> IV - leilão;
> V - diálogo competitivo.
> § 1º Além das modalidades referidas no **caput** deste artigo, a Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 desta Lei.
> § 2º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas no **caput** deste artigo.

Quanto a utilização da modalidade pregão para aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação, foi prevista no seguinte dispositivo legal:

> **Instrução Normativa SGD/ME nº 94[3], de 23 de dezembro de 2022 regida pela Lei nº 14.133, de 2021**
>
> Art. 25. A fase de Seleção do Fornecedor observará o disposto nos arts. 53 a 71 da Lei nº 14.133, de 2021, e respectivos regulamentos e atualizações supervenientes.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

> Parágrafo único. **É obrigatória a utilização da modalidade Pregão para as contratações de que trata esta Instrução Normativa sempre que a solução de TIC for enquadrada como bem ou serviço comum**, podendo-se utilizar o Diálogo Competitivo nos casos específicos previstos no art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente justificado nos autos.

No que tange a viabilidade da realização da Licitação para Registro de Preços, tem como objetivo atender eventuais e futuras necessidades do Ministério Público, nos termos das hipóteses amparadas pelo Ato Regulamentar nº. 10/2023-GPGJ, o qual dispõe quais as situações que são admitidas a sua adoção:

> Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No âmbito da Administração Pública Federal, o Sistema de Registro de Preços foi regulamentado pelo Decreto nº. 11.462/2023, que assim dispõe:

> Art. 1º Este Decreto regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
> (...)
> Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
> I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;

Outrossim, a adoção do critério de julgamento *menor preço,* para a licitação em voga, encontra-se em consonância com os critérios da **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 e Art. 173 do Ato Regulamentar nº. 10/2023:**

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022
Art. 4º O critério de julgamento de **menor preço** ou maior desconto será adotado:
I - na modalidade pregão, obrigatoriamente;
II - na modalidade concorrência, observado o art. 3º;
III - na fase competitiva da modalidade diálogo competitivo, quando for entendido como o mais adequado à solução identificada na fase de diálogo.

Ato Regulamentar nº. 10/2023
Art. 173. O processo licitatório para o **Sistema de Registro de Preço**s será realizado na modalidade de concorrência ou **de pregão**, preferencialmente eletrônicos, **do tipo menor preço** ou de maior desconto, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e deste Ato Regulamentar

Analisando a legislação citada, percebe-se que é perfeitamente cabível a realização de Licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, tipo menor preço, para formação de Registro de Preços, a fim de viabilizar a contratação objeto dos presentes autos.

Por fim, em relação à análise do Termo de Referência e da minuta do Edital foram observadas algumas impropriedades, portanto, sugere-se a realização das seguintes adequações:

Termo de Referência

a. Subitem 10.1, em relação ao prazo de vigência do contrato, avaliar se está de acordo com as seguintes orientações da Advocacia Geral da União[4] e do Tribunal de Contas da União:

> ***Nota Explicativa 2:*** *Prazo de Vigência e Empenho - art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 – Fornecimento Não-Contínuo: Em caso de fornecimento não contínuo, o prazo de vigência deve ser o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.*
>
> Abstenha-se de firmar contratos de fornecimento com vigência determinada em função do prazo de garantia técnica dos bens e/ou materiais, de modo a evitar instrumentos com datas muito além da prevista para recebimento definitivo do objeto, adequando os prazos de vigência para conciliá-los com as datas de **execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento**, conforme o caso, nos termos do art. 55, inciso IV, e art. 57 da Lei no 8.666/1993. Decisão 997/2002 Plenário

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

Assim, recomenda-se que o prazo de vigência do contrato seja suficiente para atender cada etapa de execução: 1. Prazo das licenças; 2. Prazo de entrega; 3. Prazos de recebimento provisório e definitivo e; 4. Prazo para pagamento.

Minuta do Contrato (Anexo V – Edital do Pregão Eletrônico nº. 50/2023)

b. Cláusula Segunda, subitem 2.2, adequar às eventuais alterações do subitem 10.1 do Termo de Referência.

Ante o exposto, considerando que a Minuta do referido Edital do Pregão Eletrônico nº 050/2023 e de seus anexos estão em consonância com a Lei nº 14.133/2021, Decreto nº. 11.462/2023, Ato Regulamentar nº. 10/2023, Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, esta Assessoria **se manifesta** pela sua aprovação, bem como pelo prosseguimento do presente procedimento licitatório, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os aspectos técnicos, discricionários, econômicos e financeiros, que escapam do exame ora efetivado, **desde que** os autos sejam encaminhados aos setores abaixo para as seguintes diligências:

1) À CMTI e à CPL para a realização das adequações no Termo de Referência e na Minuta do Edital e anexos, conforme sugerido neste parecer.

2) Após, à **Diretoria-Geral** da PGJ/MA para as demais providências cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/21, especialmente, quanto ao parágrafo 3º do art. 53 da citada Lei.

.

São Luís/MA, 12 de dezembro de 2023.

Hermano José Gomes Pinheiro
Assessor Jurídico

De Acordo. À consideração superior.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Dezembro de 2023 às 15:02 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-5292023, **Código de Validação**: C53E480679.

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessora-Chefe da ASSJUR

assinado eletronicamente em 12/12/2023 às 14:34 h (*)
HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO
ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

assinado eletronicamente em 12/12/2023 às 15:02 h (*)
MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
TÉCNICO MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

[1] dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.
[2] Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
[3] Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
[4] https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 49352023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **27 de Novembro de 2023 às 13:44 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-49352023, **Código de Validação**: 7A5D2960C6.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 49352023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 7A5D2960C6

Assunto: Registro de Preço – Aquisição de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

À Assessoria Jurídica,

Tendo em vista a manifestação da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, anexo DESPACHO-CMTI - 5932023 e da Comissão Permanente de Licitação, anexo DESPACHO-CPL - 8082023, em atendimento ao PARECER-DGAJA - 4932023 dessa Assessoria, encaminhem-se os autos para nova análise e manifestação.

assinado eletronicamente em 27/11/2023 às 13:44 h (*)
JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS

PREGÃO ELETRÔNICO

50/2023

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

fechado e aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1 DO OBJETO..... 3

2 DO REGISTRO DE PREÇOS..... 3

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO..... 4

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....5

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... 7

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....8

7 DA FASE DE JULGAMENTO..... 11

8 DA FASE HABILITAÇÃO..... 13

9 DOS RECURSOS..... 17

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO..... 18

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... 18

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA..... 19

13 DO CONTRATO..... 19

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... 20

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....22

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 23

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA..... 25

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO.....26

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....27

ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....34

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO..... 35

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO Nº. 50/2023 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 4/2023 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 10401/2023, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia, tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Decreto Federal n. 11.462/2023, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: __.__.20__, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: __:__h (___ horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925129

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de registro de preços para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total de cada item do grupo único;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,75%(setenta e cinco centésimos por cento) do valor do item**.

6.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa fechado e aberto.

6.12 Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.20.2.2 Empresas brasileiras;

6.20.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.3.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.11 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.12 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.4.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

8.6.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

8.6.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

8.6.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

8.7 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.8 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %(trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.15.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02(duas) horas,** contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

12.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

13 DO CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

13.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.2.3 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.2.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.4.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.6 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados na Coordenadoria de Modernização de Tecnologia para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.6.1 O fiscal do contrato deverá:

13.6.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

13.6.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5 Fraudar a licitação

14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1.1 Advertência;

14.2.1.2 Multa;

14.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail licitacoes@mpma.mp.br.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5.1 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

16.11 **A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

16.12 São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

16.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

16.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

16.12.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.12.4 ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.12.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

16.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

16.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., ___ de _____ de 2023.

João Carlos A. de Carvalho
Agente de Contratação
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 50/2023 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2023.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2023– SRP – CPL/PGJ

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 50/2023, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 10401/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 50/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ Fax:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____ CPF:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un

2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2.A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6.Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br**.

4.7.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1.O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2.Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1.Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3.Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1.Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5.Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6.A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1.O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4.Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1.Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1.Por razão de interesse público;

8.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.DAS PENALIDADES

9.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.CONDIÇÕES GERAIS

10.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2.A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VI da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ___ de _____ de 2023.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

_____

Fornecedor:
Representante:
RG:
CPF:

ANEXO IV

MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<< ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. << xx >> << sigla do órgão >>

<< Local e Data >>

À Sua Excelência o Senhor
EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: **Adesão à Ata de Registro de Preços n. << nº e ano >>**

Senhor(a) Procurador(a)-Geral,

1. O/A << Órgão ou Entidade da Administração Pública >>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << nº e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << nº do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

2. Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da <<identificação da ARP >>:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor total

3. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação, pela empresa beneficiária da <<identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

a. << Nome do Órgão ou da Entidade, CNPJ e endereço >>

b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2023, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____ PARA AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED, PARA FINS DE PROTEÇÃO DA REDE LÓGICA, EQUIPAMENTOS DE TI E INFORMAÇÕES, POR UM PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por ____, inscrito no RG nº _____ e no CPF nº _____, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 10401/2023,** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 50/2023**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, Ato Regulamentar 08/2015, Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto aquisição e renovação de licenças kaspersky endpoint security for business select brazilian edition com upgrade para advanced, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de ti e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	OBJETO	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000		
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000		
	TOTAL			

2.1. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.2. O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP;

2.3. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos do Termo de Referência.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

3.1. Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

3.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

3.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,

não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

3.4. Ao Gestor do Contrato cabe:

3.5. Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

3.6. Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

3.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

3.8. Aos Fiscais do Contrato:

3.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.10. Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

3.11. Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

3.12. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de R$ .... (...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1. O prazo de validade;

6.3.2. A data da emissão;

6.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.3.5. O valor a pagar; e

6.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.13.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.13.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.13.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.13.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.13.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.13.10. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/07/2023;

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

8.2. Receber os produtos, objeto deste Contrato, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

8.3. Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

8.4. Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato;

8.5. Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

8.6. Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

8.7. Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

8.9. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações do Termo de Referência;

8.10. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

8.11. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

8.12. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

8.13. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.14. Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

9.2. Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3. Emitir Nota Fiscal/Fatura no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

9.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

9.5. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

9.6. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

9.6.1. À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

9.6.2. Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

9.6.3. Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

9.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

9.8. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

9.9. Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

9.10. Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

9.11. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

9.12. Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

9.13. Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

9.13.1. Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões Windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

9.13.2. Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

9.13.3. Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

9.13.4. Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

9.13.5. Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

9.13.6. Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

9.13.7. Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

9.13.8. Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;

9.13.9. Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

9.13.10. Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

9.13.11. Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

9.13.12. Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

9.13.13. Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

9.13.14. Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

9.13.15. Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;

9.13.16. Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

9.13.17. O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

9.13.18. Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

9.13.19. Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

9.13.20. O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

9.13.21. O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

9.13.22. Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

9.13.23. Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

9.13.24. Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

9.13.25. A atualização de vacinas e engines do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

9.13.26. A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

9.13.27. Provê mecanismos de distribuição de vacinas e engines para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, real-time ou manual;

9.13.28. As atualizações das vacinas e engines do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

9.13.29. Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

9.13.30. Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

9.13.31. Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

9.14. Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

9.14.1. Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

9.14.2. Os vírus que mais infectaram a rede;

9.14.3. Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

9.14.4. Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

9.14.5. Relatório de erros;

9.14.6. Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

9.14.7. Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

9.14.8. Capacidade de customização de relatórios;

9.15. Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2. Advertência;

10.3. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

10.4. Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

10.6. As sanções previstas nos subitens 2, 4 e 5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

10.7. A sanção estabelecida no subitem 5 é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

10.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

10.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

10.11. Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa de:

10.12. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a rejeição do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.13. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.14. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.15. Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

10.16. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

12.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou “trade-secrets”;

12.2. A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos “releases” das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais patches de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

12.3. A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

12.3.1. A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

12.4. Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

12.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

12.5.1. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

12.5.2. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

12.5.3. Poderá ser solicitado o atendimento on-site, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

12.5.4. A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

12.5.5. A garantia “on-site” deverá observar os prazos estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

12.6. Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares, upgrade de BIOS, etc.

12.7. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

12.8. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

12.9. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

12.9.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

12.10. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INSTALAÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

13.2. As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

14.1. Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente, através de uma Central de Atendimento;

14.2. Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

14.3. O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta, das 08h às 18h;

14.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

14.5. Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios, mediante solicitação;

14.6. O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

14.7. Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

14.8. A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

14.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

14.10. A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos ou softwares para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

14.11. Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:

Natureza da despesa:

Nota de Empenho nº _____ de ____/_____/_____.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

16.1. As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

16.2. O objeto deste Contrato, caso haja itens físicos, deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

16.3. A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

16.4. Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

17.1. DA ENTREGA

17.1.1. O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado no Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

17.1.2. Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

17.1.3. No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

17.1.3.1. Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

17.2. **DO RECEBIMENTO**

17.2.1. O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

17.2.2. O Recebimento Provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

17.2.3. O Recebimento Definitivo será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

17.2.4. Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E FIRMWARE**

18.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (patches) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de firmware, sem ônus para a CONTRATANTE;

18.2. No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

18.3. A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

18.4. A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

18.4.1. Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

18.4.2. Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.3. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.4. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.5. Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. **Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.**

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

22.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 2023.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES

Diretor-Geral

_____

Contratada

Representante legal

CPF nº

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 8082023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO** em **27 de Novembro de 2023 às 12:11 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-8082023, **Código de Validação**: E8A04D27DD.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 8082023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: E8A04D27DD

Interessada: **Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação**
Objeto: **Licitação – Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky**
Assunto: **Análise da Minuta do Edital do Pregão nº 50/2023.**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-financeira,

Encaminha-se o processo acima identificado, que trata da abertura de certame licitatório que tem como objeto é o registro de preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky**,** acompanhado da **Minuta** do **Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº. 50/2023, REFORMADA,** nos moldes do DESPACHO-SAF – 48742023 **,** em observância do novo Termo de Referência acostado, para reapreciação da Assessoria Jurídica da Administração. Informo que, agora, a cláusula décima, é a cláusula que trata das sanções.

São Luís (MA), 27 de novembro de 2023.

assinado eletronicamente em 27/11/2023 às 12:11 h (*)
JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
TÉCNICO MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 5932023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **23 de Novembro de 2023 às 13:45 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CMTI-5932023, **Código de Validação**: 109523A727.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

DESPACHO-CMTI - 5932023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 109523A727

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Conforme solicitado no **DESPACHO-SAF - 48742023**, foram realizadas as adequações no Termo de Referência, seguindo as orientações do **PARECER-DGAJA - 4932023**:

I. Quanto ao Termo de Referência:

a. Subitem 6.12, redigido como recomendado pelo parecer: "Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto (...)";

b. Subitem 9.1.1 alterado para 10.1 devido à adição do item de Sanções - adequado o prazo de vigência do contrato para **12 (doze)** meses;

c. Item 18, adotada a redação recomendada pelo parecer;

d. Acrescentado ao Termo de Referência o item referente às informações acerca das sanções aplicáveis à contratada, nos termos da Lei nº. 14.133/2021 - **item 8**.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 23/11/2023 às 13:41 h (*)
DANIELA NASCIMENTO MONTELO
TÉCNICO MINISTERIAL
INFORMÁTICA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

assinado eletronicamente em 23/11/2023 às 13:45 h (*)
THIAGO NUNES DE SOUSA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADOR DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM EXERCÍCIO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: (98) 3219-1773 e-mail: cmti@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;

2.2 Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;

2.3 A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

2.4 Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;

2.5 Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;

2.6 Considerando que a solução atual de antivírus se encontra implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;

2.7 Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;

2.8 Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;

2.9 Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário;

2.10 A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021;

3 JUSTIFICATIVAS PARA A PADRONIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MARCA

3.1 Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos.

3.2 Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que cada vez mais está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP. Assim faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam principalmente garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações.

3.3 A criação de políticas de segurança, perfis de acesso do tráfego, está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes

e, mesmo, diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante apresentam-se com diferentes parâmetros de configuração e de otimização.

3.4 Consequentemente à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas, reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede.

3.5 A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado.

3.6 Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA.

3.7 Além das razões acima, justifica-se a manutenção da marca:

3.7.1 **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;

3.7.2 **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.

3.7.3 • **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

3.7.4 Segurança: A alteração da solução de Antivírus por outra de fabricante diferente pode ser feita de duas formas:

3.7.4.1 Desinstalação da solução atual para instalação de uma nova solução de fabricante diferente;

3.7.4.2 Instalação da nova solução em paralelo com a solução atual e a desinstalação da

solução atual em sequência.

Nos dois cenários existem riscos para o ambiente do MPMA, pois no intervalo entre a desinstalação da solução atual para a instalação da nova solução implica em um período no qual o equipamento ficará desprotegido contra ações de vírus. Da mesma forma, a instalação de dois antivírus de forma paralela pode gerar conflitos entre as soluções e que pode efetivamente deixar a máquina sem proteção alguma.

4 RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como *ransomware*, malware e ataques de dia zero;

4.2 Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação;

4.3 Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação;

4.4 Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.

5 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

5.2 O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, caso haja itens físicos, deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

5.3 A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

5.4 Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades

previstas no CONTRATO.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

6.2 Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3 Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

6.4 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

6.5 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

6.6 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

6.6.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

6.6.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

6.6.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

6.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

6.8 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

6.9 Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

6.10 Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

6.11 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade

com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

6.12 Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

6.13 Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

6.13.1 Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 11 e demais versões Windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

6.13.2 Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

6.13.3 Enterprise, FreeBSD, *OpenBSD*, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

6.13.4 Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

6.13.5 Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

6.13.6 Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

6.13.7 Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

6.13.8 Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, *spyware, worm*, trojan, adware e outros malwares;

6.13.9 Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

6.13.10 Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

6.13.11 Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

6.13.12 Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros

fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

6.13.13 Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

6.13.14 Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

6.13.15 Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;

6.13.16 Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

6.13.17 O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

6.13.18 Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

6.13.19 Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

6.13.20 O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

6.13.21 O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

6.13.22 Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

6.13.23 Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

6.13.24 Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

6.13.25 A atualização de vacinas e *engines* do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

6.13.26 A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

6.13.27 Provê mecanismos de distribuição de vacinas e *engines* para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, *real-time* ou manual;

6.13.28 As atualizações das vacinas e *engines* do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

6.13.29 Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

6.13.30 Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

6.13.31 Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

6.14 Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

6.14.1 Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

6.14.2 Os vírus que mais infectaram a rede;

6.14.3 Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

6.14.4 Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

6.14.5 Relatório de erros;

6.14.6 Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

6.14.7 Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

6.14.8 Capacidade de customização de relatórios;

6.15 Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que

fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.2 Receber os produtos, objeto deste Termo de Referência, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

7.3 Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

7.4 Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;

7.5 Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

7.6 Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

7.7 Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

7.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

7.9 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

7.10 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

7.11 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

7.12 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

7.13 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.14 Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

8 DAS SANÇÕES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2 Advertência;

8.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

8.4 Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

8.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

8.6 As sanções previstas nos subitens 2, 4 e 5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.7 A sanção estabelecida no subitem 5 é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

8.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

8.9 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

8.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.11 Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa de:

8.12 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a rejeição do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.13 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.14 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.15 Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

8.16 A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

9 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

9.1 DA ENTREGA

9.1.1 O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado neste Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

9.1.2 Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

9.1.3 No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

9.1.3.1 Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

9.2 DO RECEBIMENTO

9.2.1 O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

9.2.2 O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

9.2.3 O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa)

dias;

9.2.4 Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

10 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O prazo de vigência do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP;

10.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.3 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos deste Termo de Referência.

11 DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

11.1 A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou "*trade-secrets*";

11.2 A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos "*releases*" das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais *patches* de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

11.3 A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

11.3.1 A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

11.4 Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

11.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

11.5.1 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

11.5.2 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

11.5.3 Poderá ser solicitado o atendimento presencial, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

11.5.4 A CONTRATADA deve possuir pessoal qualificado para a integral execução e manutenção dos serviços;

11.5.5 A garantia deverá observar os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

11.6 Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de *drivers*, *firmwares*, *upgrade* de BIOS, etc.

11.7 No caso de atendimento presencial, os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

11.8 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

11.9 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

11.9.1 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

11.10 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

12 DA INSTALAÇÃO

12.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, versão servidor (server), contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

12.2 As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

13 SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

13.1 Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente, através de uma Central de Atendimento;

13.2 Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

13.3 O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta, das 08h às 18h;

13.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

13.5 Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios, mediante solicitação;

13.6 O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

13.7 Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

13.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

13.9 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

13.10 A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos ou softwares para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

13.11 Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

14 NÍVEIS DE SERVIÇO E TEMPO ESPERADOS

14.1 Plantão telefônico por número 0800 no período de 8 (horas) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana;

14.2 Suporte para atualizações do software; solução de problemas detectados (*troubleshoot*); análise e procedimentos em caso de ataques cibernéticos em escala global; análise e correção de eventos relacionados à segurança e à performance do software e do ambiente; atualização simultânea nos ambientes dos órgãos e unidades da CONTRATANTE. Neste caso a Contratada deve possuir plantão de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para este tipo de atendimento;

14.3 Para efeito dos atendimentos técnicos, a Contratada deverá observar os níveis de severidade e respectivos prazos máximos fixados abaixo:

NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS

Nível	Descrição
1	Serviços totalmente indisponíveis.
2	Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos.
3	Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes de avisos, consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre o equipamento fornecido.

Tabela de Prazos de Atendimento ao Software

Modalidade	Prazos	Níveis de Severidade		
		1	2	3
Remoto/On Site	Início atendimento	1 hora	2 horas	24 horas
	Término atendimento	2 horas	4 horas	72 horas
Telefone, e-mail e web	Início atendimento	-	-	24 horas
	Término atendimento	-	-	72 horas

Obs:

- Para o Nível 1, caso o atendimento não seja finalizado até as 20h00min, o técnico não poderá interrompê-lo, devendo continuar até sua finalização, ou a interrupção do mesmo pela equipe de fiscalização técnica contratual da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI). Todo o chamado somente será caracterizado como "encerrado" mediante concordância da equipe técnica da CMTI;

- Para as situações em que a solução definitiva de problemas no ambiente demande reimplantação, restruturação ou reinstalação do produto, deverão ser programados e planejados, com a antecedência necessária, de modo a não prejudicar a operação dos demais sistemas da CMTI.

15 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E *FIRMWARE*

15.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (*patches*) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de *firmware*, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.2 No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.3 A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

15.4 A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

15.4.1 Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do

monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

15.4.2 Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

15.4.3 Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

15.4.4 Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

15.4.5 Quatro intervenções técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

16 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

16.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

16.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

16.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

16.4 Ao Gestor do Contrato cabe:

16.5 Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

16.6 Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

16.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

16.8 Aos Fiscais do Contrato:

16.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.10 Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

16.11 Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

16.12 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

17 HABILITAÇÃO TÉCNICA

17.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

17.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos softwares cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

17.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

17.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento, por item de fornecimento, será efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, após o ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO da solução ofertada, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;

18.1.1 A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;

18.2 Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

18.2.1 A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.

19 DO REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/07/2023;

19.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

19.6 Caso o índice estabelecido para reajuste, venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20 AVALIAÇÃO DO CUSTO

20.1 O custo estimado para aquisição dos objetos é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado no quadro abaixo e nos orçamentos anexados:

ITEM	OBJETO	QTD	VLR UN (R$)	VLR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

21 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

21.1 Constitui objeto desta LICITAÇÃO a aquisição e atualização de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configurações e suporte técnico remoto e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

21.1.1 Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits

21.1.2 Compatibilidade:

21.1.2.1 Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;

21.1.3 Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits

21.1.3.1 Compatibilidade:

21.1.3.1.1 Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;

21.1.4 Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits

21.1.4.1 Compatibilidade:

21.1.4.1.1 Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;

21.1.4.1.2 Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard / Foundation / Datacenter;

21.1.4.1.3 Windows Server 2016 Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;

21.1.5 Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits

21.1.5.1 Compatibilidade:

21.1.5.1.1 Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;

21.1.5.1.2 CentOS-7 e/ou superiores;

21.1.5.1.3 Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;

21.1.5.1.4 Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;

21.1.5.1.5 Deve prover as seguintes proteções:

21.1.5.2 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

21.1.5.3 Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);

21.1.5.4 Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mails recebidos e enviados, assim como seus anexos);

21.1.5.5 O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;

21.1.5.6 Firewall com IDS;

21.1.5.7 Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);

21.1.5.8 Controle de dispositivos externos;

21.1.5.9 Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;

21.1.5.10 Controle de execução de aplicativos;

21.1.5.11 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;

21.1.5.12 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;

21.1.5.13 As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);

21.1.5.14 Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;

21.1.5.15 Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus, (ex: “Win32.Trojan.banker”) para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;

21.1.5.16 Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;

21.1.5.17 Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;

21.1.5.18 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;

21.1.5.19 Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

21.1.6 Servidor de Administração e Console Administrativa

21.1.6.1 Compatibilidade

21.1.6.1.1 Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;

21.1.6.1.2 Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;

21.1.6.2 Características

21.1.6.2.1 A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;

21.1.6.2.2 Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;

21.1.6.2.3 Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;

21.1.6.2.4 Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;

21.1.6.2.5 Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração

21.1.6.2.6 Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;

21.1.6.2.7 As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;

21.1.6.2.8 Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;

21.1.6.2.9 Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;

21.1.6.2.10 Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;

21.1.6.2.11 Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;

21.1.6.2.12 Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;

21.1.6.2.13 Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;

21.1.6.2.14 A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;

21.1.6.2.15 Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;

21.1.6.2.16 Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;

21.1.6.2.17 Capacidade de instalar remotamente qualquer “app” em smartphones e tablets de sistema iOS;

21.1.6.2.18 A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;

21.1.6.2.19 Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;

21.1.6.2.20 Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;

21.1.6.2.21 Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;

21.1.6.2.22 Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;

21.1.6.2.23 Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;

21.1.6.2.24 Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;

21.1.6.2.25 Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;

21.1.6.2.26 A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;

21.1.6.2.27 Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;

21.1.6.2.28 Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual;

São Luís, 23 de novembro de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Diego Walisson Pereira Camara Santos DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:00678931399 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:00678931399 Dados: 2023.11.23 11:53:57 -03'00' Matrícula: 1070278	Leonardo Dorneles Figueiredo Silva LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.11.23 11:49:37 -03'00' Matrícula: 1071397	Daniela Nascimento Montelo DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.11.23 11:37:56 -03'00' Matrícula: 1071575
	Coordenador	
	Nayana Santos Martins Neiva Sobral THIAGO NUNES DE SOUSA:02743842300 Assinado de forma digital por THIAGO NUNES DE SOUSA:02743842300 Dados: 2023.11.23 13:04:31 -03'00' Matrícula 1071386	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 48742023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **23 de Novembro de 2023 às 08:46 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-48742023, **Código de Validação**: CE05723F14.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 48742023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: CE05723F14

Assunto: Registro de Preço – Aquisição de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

À Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação,

Encaminhem-se os autos para as providências cabíveis, nos termos do parecer jurídico, anexo PARECER-DGAJA - 4932023, conforme item I;

Após, à **Comissão Permanente de Licitação**, conforme item II e III.

Por fim, retornem-se os autos a esta SEAF para análise e nova apreciação da **Assessoria Jurídica**.

assinado eletronicamente em 23/11/2023 às 08:46 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 4932023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E2262C36.

PARECER-DGAJA - 4932023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 22E2262C36

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 10401/2023
ASSUNTO: Contratos.
INTERESSADO: CMTI.
PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do **MEMO-CMTI - 922023**, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, por meio do qual solicitou autorização para abertura de processo licitatório com vistas à formação de Registro de Preços, para a Aquisição de renovação de licenças *Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition* com *upgrade* para ADVANCED, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

O presente processo foi encaminhado pela Secretaria Administrativo-Financeira (DESPACHO-SAF - 45182023) a esta Assessoria Jurídica para análise da Minuta do Edital de Licitação e seus anexos, referente ao Pregão Eletrônico nº 050/2023.

Assim, examinados o referido Edital e seus anexos, constatou-se algumas impropriedades, por esse motivo e em caráter preliminar, sugere-se as alterações e providências adiante indicadas, a serem levadas a efeito pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação quanto ao Termo de Referência, e pela Comissão Permanente de Licitação com relação à Minuta do Edital de Licitação e seus anexos.

I. Quanto ao Termo de Referência:

a. Subitem 6.12, recomenda-se: *"Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto (...)".*

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E2262C36.

b. Subitem 9.1.1, em relação ao prazo de vigência do contrato, avaliar se está de acordo com as seguintes orientações da Advocacia Geral da União[1] e do Tribunal de Contas da União:

> ***Nota Explicativa 2:*** *Prazo de Vigência e Empenho - art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 – Fornecimento Não-Contínuo: Em caso de fornecimento não contínuo, o prazo de vigência deve ser o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.*
>
> Abstenha-se de firmar contratos de fornecimento com vigência determinada em função do prazo de garantia técnica dos bens e/ou materiais, de modo a evitar instrumentos com datas muito além da prevista para recebimento definitivo do objeto, adequando os prazos de vigência para conciliá-los com as datas de **execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento**, conforme o caso, nos termos do art. 55, inciso IV, e art. 57 da Lei no 8.666/1993. Decisão 997/2002 Plenário

c. Item 18, recomenda-se a utilização da redação abaixo, devendo acrescentar a informação sobre a data-base do orçamento estimado, art. 25, §7° da Lei 14.133/2021:

> *"18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).*
> *8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade".*

d. Acrescentar informações acerca das sanções aplicáveis à contratada, nos termos da Lei nº. 14.133/2021;

II. Minuta de Edital – Pregão Eletrônico nº. 50/2023

a. Realizar as adequações necessárias no caso de alteração das informações do Termo de Referência.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E2262C36.

b. Preâmbulo, incluir o Ato Regulamentar nº. 08/2015 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

III. Minuta do Contrato (Anexo V)

a. Preâmbulo, incluir o Ato Regulamentar nº. 08/2015 e a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

b. Cláusula Segunda, item 2.2, excluir.

c. Cláusula Primeira, incluir tabela com a identificação do objeto, quantidade, valor unitário e total;

d. Cláusula Sexta, recomenda-se:

1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
    1. O prazo de validade;
    2. A data da emissão;
    3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
    4. O período respectivo de execução do contrato;
    5. O valor a pagar; e
    6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E2262C36.

5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
    1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
    2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: 98 3219-1600 e-mail: ajad@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E2262C36.

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
10. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

e. Cláusula Sétima, adequar às eventuais alterações do item 18 do Termo de Referência;

f. Cláusula Décima Quarta, adequar às eventuais alterações do Termo de Referência.

Cumpre ressaltar que, em caso de discordância com as alterações sugeridas no corpo do presente parecer, tal posicionamento deve ser necessariamente justificado e fundamentado com

embasamentos técnicos e/ou legais.

Ante o exposto, esta Assessoria se manifesta no sentido de que os autos sejam encaminhados à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, em seguida à Comissão Permanente de Licitação, para adoção das providências cabíveis nos termos deste parecer. Após, com o cumprimento das diligências citadas, retornem-se os autos a esta Assessoria para nova apreciação, conforme exigência do art. 53 da Lei n.º 14.133/2021.

São Luís/MA, 22 de novembro de 2023.

Hermano José Gomes Pinheiro Neto
Assessor Jurídico

De Acordo. À consideração superior.

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessora-Chefe da ASSJUR

assinado eletronicamente em 22/11/2023 às 14:50 h (*)
HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO
ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

assinado eletronicamente em 22/11/2023 às 14:53 h (*)
MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
TÉCNICO MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

[1] https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E226 2C36.

no-14-133-21-para-pregao

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Novembro de 2023 às 14:53 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-4932023, **Código de Validação**: 22E2262C36.

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: 98 3219-1600 e-mail: ajad@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 45182023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **31 de Outubro de 2023 às 09:12 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-45182023, **Código de Validação**: CB8C4E617E.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 45182023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: CB8C4E617E

Assunto: Registro de Preço – Aquisição de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

À Assessoria Jurídica,

Após manifestação da Unidade requisitante, anexo DESPACHO-CMTI - 5652023, e elaboração da minuta, anexo PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS), encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da solicitação de abertura de processo licitatório, visando registro de preços, para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, no valor total estimado de R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais), conforme manifestação da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, anexo MEMO-CMTI - 922023.

assinado eletronicamente em 31/10/2023 às 09:12 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 5652023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Outubro de 2023 às 08:46 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CMTI-5652023, **Código de Validação**: 8AE38A9755.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

DESPACHO-CMTI - 5652023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 8AE38A9755

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Mediante análise da minuta, a unidade gestora informa ciência da mesma, sem demais proposições de alterações.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 31/10/2023 às 08:46 h (*)
NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA

assinado eletronicamente em 30/10/2023 às 13:25 h (*)
DANIELA NASCIMENTO MONTELO
TÉCNICO MINISTERIAL
INFORMÁTICA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: (98) 3219-1773 e-mail: cmti@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 44702023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **27 de Outubro de 2023 às 11:39 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-44702023, **Código de Validação**: 59B2BFDC7E.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 44702023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 59B2BFDC7E

Assunto: Registro de Preço - Aquisição e Renovação de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

À Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação,

Encaminhem-se os autos para ciência, análise e manifestação acerca da minuta, Anexo do documento : PE_50_2023_SRP - Aquisicao e renovacao de licencas - PA_10401_2023.pdf (Descrição: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS), e, caso necessário, propor as devidas adequações para a plena execução do contrato, prevenindo, dessa forma, eventuais impropriedades.

Após, retornem-se os autos a esta SEAF para análise e posterior apreciação da **Assessoria Jurídica**.

assinado eletronicamente em 27/10/2023 às 11:39 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: MINUTA DO EDITAL DO PE 50/2023 E ANEXOS

PREGÃO ELETRÔNICO

50/2023

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

fechado e aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1 DO OBJETO..... 3

2 DO REGISTRO DE PREÇOS..... 3

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO..... 4

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....5

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... 7

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....8

7 DA FASE DE JULGAMENTO..... 11

8 DA FASE HABILITAÇÃO..... 13

9 DOS RECURSOS..... 17

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO..... 18

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... 18

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA..... 19

13 DO CONTRATO..... 19

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... 20

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....22

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 23

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA..... 25

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO.....26

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....27

ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....34

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO..... 35

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO Nº. 50/2023 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 4/2023 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 10401/2023, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia, tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Decreto Federal n. 11.462/2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: __.__.20__, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: __:__h (___ horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925129

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de registro de preços para o eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total de cada item do grupo único;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,75%(setenta e cinco centésimos por cento) do valor do item**.

6.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa fechado e aberto.

6.12 Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.20.2.2 Empresas brasileiras;

6.20.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.3.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.11 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.12 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.4.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

8.6.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

8.6.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

8.6.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

8.7 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.8 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %(trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.15.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02(duas) horas,** contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

12.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

13 DO CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

13.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.2.3 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.2.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.4.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.6 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados na Coordenadoria de Modernização de Tecnologia para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.6.1 O fiscal do contrato deverá:

13.6.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

13.6.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5 Fraudar a licitação

14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1.1 Advertência;

14.2.1.2 Multa;

14.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail licitacoes@mpma.mp.br.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5.1 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

16.11 **A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

16.12 São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

16.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

16.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

16.12.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.12.4 ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.12.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

16.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

16.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., ___ de _____ de 2023.

João Carlos A. de Carvalho
Agente de Contratação
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 50/2023 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2023.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10401/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2023– SRP – CPL/PGJ

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 50/2023, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 10401/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 50/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ Fax:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____ CPF:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un

2.2.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2.A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6.Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br**.

4.7.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1.O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2.Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1.Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3.Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1.Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5.Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6.A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1.O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4.Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1.Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1.Por razão de interesse público;

8.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.DAS PENALIDADES

9.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.CONDIÇÕES GERAIS

10.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2.A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VI da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ___ de _____ de 2023.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

_____

Fornecedor:
Representante:
RG:
CPF:

ANEXO IV

MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<< ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. << xx >> << sigla do órgão >>

<< Local e Data >>

À Sua Excelência o Senhor
EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: **Adesão à Ata de Registro de Preços n. << nº e ano >>**

Senhor(a) Procurador(a)-Geral,

1. O/A << Órgão ou Entidade da Administração Pública >>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << nº e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << nº do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

2. Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da <<identificação da ARP >>:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor total

3. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação, pela empresa beneficiária da <<identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

a. << Nome do Órgão ou da Entidade, CNPJ e endereço >>

b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2023, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____ PARA AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED, PARA FINS DE PROTEÇÃO DA REDE LÓGICA, EQUIPAMENTOS DE TI E INFORMAÇÕES, POR UM PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. 230.573.003-91 e no RG nº. 968.484/SSP-CE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por ____, inscrito no RG nº _____ e no CPF nº _____, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 10401/2023,** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 50/2023**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto aquisição e renovação de licenças kaspersky endpoint security for business select brazilian edition com upgrade para advanced, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de ti e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Objeto da contratação:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do CONTRATO será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

2.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

2.3. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos do Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

3.1. Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

3.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

3.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

3.4. Ao Gestor do Contrato cabe:

3.5. Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

3.6. Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

3.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

3.8. Aos Fiscais do Contrato:

3.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.10. Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

3.11. Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

3.12. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1. O valor total da contratação é de R$ .... (...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento, por item de fornecimento, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após o ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO da solução ofertada, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;

6.1.1. A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;

6.2. Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

6.2.1. A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

8.2. Receber os produtos, objeto deste Contrato, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

8.3. Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

8.4. Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato;

8.5. Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

8.6. Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

8.7. Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

8.9. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações do Termo de Referência;

8.10. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

8.11. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

8.12. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

8.13. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.14. Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

9.2. Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3. Emitir Nota Fiscal/Fatura no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

9.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

9.5. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

9.6. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

9.6.1. À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

9.6.2. Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

9.6.3. Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

9.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

9.8. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

9.9. Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

9.10. Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

9.11. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

9.12. Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do CONTRATO, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

9.13. Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

9.13.1. Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões Windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

9.13.2. Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

9.13.3. Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

9.13.4. Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

9.13.5. Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

9.13.6. Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

9.13.7. Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

9.13.8. Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;

9.13.9. Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

9.13.10. Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

9.13.11. Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

9.13.12. Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

9.13.13. Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

9.13.14. Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

9.13.15. Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;

9.13.16. Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

9.13.17. O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

9.13.18. Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

9.13.19. Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

9.13.20. O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

9.13.21. O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

9.13.22. Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

9.13.23. Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

9.13.24. Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

9.13.25. A atualização de vacinas e engines do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

9.13.26. A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

9.13.27. Provê mecanismos de distribuição de vacinas e engines para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, real-time ou manual;

9.13.28. As atualizações das vacinas e engines do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

9.13.29. Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

9.13.30. Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

9.13.31. Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

9.14. Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

9.14.1. Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

9.14.2. Os vírus que mais infectaram a rede;

9.14.3. Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

9.14.4. Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

9.14.5. Relatório de erros;

9.14.6. Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

9.14.7. Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

9.14.8. Capacidade de customização de relatórios;

9.15. Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

11.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou “trade-secrets”;

11.2. A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos “releases” das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais patches de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

11.3. A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

11.3.1. A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

11.4. Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

11.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

11.5.1. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

11.5.2. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

11.5.3. Poderá ser solicitado o atendimento on-site, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

11.5.4. A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

11.5.5. A garantia "on-site" deverá observar os prazos estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

11.6. Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares, upgrade de BIOS, etc.

11.7. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

11.8. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

11.9. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

11.9.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

11.10. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INSTALAÇÃO

12.1. A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

12.2. As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

13.1. Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente, através de uma Central de Atendimento;

13.2. Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

13.3. O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta, das 08h às 18h;

13.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

13.5. Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios, mediante solicitação;

13.6. O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

13.7. Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

13.8. A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

13.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

13.10. A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos ou softwares para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

13.11. Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2. Advertência;

14.3. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

14.4. Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

14.6. As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.4 e 13.5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 13.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

14.7. A sanção estabelecida no subitem 13.5 é de competência exclusiva da Procuradora-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

14.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

14.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

14.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

14.11. Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser

entregue, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21;

14.12. Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 13.1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

14.13. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:

Natureza da despesa:

Nota de Empenho nº _____ de ____/_____/_____.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

16.1. As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

16.2. O objeto deste Contrato, caso haja itens físicos, deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

16.3. A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

16.4. Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

17.1. DA ENTREGA

17.1.1. O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado no Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

17.1.2. Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

17.1.3. No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

17.1.3.1. Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

17.2. **DO RECEBIMENTO**

17.2.1. O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

17.2.2. O Recebimento Provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

17.2.3. O Recebimento Definitivo será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

17.2.4. Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E FIRMWARE**

18.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (patches) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de firmware, sem ônus para a CONTRATANTE;

18.2. No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

18.3. A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

18.4. A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

18.4.1. Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

18.4.2. Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.3. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.4. Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

18.4.5. Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. **Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.**

22. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

22.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

22.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 2023.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES

Diretor-Geral

_____

Contratada

Representante legal

CPF nº

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Anexo de movimentação: PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIROS

(*) Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARIA DA COSTA LEITE** em **02 de Janeiro de 2023 às 12:11 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-42023, **Código de Validação**: 9972246AAC.

Ministério Público do Estado do Maranhão

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA-GAB/PGJ - 42023
Código de validação: 9972246AAC

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 8º da Lei 14.133, de 1º da abril de 2021,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar servidores para exercerem as funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO e membros da EQUIPE DE APOIO do Ministério Público do Estado do Maranhão, tendo em vista o que consta no Processo nº 23879/2022.

I – AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

a) CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM, Analista Ministerial – Área: Contábil;
b) JOSÉ LINDSTRON PACHECO, Analista Ministerial – Área Administrativa;
c) SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;
d) FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ, Técnico Ministerial – Área: Administrativa;
e) JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados.
f) JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA, Analista Ministerial – Área: Administração;

Art. 2º Em licitação, na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado PREGOEIRO.

Art. 3º Designar os servidores para comporem a EQUIPE DE APOIO aos trabalhos executados pelo agente de contratação/pregoeiro.

I – EQUIPE DE APOIO:
a) MARISTER NUNES DE OLIVEIRA, Técnico Ministerial – Área Administrativa;
b) CLÁUDIO RICARDO PEREIRA SERRA, Assessor Técnico II;
c) MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA, Membro da Comissão de Licitação;
d) ALEXANDRE DE ARAÚJO ALVES, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;
e) ANTÔNIO ALFREDO PIRES DE OLIVEIRA, Analista Ministerial – Área: Administrativa.

Art. 4º Delegar poderes aos agentes de contratação/pregoeiro para assinar editais de licitação.

Art. 5º O agente de contratação é o agente público designado pelo Procurador-Geral de Justiça, entre servidores efetivos, pertencentes ao quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar as atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, e possui as seguintes atribuições:

I – coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
III – iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
IV – receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
V – receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

habilitação;

VI – verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital, com o auxílio da unidade demandante da licitação;

VII – coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

VIII – verificar e julgar as condições de habilitação;

IX – conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

X – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XI – receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XII – proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIII – indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XIV – indicar o vencedor do certame;

XV – no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVI – negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVII – elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

XVIII – instruir e conduzir os procedimentos auxiliares;

XIX – encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para adjudicação, homologação e contratação;

XX – propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

XXI – propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXII – inserir os dados referentes ao procedimento licitatório no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

XXII – inserir os dados referentes ao procedimento licitatório no sítio oficial da Procuradoria-Geral de Justiça na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições;

§1º O agente de contratação, inclusive o pregoeiro, poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de subsidiar sua decisão.

§2º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA.

assinado eletronicamente em 02/01/2023 às 12:11 h (*)

REGINA MARIA DA COSTA LEITE
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO

(*) Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARIA DA COSTA LEITE** em **02 de Janeiro de 2023 às 12:11 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-42023, **Código de Validação**: 9972246AAC.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 6942023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **27 de Outubro de 2023 às 11:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-6942023, **Código de Validação**: 2D597A1C46.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 6942023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 2D597A1C46

Interessada: **Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação**
Objeto: **Licitação – Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky**
Assunto: **Análise da Minuta do Edital do Pregão nº 50/2023.**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-financeira,

Encaminha-se o processo administrativo acima identificado, que trata da abertura de procedimento licitatório, cujo objeto é o **registro de preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses**, acompanhado da **minuta** do edital do **Pregão nº 50/2023**, para que seja submetida à apreciação da Assessoria Jurídica da Administração, conforme determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

> *" Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação."(...)*

Atenciosamente,

São Luís (MA), 27 de outubro de 2023.

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **27 de Outubro de 2023 às 11:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-6942023, **Código de Validação**: 2D597A1C46.

Comissão Permanente de Licitação

assinado eletronicamente em 27/10/2023 às 11:00 h (*)

JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
TÉCNICO MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

assinado eletronicamente em 27/10/2023 às 11:04 h (*)

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO - ANTIVÍRUS KAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;

2.2 Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;

2.3 A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

2.4 Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;

2.5 Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;

2.6 Considerando que a solução atual de antivírus se encontra implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;

2.7 Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e

eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;

2.8 Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;

2.9 Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário;

2.10 A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021;

3 JUSTIFICATIVAS PARA A PADRONIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MARCA

3.1 Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos.

3.2 Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que cada vez mais está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP. Assim faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam principalmente garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações.

3.3 A criação de políticas de segurança, perfis de acesso do tráfego, está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes e, mesmo, diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante apresentam-se com diferentes parâmetros de configuração e de otimização.

3.4 Consequentemente à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas,

reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede.

3.5 A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado.

3.6 Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA.

3.7 Além das razões acima, justifica-se a manutenção da marca:

3.7.1 **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;

3.7.2 **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.

3.7.3 • **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

3.7.4 Segurança: A alteração da solução de Antivírus por outra de fabricante diferente pode ser feita de duas formas:

3.7.4.1 Desinstalação da solução atual para instalação de uma nova solução de fabricante diferente;

3.7.4.2 Instalação da nova solução em paralelo com a solução atual e a desinstalação da solução atual em sequência.

Nos dois cenários existem riscos para o ambiente do MPMA, pois no intervalo entre a desinstalação da solução atual para a instalação da nova solução implica em um

período no qual o equipamento ficará desprotegido contra ações de vírus. Da mesma forma, a instalação de dois antivírus de forma paralela pode gerar conflitos entre as soluções e que pode efetivamente deixar a máquina sem proteção alguma.

4 RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como *ransomware*, malware e ataques de dia zero;

4.2 Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação;

4.3 Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação;

4.4 Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.

5 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

5.2 O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, caso haja itens físicos, deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

5.3 A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

5.4 Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se

pela atualização de informações;

6.2 Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3 Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

6.4 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

6.5 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

6.6 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

6.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

6.8 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

6.9 Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

6.10 Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

6.11 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

6.12 Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do CONTRATO, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

6.13 Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

6.13.1 Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 11 e demais versões Windows que surgirem durante o período de

garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

6.13.2 Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

6.13.3 Enterprise, FreeBSD, *OpenBSD*, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

6.13.4 Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

6.13.5 Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

6.13.6 Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

6.13.7 Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

6.13.8 Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, *spyware, worm*, trojan, adware e outros malwares;

6.13.9 Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

6.13.10 Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

6.13.11 Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

6.13.12 Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

6.13.13 Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

6.13.14 Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

6.13.15 Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;

6.13.16 Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

6.13.17 O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

6.13.18 Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

6.13.19 Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

6.13.20 O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

6.13.21 O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

6.13.22 Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

6.13.23 Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

6.13.24 Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

6.13.25 A atualização de vacinas e *engines* do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

6.13.26 A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

6.13.27 Provê mecanismos de distribuição de vacinas e *engines* para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, *real-time* ou manual;

6.13.28 As atualizações das vacinas e *engines* do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

6.13.29 Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará

atualizado;

6.13.30 Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

6.13.31 Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

6.14 Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

6.14.1 Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

6.14.2 Os vírus que mais infectaram a rede;

6.14.3 Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

6.14.4 Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

6.14.5 Relatório de erros;

6.14.6 Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

6.14.7 Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

6.14.8 Capacidade de customização de relatórios;

6.15 Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.2 Receber os produtos, objeto deste Termo de Referência, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

7.3 Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

7.4 Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;

7.5 Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

7.6 Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

7.7 Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

7.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

7.9 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

7.10 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

7.11 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

7.12 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

7.13 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.14 Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

8 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

8.1 DA ENTREGA

8.1.1 O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado neste Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

8.1.2 Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

8.1.3 No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

8.1.3.1 Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

8.2 DO RECEBIMENTO

8.2.1 O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

8.2.2 O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

8.2.3 O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

8.2.4 Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

9 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1.1 O prazo de vigência do CONTRATO será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

9.1.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

9.1.3 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos deste Termo de Referência.

10 DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

10.1 A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou "*trade-secrets*";

10.2 A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos "*releases*" das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais *patches* de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

10.3 A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

10.3.1 A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

10.4 Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

10.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

10.5.1 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

10.5.2 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

10.5.3 Poderá ser solicitado o atendimento presencial, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

10.5.4 A CONTRATADA deve possuir pessoal qualificado para a integral execução e manutenção dos serviços;

10.5.5 A garantia deverá observar os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

10.6 Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de *drivers*, *firmwares*, *upgrade* de BIOS, etc.

10.7 No caso de atendimento presencial, os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

10.8 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

10.9 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

10.9.1 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

10.10 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

11 DA INSTALAÇÃO

11.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, versão servidor (server), contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

11.2 As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

12 SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

12.1 Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente, através de uma Central de Atendimento;

12.2 Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

12.3 O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta, das 08h às 18h;

12.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

12.5 Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios, mediante solicitação;

12.6 O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

12.7 Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

12.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

12.9 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de

atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

12.10 A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos ou softwares para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

12.11 Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

13 NÍVEIS DE SERVIÇO E TEMPO ESPERADOS

13.1 Plantão telefônico por número 0800 no período de 8 (horas) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana;

13.2 Suporte para atualizações do software; solução de problemas detectados (*troubleshoot*); análise e procedimentos em caso de ataques cibernéticos em escala global; análise e correção de eventos relacionados à segurança e à performance do software e do ambiente; atualização simultânea nos ambientes dos órgãos e unidades da CONTRATANTE. Neste caso a Contratada deve possuir plantão de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para este tipo de atendimento;

13.3 Para efeito dos atendimentos técnicos, a Contratada deverá observar os níveis de severidade e respectivos prazos máximos fixados abaixo:

NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS

Nível	Descrição
1	Serviços totalmente indisponíveis.
2	Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos.

3 Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes de avisos, consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre o equipamento fornecido.

Tabela de Prazos de Atendimento ao Software

Modalidade	Prazos	Níveis de Severidade		
		1	2	3
Remoto/On Site	Início atendimento	1 hora	2 horas	24 horas
	Término atendimento	2 horas	4 horas	72 horas
Telefone, e-mail e web	Início atendimento	-	-	24 horas
	Término atendimento	-	-	72 horas

Obs:

- Para o Nível 1, caso o atendimento não seja finalizado até as 20h00min, o técnico não poderá interrompê-lo, devendo continuar até sua finalização, ou a interrupção do mesmo pela equipe de fiscalização técnica contratual da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI). Todo o chamado somente será caracterizado como "encerrado" mediante concordância da equipe técnica da CMTI;

- Para as situações em que a solução definitiva de problemas no ambiente demande reimplantação, restruturação ou reinstalação do produto, deverão ser programados e planejados, com a antecedência necessária, de modo a não prejudicar a operação dos demais sistemas da CMTI.

14 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E *FIRMWARE*

14.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (*patches*) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de *firmware*, sem ônus para a CONTRATANTE;

14.2 No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário

comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

14.3 A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

• A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

- Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

- Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Quatro intervenções técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

15 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante

do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

15.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

15.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

15.4 Ao Gestor do Contrato cabe:

15.5 Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

15.6 Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

15.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

15.8 Aos Fiscais do Contrato:

15.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.10 Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

15.11 Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

15.12 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

16 HABILITAÇÃO TÉCNICA

16.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

16.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos softwares cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser

emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

16.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

16.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

17 DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento, por item de fornecimento, será efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, após o ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO da solução ofertada, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;

17.1.1 A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;

17.2 Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

17.2.1 A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.

18 DO REAJUSTE

18.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

18.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice

IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

18.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

18.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

18.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

18.6 Caso o índice estabelecido para reajuste, venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

18.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

18.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

19 AVALIAÇÃO DO CUSTO

19.1 O custo estimado para aquisição dos objetos é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado no quadro abaixo e nos orçamentos anexados:

ITEM	OBJETO	QTD	VLR UN (R$)	VLR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00

2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

20 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

20.1 Constitui objeto desta LICITAÇÃO a aquisição e atualização de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configurações e suporte técnico remoto e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

20.1.1 Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits

20.1.2 Compatibilidade:

20.1.2.1 Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;

20.1.3 Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits

20.1.3.1 Compatibilidade:

20.1.3.1.1 Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;

20.1.4 Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits

20.1.4.1 Compatibilidade:

20.1.4.1.1 Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;

20.1.4.1.2 Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard / Foundation / Datacenter;

20.1.4.1.3 Windows Server 2016 Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;

20.1.5 Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits

20.1.5.1 Compatibilidade:

20.1.5.1.1 Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;

20.1.5.1.2 CentOS-7 e/ou superiores;

20.1.5.1.3 Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;

20.1.5.1.4 Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;

20.1.5.1.5 Deve prover as seguintes proteções:

20.1.5.2 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

20.1.5.3 Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);

20.1.5.4 Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mails recebidos e enviados, assim como seus anexos);

20.1.5.5 O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;

20.1.5.6 Firewall com IDS;

20.1.5.7 Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);

20.1.5.8 Controle de dispositivos externos;

20.1.5.9 Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;

20.1.5.10 Controle de execução de aplicativos;

20.1.5.11 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;

20.1.5.12 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;

20.1.5.13 As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);

20.1.5.14 Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;

20.1.5.15 Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus, (ex: “Win32.Trojan.banker”) para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;

20.1.5.16 Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;

20.1.5.17 Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;

20.1.5.18 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;

20.1.5.19 Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

20.1.6 Servidor de Administração e Console Administrativa

20.1.6.1 Compatibilidade

20.1.6.1.1 Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;

20.1.6.1.2 Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;

20.1.6.2 Características

20.1.6.2.1 A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;

20.1.6.2.2 Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;

20.1.6.2.3 Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;

20.1.6.2.4 Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;

20.1.6.2.5 Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração

20.1.6.2.6 Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;

20.1.6.2.7 As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;

20.1.6.2.8 Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;

20.1.6.2.9 Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;

20.1.6.2.10 Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;

20.1.6.2.11 Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;

20.1.6.2.12 Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;

20.1.6.2.13 Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;

20.1.6.2.14 A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;

20.1.6.2.15 Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;

20.1.6.2.16 Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;

20.1.6.2.17 Capacidade de instalar remotamente qualquer “app” em smartphones e tablets de sistema iOS;

20.1.6.2.18 A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;

20.1.6.2.19 Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;

20.1.6.2.20 Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;

20.1.6.2.21 Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;

20.1.6.2.22 Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;

20.1.6.2.23 Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;

20.1.6.2.24 Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;

20.1.6.2.25 Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;

20.1.6.2.26 A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;

20.1.6.2.27 Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;

20.1.6.2.28 Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual;

São Luís, 26 de outubro de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Diego Walisson Pereira Camara Santos DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.10.26 09:40:05 -03'00' Matrícula: 1070278	Leonardo Dorneles Figueiredo Silva Matrícula: 1071397	Daniela Nascimento Montelo DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.10.26 09:36:49 -03'00' Matrícula: 1071575
	Coordenador	
	Nayana Santos Martins Neiva Sobral THIAGO NUNES DE SOUSA:02743842300 Assinado de forma digital por THIAGO NUNES DE SOUSA:02743842300 Dados: 2023.10.26 09:56:08 -03'00' Matrícula 1071386	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TR ATUALIZADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;

2.2 Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;

2.3 A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

2.4 Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;

2.5 Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;

2.6 Considerando que a solução atual de antivírus se encontra implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;

2.7 Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-

se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;

2.8 Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;

2.9 Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário;

2.10 A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021;

3 JUSTIFICATIVAS PARA A PADRONIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MARCA

3.1 Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos.

3.2 Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que cada vez mais está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP. Assim faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam principalmente garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações.

3.3 A criação de políticas de segurança, perfis de acesso do tráfego, está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes e, mesmo, diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante apresentam-se com diferentes parâmetros de configuração e de otimização.

3.4 Consequentemente à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas,

reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede.

3.5 A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado.

3.6 Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA.

3.7 Além das razões acima, justifica-se a manutenção da marca:

3.7.1 **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;

3.7.2 **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.

3.7.3 • **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

3.7.4 Segurança: A alteração da solução de Antivírus por outra de fabricante diferente pode ser feita de duas formas:

3.7.4.1 Desinstalação da solução atual para instalação de uma nova solução de fabricante diferente;

3.7.4.2 Instalação da nova solução em paralelo com a solução atual e a desinstalação da solução atual em sequência.

Nos dois cenários existem riscos para o ambiente do MPMA, pois no intervalo entre a desinstalação da solução atual para a instalação da nova solução implica em um período no qual o equipamento ficará desprotegido contra ações de vírus. Da mesma

forma, a instalação de dois antivírus de forma paralela pode gerar conflitos entre as soluções e que pode efetivamente deixar a máquina sem proteção alguma.

4 RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como *ransomware*, malware e ataques de dia zero;

4.2 Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação;

4.3 Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação;

4.4 Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.

5 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

5.2 O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

5.3 A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

5.4 Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

6.2 Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3 Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

6.4 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

6.5 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

6.6 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

6.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

6.8 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

6.9 Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

6.10 Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

6.11 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

6.12 Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do CONTRATO, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

6.13 Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

6.13.1 Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões Windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu

em suas mais atuais distribuições;

6.13.2 Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

6.13.3 Enterprise, FreeBSD, *OpenBSD*, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

6.13.4 Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

6.13.5 Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

6.13.6 Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

6.13.7 Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

6.13.8 Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, *spyware*, *worm*, trojan, adware e outros malwares;

6.13.9 Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

6.13.10 Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

6.13.11 Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

6.13.12 Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

6.13.13 Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

6.13.14 Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

6.13.15 Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima

estarão disponíveis;

6.13.16 Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

6.13.17 O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

6.13.18 Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

6.13.19 Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

6.13.20 O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

6.13.21 O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

6.13.22 Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

6.13.23 Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

6.13.24 Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

6.13.25 A atualização de vacinas e *engines* do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

6.13.26 A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

6.13.27 Provê mecanismos de distribuição de vacinas e *engines* para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, *real-time* ou manual;

6.13.28 As atualizações das vacinas e *engines* do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

6.13.29 Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

6.13.30 Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

6.13.31 Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

6.14 Gerar relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

6.14.1 Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

6.14.2 Os vírus que mais infectaram a rede;

6.14.3 Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

6.14.4 Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

6.14.5 Relatório de erros;

6.14.6 Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

6.14.7 Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

6.14.8 Capacidade de customização de relatórios;

6.15 Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.2 Receber os produtos, objeto deste Termo de Referência, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

7.3 Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

7.4 Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;

7.5 Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

7.6 Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela

CONTRATADA;

7.7 Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

7.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

7.9 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

7.10 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

7.11 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

7.12 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

7.13 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.14 Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

8 DAS SANÇÕES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2 Advertência;

8.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

8.4 Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

8.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

8.6 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.4 e 11.5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 11.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.7 A sanção estabelecida no subitem 11.5 é de competência exclusiva da Procuradora-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

8.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

8.9 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

8.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.11 Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21;

8.12 Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 11.1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

8.13 A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

9 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

9.1 DA ENTREGA

9.1.1 O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado neste Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

9.1.2 Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

9.1.3 No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

9.1.3.1 Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

9.2 DO RECEBIMENTO

9.2.1 O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

9.2.2 O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

9.2.3 O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

9.2.4 Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

10 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1.1 O prazo de vigência do CONTRATO será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.1.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.1.3 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos deste Termo de Referência.

11 DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

11.1 A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou "*trade-secrets*";

11.2 A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos "*releases*" das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais *patches* de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

11.3 A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

11.3.1 A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

11.4 Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

11.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

11.5.1 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

11.5.2 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

11.5.3 Poderá ser solicitado o atendimento *on-site*, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

11.5.4 A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

11.5.5 A garantia "*on-site*" deverá observar os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

11.6 Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de *drivers*, *firmwares*, *upgrade* de BIOS, etc.

11.7 Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

11.8 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

11.9 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

11.9.1 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

11.10 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

12 DA INSTALAÇÃO

12.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

12.2 As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

13 SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

13.1 Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente por escrito ou através de uma Central de Atendimento;

13.2 Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

13.3 O atendimento para a assistência técnica será em horário integral, todos os dias da semana, on-site, em São Luís – MA;

13.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

13.5 Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios (impressos ou em mídia digital) mediante solicitação;

13.6 O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

13.7 Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

13.8 A CONTRATADA deverá fazer análises dos chamados e enviar recomendações de possíveis treinamentos necessários ao desenvolvimento da equipe da CONTRATANTE;

13.9 A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

13.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros

países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

13.11 A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

13.12 Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

14 NÍVEIS DE SERVIÇO E TEMPO ESPERADOS

14.1 Plantão telefônico por número 0800 no período de 8 (horas) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana;

14.2 No Local (*on-site*) – Serviço de uso ilimitado, prestado em caso de emergência, ou outra necessidade maior e também compreendendo os seguintes tipos de atendimento local: suporte para up-grade de versões e *releases* do software; solução de problemas detectados (*troubleshoot*); análise e procedimentos em caso de ataques cibernéticos em escala global; análise e correção de eventos relacionados à segurança e à performance do software e do ambiente; atualização simultânea nos ambientes dos órgãos e unidades da CONTRATANTE. Neste caso a Contratada deve possuir plantão de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para este tipo de atendimento;

14.3 Para efeito dos atendimentos técnicos, a Contratada deverá observar os níveis de severidade e respectivos prazos máximos fixados abaixo:

NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS

Nível	Descrição
1	Serviços totalmente indisponíveis.

2 Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos.

3 Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes de avisos, consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre o equipamento fornecido.

Tabela de Prazos de Atendimento ao Software

Modalidade	**Prazos**	**Níveis de Severidade**		
		1	**2**	**3**
On Site	Início atendimento	1 hora	2 horas	24 horas
	Término atendimento	2 horas	4 horas	72 horas
Telefone, e-mail e web	Início atendimento	-	-	24 horas
	Término atendimento	-	-	72 horas

Obs:

- Para o Nível 1, caso o atendimento não seja finalizado até as 20h00min, o técnico não poderá interrompê-lo, devendo continuar até sua finalização, ou a interrupção do mesmo pela equipe de fiscalização técnica contratual da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI). Todo o chamado somente será caracterizado como "encerrado" mediante concordância da equipe técnica da CMTI;

- Para as situações em que a solução definitiva de problemas no ambiente demande reimplantação, restruturação ou reinstalação do produto, deverão ser programados e planejados, com a antecedência necessária, de modo a não prejudicar a operação dos demais sistemas da CMTI.

15 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E *FIRMWARE*

15.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (*patches*) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de *firmware*, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.2 No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.3 A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

• A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

- Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

- Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

16 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

16.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos- 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva- 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

16.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

16.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

16.4 Ao Gestor do Contrato cabe:

16.5 Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

16.6 Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

16.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

16.8 Aos Fiscais do Contrato:

16.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.10 Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

16.11 Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

16.12 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

17 HABILITAÇÃO TÉCNICA

17.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

17.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

17.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

17.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

17.2 A LICITANTE deverá apresentar um documento que comprove ser revenda autorizada pelo fabricante da solução ofertada;

17.3 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, Declaração de que ela mesma é responsável pelos serviços de garantia e manutenção remota e *on-site* ou indicando a Rede de Assistência Técnica Autorizada;

17.4 A CONTRATADA deverá comprovar na data da Assinatura do CONTRATO que a equipe técnica que realizará a instalação será composta por profissionais que possuam, no mínimo, as certificações a seguir:

17.4.1 Certificação emitida pelo FABRICANTE, que fornece ao profissional a validação da proficiência necessária para a instalação, configuração e administração da solução;

17.4.2 A comprovação da capacitação técnica dar-se-á mediante a apresentação de certificado(s) de cada instituição/FABRICANTE. As certificações deverão ser obrigatoriamente técnicas e do mesmo FABRICANTE dos produtos cotados. Não serão aceitas certificações comerciais;

17.5 Visando a garantir a qualidade dos serviços ofertados, a CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias após a **data de assinatura do Contrato**, comprovar que possui em seu corpo

técnico permanente, pelo menos 01 (um) técnico com certificação oficial fornecida pelo(s) FABRICANTE(s) dos produtos (equipamentos e licenças). A comprovação de possuir profissional no quadro permanente far-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

17.5.1 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

17.5.2 Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato social, quando se tratar de diretor ou sócio;

17.5.3 Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento, por item de fornecimento, será efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, após o ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO da solução ofertada, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;

18.1.1 A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;

18.2 Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

18.2.1 A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.

19 DO REAJUSTE

19.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

19.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice

IPCA/IPEA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

19.6 Caso o índice estabelecido para reajuste, venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20 AVALIAÇÃO DO CUSTO

20.1 O custo estimado para aquisição dos objetos é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado no quadro abaixo e nos orçamentos anexados:

ITEM	OBJETO	QTD	VLR UN (R$)	VLR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00

2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

21 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

21.1 Constitui objeto desta LICITAÇÃO a aquisição e atualização de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configurações e suporte técnico remoto e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

21.1.1 **Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits**

21.1.2 Compatibilidade:

21.1.2.1 Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;

21.1.3 **Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits**

21.1.3.1 Compatibilidade:

21.1.3.1.1 Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;

21.1.4 **Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits**

21.1.4.1 Compatibilidade:

21.1.4.1.1 Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;

21.1.4.1.2 Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard / Foundation / Datacenter;

21.1.4.1.3 Windows Server 2016 Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;

21.1.5 **Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits**

21.1.5.1 Compatibilidade:

21.1.5.1.1 Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;

21.1.5.1.2 CentOS-7 e/ou superiores;

21.1.5.1.3 Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;

21.1.5.1.4 Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;

21.1.5.1.5 **Deve prover as seguintes proteções:**

21.1.5.2 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

21.1.5.3 Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);

21.1.5.4 Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mails recebidos e enviados, assim como seus anexos);

21.1.5.5 O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;

21.1.5.6 Firewall com IDS;

21.1.5.7 Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);

21.1.5.8 Controle de dispositivos externos;

21.1.5.9 Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;

21.1.5.10 Controle de execução de aplicativos;

21.1.5.11 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;

21.1.5.12 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;

21.1.5.13 As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);

21.1.5.14 Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;

21.1.5.15 Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus, (ex: "Win32.Trojan.banker") para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;

21.1.5.16 Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de "aplicativos confiáveis", onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;

21.1.5.17 Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;

21.1.5.18 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;

21.1.5.19 Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

21.1.6 **Servidor de Administração e Console Administrativa**

21.1.6.1 Compatibilidade

21.1.6.1.1 Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;

21.1.6.1.2 Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;

21.1.6.2 Características

21.1.6.2.1 A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;

21.1.6.2.2 Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;

21.1.6.2.3 Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;

21.1.6.2.4 Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;

21.1.6.2.5 Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração

21.1.6.2.6 Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;

21.1.6.2.7 As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;

21.1.6.2.8 Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;

21.1.6.2.9 Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;

21.1.6.2.10 Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;

21.1.6.2.11 Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;

21.1.6.2.12 Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;

21.1.6.2.13 Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;

21.1.6.2.14 A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;

21.1.6.2.15 Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;

21.1.6.2.16 Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;

21.1.6.2.17 Capacidade de instalar remotamente qualquer “app” em smartphones e tablets de sistema iOS;

21.1.6.2.18 A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;

21.1.6.2.19 Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;

21.1.6.2.20 Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;

21.1.6.2.21 Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;

21.1.6.2.22 Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;

21.1.6.2.23 Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;

21.1.6.2.24 Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;

21.1.6.2.25 Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;

21.1.6.2.26 A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;

21.1.6.2.27 Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;

21.1.6.2.28 Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual;

São Luís, 17 de outubro de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Diego Walisson Pereira Camara Santos DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.10.17 11:36:14 -03'00' Matrícula: 1070278	Leonardo Dorneles Figueiredo Silva LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.10.17 11:25:02 -03'00' Matrícula: 1071397	Daniela Nascimento Montelo DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.10.17 11:09:46 -03'00' Matrícula: 1071575
	Coordenador	
	Nayana Santos Martins Neiva Sobral NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Assinado de forma digital por NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Dados: 2023.10.17 11:45:54 -03'00' Matrícula 1071386	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 43802023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **27 de Julho de 2023 às 16:27 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-43802023, **Código de Validação**: 5D200944C4.

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 43802023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 5D200944C4

Assunto: Registro de preços – Aquisição e Renovação de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação.

Trata-se de processo administrativo instaurado com base no MEMO-CMTI – 922023, no qual a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação solicita **autorização de abertura de processo licitatório,** com vistas à formação de Registro de Preços visando a aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, no valor total estimado de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme Termo de Referência, anexo TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS.

Consta nos autos a DECISÃO-GPGJ – 16772023, na qual o Procurador-Geral de Justiça autoriza a abertura do referido procedimento licitatório.

Ante o exposto, considerando o parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI – 9832023 e o parecer da Secretaria Administrativo-Financeira no DESPACHO-SAF – 30442023:

1. **Autorizo** a abertura de processo administrativo visando a formação de Registro de Preço;

2. Encaminhe-se à **Comissão Permanente de Licitação**, para que adote as providências necessárias objetivando atender ao pedido formulado na inicial, tudo em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos.

assinado eletronicamente em 27/07/2023 às 16:27 h (*)

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **27 de Julho de 2023 às 16:27 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-43802023, **Código de Validação**: 5D200944C4.

Diretoria Geral

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 30442023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **26 de Julho de 2023 às 14:00 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-30442023, **Código de Validação**: E2C3A40017.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 30442023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: E2C3A40017

Assunto: Registro de Preços - Aquisição e Renovação de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

AO DIRETOR GERAL

Após parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 9832023, e considerando adequações realizadas no TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS, referente à solicitação de abertura de processo licitatório, visando registro de preços, para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, no valor total estimado de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme solicitação da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, anexo MEMO-CMTI - 922023, e com posicionamento favorável desta Secretaria Administrativo-Financeira, submeto os autos à consideração Vossa Senhoria, para análise/autorização, visando à instauração do competente certame licitatório.

assinado eletronicamente em 26/07/2023 às 14:00 h (*)
JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição e renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;

2.2 Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;

2.3 A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

2.4 Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;

2.5 Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;

2.6 Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;

2.7 Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e

eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;

2.8 Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;

2.9 Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário;

2.10 A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021;

3 JUSTIFICATIVAS PARA A PADRONIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MARCA

3.1 Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos.

3.2 Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que cada vez mais está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP. Assim faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam principalmente garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações.

3.3 A criação de políticas de segurança, perfis de acesso do tráfego, está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes e, mesmo, diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante apresentam-se com diferentes parâmetros de configuração e de otimização.

3.4 Consequentemente à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas,

reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede.

3.5 A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado.

3.6 Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA.

3.7 Além das razões acima, justifica-se a manutenção da marca:

3.7.1 **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;

3.7.2 **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.

3.7.3 • **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

3.7.4 Segurança: A alteração da solução de Antivírus por outra de fabricante diferente pode ser feita de duas formas:

3.7.4.1 Desinstalação da solução atual para instalação de uma nova solução de fabricante diferente;

3.7.4.2 Instalação da nova solução em paralelo com a solução atual e a desinstalação da solução atual em sequência .

Nos dois cenários existem riscos para o ambiente do MPMA, pois no intervalo entre a desinstalação da solução atual para a instalação da nova solução implica em um

período no qual o equipamento ficará desprotegido contra ações de vírus. Da mesma forma, a instalação de dois antivírus de forma paralela pode gerar conflitos entre as soluções e que pode efetivamente deixar a máquina sem proteção alguma.

4 RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como ransomware, malware e ataques de dia zero;

4.2 Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação;

4.3 Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação;

4.4 Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.

5 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

5.2 O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

5.3 A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

5.4 Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

6.2 Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação;

6.3 Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

6.4 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

6.5 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

6.6 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

6.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

6.8 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

6.9 Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

6.10 Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

6.11 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

6.12 Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do CONTRATO, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

6.13 Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

6.13.1 Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

6.13.2 Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

6.13.3 Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

6.13.4 Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

6.13.5 Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

6.13.6 Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

6.13.7 Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

6.13.8 Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;

6.13.9 Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

6.13.10 Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

6.13.11 Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

6.13.12 Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

6.13.13 Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

6.13.14 Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

6.13.15 Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima

estarão disponíveis;

6.13.16 Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

6.13.17 O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

6.13.18 Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

6.13.19 Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

6.13.20 O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

6.13.21 O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

6.13.22 Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

6.13.23 Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

6.13.24 Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

6.13.25 A atualização de vacinas e *engines* do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

6.13.26 A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

6.13.27 Provê mecanismos de distribuição de vacinas e *engines* para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, *real-time* ou manual;

6.13.28 As atualizações das vacinas e *engines* do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

6.13.29 Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

6.13.30 Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

6.13.31 Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

6.14 Gera relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

6.14.1 Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

6.14.2 Os vírus que mais infectaram a rede;

6.14.3 Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

6.14.4 Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

6.14.5 Relatório de erros;

6.14.6 Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

6.14.7 Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

6.14.8 Capacidade de customização de relatórios;

6.15 Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.2 Receber os produtos, objeto deste Termo de Referência, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

7.3 Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

7.4 Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;

7.5 Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

7.6 Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

7.7 Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

7.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

7.9 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

7.10 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

7.11 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

7.12 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

7.13 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.14 Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

8 DAS SANÇÕES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2 Advertência;

8.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

8.4 Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

8.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

8.6 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.4 e 11.5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 11.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.7 A sanção estabelecida no subitem 11.5 é de competência exclusiva da Procuradora-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

8.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

8.9 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

8.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.11 Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21;

8.12 Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 11.1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

8.13 A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

9 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

9.1 DA ENTREGA

9.1.1 O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado neste Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e

entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

9.1.2 Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

9.1.3 No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

9.1.3.1 Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

9.2 DO RECEBIMENTO

9.2.1 O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

9.2.2 O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

9.2.3 O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

9.2.4 Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

10 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1.1 O prazo de vigência do CONTRATO será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.1.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.1.3 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos deste Termo de Referência.

11 DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

11.1 A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou "*trade-secrets*";

11.2 A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos "*releases*" das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais *patches* de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

11.3 A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

11.3.1 A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

11.4 Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

11.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

11.5.1 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

11.5.2 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

11.5.3 Poderá ser solicitado o atendimento *on-site*, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

11.5.4 A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

11.5.5 A garantia "*on-site*" deverá observar os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

11.6 Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de *drivers*, *firmwares*, *upgrade* de BIOS, etc.

11.7 Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

11.8 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

11.9 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

11.9.1 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

11.10 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

12 DA INSTALAÇÃO

12.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

12.2 As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

13 SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

13.1 Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente por escrito ou através de uma Central de Atendimento;

13.2 Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

13.3 O atendimento para a assistência técnica será em horário integral, todos os dias da semana, on-site, em São Luís – MA;

13.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

13.5 Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios (impressos ou em mídia digital) mediante solicitação;

13.6 O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

13.7 Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

13.8 A CONTRATADA deverá fazer análises dos chamados e enviar recomendações de possíveis treinamentos necessários ao desenvolvimento da equipe da CONTRATANTE;

13.9 A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

13.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

13.11 A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

13.12 Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

14 NÍVEIS DE SERVIÇO E TEMPO ESPERADOS

14.1 Plantão telefônico por número 0800 no período de 8 (horas) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana;

14.2 No Local (*on-site*) – Serviço de uso ilimitado, prestado em caso de emergência, ou outra necessidade maior e também compreendendo os seguintes tipos de atendimento local: suporte para up-grade de versões e *releases* do software; solução de problemas detectados (*troubleshoot*); análise e procedimentos em caso de ataques cibernéticos em escala global; análise e correção de eventos relacionados à segurança e à performance do software e do ambiente; atualização simultânea nos ambientes dos órgãos e unidades da CONTRATANTE. Neste caso a Contratada deve possuir plantão de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para este tipo de atendimento;

14.3 Para efeito dos atendimentos técnicos, a Contratada deverá observar os níveis de severidade e respectivos prazos máximos fixados abaixo:

NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS

Nível	Descrição
1	Serviços totalmente indisponíveis.
2	Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos.
3	Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes de avisos, consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre o equipamento fornecido.

Tabela de Prazos de Atendimento ao Software

Modalidade	Prazos	Níveis de Severidade		
		1	2	3
On Site	Início atendimento	1 hora	2 horas	24 horas
	Término atendimento	2 horas	4 horas	72 horas
Telefone, e-mail e web	Início atendimento	-	-	24 horas
	Término atendimento	-	-	72 horas

Obs:

- Para o Nível 1, caso o atendimento não seja finalizado até as 20h00min, o técnico não poderá interrompê-lo, devendo continuar até sua finalização, ou a interrupção do mesmo pela equipe de fiscalização técnica contratual da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI). Todo o chamado somente será caracterizado como "encerrado" mediante concordância da equipe técnica da CMTI;

- Para as situações em que a solução definitiva de problemas no ambiente demande reimplantação, restruturação ou reinstalação do produto, deverão ser programados e planejados, com a antecedência necessária, de modo a não prejudicar a operação dos demais sistemas da CMTI.

15 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E *FIRMWARE*

15.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (*patches*) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de *firmware*, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.2 No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.3 A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

• A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

- Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

- Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

16 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

16.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos - 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva - 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

16.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

16.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

16.4 Ao Gestor do Contrato cabe:

16.5 Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

16.6 Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

16.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

16.8 Aos Fiscais do Contrato:

16.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.10 Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações

técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

16.11 Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

16.12 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

17 HABILITAÇÃO TÉCNICA

17.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

17.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

17.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

17.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

17.2 A LICITANTE deverá apresentar um documento que comprove ser revenda autorizada pelo fabricante da solução ofertada;

17.3 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, Declaração de que ela mesma é responsável pelos serviços de garantia e manutenção remota e *on-site* ou indicando a Rede de Assistência Técnica Autorizada;

17.4 A CONTRATADA deverá comprovar na data da Assinatura do CONTRATO que a equipe técnica que realizará a instalação será composta por profissionais que possuam, no mínimo, as certificações a seguir:

17.4.1 Certificação emitida pelo FABRICANTE, que fornece ao profissional a validação da proficiência necessária para a instalação, configuração e administração da solução;

17.4.2 A comprovação da capacitação técnica dar-se-á mediante a apresentação de certificado(s) de cada instituição/FABRICANTE. As certificações deverão ser obrigatoriamente técnicas e do mesmo FABRICANTE dos produtos cotados. Não serão aceitas certificações comerciais;

17.5 Visando a garantir a qualidade dos serviços ofertados, a CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias após a **data de assinatura do Contrato**, comprovar que possui em seu corpo técnico permanente, pelo menos 01 (um) técnico com certificação oficial fornecida pelo(s) FABRICANTE(s) dos produtos (equipamentos e licenças). A comprovação de possuir profissional no quadro permanente far-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

17.5.1 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

17.5.2 Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato social, quando se tratar de diretor ou sócio;

17.5.3 Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento, por item de fornecimento, será efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, após o ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO da solução ofertada, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;

18.1.1 A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;

18.2 Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

18.2.1 A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.

19 AVALIAÇÃO DO CUSTO

19.1 O custo estimado para aquisição dos objetos é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado no quadro abaixo e nos orçamentos anexados:

ITEM	OBJETO	QTD	VLR UN (R$)	VLR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

20 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

20.1 Constitui objeto desta LICITAÇÃO a aquisição e atualização de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configurações e suporte técnico remoto e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

20.1.1 **Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits**

20.1.2 Compatibilidade:

20.1.2.1 Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;

20.1.3 **Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits**

20.1.3.1 Compatibilidade:

20.1.3.1.1 Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;

20.1.4 **Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits**

20.1.4.1 Compatibilidade:

20.1.4.1.1 Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;

20.1.4.1.2 Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard / Foundation / Datacenter;

20.1.4.1.3 Windows Server 2016 Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;

20.1.5 **Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits**

20.1.5.1 Compatibilidade:

20.1.5.1.1 Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;

20.1.5.1.2 CentOS-7 e/ou superiores;

20.1.5.1.3 Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;

20.1.5.1.4 Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;

20.1.5.1.5 **Deve prover as seguintes proteções:**

20.1.5.2 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

20.1.5.3 Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);

20.1.5.4 Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mails recebidos e enviados, assim como seus anexos);

20.1.5.5 O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;

20.1.5.6 Firewall com IDS;

20.1.5.7 Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);

20.1.5.8 Controle de dispositivos externos;

20.1.5.9 Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;

20.1.5.10 Controle de execução de aplicativos;

20.1.5.11 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;

20.1.5.12 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;

20.1.5.13 As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);

20.1.5.14 Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;

20.1.5.15 Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus, (ex: “Win32.Trojan.banker”) para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;

20.1.5.16 Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;

20.1.5.17 Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;

20.1.5.18 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;

20.1.5.19 Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

20.1.6 **Servidor de Administração e Console Administrativa**

20.1.6.1 Compatibilidade

20.1.6.1.1 Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;

20.1.6.1.2 Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;

20.1.6.2 Características

20.1.6.2.1 A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;

20.1.6.2.2 Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;

20.1.6.2.3 Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;

20.1.6.2.4 Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;

20.1.6.2.5 Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração

20.1.6.2.6 Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;

20.1.6.2.7 As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;

20.1.6.2.8 Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;

20.1.6.2.9 Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;

20.1.6.2.10 Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;

20.1.6.2.11 Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;

20.1.6.2.12 Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;

20.1.6.2.13 Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;

20.1.6.2.14 A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;

20.1.6.2.15 Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;

20.1.6.2.16 Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;

20.1.6.2.17 Capacidade de instalar remotamente qualquer "app" em smartphones e tablets de sistema iOS;

20.1.6.2.18 A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;

20.1.6.2.19 Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;

20.1.6.2.20 Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;

20.1.6.2.21 Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;

20.1.6.2.22 Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;

20.1.6.2.23 Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;

20.1.6.2.24 Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;

20.1.6.2.25 Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;

20.1.6.2.26 A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;

20.1.6.2.27 Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;

20.1.6.2.28 Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual;

São Luís, 25 de julho de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Diego Walisson Pereira Camara Santos DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.07.25 09:50:12 -03'00' Matrícula: 1070278	Leonardo Dorneles Figueiredo Silva LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.07.25 09:41:10 -03'00' Matrícula: 1071397	Daniela Nascimento Montelo DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.07.25 09:29:22 -03'00' Matrícula: 1071575
	Coordenador	
	Nayana Santos Martins Neiva Sobral NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Assinado de forma digital por NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Dados: 2023.07.26 09:08:55 -03'00' Matrícula 1071386	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 29422023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **20 de Julho de 2023 às 15:20 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-29422023, **Código de Validação**: 300E741484.

Ministério Público
do Estado do Maranhão

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 29422023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 300E741484

Assunto: Registro de Preço - Aquisição de Renovação de Licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

À Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação,

Tendo em vista a sugestão da Assessoria Técnica da Administração, conforme PTC-ACI – 9832023, encaminhem-se os autos para as providências cabíveis.

Após, retornem-se os autos a esta SEAF.

assinado eletronicamente em 20/07/2023 às 15:20 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: PTC-ACI - 9832023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Julho de 2023 às 13:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-9832023, **Código de Validação**: 9230D905BA.

Assessoria Técnica da Administração

PTC-ACI - 9832023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 9230D905BA

Processo Administrativo: Nº 10.401/2023
Documento de Origem: MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação
Assunto: LICITAÇÃO – FASE INTERNA (Renovação/Aquisição de licenças *Kaspersky*)

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao DESPACHO-SAF - 26822023 Download alternativo, verificamos que se trata de nova **manifestação** acerca do Processo Administrativo nº 10.401/2023, instaurado a partir do MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO) Download alternativo no qual a **Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação** solicita autorização para deflagração de processo licitatório com vistas à formação de Registro de preços, objetivando a contratação de empresa para aquisição de renovação de licenças *Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition* com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização no valor estimado **de R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais).**

Foram considerados os seguintes documentos, além dos já mencionados: ETP ATUALIZAÇÃO KAS; PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - ATUALIZAÇÃO KAS; TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS; PESQUISA PAINEL DE PREÇOS; USO DA MEDIANA PARA OS CUSTOS - PAINEL DE PREÇOS; TABELA DE PREÇOS - PROPOSTAS; DECISÃO-GPGJ - 16772023 Download alternativo

Considerando tratar-se de fase inicial do procedimento licitatório para registro de preços, balizamos nossa análise pelo Ato Regulamentar nº 49/2022, de 22 de dezembro de 2022 (dispõe sobre a utilização de normativos federais para regulamentar a aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão); pela Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 (dispõe sobre lei de licitações e contratos administrativos); pelo Decreto Federal nº 10.818/2021, de 27 de setembro de 2021 (regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo); pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, de 30 de setembro de 2022 (dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional); pelo Decreto Federal nº 11.246/2022, de 27 de outubro de 2022 (regulamenta o disposto no §3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional); Ato Regulamentar nº 10/2023 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Lei nº

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Julho de 2023 às 13:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-9832023, **Código de Validação**: 9230D905BA.

14.133, de 1º de abril de 2021).

A unidade gestora justificou a contratação através de Registro de Preços, no Termo de Referência, a saber:

2. JUSTIFICATIVAS DA AQUISIÇÃO

2.1 Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;

2.2 Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;

2.3 A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, ransomwares e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

2.4 Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;

2.5 Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;

2.6 Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;

2.7 Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Julho de 2023 às 13:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-9832023, **Código de Validação**: 9230D905BA.

na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;

2.8 Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;

2.9 Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário;

2.10 A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021;

Cabe ressaltar que de acordo com o Ato Regulamentar nº 10/2023:

Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Julho de 2023 às 13:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-9832023, **Código de Validação**: 9230D905BA.

> ***previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.***
>
> ***[...].***
>
> ***§ 2º A ausência de previsão orçamentária sem a configuração dos demais requisitos dos incisos I ao IV do caput deste artigo não é motivo para a adoção do Sistema de Registro de Preços.***

Quanto à estimativa de preço do certame, a unidade gestora informa no **Termo de Referência, de 16/06/2023,** que o valor total estimado é **de R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais), baseado em pesquisa no painel de preços (**PESQUISA PAINEL DE PREÇOS; USO DA MEDIANA PARA OS CUSTOS - PAINEL DE PREÇOS; TABELA DE PREÇOS - PROPOSTAS)

Com relação à composição da estimativa, cabe destacar as determinações do Ato Regulamentar nº 10/2023 abaixo:

> ***Art. 174. O processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência, entre elas:***
>
> ***I - os preços existentes nos bancos de preços do Portal de Compras do Governo Federal;***
>
> ***II - os preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;***
>
> ***III - preços constantes de banco de preços e homepages;***
>
> ***§ 1º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado será acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis.***
>
> ***§ 2º Deverá ser observado o intervalo temporal máximo de 6 (seis) meses entre a data das cotações e a divulgação do edital de licitação, e caso seja ultrapassado o referido intervalo temporal máximo, as cotações deverão ser atualizadas.***
>
> ***§ 3º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços.***
>
> ***§ 4º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.***
>
> ***§ 5º O responsável pela pesquisa deverá elaborar mapa de formação de preços que***

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Julho de 2023 às 13:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-9832023, **Código de Validação**: 9230D905BA.

> ***refletirá a pesquisa, a metodologia adotada e o resultado obtido.***
>
> ***§ 6º Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.***
>
> ***§ 7º A licitação para o registro de preços para obras poderá prever que no mesmo contrato sejam adotados, simultaneamente e em serviços diversos, dois regimes de empreitada previstos em lei.***
>
> ***§ 8º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores e prestadores de serviços, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, preferencialmente por meio eletrônico.***
>
> ***9º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.***
>
> ***§ 10. O servidor responsável pela realização da pesquisa de preços deverá ser identificado nos autos do processo e assinar o mapa de formação de preços, responsabilizando-se pela pesquisa de preços realizada e pelo preço estabelecido no instrumento convocatório, no convênio ou instrumento congênere, ou no instrumento oriundo de contratação direta***

A Lei nº 14.133/21 estabelece como elemento integrante do Termo de Referência (art. 6º, XXIII, i):

> ***i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;***

Importante salientar que, por se tratar de fase preparatória do processo licitatório, a contratação pretendida **deve compatibilizar-se com o plano de contratação anual da instituição**, demonstrada **no Estudo Técnico Preliminar na forma do art. 18 da Lei nº 14.133/2021**.

Diante do exposto, ressalvados os aspectos jurídicos e técnicos que extrapolam a análise desta Assessoria, considerando o círculo de nossas atribuições e competências que se adstringem aos contextos contábil, patrimonial, financeiro e orçamentário, já que estas são as searas profissionais do corpo técnico que compõe esta Assessoria, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos acerca da **INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.**

Por fim, considerando que a contratação pretendida consiste em dois itens: atualização de licenças e aquisição de licenças, consoante item 19 do Termo de Referência, sugerimos revisão na redação do objeto no item 1.1.

Sendo o que nos cumpre informar, retornamos os autos para a deliberação das providências julgadas cabíveis.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Julho de 2023 às 13:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-9832023, **Código de Validação**: 9230D905BA.

assinado eletronicamente em 20/07/2023 às 11:10 h (*)

ALBERT WEYDER MOUSINHO DA SILVA
ANALISTA MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 20/07/2023 às 13:26 h (*)

JADIEL FERNANDES FRANÇA
ANALISTA MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 26822023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **03 de Julho de 2023 às 14:18 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-26822023, **Código de Validação**: 8B32B1A6A5.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 26822023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: 8B32B1A6A5

Assunto: Registro de Preço – Renovação de licenças
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

À Assessoria Técnica da Administração,

Encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de abertura de processo licitatório, visando Registro de Preços, para a contratação de empresa para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, no custo estimado de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme solicitação da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, anexo MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS e demais documentos.

assinado eletronicamente em 03/07/2023 às 14:18 h (*)
JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DECISÃO-GPGJ - 16772023

(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em **03 de Julho de 2023 às 12:37 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DECISÃO-GPGJ-16772023, **Código de Validação**: CAEE8E3C99.

DECISÃO-GPGJ - 16772023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: CAEE8E3C99

PROCESSO Nº: 10401/2023
INTERESSADO: COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO A AQUISIÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED

Trata-se de MEMO-CMTI222023_ASSINADO, no qual a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação SOLICITA autorização para abertura de procedimento licitatório para Registro de Preços visando a contratação de empresa para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses. O custo estimado para aquisição do licenciamento é de R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais).

A demanda tem como justificativa a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas, dentre outras.

Por sua vez, a Diretoria Geral encaminhou os autos a este Gabinete para conhecimento e deliberação, considerando a abertura de procedimento licitatório, objetivando a aquisição de peças e componentes licitatórios de informática para manutenção das máquinas deste MPMA.

É o Relatório.

(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em **03 de Julho de 2023 às 12:37 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DECISÃO-GPGJ-16772023, **Código de Validação**: CAEE8E3C99.

Isto posto, tendo em vista a solicitação, bem como, documentação acostada aos autos, **AUTORIZO** a abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme demonstrado no Termo de Referência.

À Diretoria Geral para as providências cabíveis.

São Luís, 03 de julho de 2023.

assinado eletronicamente em 03/07/2023 às 12:37 h (*)

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 36572023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **23 de Junho de 2023 às 14:50 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-36572023, **Código de Validação**: C48E79A877.

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 36572023
(relativo ao Processo 104012023)
Código de validação: C48E79A877

Assunto: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO A AQUISIÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇAS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS SELECT BRAZILIAN EDITION COM UPGRADE PARA ADVANCED.
Interessado: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/CMTI

Trata-se de MEMO-CMTI - 922023(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), no qual a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação SOLICITA autorização para abertura de procedimento licitatório para Registro de Preços visando a contratação de empresa para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses. O custo estimado para aquisição do licenciamento é de R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais).

Ante o pedido formulado, encaminhe-se inicialmente os presentes autos ao Gabinete do PGJ para conhecimento e deliberação.

Após, decidindo pelo prosseguimento, sejam remetidos à SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA para a devida instrução processual junto as unidades administrativas competentes.

assinado eletronicamente em 23/06/2023 às 14:50 h (*)
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

TABELA DE PREÇOS - PROPOSTAS

TABELA DE VALORES POR PROPOSTA					
Órgão Contratante	**Empresa**	**ITEM**	**Quantidade**	**Preço Unitário (R$)**	**Preço Total (R$)**
UASG: 158143 - INST. FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DE BRASILIA	**VTECH COMERCIO, SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA**	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$ 96,66	R$ 289.980,00
		Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$ 96,66	R$ 96.660,00
				VALOR UNITÁRIO E TOTAL	**R$ 193,32**	**R$ 386.640,00**
UASG: 925125 -	**NETWORK SECURE**	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$ 143,00	R$ 429.000,00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	**NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$ 143,00	R$ 143.000,00
	VALOR UNITÁRIO E TOTAL			**R$ 286,00**	**R$ 572.000,00**
UASG: 926753 - CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP	**NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$ 229,00	R$ 687.000,00
		Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$ 229,00	R$ 229.000,00
	VALOR UNITÁRIO E TOTAL			**R$ 458,00**	**R$ 916.000,00**

CÁLCULO DO VALOR MÉDIO ESTIMADO	
ITEM	**VALOR(R$)**

Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	**R$ 156,22**
Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	**R$ 156,22**

DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575

Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575
Dados: 2023.06.21 13:07:56 -03'00'

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

USO DA MEDIANA PARA OS CUSTOS - PAINEL DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 156,22	**R$ 143,00**	**R$ 96,66**

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar	Ano da Compra
20 of 250761	**2022, 2023**

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00018/2022	00001	Pregão	27502	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE		UNIDADE	4.042	R$96,66	VTECH COMERCIO, SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE BRASíLIA	158143 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	19/07/2022
00008/2023	00001	Pregão	3840	TREINAMENTO INFORMATICA - SISTEMA / SOFTWARE		UNIDADE	10.000	R$143	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHAO	925125 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	21/03/2023
00003/2022	00001	Pregão	27502	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE		UNIDADE	300	R$229	NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	CONSELHO REG. DOS REPRES. COMERCIAIS-SP	926753 - CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP	06/09/2022

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PESQUISA PAINEL DE PREÇOS

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 156,22	**R$ 143,00**	**R$ 96,66**

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar	Ano da Compra
20 of 250761	**2022, 2023**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00018/2022
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de renovação da SOLUÇÃO ANTIVIRUS KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS - ADVANCED pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com serviços de instalação, suporte técnico, treinamento da equipe se necessário e garantia.
Quantidade Ofertada: 4.042
Valor Proposto Unitário: R$ 108
Valor Unitário do Item: R$ 96,66
Código do CATMAT: 27502
Descrição do Item: CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 19/07/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: VTECH COMERCIO, SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF: 22122370000134
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158143 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA
Órgão: INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE BRASíLIA
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00008/2023
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preço para contratação de empresa especializada para a renovação das licenças de uso do Software Antvírus Kaspersky EndPoint Security for Business ADVANCED com suporte técnico remoto.
Quantidade Ofertada: 10.000
Valor Proposto Unitário: R$ 206,72
Valor Unitário do Item: R$ 143
Código do CATMAT: 3840
Descrição do Item: TREINAMENTO INFORMATICA - SISTEMA / SOFTWARE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 21/03/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ/CPF: 05250796000154
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 925125 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA
Órgão: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHAO
Órgão Superior: -

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2022
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de licenças KASPERSKY ENDPOINT SECURITY FOR BUSINESS ADVANCED COM SUBSCRIÇÃO POR 36 MESES, para o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo - Core-SP.
Quantidade Ofertada: 300
Valor Proposto Unitário: R$ 314,23
Valor Unitário do Item: R$ 229
Código do CATMAT: 27502
Descrição do Item: CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 06/09/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ/CPF: 05250796000154
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 926753 - CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP
Órgão: CONSELHO REG. DOS REPRES. COMERCIAIS-SP
Órgão Superior: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

TERMO DE REFERÊNCIA - ATUALIZAÇÃO KAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;

2.2 Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;

2.3 A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

2.4 Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;

2.5 Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;

2.6 Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;

2.7 Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e

eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;

2.8 Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;

2.9 Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário;

2.10 A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021;

3 JUSTIFICATIVAS PARA A PADRONIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MARCA

3.1 Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos.

3.2 Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que cada vez mais está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP. Assim faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam principalmente garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações.

3.3 A criação de políticas de segurança, perfis de acesso do tráfego, está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes e, mesmo, diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante apresentam-se com diferentes parâmetros de configuração e de otimização.

3.4 Consequentemente à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas,

reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede.

3.5 A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado.

3.6 Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA.

3.7 Além das razões acima, justifica-se a manutenção da marca:

3.7.1 **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;

3.7.2 **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.

3.7.3 • **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

3.7.4 Segurança: A alteração da solução de Antivírus por outra de fabricante diferente pode ser feita de duas formas:

3.7.4.1 Desinstalação da solução atual para instalação de uma nova solução de fabricante diferente;

3.7.4.2 Instalação da nova solução em paralelo com a solução atual e a desinstalação da solução atual em sequência .

Nos dois cenários existem riscos para o ambiente do MPMA, pois no intervalo entre a desinstalação da solução atual para a instalação da nova solução implica em um

período no qual o equipamento ficará desprotegido contra ações de vírus. Da mesma forma, a instalação de dois antivírus de forma paralela pode gerar conflitos entre as soluções e que pode efetivamente deixar a máquina sem proteção alguma.

4 RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como ransomware, malware e ataques de dia zero;

4.2 Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação;

4.3 Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação;

4.4 Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.

5 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);

5.2 O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

5.3 A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;

5.4 Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;

6.2 Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação;

6.3 Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

6.4 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

6.5 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

6.6 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;

6.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;

6.8 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

6.9 Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;

6.10 Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;

6.11 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

6.12 Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do CONTRATO, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;

6.13 Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:

6.13.1 Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;

6.13.2 Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;

6.13.3 Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);

6.13.4 Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;

6.13.5 Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;

6.13.6 Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;

6.13.7 Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

6.13.8 Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;

6.13.9 Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;

6.13.10 Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;

6.13.11 Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;

6.13.12 Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;

6.13.13 Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;

6.13.14 Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;

6.13.15 Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima

estarão disponíveis;

6.13.16 Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;

6.13.17 O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;

6.13.18 Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;

6.13.19 Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;

6.13.20 O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;

6.13.21 O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;

6.13.22 Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;

6.13.23 Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;

6.13.24 Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

6.13.25 A atualização de vacinas e *engines* do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";

6.13.26 A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;

6.13.27 Provê mecanismos de distribuição de vacinas e *engines* para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, *real-time* ou manual;

6.13.28 As atualizações das vacinas e *engines* do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;

6.13.29 Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;

6.13.30 Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;

6.13.31 Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

6.14 Gera relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:

6.14.1 Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;

6.14.2 Os vírus que mais infectaram a rede;

6.14.3 Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);

6.14.4 Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;

6.14.5 Relatório de erros;

6.14.6 Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;

6.14.7 Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;

6.14.8 Capacidade de customização de relatórios;

6.15 Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.2 Receber os produtos, objeto deste Termo de Referência, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

7.3 Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;

7.4 Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;

7.5 Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;

7.6 Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;

7.7 Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

7.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;

7.9 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

7.10 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;

7.11 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;

7.12 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

7.13 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.14 Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

8 DAS SANÇÕES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2 Advertência;

8.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO;

8.4 Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

8.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

8.6 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.4 e 11.5 poderão ser aplicadas junto ao subitem 11.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.7 A sanção estabelecida no subitem 11.5 é de competência exclusiva da Procuradora-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art 163 da lei 14.133/21);

8.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

8.9 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

8.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao MPMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.11 Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21;

8.12 Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 11.1, considerando como cálculo da multa a data de abertura do suporte técnico em caso de falhas no software; e,

8.13 A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

9 CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

9.1 DA ENTREGA

9.1.1 O fornecimento das mídias ou procedimentos para download no site do fabricante será feito de acordo com o especificado neste Termo de Referência, devendo as mesmas serem novas e

entregues acondicionadas, adequadamente, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;

9.1.2 Deverão ser entregues, junto com a(s) mídia(s) ou procedimentos para download das licenças do fabricante, as atualizações, manuais e tutoriais confeccionados pelo fabricante, em CD, DVD ou em qualquer outro tipo de suporte informatizado;

9.1.3 No ato da entrega, os softwares deverão ser da versão mais atual comercializada no mercado, além de serem em idioma português do Brasil, tanto o software, quanto os seus manuais e documentação;

9.1.3.1 Caso a última versão do software não apresente o idioma português do Brasil, a CONTRATANTE poderá optar por receber ou a versão mais atual do produto em idioma inglês, ou uma versão menor do que a mais atual comercializada, em idioma português do Brasil.

9.2 DO RECEBIMENTO

9.2.1 O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:

9.2.2 O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;

9.2.3 O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;

9.2.4 Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

10 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1.1 O prazo de vigência do CONTRATO será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.1.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação na Imprensa Oficial;

10.1.3 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos deste Termo de Referência.

11 DA GARANTIA DA SOLUÇÃO OFERTADA

11.1 A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou "*trade-secrets*";

11.2 A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos "*releases*" das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais *patches* de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;

11.3 A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;

11.3.1 A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;

11.4 Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

11.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;

11.5.1 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;

11.5.2 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;

11.5.3 Poderá ser solicitado o atendimento *on-site*, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;

11.5.4 A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

11.5.5 A garantia "*on-site*" deverá observar os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

11.6 Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de *drivers*, *firmwares*, *upgrade* de BIOS, etc.

11.7 Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

11.8 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

11.9 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

11.9.1 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

11.10 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

12 DA INSTALAÇÃO

12.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação da solução ofertada, contemplando criação de novas regras, migração de regras e políticas atualmente em utilização, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;

12.2 As atividades que possam causar impacto no ambiente de produção deverão ser realizadas fora do horário de expediente.

13 SUPORTE / ASSISTÊNCIA TÉCNICA / GARANTIA

13.1 Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente por escrito ou através de uma Central de Atendimento;

13.2 Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

13.3 O atendimento para a assistência técnica será em horário integral, todos os dias da semana, on-site, em São Luís – MA;

13.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

13.5 Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios (impressos ou em mídia digital) mediante solicitação;

13.6 O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;

13.7 Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;

13.8 A CONTRATADA deverá fazer análises dos chamados e enviar recomendações de possíveis treinamentos necessários ao desenvolvimento da equipe da CONTRATANTE;

13.9 A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;

13.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

13.11 A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

13.12 Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

14 NÍVEIS DE SERVIÇO E TEMPO ESPERADOS

14.1 Plantão telefônico por número 0800 no período de 8 (horas) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana;

14.2 No Local (*on-site*) – Serviço de uso ilimitado, prestado em caso de emergência, ou outra necessidade maior e também compreendendo os seguintes tipos de atendimento local: suporte para up-grade de versões e *releases* do software; solução de problemas detectados (*troubleshoot*); análise e procedimentos em caso de ataques cibernéticos em escala global; análise e correção de eventos relacionados à segurança e à performance do software e do ambiente; atualização simultânea nos ambientes dos órgãos e unidades da CONTRATANTE. Neste caso a Contratada deve possuir plantão de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para este tipo de atendimento;

14.3 Para efeito dos atendimentos técnicos, a Contratada deverá observar os níveis de severidade e respectivos prazos máximos fixados abaixo:

NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS

Nível	Descrição
1	Serviços totalmente indisponíveis.
2	Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos.
3	Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes de avisos, consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre o equipamento fornecido.

Tabela de Prazos de Atendimento ao Software

Modalidade	Prazos	Níveis de Severidade		
		1	2	3
On Site	Início atendimento	1 hora	2 horas	24 horas
	Término atendimento	2 horas	4 horas	72 horas
Telefone, e-mail e web	Início atendimento	-	-	24 horas
	Término atendimento	-	-	72 horas

Obs:

- Para o Nível 1, caso o atendimento não seja finalizado até as 20h00min, o técnico não poderá interrompê-lo, devendo continuar até sua finalização, ou a interrupção do mesmo pela equipe de fiscalização técnica contratual da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI). Todo o chamado somente será caracterizado como "encerrado" mediante concordância da equipe técnica da CMTI;

- Para as situações em que a solução definitiva de problemas no ambiente demande reimplantação, restruturação ou reinstalação do produto, deverão ser programados e planejados, com a antecedência necessária, de modo a não prejudicar a operação dos demais sistemas da CMTI.

15 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE E *FIRMWARE*

15.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um serviço preventivo de verificação e atualização de versões ou correções (*patches*) que se fizerem necessários, específicos para a solução ofertada, inclusive de *firmware*, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.2 No caso de necessidade de ações preventivas ou corretivas a CONTRATANTE agendará com antecedência junto a CONTRATADA as implementações das correções, fora do horário comercial, preferencialmente em feriados e finais de semana, sem ônus para a CONTRATANTE;

15.3 A CONTRATADA deverá prestar suporte a todos os componentes de software fornecidos que forem necessários para a implementação e utilização da solução ofertada, sem ônus para a CONTRATANTE durante 36 (trinta e seis) meses.

• A CONTRATADA deverá ainda realizar os seguintes suportes proativos:

- Deverá ser realizado 1 (um) monitoramento durante 10 (dez) dias, no primeiro trimestre de vigência do contrato, para análise do tráfego de rede, sem causar interrupções, a fim de identificar comportamentos de vírus, análises heurísticas, ataques baseados em Web, correlacionando os protocolos de rede que englobam as seguintes atividades: Definição dos ativos de rede críticos da PGJMA; Monitoração (verificação de incidentes causados durante a avaliação); Análise do conteúdo gerado através do monitoramento; Recomendações (Recomendar as ações a serem realizadas a fim de prevenir contra danos causados por códigos maliciosos).

- Duas avaliações por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de antivírus de estação de trabalho, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de gerência centralizada, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Uma avaliação por ano do ambiente da CONTRATANTE, mediante verificação de instalações e configurações de toda a solução de proteção dos servidores físicos e virtuais, adequando-as às melhores práticas de segurança, essa atividade deve gerar relatório para posterior melhoria pela equipe da CONTRATANTE.

- Quatro visitas técnicas durante o ano de profissionais certificados pelo fabricante para apoiar nas implementações e nos controles gerados pelas ações proativas.

16 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

16.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do CONTRATO (coordenador da CMTI – Nayana Santos Martins Neiva Sobral - 1071386); fiscal requisitante do CONTRATO (servidor da área requisitante – Diego Walisson Pereira Camara Santos - 1070278); fiscal técnico do CONTRATO (servidor da CMTI – Leonardo Dorneles Figueiredo Silva - 1071397) e fiscal administrativo (servidor indicado – Daniela Nascimento Montelo - 1071575), a fiscalização e a gestão do CONTRATO, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

16.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei n. 14.133/21;

16.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n. 14.133/21.

16.4 Ao Gestor do Contrato cabe:

16.5 Verificar se a Contratada indicou formalmente o preposto que irá representá-la durante a execução contratual;

16.6 Exigir da Contratada o exato cumprimento do contrato, nos termos e condições previstos no instrumento contratual;

16.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.

16.8 Aos Fiscais do Contrato:

16.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.10 Fiscalizar, durante a entrega, o cumprimento das exigências, tais como, especificações

técnicas, quantidade, embalagens e outros constantes do Edital;

16.11 Conferir e atestar as notas fiscais para pagamento;

16.12 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega e no decorrer da execução do objeto, durante a vigência contratual.

17 HABILITAÇÃO TÉCNICA

17.1 A LICITANTE deverá comprovar que já forneceu, para pessoa jurídica de direito público ou privado, solução compatível com o objeto desta licitação, demonstrando a experiência no fornecimento, instalação, configuração, ativação e suporte técnico da solução ofertada;

17.1.1 Não serão considerados atestados emitidos por distribuidor ou FABRICANTE dos equipamentos cotados, em favor da licitante. Em qualquer caso o atestado deverá ser emitido pela empresa que contratou os produtos/serviços (cliente final) em favor da licitante;

17.1.2 Os atestados devem conter identificação clara e informação de contato da pessoa que assinou o mesmo;

17.1.3 Tal exigência se faz necessária por se tratar de fornecimentos e serviços que devem ser executados por profissionais que detenham conhecimento específico dos produtos, que são desenvolvidos pelo FABRICANTE dos equipamentos e softwares, no sentido de respaldar a garantia fornecida pelo FABRICANTE e, ainda, garantir maior segurança para a CONTRATANTE.

17.2 A LICITANTE deverá apresentar um documento que comprove ser revenda autorizada pelo fabricante da solução ofertada;

17.3 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, Declaração de que ela mesma é responsável pelos serviços de garantia e manutenção remota e *on-site* ou indicando a Rede de Assistência Técnica Autorizada;

17.4 A CONTRATADA deverá comprovar na data da Assinatura do CONTRATO que a equipe técnica que realizará a instalação será composta por profissionais que possuam, no mínimo, as certificações a seguir:

17.4.1 Certificação emitida pelo FABRICANTE, que fornece ao profissional a validação da proficiência necessária para a instalação, configuração e administração da solução;

17.4.2 A comprovação da capacitação técnica dar-se-á mediante a apresentação de certificado(s) de cada instituição/FABRICANTE. As certificações deverão ser obrigatoriamente técnicas e do mesmo FABRICANTE dos produtos cotados. Não serão aceitas certificações comerciais;

17.5 Visando a garantir a qualidade dos serviços ofertados, a CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias após a **data de assinatura do Contrato**, comprovar que possui em seu corpo técnico permanente, pelo menos 01 (um) técnico com certificação oficial fornecida pelo(s) FABRICANTE(s) dos produtos (equipamentos e licenças). A comprovação de possuir profissional no quadro permanente far-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

17.5.1 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

17.5.2 Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato social, quando se tratar de diretor ou sócio;

17.5.3 Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento, por item de fornecimento, será efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, após o ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO da solução ofertada, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;

18.1.1 A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;

18.2 Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

18.2.1 A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.

19 AVALIAÇÃO DO CUSTO

19.1 O custo estimado para aquisição dos objetos é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado no quadro abaixo e nos orçamentos anexados:

ITEM	OBJETO	QTD	VLR UN (R$)	VLR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

20 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

20.1 Constitui objeto desta LICITAÇÃO a aquisição de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configurações e suporte técnico remoto e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

20.1.1 **Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits**

20.1.2 Compatibilidade:

20.1.2.1 Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;

20.1.3 **Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits**

20.1.3.1 Compatibilidade:

20.1.3.1.1 Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;

20.1.4 **Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits**

20.1.4.1 Compatibilidade:

20.1.4.1.1 Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;

20.1.4.1.2 Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard / Foundation / Datacenter;

20.1.4.1.3 Windows Server 2016 Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;

20.1.5 **Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits**

20.1.5.1 Compatibilidade:

20.1.5.1.1 Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;

20.1.5.1.2 CentOS-7 e/ou superiores;

20.1.5.1.3 Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;

20.1.5.1.4 Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;

20.1.5.1.5 **Deve prover as seguintes proteções:**

20.1.5.2 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

20.1.5.3 Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);

20.1.5.4 Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mails recebidos e enviados, assim como seus anexos);

20.1.5.5 O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;

20.1.5.6 Firewall com IDS;

20.1.5.7 Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);

20.1.5.8 Controle de dispositivos externos;

20.1.5.9 Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;

20.1.5.10 Controle de execução de aplicativos;

20.1.5.11 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;

20.1.5.12 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;

20.1.5.13 As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);

20.1.5.14 Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;

20.1.5.15 Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus, (ex: “Win32.Trojan.banker”) para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;

20.1.5.16 Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;

20.1.5.17 Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;

20.1.5.18 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;

20.1.5.19 Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

20.1.6 **Servidor de Administração e Console Administrativa**

20.1.6.1 Compatibilidade

20.1.6.1.1 Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;

20.1.6.1.2 Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;

20.1.6.2 Características

20.1.6.2.1 A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;

20.1.6.2.2 Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;

20.1.6.2.3 Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;

20.1.6.2.4 Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;

20.1.6.2.5 Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração

20.1.6.2.6 Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;

20.1.6.2.7 As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;

20.1.6.2.8 Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;

20.1.6.2.9 Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;

20.1.6.2.10 Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;

20.1.6.2.11 Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;

20.1.6.2.12 Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;

20.1.6.2.13 Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;

20.1.6.2.14 A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;

20.1.6.2.15 Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;

20.1.6.2.16 Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;

20.1.6.2.17 Capacidade de instalar remotamente qualquer "app" em smartphones e tablets de sistema iOS;

20.1.6.2.18 A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;

20.1.6.2.19 Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;

20.1.6.2.20 Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;

20.1.6.2.21 Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;

20.1.6.2.22 Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;

20.1.6.2.23 Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;

20.1.6.2.24 Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;

20.1.6.2.25 Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;

20.1.6.2.26 A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;

20.1.6.2.27 Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;

20.1.6.2.28 Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual;

São Luís, 12 de junho de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Diego Walisson Pereira Camara Santos DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:54:45 -03'00' Matrícula: 1070278	Leonardo Dorneles Figueiredo Silva LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 11:59:46 -03'00' Matrícula: 1071397	Daniela Nascimento Montelo DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.06.12 11:47:38 -03'00' Matrícula: 1071575
	Coordenador	
	Nayana Santos Martins Neiva Sobral NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Assinado de forma digital por NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Dados: 2023.06.16 14:45:25 -03'00' Matrícula 1071386	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - ATUALIZAÇÃO KAS

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 – ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO	
Unidade: COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CMTI	
Chefia da área: Nayana Santos Martins Neiva Sobral	
E-mail: cmti@mpma.mp.br	Telefone: (98) 3219-1773
Nome do Projeto (se houver): Formação de Registro de Preços para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.	

2 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Objetivo Estratégico da PGJMA a ser atendido com a solução:

- A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) nº. 03 – Garantir a Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e nº. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021.

3 – MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Objeto da contratação: Formação de Registro de Preços para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

Necessidade institucional:

- Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;
- Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;
- A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

- Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;
- Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;
- Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;
- Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;
- Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;
- Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário.

Resultados esperados:

- Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como ransomware, malware e ataques de dia zero;
- Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação;
- Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação;
- Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.

Indicação de soluções, paradigmas (se houver):

- Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA. Disto, justifica-se a manutenção da marca, devido ao/à:
- **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os

equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;

- **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.
- **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

4 – INDICAÇÃO DO INTEGRANTE REQUISITANTE	
Nome: Diego Walisson Pereira Camara Santos	Telefone: (98) 3219-1773
ASSINATURA: DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 — Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:52:53 -03'00'	

ANÁLISE DO DOD

1 – ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Chefia da área: Nayana Santos Martins Neiva Sobral	
E-mail: cmti@mpma.mp.br	Telefone: (98) 3219-1773

2 – ANÁLISE DA DEMANDA				
Há previsão no PDTI?	X	SIM		NÃO
Manifestação: Sugerindo a continuidade do pleito.				
Favorável ao prosseguimento?	X	SIM		NÃO

3 – DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA				
Há disponibilidade orçamentária?		SIM	X	NÃO
Elemento de Despesa:		Valor disponível:		

4 – COMITÊ ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
Manifestação: N/A – Não se aplica. Visto que a referida demanda já se encontra prevista no PDTI 2017-2021.				
Autorizado o prosseguimento?	X	SIM		NÃO

5 – INDICAÇÃO DO INTEGRANTE TÉCNICO	
Nome: Leonardo Dorneles Figueiredo Silva	Telefone: (98) 3219-1773
	ASSINATURA: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 12:00:48 -03'00'

ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1 – SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Características: Formação de Registro de Preços para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 – IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES
Soluções de mercado: Não se aplica.
Projetos similares: Não se aplica.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Requisitos de Negócio: - Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos. - Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que, cada vez mais, está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP, faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam, principalmente, garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações. - A criação de políticas de segurança e perfis de acesso do tráfego de dados estão, estreitamente, ligadas às características próprias de cada componente que compõem a solução de antivírus atual. Desse modo, diferentes fabricantes de software antivírus podem apresentar diferentes parâmetros de configuração e de otimização para proteção de diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante, resultando numa gestão de proteção de ativos ineficiente. - Consequentemente, à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas, reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede da CMTI. - A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado. - É necessário garantir a continuidade da proteção de rede que existe, atualmente, no parque computacional do MPMA, de modo a evitar pontos de falha de segurança e um período longo de exposição insegura do parque computacional até implantação de nova solução, em caso de aquisição de antivírus de fabricante distinto do atual.
Requisitos de Capacitação:

- A CONTRATADA deverá comprovar na data da Assinatura do CONTRATO que a equipe técnica que realizará a instalação será composta por profissionais que possuam, no mínimo, as certificações a seguir:
  - Certificação emitida pelo FABRICANTE, que fornece ao profissional a validação da proficiência necessária para a instalação, configuração e administração da solução;
  - A comprovação da capacitação técnica dar-se-á mediante a apresentação de certificado(s) de cada instituição/FABRICANTE. As certificações deverão ser obrigatoriamente técnicas e do mesmo FABRICANTE dos produtos cotados. Não serão aceitas certificações comerciais;

Requisitos de Manutenção:

- Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente por escrito ou através de uma Central de Atendimento;
- Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;
- O atendimento para a assistência técnica será em horário integral, todos os dias da semana, on-site, em São Luís – MA;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;
- Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios (impressos ou em mídia digital) mediante solicitação;
- O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;
- Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;
- A CONTRATADA deverá fazer análises dos chamados e enviar recomendações de possíveis treinamentos necessários ao desenvolvimento da equipe da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;

- A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;
- Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

Requisitos de Prazo:

- As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL);
- O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;
- A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços;
- Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO;
- O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21:
- O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal;
- O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;
- Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

4 - REQUISITOS TÉCNICOS

Legais: O objeto deve estar em conformidade com descrição constante na Estratégia da Contratação, em seu item 2 – DETALHAMENTO DOS BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO.

Da arquitetura tecnológica: Não se aplica.

De implantação: As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL).

De garantia e manutenção:

- A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE que os softwares licenciados não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou "*trade-secrets*";
- A garantia deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto do CONTRATO, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, abrangendo a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo substituição de peças, partes, mídias, softwares, componentes e acessórios, correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e/ou configuração dos produtos e atualização da versão de novos "*releases*" das licenças de software que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção), além de eventuais *patches* de segurança e vacinas que surjam durante a vigência da garantia da solução ofertada;
- A CONTRATADA deverá garantir que os programas licenciados para o CONTRATANTE operarão, em todos os aspectos essenciais, da forma descrita na respectiva documentação, desempenhando as funções devidamente contratadas;
    - A garantia a que se refere o Caput desta Cláusula inclui todas as ações, sejam elas de manutenção ou outras necessárias, com vistas a garantir o perfeito funcionamento da plataforma licitada, assim como o atendimento às necessidades do CONTRATANTE;
- Todas as despesas envolvidas no processo de suporte correrão por conta da CONTRATADA, inclusive as despesas com frete de envio e retorno de profissionais técnicos ou componentes da Solução, sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00hs as 18:00hs, além de e-mail e web site, sem ônus para a CONTRATANTE, visando a abertura e agilização dos chamados e atendimentos técnicos durante a vigência da garantia técnica;
    - Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do e-mail, web ou da chamada telefônica;
    - Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local determinado no chamado ou a sua atuação de forma remota;
    - Poderá ser solicitado o atendimento *on-site*, restrito ao município-sede do CONTRATANTE, visando à resolução de problemas que não forem solucionados através do atendimento telefônico ou remoto;
    - A CONTRATADA deve possuir pessoal certificado pelo FABRICANTE para a integral execução e manutenção dos serviços;

    - A garantia "*on-site*" deverá observar os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta, de acordo com item 12;

- Deverá ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE da solução ofertada com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guias de instalação, informações técnicas, atualização e download de *drivers*, *firmwares*, *upgrade* de BIOS, etc.

- Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da CONTRATANTE;

- Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

- Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, relatório técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do problema relatado pela CONTRATANTE, descrição do problema realmente encontrado com a solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da CONTRATANTE.

    - A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

- A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema.

- Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente por escrito ou através de uma Central de Atendimento;

- Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7;

- O atendimento para a assistência técnica será em horário integral, todos os dias da semana, on-site, em São Luís – MA;

- A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor;

- Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras

geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios (impressos ou em mídia digital) mediante solicitação;

- O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines;
- Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado;
- A CONTRATADA deverá fazer análises dos chamados e enviar recomendações de possíveis treinamentos necessários ao desenvolvimento da equipe da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes;
- A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;
- Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

De capacitação Técnica:

- A CONTRATADA deverá comprovar na data da Assinatura do CONTRATO que a equipe técnica que realizará a instalação será composta por profissionais que possuam, no mínimo, as certificações a seguir:
  - Certificação emitida pelo FABRICANTE, que fornece ao profissional a validação da proficiência necessária para a instalação, configuração e administração da solução;
  - A comprovação da capacitação técnica dar-se-á mediante a apresentação de certificado(s) de cada instituição/FABRICANTE. As certificações deverão ser obrigatoriamente técnicas e do mesmo FABRICANTE dos produtos cotados. Não serão aceitas certificações comerciais;

De formação e experiência profissional da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de TI:

- Visando a garantir a qualidade dos serviços ofertados, a CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias após a **data de assinatura do Contrato**, comprovar que possui em seu corpo técnico permanente, pelo menos 01 (um) técnico com certificação oficial fornecida pelo(s) FABRICANTE(s) dos produtos

(equipamentos e licenças). A comprovação de possuir profissional no quadro permanente far-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato social, quando se tratar de diretor ou sócio;
- Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

De metodologia de trabalho: N/A – Não se aplica.

De segurança da informação:

- Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;
- Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:

6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;

6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação.

5 – DEMANDA DOS GESTORES

Descrição: N/A - Não se aplica

6 – ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES

Requisito	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?			X
A Solução é um software livre ou software público?			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (Quando houver necessidade de certificação digital)			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do – e-ARQ Brasil?			X

7 – SOLUÇÃO ESCOLHIDA
Descrição: Kaspersky
Fundamentação: - Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA. Disto, justifica-se a manutenção da marca, devido ao/à: - **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando; - **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência. - **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

8 – ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE		
Descrição das necessidades: Não se aplica		
Ações para adequação do ambiente	Responsável:	Prazo:

	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO
	Nome: Diego Walisson Pereira Camara Santos	Nome: Leonardo Dorneles Figueiredo Silva
	Assinatura: DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:53:11 -03'00'	Assinatura: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 12:01:11 -03'00'

ANÁLISE DE RISCOS

1 – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
Frustração da contratação: Indisponibilidade de recursos orçamentários; Falta de documentação/certidões atualizadas durante a fase de contratação; Demora na instrução dos autos para análise interna da Administração.
Gestão contratual - frustração do contrato: Não atendimento das cláusulas contratuais de obrigatoriedade da empresa contratada; Falha no fornecimento do objeto; Não atendimento dos requisitos pela empresa.

Ações preventivas: manter toda a documentação necessária para o procedimento de contratação.
Responsável: Daniela Nascimento Montelo
Procedimentos de contingência: utilizar solução de antivírus baseada em software livre.
Responsável: Leonardo Dorneles Figueiredo Silva

2 – RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
De não alcançar os resultados e deixar de atender as necessidades: expirar o licenciamento vigente da solução de proteção de rede do MPMA.
Ações preventivas: Efetuar contratação emergencial dos serviços.
Responsável: Nayana Santos Martins Neiva Sobral
Procedimentos de contingência: utilizar solução de antivírus baseada em software livre.
Responsável: Leonardo Dorneles Figueiredo Silva

	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO
	Nome: Diego Walisson Pereira Camara Santos	Nome: Leonardo Dorneles Figueiredo Silva
	Assinatura: DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:53:23 -03'00'	Assinatura: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 12:01:36 -03'00'

PLANO DE SUSTENTAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO
Descrição: visa a continuidade e manutenção da solução de proteção de rede, alinhada à conformidade preconizada na política Institucional de segurança da informação, ATO-REG-72020, no período de vigência sugerido para a contratação, garantindo-se os mesmos acordos de níveis de serviços, atualmente existentes, e qualidade de serviço.

2 – ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE CONTRATUAL			
Incapacidade de execução total ou parcial dos serviços pela Contratada	Ação de Contingência		Responsável
	1	Utilizar solução de antivírus baseada em software livre.	Leonardo Dorneles Figueiredo Silva
	2		

3 – TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL			
	Ação	Responsável	Prazo Máximo
	N/A	N/A	N/A

5 – ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA (transferência de conhecimento)		
	Ação	Forma de execução
1	N/A	N/A

	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO
	Nome: Diego Walisson Pereira Camara Santos	Nome: Leonardo Dorneles Figueiredo Silva
	Assinatura: DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:53:35 -03'00'	Assinatura: LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 12:02:05 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RESUMO DE CONSULTA AO MERCADO

Pesquisa realizada no Painel de Preços do Governo Federal

TABELA DE VALORES POR PROPOSTA					
Órgão Contratante	**Empresa**	**ITEM**	**Quantidade**	**Preço Unitário (R$)**	**Preço Total (R$)**
UASG: 158143 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	**VTECH COMERCIO, SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA**	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$ 96,66	R$ 289.980,00
		Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$ 96,66	R$ 96.660,00
				VALOR UNITÁRIO E TOTAL	**R$ 193,32**	**R$ 386.640,00**
UASG: 925125 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA	**NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$ 143,00	R$ 429.000,00

		Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$ 143,00	R$ 143.000,00
	VALOR UNITÁRIO E TOTAL			**R$ 286,00**	**R$ 572.000,00**
UASG: 926753 - CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP	**NETWORK SECURE SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA**	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$ 229,00	R$ 687.000,00
		Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$ 229,00	R$ 229.000,00
	VALOR UNITÁRIO E TOTAL			**R$ 458,00**	**R$ 916.000,00**

ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

1 – SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SER CONTRATADA
Descrição: Aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.

2 – DETALHAMENTO DOS BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO
Descrição: - O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas a seguir:

- **Estações de Trabalho Windows nas versões 32 e 64 bits**
- Compatibilidade:
    - Microsoft Windows 10/11 Pro / Enterprise x86 / x64;
- **Estações de Trabalho Linux nas versões 32 e 64 bits**
    - Compatibilidade:
        - Ubuntu 18.04 32/64 bits ou superiores;
- **Servidores Windows nas versões 32 e 64 bits**
    - Compatibilidade:
        - Windows Server 2008 Standard/Enterprise/Datacenter SP1 e posterior nas versões 32 e 64 bits;
        - Microsoft Windows Server 2012 Essentials / Standard / Foundation / Datacenter;
        - Windows Server 2016 Essentials/Standard/Datacenter/MultiPoint Premium Server;
- **Servidores Linux nas versões 32 e 64 bits**
    - Compatibilidade:
        - Red Hat® Enterprise Linux® 7 Server e/ou superiores;
        - CentOS-7 e/ou superiores;
        - Ubuntu 18.04.2 LTS e/ou superiores;
        - Debian GNU / Linux 10 e/ou superiores;
        - **Deve prover as seguintes proteções:**
    - Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, etc) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;
    - Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus);
    - Antivírus de E-mail (módulo para verificação de e-mails recebidos e enviados, assim como seus anexos);
    - O Endpoint deve possuir opção para rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;
    - Firewall com IDS;
    - Autoproteção (contra-ataques aos serviços/processos do antivírus);
    - Controle de dispositivos externos;
    - Controle de acesso a sites por categoria, ex: Bloquear conteúdo adulto, sites de jogos, etc;
    - Controle de execução de aplicativos;

- Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;
- Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;
- As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizada aos usuários de, no máximo, uma em uma hora independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);
- Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade, bloqueando a instalação;
- Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação. Capacidade, também, de adicionar objetos a lista de exclusão de acordo com o veredicto do antivírus, (ex: “Win32.Trojan.banker”) para que qualquer objeto detectado com o veredicto escolhido seja ignorado;
- Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas;
- Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento;
- Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;
- Ter a capacidade de fazer detecções por comportamento, identificando ameaças avançadas sem a necessidade de assinaturas;

- **Servidor de Administração e Console Administrativa**
  - Compatibilidade
    - Microsoft Windows Server 2008/2012/2016 (todas as edições) em 32 ou 64 bits;
    - Vmware: vSphere 5.5, vSphere 6 e superiores;
  - Características
    - A console deve ser acessada via WEB (HTTPS) ou MMC;
    - Console deve ser baseada no modelo cliente/servidor;
    - Compatibilidade com Windows Failover Clustering ou outra solução de alta disponibilidade;

- Deve permitir a atribuição de perfis para os administradores da Solução de Antivírus;
- Deve permitir incluir usuários do AD para logarem na console de administração
- Console deve ser totalmente integrada com suas funções e módulos caso haja a necessidade no futuro de adicionar novas tecnologias tais como, criptografia, Patch management e MDM;
- As licenças deverão ser perpétuas, ou seja, expirado a validade da mesma o produto deverá permanecer funcional para a proteção contra códigos maliciosos utilizando as definições até o momento da expiração da licença;
- Capacidade de remover remotamente e automaticamente qualquer solução de antivírus (própria ou de terceiros) que estiver presente nas estações e servidores;
- Capacidade de instalar remotamente a solução de antivírus nas estações e servidores Windows, através de compartilhamento administrativo, login script e/ou GPO de Active Directory;
- Deve registrar em arquivo de log todas as atividades efetuadas pelos administradores, permitindo execução de análises em nível de auditoria;
- Deve armazenar histórico das alterações feitas em políticas;
- Deve permitir voltar para uma configuração antiga da política de acordo com o histórico de alterações efetuadas pelo administrador apenas selecionando a data em que a política foi alterada;
- Deve ter a capacidade de comparar a política atual com a anterior, informando quais configurações foram alteradas;
- A solução de gerencia deve permitir, através da console de gerenciamento, visualizar o número total de licenças gerenciadas;
- Através da solução de gerência, deve ser possível verificar qual licença está aplicada para determinado computador;
- Capacidade de instalar remotamente a solução de segurança em smartphones e tablets de sistema iOS e Android;
- Capacidade de instalar remotamente qualquer “app” em smartphones e tablets de sistema iOS;

- A solução de gerência centralizada deve permitir gerar relatórios, visualizar eventos, gerenciar políticas e criar painéis de controle;
- Deverá ter a capacidade de criar regras para limitar o tráfego de comunicação cliente/servidor por subrede com os seguintes parâmetros: KB/s e horário;
- Capacidade de gerenciar estações de trabalho e servidores de arquivos (tanto Windows como Linux e Mac) protegidos pela solução antivírus;
- Capacidade de gerenciar smartphones e tablets (Android e iOS) protegidos pela solução de segurança;
- Capacidade de instalar atualizações em computadores de teste antes de instalar nos demais computadores da rede;
- Capacidade de gerar pacotes customizados (auto executáveis) contendo a licença e configurações do produto;
- Capacidade de atualizar os pacotes de instalação com as últimas vacinas;
- Capacidade de fazer distribuição remota de qualquer software, ou seja, deve ser capaz de remotamente enviar qualquer software pela estrutura de gerenciamento de antivírus para que seja instalado nas máquinas clientes;
- A comunicação entre o cliente e o servidor de administração deve ser criptografada;
- Capacidade de desinstalar remotamente qualquer software instalado nas máquinas clientes;
- Deve permitir fazer o upgrade do antivírus de forma remota sem a necessidade de desinstalar a versão atual.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Necessidades do Negócio:

- Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;
- Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;
- A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransowares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a

utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;

- Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício;
- Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;
- Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;
- Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;
- Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;
- Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário.

Responsabilidades da Contratada:

- Disponibilizar à CONTRATANTE sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações;
- Manter, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições do CONTRATO, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;
- Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

- Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;
- Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas:
- 6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;
- 6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos;
- 6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação;
- Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar à Instituição os devidos esclarecimentos, sempre que solicitados;
- Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
- Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido;
- Responder integralmente pelas obrigações, contratuais nos termos da Lei 14.133/21;
- Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;
- Garantir, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do CONTRATO, que cada programa licenciado, não modificado, desempenha as funções contratadas;
- Deverá fornecer, no mínimo, 01 console administrativa com as seguintes Características Mínimas:
    - Compatível com estações de trabalho, nas versões 32 e 64 bits: Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Windows 2000, Windows Vista e demais versões windows que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux Ubuntu em suas mais atuais distribuições;
    - Plataforma Server, nas versões 32 e 64 bits: Windows Server 2003, Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, e demais versões que surgirem durante o período de garantia e vigência contratual, e Linux UBUNTU Server em suas mais atuais distribuições;
    - Enterprise, FreeBSD, OpenBSD, Novel NetWare e Linux Servers (UBUNTU, RED HAT e CENTOS);
    - Desktops, Notebooks, Ultrabooks, Tablets e Celulares com Sistema Operacional Android;
    - Compatível com os clientes de e-mail MSExchange.MS Outlook, Outlook Express e Office 365, Google e Zimbra;
    - Ter uma console única de gerenciamento, permitindo a administração completa de todos os produtos em plataforma Microsoft Windows;
    - Provê toda comunicação entre cliente/servidor através dos protocolos de rede TCP/IP;

- Todos os módulos e/ou partes que compõem a ferramenta de proteção e prevenção efetiva aos ataques de vírus, spyware, worm, trojan, adware e outros malwares;
- Instaladores remotos capazes de instalar automaticamente em determinado período especificado;
- Provê mecanismos de instalação nos clientes (servidores e estações) através de: login ou script;
- Remotamente a partir do console único, via rede LAN e WAN; e de pacotes customizados (autoexecutáveis), dispensando a necessidade de instalações anteriores de agentes ou outros módulos adicionais no computador destino;
- Provê mecanismos de desinstalação nos clientes (servidores e estações), inclusive de outros fabricantes, de forma manual e também remoto, a partir do console único via rede LAN e WAN;
- Possui funcionalidade que permite analisar toda a rede e identificar os computadores que não estejam com antivírus instalado ou que tenham o antivírus instalado, mas desligado;
- Através do console é exibida a lista dos clientes (servidores e estações) que possuem o antivírus instalado, contendo as seguintes informações: nome da máquina, data da última atualização, status das máquinas (on-line, off-line, com vírus, etc.), endereço IP e estado da proteção em Tempo Real;
- Independente das máquinas estarem on-line ou off-line, todas as informações descritas acima estarão disponíveis;
- Permite travar / bloquear as configurações nos clientes (servidores e estações), para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalar ou parar o antivírus nos clientes;
- O console possui a capacidade de aplicar mudanças na configuração do antivírus nos clientes (servidores e estações) em rede, com possibilidade de mudança para todos os computadores, ou somente um determinado grupo e por computador;
- Integração com tecnologia Wake-On-Lan e desligamento automático das estações de trabalho depois das verificações;
- Políticas especiais ativadas por eventos ocorridos na rede;
- O console envia alertas/e-mail ao administrador no caso de mudanças de configurações, desligamento do antivírus, falha na atualização de vacinas e incidência de vírus;
- O console da ferramenta deve exibir automaticamente logs e alertas de todos os clientes (servidores e estações) em rede, sem a necessidade de processos manuais;
- Permite a instalação do console de gerenciamento em qualquer computador da rede para administração remota do Servidor de Antivírus;
- Instalação em computadores infectados e tratamento de infecções durante a instalação;
- Gerenciamento e administração de estações e servidores de arquivos Linux pela console Gerenciamento;

- A atualização de vacinas e *engines* do servidor de Antivírus é de forma automática (agendada) ou manual, através da internet, utilizando também clientes móveis (notebooks) os protocolos HTTP e FTP, possibilitando a utilização de "proxy";
- A atualização das vacinas ocorre a cada 1 (uma) hora;
- Provê mecanismos de distribuição de vacinas e *engines* para todos os clientes (servidores e estações) na rede LAN e WAN, a partir do servidor de Antivírus, de forma agendada, *real-time* ou manual;
- As atualizações das vacinas e *engines* do Servidor para o Cliente são incrementais, de forma a racionalizar a utilização de banda de rede;
- Permite que em clientes móveis (notebooks) seja possível a configuração da atualização da vacina e engines também a partir da internet. Com isso garante-se que o cliente sempre estará atualizado;
- Permite, através de seu console único, que as atualizações (vacinas, engines, versão) possam ser propagadas para todos os computadores em rede LAN e WAN, somente para um determinado grupo e por computador;
- Provê relatórios a partir do seu console único, com dados sobre alertas de vírus, histórico de verificações (scan) e eventos do antivírus (event logs);

- Gera relatórios estatísticos e gráficos, contendo os seguintes tipos:
  - Máquinas que mais receberam ocorrência de vírus. Relatório de aplicações e produtos de outros fabricantes;
  - Os vírus que mais infectaram a rede;
  - Sumários das ações realizadas (limpos, removidos, quarentenas, etc.);
  - Quantitativo de máquinas atualizadas ou desatualizadas e quais estão com o antivírus desinstalado;
  - Relatório de erros;
  - Relatório de licenças em uso e quando irão expirar;
  - Capacidade de exportar os relatórios para o formato HTML no mínimo;
  - Capacidade de customização de relatórios;
- Fornecer suporte técnico pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, através de consultas por e-mail, via internet, suporte via telefone e via acesso remoto ilimitado durante a vigência das licenças.

Responsabilidades do Contratante:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, por meio da equipe de fiscalização, que fará registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- Receber os produtos, objeto deste Termo de Referência, testá-los e, quando atenderem às especificações, aprová-los;

- Supervisionar o fornecimento e implantação do produto;
- Manter representante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;
- Emitir e encaminhar os Termos de Recebimento Provisório após comunicação formal de entrega emitido pela CONTRATADA, e conferência de conclusão de cada etapa prevista no presente projeto;
- Emitir e encaminhar o Termo de Recebimento Definitivo após conclusão de entrega pela CONTRATADA;
- Responsabilizar-se pela utilização dos produtos única e exclusivamente para uso próprio e colaboradores correlatos, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das regras estabelecidas para uso e guarda dos softwares licenciados;
- Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos objetos;
- Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas;
- Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;
- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- Notificar a empresa sobre a emissão da nota de empenho, acompanhar a entrega, verificar as condições dos softwares recebidos e certificar a nota fiscal.

4 – INDICAÇÃO DOS TERMOS CONTRATUAIS	
PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO	
Ação	
- Entregar os serviços de acordo com as especificações exigidas;	
ESTIMATIVA DE VOLUME DE SERVIÇOS OU BENS	
Serviço/Bem	Observação
- Aquisição de atualização de licenças de uso de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica	

de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, aplicação das novas licenças e versões do software, configuração e suporte técnico remotos e on-site, todos necessários para manter atualizada a solução de segurança contra códigos maliciosos, minimizando, assim, os riscos de segurança da informação.	

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E DA ADEQUAÇÃO
O objeto será avaliado e testado ao ser recebido, pela equipe da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS	
Tipo	Forma de execução
Não se aplica	

FORMA DE PAGAMENTO
Descrição: Após a realização de ateste da nota fiscal, concluídas as etapas de recebimento provisório e definitivo.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

	Entrega	Data	Percentual/valor
1	- O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal	- até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal	
2	- O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias;	- não superior a 90 (noventa) dias	

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO MPMA - CONTRATADA

Instrumentos	Hipóteses
Email	Garantia; envio de nota fiscal; notificações; solicitação de informações
Telefone	
Página Web - Chat	

GARANTIAS CONTRATUAIS
De fiscalização: Caberá à equipe de fiscalização da contratação, a saber: fiscal requisitante, fiscal técnico e fiscal administrativo, a fiscalização e a gestão do contrato.
De alterações contratuais: Não se aplica
De exigências técnicas: Não se aplica

DEFINIÇÃO DE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
Ocorrência	Multa/Sanção
1.1 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções: 1.2 Advertência; 1.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO; 1.4 Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; 1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.	1.1 Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

5 – ORÇAMENTO
(Utilização da Mediana, conforme Art.23, Inciso 1º, Parágrafo I e considerando a pesquisa realizada no Painel de Preços)

Item	Objeto	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos	3000	R$143,00	R$429.000,00

	no termo de referência.			
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00
			TOTAL	**R$ 572.000,00**

6 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
FONTES DE RECURSOS		
	Valor	Fonte
1	**R$ 572.000,00**	
ESTIMATIVA DE IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO		

7 – FORMA DE CONTRATAÇÃO					
X	Licitação		Dispensa		Inexigibilidade

LICITAÇÃO			
Modalidade:		Tipo:	
JUSTIFICATIVAS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA			
Requisitos de Qualificação Técnica			
1	Não se Aplica		
Requisitos de Capacitação e Experiência			
1	Não se Aplica		
Requisitos de Qualificação das Equipes Técnicas			
1	Não se Aplica		
Condições de mercado/outras			
1	Não se Aplica		

8 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO			
TIPO: N/A - Não se Aplica			
Critério técnico / documento		Pontos	Pontuação máxima
1	N/A – Não se aplica		

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Equipe de Planejamento da Contratação			
Gestor do Contrato	**Integrante Requisitante**	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Assinado de forma digital por NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Dados: 2023.06.16 14:42:19 -03'00'	DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:53:48 -03'00'	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 12:02:35 -03'00'	DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.06.12 11:46:17 -03'00'
Nayana Santos Martins Neiva Sobral	**Diego Walisson Pereira Camara Santos**	**Leonardo Dorneles Figueiredo Silva**	**Daniela Nascimento Montelo**
Matrícula: 1071386	**Matrícula: 1070278**	**Matrícula: 1071397**	**Matrícula: 1071575**

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

ETP ATUALIZAÇÃO KAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1	**OBJETO**
	1.1 Formação de Registro de Preços para aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses.
2	**REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
	Requisitos de Negócio: - Em 2021 o MPMA iniciou um processo de atualização da proteção de rede que compõe sua infraestrutura (Antivírus), juntamente com um software para gerenciamento centralizado dos mesmos. - Com intuito de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que, cada vez mais, está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP, faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam, principalmente, garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações. - A criação de políticas de segurança e perfis de acesso do tráfego de dados estão, estreitamente, ligadas às características próprias de cada componente que compõem a solução de antivírus atual. Desse modo, diferentes fabricantes de software antivírus podem apresentar diferentes parâmetros de configuração e de otimização para proteção de diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante, resultando numa gestão de proteção de ativos ineficiente. - Consequentemente, à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas, reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede da CMTI. - A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado. - É necessário garantir a continuidade da proteção de rede que existe, atualmente, no parque computacional do MPMA, de modo a evitar pontos de falha de segurança e um período longo

	de exposição insegura do parque computacional até implantação de nova solução, em caso de aquisição de antivírus de fabricante distinto do atual.
	Requisitos de Capacitação: - A CONTRATADA deverá comprovar na data da Assinatura do CONTRATO que a equipe técnica que realizará a instalação será composta por profissionais que possuam, no mínimo, as certificações a seguir: - Certificação emitida pelo FABRICANTE, que fornece ao profissional a validação da proficiência necessária para a instalação, configuração e administração da solução; - A comprovação da capacitação técnica dar-se-á mediante a apresentação de certificado(s) de cada instituição/FABRICANTE. As certificações deverão ser obrigatoriamente técnicas e do mesmo FABRICANTE dos produtos cotados. Não serão aceitas certificações comerciais; - Visando a garantir a qualidade dos serviços ofertados, a CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias após a **data de assinatura do Contrato**, comprovar que possui em seu corpo técnico permanente, pelo menos 01 (um) técnico com certificação oficial fornecida pelo(s) FABRICANTE(s) dos produtos (equipamentos e licenças). A comprovação de possuir profissional no quadro permanente far-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; - Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato social, quando se tratar de diretor ou sócio; - Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.
	Requisitos de Manutenção: - Os chamados de assistência técnica, durante o período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser abertos pela CONTRATANTE, junto à CONTRATADA ou empresa por ele indicada formalmente por escrito ou através de uma Central de Atendimento; - Os serviços de abertura de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7; - O atendimento para a assistência técnica será em horário integral, todos os dias da semana, on-site, em São Luís – MA;

	- A CONTRATADA deverá disponibilizar linha telefônica gratuita (0800) ou equivalente ao custo de ligação local, além de e-mail, web site e via acesso remoto ilimitado para abertura de chamados de suporte técnico na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor; - Todos os chamados, inclusive os que podem resultar em manutenção de natureza corretiva, bem como o fluxo de resolução de problemas, deverão ser documentados. Esta documentação, bem como outras geradas em processos de atendimento, auditorias, manutenção ou configurações, deverá ser entregue à CONTRATANTE através de relatórios (impressos ou em mídia digital) mediante solicitação; - O serviço de suporte deverá contemplar também atualizações de versões, assinaturas e engines; - Anexar declaração do FABRICANTE, afirmando que disponibilizará estrutura de suporte de segundo nível ao CONTRATANTE, caso seja vencedor do processo, ou declaração do FABRICANTE comprometendo-se a disponibilizar estrutura de suporte, durante o período de garantia/suporte contratado; - A CONTRATADA deverá fazer análises dos chamados e enviar recomendações de possíveis treinamentos necessários ao desenvolvimento da equipe da CONTRATANTE; - A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ações adotadas para a solução do problema; - A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE serviço de atendimento de um Gestor do contrato de Suporte, responsável este que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da CONTRATANTE para casos de escalações ou problemas de atendimento do Suporte Técnico. Caso a CONTRATADA tenha seus laboratórios em outros países que não seja o território nacional, o Gestor deverá ter fluência na língua para facilitar a comunicação entre as partes; - A CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos credenciados pela CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos para a prestação dos serviços de manutenção. Entretanto, tais técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança da CONTRATANTE, notadamente àquelas atinentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências;

	- Mesmo se permitido pela CONTRATANTE, a permanência do técnico além do tempo de resolução do problema, para a continuidade de solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
	Requisitos de Prazo: - As licenças de uso dos softwares solicitados pela CONTRATANTE deverão ser entregues para utilização, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do CONTRATO, que será encaminhado pela Comissão Permanente de LICITAÇÃO (CPL); - O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA deverá ser entregue na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI, localizada no prédio sede da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - PGJMA, Segundo Pavimento, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº – JARACATI – CEP: 65076-820 – SÃO LUÍS – MA – TELEFONE: (98) 3219-1773, no horário das 08:00hs às 13:00hs, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira; - A CONTRATADA deverá comunicar, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ao Gestor do CONTRATO, a data da entrega dos produtos, licenças e serviços; - Antes de findar o prazo fixado nos itens anteriores, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pela CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO; - O recebimento do produto será feito nos termos dos Art. 140, II da Lei n° 14.133/21: - O **Recebimento Provisório** do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo Fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, até o 5º (quinto) dia da apresentação da nota fiscal; - O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo Gestor do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo para observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não superior a 90 (noventa) dias; - Caso os objetos entregues (por e-mail ou em mídia física) apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, para substituir o software que apresentar falhas.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

	Requisitos de Segurança: - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do CONTRATO, devendo orientar seus empregados nesse sentido; - Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE; - Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do CONTRATO, as informações relativas: 6.5.1 À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes; 6.5.2 Ao processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos; 6.5.3 Ao processo de implementação, no ambiente da Contratante, dos mecanismos de criptografia e autenticação. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
3	**NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**
	Justificativas da necessidade da contratação: - Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas; - Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição; - A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransowares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e

	eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas; - Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda neste exercício; - Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se; - Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado; - Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação; - Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021; - Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário.
4	**INFORMAR SE A DEMANDA ESTÁ INCLUÍDA NO PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO**
	- A aquisição da solução foi prevista e planejada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016-2021, sob o objetivo de contribuição (desdobramento tático) n. 03 – Garantir a

Segurança da Informação, através do projeto CMTI n. 30 – Implantar os controles do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição n. 16 – Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores e n. 26 – Aperfeiçoar a infraestrutura e segurança de TI, ambos, existentes no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021.

5 LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES QUE ATENDAM À DEMANDA

- Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA. Disto, justifica-se a manutenção da marca, devido ao/à:
- **Gerenciamento**: todas as configurações do software de gerenciamento centralizado da solução atual poderão ser aproveitadas sem nenhuma janela de migração, bem como todos os equipamentos que atualmente são gerenciados irão manter as informações de conexão, gerenciamento e sincronização podem ser configurados e administrados por uma única console proporcionando;
- **Configuração e conhecimento**: a padronização dos equipamentos auxilia e facilita a administração da rede, devido a utilização de apenas um sistema operacional em todos os equipamentos, ou seja, uma única interface de comandos a serem utilizados para configuração de toda a rede. Com isso, torna-se mais fácil o treinamento, a gestão do conhecimento, e auxilia na redução do tempo de configuração e reparo. Este convém a citar o princípio da eficiência.
- **Desempenho**: soluções de mesmo fabricante permitem a utilização de recursos proprietários, ou seja, recursos que garantem maior desempenho dos equipamentos, mas que só podemos utilizá-los com a homogeneidade da malha, como configurações de alta disponibilidade essenciais às necessidades deste Ministério Público.

6 QUANTIDADE ESTIMADA

- O quantitativo estimado está detalhado na tabela a seguir:

Item	Objeto	Quantidade
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por	3000

	um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado para aquisição dos objetos é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado no quadro abaixo e nos orçamentos anexados:

Item	Objeto	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e	1000	R$143,00	R$143.000,00

		assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.			
				TOTAL	**R$ 572.000,00**

8	**JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**
	- Considerando o artigo 40, § 3º, inciso II e III, o parcelamento da solução não será adotado por representar risco à implantação do objeto a ser contratado (proteção de rede adotada no parque computacional do MPMA), além do mesmo ser configurado como sistema único e integrado. A padronização almejada também requer a indicação de marca, de modo que o fornecimento do objeto leva a fornecedor exclusivo.
9	**CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**
	- Todas as demais contratações desta CMTI, cujos serviços dependam de acesso à intranet/internet para funcionamento (como serviço de e-mail, DIGIDOC, SIMP, acesso a pastas e impressoras compartilhadas, monitoramento de sistemas, videoconferência, etc), são, ao mesmo tempo, dependentes da contratação objeto deste ETP, visto que a solução de antivírus é responsável por resguardar a proteção de acesso de computadores e demais dispositivos de rede à intranet/internet.
10	**RESULTADOS ESPERADOS**
	- Proteger os dispositivos e dados da instituição, contra ameaças conhecidas e avançadas, como ransomware, malware e ataques de dia zero; - Detectar, entender e responder a ataques sofisticados, realizando análise de causa raiz e remediação; - Economizar recursos e simplificar o gerenciamento de soluções de Segurança da Informação; - Garantir a conformidade com as normas e regulamentos de segurança cibernética do setor público.
11	**DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE**
	- Com base no estudo realizado, a equipe de planejamento declara viável a contratação do objeto

	nos termos propostos.
12	**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Equipe de Planejamento da Contratação			
Gestor do Contrato	**Integrante Requisitante**	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Assinado de forma digital por NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL:1071386 Dados: 2023.06.16 14:43:45 -03'00'	DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Assinado de forma digital por DIEGO WALISSON PEREIRA CAMARA SANTOS:1070278 Dados: 2023.06.12 11:54:14 -03'00'	LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Assinado de forma digital por LEONARDO DORNELES FIGUEIREDO SILVA:1071397 Dados: 2023.06.12 12:03:32 -03'00'	DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:1071575 Dados: 2023.06.12 11:45:53 -03'00'
Nayana Santos Martins Neiva Sobral	**Diego Walisson Pereira Camara Santos**	**Leonardo Dorneles Figueiredo Silva**	**Daniela Nascimento Montelo**
Matrícula: 1071386	**Matrícula: 1070278**	**Matrícula: 1071397**	**Matrícula: 1071575**

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 10401/2023

DOCUMENTO ADMINISTRATIVO : MEMO-CMTI-922023

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Junho de 2023 às 14:08 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-CMTI-922023, **Código de Validação**: 8ECFF0AF94.

MEMO-CMTI - 922023
Código de validação: 8ECFF0AF94

A Sua Excelência o Senhor

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES

Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do MA

Assunto: Aquisição de renovação de licenças Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition com upgrade para ADVANCED.

Senhor Diretor-Geral,

- Considerando a necessidade de garantir o controle e prevenção de ataques informatizados, oriundos de vírus e software maliciosos, ou demais mecanismos informatizados que violem a segurança das informações eletrônicas;
- Considerando a necessidade de dotar a Instituição de software licenciado e original que contemple uma base de dados constantemente atualizada, além do mapeamento de novos vírus que surgem diariamente e suas respectivas proteções (vacinas), a fim de evitar prejuízos aos equipamentos de tecnologia da informação (TI) e informações eletrônicas da Instituição;
- A solução de segurança e proteção antivírus atua na defesa contra vírus, *ransomwares* e outras ameaças que surgem a cada segundo na rede mundial de computadores (Internet), além de nos permitir a utilização de software para controle de acesso, identificação, contingência e eliminação de códigos e limpeza de mensagens maliciosas via servidores de e-mail, controle de detecção de intrusão, geração e emissão de relatórios e gerenciamento centralizado, além de nos proporcionar o bom funcionamento e proteção dos dados e informações sigilosas;
- Atualmente, a Instituição possui ferramentas de defesa (antivírus), tendo reduzido a praticamente zero o número de incidentes devido a vírus e outras ameaças virtuais nas estações de trabalho e equipamentos servidores. Com isso, faz-se necessário dar continuidade ao uso destas licenças de forma a padronizar as configurações e uniformizar o gerenciamento da solução, haja vista que o licenciamento finda em

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Junho de 2023 às 14:08 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-CMTI-922023, **Código de Validação**: 8ECFF0AF94.

fevereiro de 2024;

- Considerando que a ferramenta de gerenciamento e a base de dados de antivírus, já utilizada para realizar essa proteção na Instituição, está com seu licenciamento em vias de expirar e desatualizar-se;
- Considerando que a solução atual de antivírus encontra-se implantada em todos os computadores distribuídos nas unidades da Capital e Interior do Estado;
- Considerando que, com a implantação do sistema de antivírus na rede da Instituição, com gerenciamento centralizado, reduziu-se os casos de infecção por vírus no ambiente computacional e eliminou-se a perda de produtividade causada pelas interrupções nos trabalhos administrativos e finalísticos, bem como otimizou a utilização dos recursos humanos ligados à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação;
- Considerando o objetivo de garantir o melhor desempenho, disponibilidade e estabilidade da Rede Corporativa que cada vez mais está sendo utilizada para tráfego sigiloso e sensível do GESP, DIGIDOC e SIMP, faz-se necessário o uso de políticas, protocolos e tecnologias que visam principalmente garantir a segurança das informações e o melhor desempenho dos serviços e aplicações;
- A criação de políticas de segurança, perfis de acesso do tráfego, está estreitamente ligado às características próprias de cada componente e ao conjunto da solução adotada. Diferentes fabricantes e, mesmo, diferentes modelos de equipamentos de um mesmo fabricante apresentam-se com diferentes parâmetros de configuração e de otimização;
- Consequentemente à aquisição de soluções de Antivírus, de fabricantes diferentes (heterogeneidade), obriga uma reconfiguração dos equipamentos, reconstrução das políticas, reinstalação de todos os clientes, além da curva de aprendizado da própria equipe de Administração de rede da CMTI;
- A falta de uma padronização também não garante a gerenciabilidade do parque, ficando, dessa forma, comprometida a interoperabilidade e o gerenciamento integrado;
- Considerando o inciso I, do artigo 41, da Lei 14.133/2021, faz-se necessária a padronização e indicação de marca para a manutenção da proteção atual de ativos de rede (Antivírus), de forma homogênea, no parque computacional do MPMA;
- Tendo em vista a impossibilidade de se definir, de forma prévia e precisa, o quantitativo de materiais e serviços a serem demandados, sugere-se a realização de licitação na modalidade de pregão, ata de registro de preços do tipo menor preço ou maior desconto, nos termos do inciso XLI, artigo 6º, da lei 14.133/2021;
- Com relação ao Art. 15, inc. V, da Instrução Normativa nº02/2008-MPOG, por se tratar de um registro de preços, o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, porém é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Junho de 2023 às 14:08 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-CMTI-922023, **Código de Validação**: 8ECFF0AF94.

O custo estimado para aquisição do licenciamento é de **R$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais)**, conforme demonstrado na tabela abaixo e nas propostas anexadas:

ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Atualização de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	3000	R$143,00	R$429.000,00
2	Aquisição de licença de software antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select Brazilian Edition, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de TI e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, e demais detalhamentos descritos no termo de referência.	1000	R$143,00	R$143.000,00

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: (98) 3219-1773 e-mail: cmti@mpma.mp.br

TOTAL	**R$ 572.000,00**

Encaminhamos os documentos que compõem o planejamento da contratação.

Considerando a pesquisa realizada e o ateste das propostas (Ato Regulamentar 13/2020; Ato Regulamentar 09/2015-GPGJ, art. 9º, f, § 5º e Ato Regulamentar 11/2014-GPGJ, art. 9º, § 4º) - Confirmo que os arquivos anexados ao processo conferem com a documentação apresentada/original, e atesto sua autenticidade.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente em 19/06/2023 às 14:08 h (*)

NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA

assinado eletronicamente em 19/06/2023 às 12:18 h (*)

DANIELA NASCIMENTO MONTELO
TÉCNICO MINISTERIAL
INFORMÁTICA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Junho de 2023 às 14:08 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-CMTI-922023, **Código de Validação**: 8ECFF0AF94.